

ÀS CRIANÇAS DO MEU ESTADO

O. D. C.

AO VERDADEIRO AMIGO

Dr. Fiel Fontes

Homenagem do auctor.

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA
Biblioteca Francisco Vicente Vianna

Registro n.º 004

Data: 22 / 03 / 2050

P
004
v. 3
2.1
1918

O DESCOBRIMENTO

==== Pedro Alvares Cabral =====

E A ARMADA QUE SEGUIA PARA AS INDIAS

———— 1500 ————



Estado da Bahia
S. I. J. — ARQUIVO PUBLICO

VOLUME III

INDICE

SUMARIO DO VOLUME TERCEIRO DOS AN-
NAES DO ARCHIVO PUBLICO DA
BAHIA

ANNO 2º — 1918

Paginas

A Margem da Historia da Bahia	12 a 178
Bandeirantes Bahianos	183
Cartas Regias	215
Auto de vistoria	232
Para o Ouvidor de Sergipe	233
Documento assignado por José da Silva Lis- boa	233
Documento sobre licença para advogar	234
Sesmaria	239
Documento sobre o Hospicio de Pambú	241
Sesmaria	242
Documento sobre um diamante	244
Alvará de sesmaria	245
Sesmaria em Jaguaripe	246
Sesmaria em Maragogipe	248
Documento sobre a Independencia	256
Documento sobre a Casa de Niza	256
Fundação da Cidade do Salvador, por Tei- xeira de Barros	271
Museu do Estado — Discurso Fiel Fontes	285
Lei que creou o Museu	287
Pantheon de Pirajá	288
Relatorio	288

F. Borges de Barros
Director do Archivo Publico e do Museu do Estado



4
A MARGEM
DA HISTORIA DA BAHIA



O DESCOBRIMENTO

Fazendo rumo de Oéste para evitar as calmarias do littoral africano, Pedro Alvares Cabral foi arrastado pelas correntes pelasgicas, de modo que no dia 21 de Abril de 1500 se lhe depararam signaes evidentes de terra com o avistar pedaços de madeira, plantas e aves aquaticas.

No dia 22 foi avistado um monte, ao qual o Almirante deu o nome de Paschoal por se estar no oitavario da Paschoa, recebendo a terra descoberta o nome de Vera Cruz, na supposição de que fôsse uma ilha. O monte Paschoal tem 536 metros de altura e d'elle destaca-se o pico João de Leão.

Posteriormente o nome de Vera Cruz foi mudado para o de Santa Cruz e mais tarde para o de Brazil, devido á descoberta e trafico da madeira de igual nome. (*) No dia 25, Cabral fundeiu a armada no ancoradouro encontrado ao norte, denominando-o *Porto Seguro*, o qua é a actual *Bahia Cabralia* ou de *Santa Cruz* muito bom e muito seguro e com muito larga entrada. (**)



D. Manuel

Em seguida mandou á terra Nicoláo Coelho e Bartholomeu Dias, indo tambem Pero Vaz de Caminha, Escrivão da Armada, o

(*) Segundo Muratori em 1193 e 1316 appareceu noticia de uma droga que tingia os tecidos de encarnado, dando-se-lhe na Italia o nome de *Brazil*, *Brezillis*, *Bracire*, *Brasilly*, *Brasilis* e *Brazil*. O nome *Brazil* já era conhecido muito antes do descobrimento da America por Colombo e as tarifas da alfandega de Ferrara comprehendiam essa mercadoria em um de seus artigos.

Marco Polo faz della menção, e na Hespanha foi introduzida nos annos 1221 a 1223.

O primeiro documento official, dando esse nome, é o alvará de 20 de Dezembro de 1530, o qual diz:

Eu eneyo ora a martin afonso de Souza do meu conselho por capitão mór dar-marda que eneyo á terra do brazil e asy de todas as terras que ele dito martin afonso na dita terra achar e descobrir.

(**) Vide sobre a denominação de *Porto Seguro*, a obra historica do Prof. Luiz dos Santos Vilhena e sobre o commercio do pão *brazil* e assumpto outros as annotações do Dr. Braz do Amaral ás *Memorias de Acçoli*.

qual depois, na celebre carta, datada do mesmo ponto, deu a D. Manoel, conta da nova terra descoberta. (*)

Habitavam Porto Seguro os *Tupiniquins*, que muito auxiliaram os descobridores.

A 26, o Almirante mandou celebrar uma missa no ilhéu ou restinga, (com um kilometro de largura—a Corôa Vermelha), pelo Capellão da Armada Frei Henrique de Coimbra. Cabral, durante o sacrificio da missa, esteve ao lado do Evangelho, com o *Estandarte da Ordem de Christo*, recebido das mãos de D. Manoel, Rei de Portugal, antes de partir de Belem.

A 19 de Maio foi levada a Cruz, em (**) procissão, ao local onde foi collocada com as armas e insignias reais, celebrando Frei Henrique de Coimbra uma segunda missa, depois da qual pregou acerca do Evangelho e dos Apostolos S. Philippe e Santiago, que a igreja commemorava nesse dia.



Terminado o sermão, o capellão, por indicação de Nicoláo Coelho, collocou varios crucifixos de estanho nos pescocões, de 50 selvagens, prolongando-se a cerimonia até uma hora da tarde, quando se lavrou o termo de posse, firmando-se solemnemente o dominio portuguez no territorio descoberto.

A 2 de Maio, Gaspar de Lemos foi incumbido por Pedro Alvares Cabral de levar a noticia da descoberta a D. Manoel, sendo portador da carta de Pedro Vaz de Caminha, proseguindo o Almirante, nesse mesmo dia, sua rota para as Indias, cujo commercio ia assegurar em nome d'El-Rei.

Ficaram em terra dois degredados, sendo que um delles servio mais tarde de interprete aos portuguezes que ali aportaram na segunda expedição.

A viagem de Pedro Alvares foi tormentosa.

(*) O mesmo fez mestre João, astrónomo, physico e cirurgião da frota de Pedro Alvares Cabral.

(**) Em 1837 o deputado provincial Sr. João Ladislau de Figueiredo e Mello apresentou uma indagação no sentido de ser collocado um cruceiro de pedra no local em que Cabral esteve em 1500. O projecto não teve andamento, como não têm todos os que dizem respeito ás tradições brasileiras.

Em 1849 o referido deputado mandou preparar uma cruz de jatibêbeba com treze a meio palmos de comprimento e em 27 de Junho do mesmo anno mandou-a ao vigário de Santa Cruz, Jacinto de Freitas Netto, acompanhada de uma carta.

Em 1900 o então Governador da Bahia, Cons. Luiz Vianna, mandou levantar uma Cruz de madeira com base de alvenaria, sendo encarregado desta tarefa o major Salvador Pires de Carvalho e Aragão, que também escreveu o livro *A Bahia Cabralia*, para figurar nas festas do Centenario do Descobrimto.

Antes a convite do Governo do Estado, no mesmo anno, esteve nesta Capital o escriptor brasileiro Coelho Netto, actual deputado federal pelo Maranhão, o qual visitou Porto Seguro e Santa Cruz.

Entretanto, não basta o cruceiro.

Santa Cruz precisa de um monumento que perpetue o feito do descobrimento e a nação brasileira compete fazê-lo.

A 12 de Maio, em alto mar, se lhe apresentou um immenso cometa, que, durante oito dias, produziu grande pavor aos Capitães.

Effectivamente, dias depois, uma formidável procella que durou 20 dias, fez submergir no Cabo Tormentoso (Bôa Esperança) os navios de Ayres da Silva, Pedro de Athayde, Simão de Pina e Bartholomeu Dias, morrendo este junto no celebre Cabo Tormentoso, por elle descoberto 14 annos antes.

Cabral arribou a Sofala, dirigindo-se em seguida a Quilôa, Melinde, Anchediva, Caficut, na costa de Malabar e Cochim.

Assegurando o commercio portuguez nas Indias, voltou a Lisboa em 23 de Junho de 1501.

—D. Manoel deu conhecimento aos Reis Catholicos da descoberta da ilha de Vera-Cruz, em carta de 29 de Julho de 1501.

Autographo de Cabral

—Pedro Alvares Cabral nasceu em Belmonte pelos annos de 1467 a 1468. Foram seus paes: Fernão Cabral e D. Izabel de Gouvêa, filha de D. João de Gouvêa, Alcaide-mór de Castello Rodrigo.

Era casado com D. Izabel de Castro, filha de D. Fernando de Noronha.

D. Manoel galardou os seus serviços, dando uma tença de 13\$000 por anno e mais 2\$437 por mez, de moradia e em 1502 outra tença de 30\$000.

Ha duvidas sobre a data de seu fallecimento, querendo uns que fôsse em 1526, outros em 1527 a 1545, e ainda outros em 1519.

—O Visconde de Porto Seguro descobrio em 1839 o jazigo do do grande navegador na sacristia do Convento da Graça, em Santarem. (*)

Sabem-se os nomes de nove navios, dos 13 da frota de Cabral:

(*) A sepultura de Cabral é rasa com o seguinte epitaphio em gothico florido: *Aqui jaz Pedro Alvares Cabral, e Dona Izabel de Castro sua mulher, cuja he esta capella he de todos seus erdeiros aquall depois da morte de ser marido foi camareira mor da Infanta Dona Marya, filha d'El-Rei D.6 João Noso Senhor ho terceyro deste nome.*

Espírito Santo, Santa Cruz, Fról de la Mar, S. Pedro, Victoria, Espera, Anunciação, El-rei e galeão Trindade.

Eram estes os commandantes da frota:

Pedro Alvares Cabral, commandante geral, senhor de Azurara, Governador da Província da Beira e Alcaide-mór de Belmonte; *Sancho de Thoar*, *Nicolão Coelho*, *Bartholomeu Dias*, *Diogo Dias*, seu irmão *Vasco de Athayde*, *Simão de Miranda Azevedo*, substituto de *Cabral*, *Pedro de Athayde*, *Ayres Gomes da Silva*, *Simão de Pina*, *Nuno Leitão*, *Luiz Pires*, *André Gonçalves* e *Gaspar de Lemos*.

O calendario de então era o de Julio Cezar, adoptado pelo Concílio de Nicéa no anno 325 de nossa era: dava para o anno tropico a duração de 365 dias $\frac{1}{4}$ quando o valor médio do anno tropico é de 365 e 0,2422. Com a continuação, essa differença para mais deu ao calendario juliano o avanço de dez dias no anno de 1582: marcou o equinocio da primavera a 11 de Março, quando o seu dia real era o 29 de Março. A vista disto, o Papa Gregório XIII resolveu reformar aquelle calendario, supprimindo 10 dias e por Bulla determinou que o dia 5 de Outubro passasse a ser considerado 15 de Outubro.

Por isto, o descobrimento do Brazil, realizado a 22 de Abril, passou para 3 de Maio pelo calendario gregoriano. O Governo Provisorio da Republica, por decreto n. 155 B, de 14 de Janeiro de 1890, declarou de festa nacional, o dia 3 de Maio, consagrado ao descobrimento do Brazil.

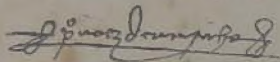
O Cardeal Sirleto, Christovão Clavius e o sabio medico italiano Luiz Lilio foram os auctores da reforma gregoriana.

CARTA QUE NOMEOU PEDRO ALVARES CABRAL (PERO ALUAREZ DE GOVEA) CAPITÃO DA ARMADA QUE FOI ENVIADA ÀS INDIAS

Dom Manoel etc. Fazemos saber a vos quapitães fidalguos cavaleiros escudeiros mestres e pylotos marinheiros e companhia e officiaes e todas outras pessoas que hys e enviamos na frota e armada que vay para a India que nos pela muyta confiança que temos de *pedralvarez de govea* fidalguo de nosa Casa e por conhecermos delle que nysto e em toda outra cousa que lhe emcarregarmos nos sabera a muy bem servir e nos dara a de sy muy boa conta e Recado lhe damos e emcarregamos a Capitania mor de toda a dita frota e armada. Porem vollo notificamos asy e vos mandamos a todos em geral e a cada hum em especial que em todo o que por elle vos for requerido e da nossa parte mandado cumpraes e faças inteiramente seus requerimentos e mandados asy e tam inteiramente e com aquella diligencia e bom cuydado que de vos confiamos e o faryes se por nos em pessoa vos fosse dito e mandado por que hasy o avemos por bem e noso serviço e aqueles que asy o fezerdes

e comprirdes nos fares nyso muyto serviço e os que o contrario que não esperamos nos deserviram muyto e lhe daremos por elo aqueles castigos que por taes cassos merecerem.

Outrosy por que as coussas de nosso serviço sejam guardadas e feitas como devem em semelhante frota e armada e por tal que sejam castigados aqueles que alguns mallefícios e delitos cometerem contra nosso serviço e em quaesquer outros cassos que acontecer possam por este presente lhe damos todo nosso inteiro poder e alçada da qual em todo os cassos ate morte naturall vssaraa inteiramente e se daram ha enxucaçam seus Juizos e mandados ssem delle aver apelaçam nem agravo. Porem este poder e alçada se nam emtenderão nas pessoas dos capitães das naaos e nauyos que com elle vão e fidalguos e outros que na dita frota e armada enviamos quando alguns casos crimes cometerem per que devam ser castigados por que sobre estes ssoamente se faram os processos de seus cassos e nos seram trazidos pera os vermos e segundo as calidades delles seram ponydos e castigados como for Justiça e em



Autographo de Caminha

fazer esta carta per nos asinada e aselada de nosso sello a qual em todo mandamos que se cumpra e guarde como nella se contem sem minguoamento algu. Dada em a nosa cidade de lixbõa a b. dias de feruereiro antonio carneiro a fez anno de nosso Seuor Jhuix. de mil quinhentos.

Chancelaria de D. Manuel—liv. 13 fl 10.

FREI HENRIQUE DE COIMBRA

Foram seus companheiros de jornada na viagem ao Oriente: padres Gaspar, Francisco de la Cruz, Simon de Guimarães, Luiz del Salvador, Mosco, Frei Pedro Neto e Frei João de la Victoria, leigo.

Frei Henrique trabalhou muito em Porto Seguro para conseguir que Cabral o deixasse no Brazil.

Em Moçambique pregou o Evangelho entre os indigenas. Em Anchediva baptizou 28 pessoas. Em Calicut fez varias conversões á religião christã, soffrendo a aggressão de 4000 gentios, que o matariam, se não fosse rapida a repressão feita por Pedro Alvares Cabral, que pôz a pique dez embarcações e bombardeiou a cidade.

Frei Henrique construiu varias capellas na Ilha de Vaipen, esmolando para não ser pesado ao Almirante.

De volta a Lixbõa, foi em 1505 consagrado Bispo de Ceuta,

sendo antes enviado a Hespanha para dar pezames ao Rei pela morte da Rainha D. Izabel, a Catholica.

Em 1511 foi mandado pelo Papa visitar as Irmãs de Santa Clara.

Em 1517 foi incumbido pelo Summo Pontifice de fazer um relatorio juridico sobre a morte de Gonçalo de Vaz, martyrisado na Africa.

Falleceu em Olivença, em 4 de Dezembro de 1532 e está sepultado na Igreja da Magdalena.



EXPLORAÇÕES DA COSTA O CARAMURÚ

— 1501—1510 —

RAÇAS INDIGENAS

— A CASA DA TORRE —



EXPLORAÇÕES DA COSTA (*)

«O prazer produzido na Europa pela noticia desta descoberta levou o rei D. Manuel a aprestar uma segunda armada para proseguir nos novos descobrimentos. A 10 de Maio do seguinte anno partiu do Tejo, composta de tres navios, commandada não se sabe bem por quem, mas levando consigo, como o homem de mais conhecimentos, o cosmographo florentino Amerigo Vespucci, que, de Maio de 1499 a Julho de 1500, tinha acompanhado a Alonso de Hojeda, sob o pavilhão hespanhol, n'uma expedição ás costas da Guyana e Columbia e que agora se achava a serviço da corôa portugueza.



Amerigo Vespuccio

Na altura do Cabo Verde encontrou esta frota a de Pedro Alvares Cabral, que voltava da India e seguindo sua viagem, tocou no cabo de S. Roque a 16 de Agosto, dia d'este santo, e, proseguindo pela costa abaixo, foi descobrindo os seguintes pontos, aos quaes foi dando nomes conforme os dias em que os ia descobrindo:

Cabo de S. Agostinho (28 de Agosto)-rio de S. Miguel (29 de Setembro), S. Jeronymo (30 de Setembro), Rio de S. Francisco (4 de Outubro), bahia de Todos os Santos (19 de Novembro), rio de Santa Luzia (13 de Dezembro), S. Thomé (21 de Dezembro), Rio de Janeiro (19 de Janeiro de 1502) Angra dos Reis (6 de Janeiro), ilha de S. Sebastião (20 de Janeiro) e S. Vicente (22 de Janeiro).

Na altura da actual republica do Uruguay, abandonou Vespucci a costa americana a 13 de Fevereiro e depois de longa e tormentosa viagem de regresso, entrou no Tejo a 7 de Setembro de 1502.

(*) Vide mapas de Toscanelli—1472—de Martin Beahm, 1492 e de Cantino 1502 e de Jeronymo Martini, existente o ultimo no Palacio Rio Branco, neste Estado.

No seguinte anno ainda acompanhou uma segunda expedição portugueza, sob o commando de Gonçalo Coelho, que partiu a 10 de Maio de 1503 para descobrir um caminho occidental para Malaca ou as Molucas. Nesta segunda viagem descobriu uma ilha que se suppõe ser a de S. Mathews, ou a de Fernando de Noronha, perdendo-se o navio capitaneado; entrou na Bahia de Todos os



Caramuru

Santos, onde se demorou dous mezes e debalde esperou pelos outros navios desgarrados da expedição; costeou em seguida a terra até o 18º, no actual Porto-Seguro, como dizem uns, ou na hodierna cidade de Caravellas, como querem outros, por ser o ponto que se acha na sobredita latitude e alli construiu uma feitoria, fortificada com doze peças de artilharia, que assim foi o primeiro ponto de estabelecimento portuguez no Brazil, deixando 24 pessoas de tripulação

providas sufficientemente de armas e viveres para seis mezes, as quaes, pela bondade dos indios, chegaram a penetrar até quarenta leguas no interior, e, depois de carregar seus navios com pão-brazil, partiu para o Tejo, onde, depois de uma viagem de setenta e sete dias, chegou a 28 de Junho de 1504, sendo recebido com grande jubilo, por já alli ser considerado perdido.

Querem alguns que a bahia de Todos os Santos fosse descoberta nesta segunda viagem de 1503, e não na de 1501, mas esta opinião desaparece diante do facto de vir indicada no regimento, dado a Gonçalo Coelho em 1503, a recommendação de procurar a bahia de Todos os Santos, que devia servir de ponto de reuinião das naos, caso houvesse extraviio, conforme diz o proprio Vespucci em sua carta a Soderini.

Se, pois, a Diogo de Lepe se deve o primeiro conhecimento da fórma pyramidal da America do Sul, a Vespucci se deve o não menos importante de ser este paiz um continente, e não uma ou mais ilhas, e de estar em ligação continental com as descobertas já feitas na Guyana e na Colombia.

D'ahi em diante pouco mais fizeram os portuguezas em beneficio de suas descobertas na costa brasileira. Toda a attenção do governo estava prendida na India, para onde se dirigiam as frotas. Algumas dellas tocavam na nova feitoria de Santa Cruz, como a commandada por Affonso de Albuquerque.

Quem mais se interessava pelo paiz recentemente descoberto era a especulação commercial, com particularidade dos francezes com os seus navios de Honfleur e Dieppe, tendo nós noticia mais positiva de uma expedição em 1503 por Binot Palmier de Gonneville, que entrou o Paraguassú, depois de ter estado no Rio de S. Francisco do Sul, no hodierno Estado de Santa Catharina, e em outros pontos da cidade bahiana.

Estas expedições trouxeram a grande vantagem de chamar a attenção de Portugal sobre o que se estava dando nas costas de sua possessão sul americana, fazendo com que D. Manuel, e após seu successor, depois de ter debalde na corte de Paris reclamado contra a violação de seus direitos, tomasse a resolução de armar uma frota para estacionar nas costas do Brazil e cruzar contra os francezes.

De seu commando foi encarregado Christovão Jaques, que no fim do de 1526 apresentou-se com seis navios em Pernambuco, onde fundou, no lugar denominado Igaracú, pelos indigenas, uma feitoria para servir-lhe de principal ponto de operações.

Jaques, em seguida, pôz-se a cruzar pela costa abaixo até a foz do Prata, e na sua volta esbarrou, na altura da bahia de Todos os Santos, com tres navios da Bretanha, com os quaes lutou um dia inteiro, rendendo-se-lhe finalmente os francezes em numero de trezentos, que foram levados e aprisionados a feitoria de Pernambuco.

A Jaques seguiu-se no commando da feitoria um Antonio Ribeiro, de cuja actividade nada se sabe, e pouco depois d'alli desapareceu a frota. Os francezes nos seguintes annos toruraram a se apossar da feitoria, ficando assim a costa novamente a descriptção de todo mundo.

Foi, porém, durante este tempo de completo abandono da costa brasileira, antes da resolução tomada por D. João de mandar Christovão Jaques fiscalis-la, que na bahia de Todos os Santos appareceu um portuguez, o qual mais tarde foi de grande vantagem á colonisação quando ella seriamente teve principio, em volta do qual com o correr dos tempos se desenvolveu uma legendaria atmosphera.

Este portuguez foi Diogo Alvares, que, não se sabe de que navio, naufragou nas costas da Bahia, muito perto do ponto em que está hoje a cidade, nos annos de 1508 ou 1510.

Consequindo escapar á morte ameaçada pelos indigenas anthropophagos (a legenda diz que em consequencia do enorme pavor

que intimidou nos índios por um tiro de mosquete, que dera numa ave, que logo cahiu morta), e tendo adquirido grande influencia sobre as tribos de toda a vizinhança, viveram longos annos entre os índios da Bahia, amaldiçoado com diversas caboclas com as quaes fez numerosa familia, distinguindo-se d'entre ellas uma, com quem mais tarde casou-se, de nome Paraguassú.

Deixando de parte este assumpto, subimos que voltando Christião Jaques a Portugal, propoz ao governo, *ad instar* do que se tinha feito na colonisação de Madeira, que se distribuíssem as terras do continente brasileiro entre donatarios hereditarios, que as colonisariam a sua custa.

Esta proposta foi muito approvada por Diogo de Gouveia, homem eminente daquelles tempos, mas ainda a corda hesitava sobre o que devia resolver, até que uma carta de 2 de Agosto de 1530, vinda de Sevilha, em que se noticiou o regresso de Sebastião Cabot, descobridor do Paraná e Paraguay e do rio da Prata, electrizando o espirito dos portuguezes os levou a resolução de precederem os hespanhoes na posse dessas riquezas. Em breve estava prompta no Tejo uma armada de cinco navios com quatrocentos tripulantes. Para seu almirante foi nomeado em 20 de Novembro de 1530, Martim Affonso de Souza, a quem foram concedidas extraordinarias attribuições, como a de propor as divisões de territorios, de preencher todos os cargos, jurisdicção plena, civil e criminal, até o direito de vida e morte, excepto os fidalgos. Além disto, foi encarregado de distribuir terras a todos quantos as desejassem, sendo, porém, estas sesmarias teudas pessoas *ad vitam* sem passarem de paes a filhos.

A estes primeiros europeus ajuntaram-se, quatro annos mais tarde, no novo nucleo bahiano, em Agosto de 1535, alguns de uma hespanhola *São Pedro*, que com outra tinha salido naquelle anno de S. Lúcar, ao mando de Simão de Alencova para o Mar Pacifico, e que, retrocedendo de certa paragem do estreito de Magallanes para Porto de Lobos, foi encalhada pela tripulação amotinada na ilha de Boipeba, algumas leguas ao sul da bahia de Todos os Santos. Nesta occasião João de Mori, commandante da dita não, diz que esses colonos eram em numero de nove.

Nos ultimos dias de Janeiro de 1531, passou a armada o cabo de Santo Agostinho e ancorou na feitoria de Pernambuco, onde estavam com tres navios francezes, que foram logo aprisionados. Martim Affonso dividiu entao sua armada, remettendo para Portugal um navio com os prisioneiros e enviando dous sob o commando de Diogo Leite, a investigar as costas do N. e collocar padroes nos pontos mais adequados, o que Leite executou até a enseada do Gurupy, seguindo então para Lisboa.

Com o resto da frota seguiu Martim Affonso para o S., entrando logo na bahia de Todos os Santos, onde foi recebido por

Diogo Alvares e toda a sua numerosa familia. Fazia entao vinte e dois annos que Diogo se achava na Bahia, na aldeia que fundara no lugar hoje conhecido por Victoria e Graça, e onde, pela victoria alcançada sobre os cablocos, tinha construido uma egreja com o nome de Nossa Senhora da Victoria, em que então teve logar o casamento de suas filhas celebrado por uns franciscanos, que, na armada tinham vindo. Por esta occasião presenciou o almirante uma batalha naval entre os índios dos contornos, que durou quasi todo um dia, entre sessenta canoas de ambas as partes.

Antes de partir, deixou Martim Affonso alguns colonos com sementes de todas as especies, afim de experimentarem para qual cultura mais o terreno se prestava.

Na volta, Pedro Lopes deixou ali mais tres homens, que fugiram de bordo, sendo um delles, talvez, Affonso Rodrigues de Obidos, depois genro de Diogo. (*)

MARCO POLO

Navegador italiano—Nasceu em 1254 e falleceu em 1323—Atravessou toda a Asia pela Mongolia e voltou por Sumatra. E' dos mais preciosos o *"Livro manuscripto de suas viagens"*, o qual foi offerecido pela Senhoria de Veneza ao Rei D. Pedro de Portugal, quando em 1428 regressou de suas viagens encetadas em 1416. As viagens de Marco Polo prolongaram-se no seculo XIII ao reino de Cathay, hoje China. Sua obra foi impressa em 1477, na lingua alleuã.

Martim Bealhim nasceu em Novembro entre os annos de 1430 e 1436. Negociou em fazendas e construiu em Lisboa um astrolabio de grande importancia para a navegação. Foi discipulo do astronomo Canillo João Müller de Monte Regio. Casou-se em Fayal com D. Joanna de Macedo, filha de Jobst Von Henner, senhor de Murkirchen e Harbrek, 19 donatario de Fayal e Pico. Viajou com Diogo Cão em 1484 nas costas da Africa até o rio Congo. Suppõe-se ter morrido em 1506.

Paulo Toscanelli era cosmographo florentino e sustentava a doutrina, desde 1474, de que, seguindo-se pelo Atlantico, em direitura ao poente, se chegaria á India, por um caminho mais directo e mais curto: que esta asserção se podia fazer bem sensível, tendo uma poma ou pequeno globo á vista; mas que, em todo o caso lhe remettia *(a D. Affonso I., rei de Portugal e Fernão Martins, conego da Sé de Lisboa)* um mappa ou carta, como as de marear, por elle desenhada, na qual havia marcado todo o poente

(*) Vide—M. Historica—F. Vianna

impedimento de J. Mendes Bogaesmann, nella república de camillanos e
aproveitando assim os alvares que eliaes puzera ao para da
especialidade que communmente se dá aos p. no l. contra, porque as
p. se separaram de lá para lá, e assim se acharam por essa linha
correlativas ligadas a Ilha das São Cidades ou Antilla.

No mado de Outubro 1500, veio assentados o rio S.
João e a Ilha de Todos os Santos e Porto Seguro (*).

DIOGO ALVARES CORREIA O CARAMURU

Diogo Alvares Correia nasceu na Costa da Bahia, no lugar
denominado *Quilomby*, em 1510, sendo seus companheiros
denominados *poço camillanos*. Segundo a opinião de um cronista,
Diogo Alvares conseguiu salvar-se da morte frequente dos "Tupã-
nambês" por se ter utilizado de um resguardo com que alfinou em
um *camillano*, provindo desse *terreno* denotificação de Caramuru—
Alfama do Fogo.

Entre os seus, que Catharina Peregrina, filha formosa, filha
de "L. de F. Pereira", encontrou Diogo Alvares, tentando de trize
metros de hum, semelhante ao peixe Caramuru, tinha das loras do
resulto em se havia refugiado, e, com oido, salvou-lhe a vida.

— Posteriormente, Diogo Alvares casou-se com Catharina
Peregrina, dando origem em 1512-1515 à primeira povoação entre
os lagos do Grão e da Victoria. Em 1524 foi por elle fundada a
Krona de F. de Grão e em 1530 a da Victoria. Em 1536 recebeu
a doação de uma sesmaria de 400 varas de terra, onde já tinha sua
povoação. Diogo Alvares prestou inextinguíveis serviços na cons-

(*) 1500—Lando Coto—p. m.

—Gregorio Vespucio nasceu em Florença em 1491. Viu a America 4
vezes, deixando os relatorios de suas viagens escritos em latim, os quos foram
traduzidos e impressos em 1575 em Paris.

Gregorio de Vespucio em 1514.

Em São Paulo de 1580, Gregorio Colombo, o descobridor da America,
que se enforcou a morte, sendo sepultado na Cathedra de São Paulo. Nasceu em
1492 em Gênes.

Partiu de Portugal para a Hespanha em 1491, aliando-se a Isabel de Castella tres
vezes, e com a sua esposa a America em 1492. O primeiro
partido descobriu a Ilha de Santhome (S. Salvador) uma das Lavouras. Em
seguida descobriu a Ilha de São Paulo que se chamou Hespanha Velha e Hespanha
em 1493. Em uma segunda viagem descobriu a Gualdipe, Maria Galante,
Santo Paulo, e depois a Ilha de São Paulo. Em 1494 a grande navegação
descobriu o Oceano do Caracol. Em 1495 descobriu a Ilha de São Paulo, e em
1496 a Ilha de São Paulo, e em 1497 a Ilha de São Paulo.

Entre os muitos descobridores da Ilha de São Paulo, pedindo uma
escolha, por se achar em talha de São Paulo e não em São Paulo por não possuir
em nenhuma das que foram uma ilha da esportada.

—Vasco da Gama nasceu em 1469 e morreu em 1524. Descobriu em 1498
a Ilha de São Paulo, e em 1500 a Ilha de São Paulo. Foi Vespucio das Indias e
Lando Moqueque, João de Gênes.

tracção da cidade, auxiliando com sua gente a todos os Governadores
Geraes e donatarios da Bahia.

Falleceu em 5 de Outubro de 1557, na povoação do Pereira
(Villa Velha) (*), deixando grande prole e por testamenteiro seu
genro João de Figueredo. Era natural de Vianna e pertencia a uma
das familias mais importantes daquela Villa.

Foi sepultado, bem assim sua mulher, na Igreja da Graça, onde
se encontram varios tumulos com bellas inscrições.

RAÇAS INDIGENAS

A CASA DA TORRE

Abatirás—Estendiam-se do Reconcavo até á Capitania de
Porto Seguro.

Amborés—Habitavam o sul da Bahia nos limites com o Espírito
Santo.

Aymorés—Habitavam a Serra dos Aymorés. Indios bravios,
existentes ainda hoje.

Aramarizás—Viviam no interior.

Aramites—Vaguejavam na costa maritima.

Aturás—Habitavam em Porto Seguro.

Augaiars—Habitavam em Porto Seguro.

Canarins—Habitavam em Vicoso e Caravellas.

Cancaiares—Habitavam na Bahia de Todos os Santos.

Cataguás—Habitavam em Porto Seguro.

Cusirias—Habitavam na Bahia de Todos os Santos.

Guglús—Habitavam em Porto Seguro.

Guigravibos—Habitavam em Porto Seguro.

Guivós—Habitavam na Bahia de Todos os Santos.

Iphigrinapfos—Habitavam em Porto Seguro.

Machacaris—Habitavam na Serra dos Aymorés.

Malabís—Habitavam na Serra dos Aymorés.

Maraques—Habitavam na Bahia de Todos os Santos.

Mariquitos—Habitavam na costa norte da Bahia.

Mongodós—Habitavam na Serra dos Aymorés.

Orrisés Procasos—Habitavam em Queimadas.

Patachós—Habitavam no Rio de Contas e Jussiape.

Quirigujas—Habitavam na Bahia de Todos os Santos.

Tucannucos—Habitavam em Porto Seguro.

Tupnambês—Habitavam a costa desde o rio Real até Ilhéos.

Tupniquins—Habitavam em Porto Seguro, Ilhéos, Camamu
e se estendiam até o rio S. Mathheus ou Cricaré.

(*) Luiz dos Santos Villhena, cuja alma sobre a Bahia, existe em copia no Ar-
chivo Publico, falla das explorações que, em 1800 sem resultado se fizeram no local
da antiga Villa Velha do Pereira.

Paraguassú — Havia um a Bahia de Teófilo Soares.

Da tribo dos *Tupiniquim*, a mais e mais importante da Bahia, descendem Catharina Paraguassú, filha do clero Teófilo, a qual se casou com D. Diogo Alvares Corrêa, o *Caramuru*.

Os casamentos de Diogo Alvares Corrêa com Catharina Paraguassú tiveram os filhos seguintes:

D. Aires Alvares, D. Domingos Alvares, D. Apolônio Alvares.

D. Garcia Alvares casou com Anna Gil.

D. Aires Alvares casou com Castello Rodrigues Corrêa.

Filhos da Cidade de Vianna em Portugal, teve os seguintes filhos.

— Pedro Miguel Rodrigues Capella, Vigário da Villa Velha e promotor da Bahia. Capella, Aires Rodrigues Corrêa, Paulo Rodrigues Corrêa, Domingos Rodrigues Corrêa, Jorge Alvares Corrêa, D. Maria Corrêa.

D. Maria Corrêa casou com Aires da Rocha Peixoto, fidalgo natural de Vila de Fátima dos Alvaradas Peixoto, do Porto.

D. Gregório Alvares casou com Vincente Dias de Beja, natural de Alentejo, capitão de casa do Infante D. Luís e deste casamento nasceu a filha Casa de Teófilo de Garcia de Avila.

Os casamentos tiveram:

— Diogo Dias de Avila casou com Francisco de Arango, Leãoz de Avila, Melchior Dias e Vincente Dias.

D. Catharina Paraguassú casou com João de Avila, fidalgo de Arango, D. Antônio Dias, natural de Avila, D. João de Arango Soares, D. Francisco Dias casou com Catarina de Arango.

Diogo Dias casou com D. Lúcia de Avila. Ella de Garcia de Avila fidalgo português que veio para a Bahia com Thomé de Souza e de sua filha D. Maria Rodrigues.

Bella casou com seu irmão filho, que foi Francisco Dias de Avila, fidalgo de Arango e fidalgo da Torre e fidalgo da Casa Real.

Francisco Dias de Avila casou com D. Anna Pereira e tiveram Aires de Avila, senhor da Casa da Torre, capitão de ordenanças e fidalgo da Casa Real que se casou com D. Leonor Soares.

Os casamentos tiveram: Francisco Dias de Avila, Bernardo Soares Capella, D. Catharina Soares.

Os casamentos de Francisco Dias de Avila com D. Leonor Pereira tiveram: Maria de Avila, fidalgo da Casa Real, que casou com D. Ignorance de Arango Pereira e desta filha nasceu:

Francisco Dias de Avila, senhor da Casa da Torre e mestre de campo de casa da Torre, fidalgo da Casa Real e casado com D. Catharina Soares Corrêa de Arango e depois Aires.

Os casamentos tiveram:

Garcia de Avila, fidalgo de Arango, D. Leonor Pereira.

Marinho, casada com o mestre de campo José Pires de Carvalho e Albuquerque.

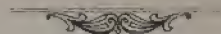


29 missa — Corôa Vermelha

da Graça.

Sua sepultura tem o seguinte epitaphio:

«Sepultura de D. Catharina Alvares Paraguassú, Senhora que foi desta Capitania da Bahia, a qual ella, e seu marido Diogo Alvares Corrêa, natural de Vianna, deram os Senhores Reis de Portugal: edificou esta Capella de N. S.^a da Graça e a deu com as terras annexas ao patriarcha de S. Bento em os annos de 1582.»



CAPITANIAS HEREDITARIAS, OUVIDORIAS

——— 1534—1761 ———



CAPITANIAS HEREDITARIAS

Não dando resultado o systema de colonização, estabelecido por Christovão Jacques e Martim Affonso de Souza, os quaes foram os mais importantes exploradores da Costa do Brazil, fundando feitorias em *Iguarassê*, aprisionando corsarios francezes, carregados de *pau brazil*, reconhecendo o interior do paiz, fundando Martim Affonso de Souza a colonia de *S. Vicente* no littoral e a de Piratininga no interior, no que foi auxiliado por Gonçalo Monteiro e João Ramalho, D. João III (*) dividiu o Brazil em Capitánias hereditarias, doando-as do seguinte modo:

A *Martim Affonso de Souza* 12 legoas ao sul de Canauêa até as barras do Paranaguá e os terrenos desde o rio Yuquerýgueré até 13 legoas ao norte de Cabo Frio.

A *Pero Lopes de Souza* (seu irmão) desde o Yuqueré-mirim até á barra S. Vicente e de Paranaguá para o sul até Laguna em altura de 28° e um terço e mais 30 legoas ao norte da ilha de Itamaracá.

Martim Affonso de Souza foi governador da Índia e levou ao Oriente S. Francisco Xavier.

A *Pero de Gêes* foi doada á da Parahyba do Sul ou dos Goytacazes.

A *Vasco Fernandes Coutinho*—a do Espirito Santo em uma extensão de 50 legoas.

A *Pero do Campo Tourinho*—a de Porto Seguro, de S. Matheus até á barra do Poxim na altura de 15°.

A *Jorge de Figueiredo Corrêa*—a de Ilhéos ao sul da Barra da Bahia.

A *Francisco Pereira Coutinho*—a do padrão da Barra ao Rio S. Francisco.

(*) D. João III nasceu em Lisboa no dia 6 de Junho de 1502 e succeden em 1521 a D. Manoel, O Venturoso, que falleceu em 13 de Dezembro do mesmo anno.

Falleceu em 11 de Junho de 1557, succedendo-lhe no throno seu neto D. Sebastião, com 3 annos de idade, ficando na regencia a avô D. Catharina d'Austria.

A de *João de Barros e Ayres da Cunha*—estendia-se da Bahia da Trança, num percurso de 100 legoas, até o rio Mundahú, (território da Parahyba, Rio Grande do Norte e parte do Ceará).

A de *Antonio Cardoso de Azevedo*—estendia-se até o rio Parahyba, onde estão hoje a Piahy e parte do Ceará.

A de *Francisco Alvariz de Andrade*—de 75 legoas, até o norte do Rio Turvaçu, no Maranhão.

As Capitâneas foram doadas em 1534, com os foraes respectivos. (**)

Francisco Pereira Coutinho, donatário da capitania da Bahia, estabeleceu-se em *Villa Velha*, ou Villa do Pereira sendo muito ajudado por Camamurú, em 1535.

Sendo infeliz em suas tentativas de colonização, naufragou em batalha nos índios *Carabana*, sendo morto pelos indígenas, com as quaes havia abeto acirrada lucta...

A Capitania, por sua morte, reverteu a Corôa em 1548.

Em *Villa Velha*, Francisco Pereira Coutinho fundou a primeira fortaleza—a de Santo Antonio da Barra.

Em 1537—1540 foram fundados nas proximidades do Dique os primeiros engenhos (2) de açúcar, que foram queimados pelos Tapinambás.

A *Capitania de Porto Seguro* prosperou com Pero de Campo Tourinho, natural de Viana da Foz do Lima, homem de muitos lances e de grande parentela.

Em casado com D. Ignez Fernã Pinto e tinha um filho Fernã do Campo Tourinho. (***)

Levantou a Villa na foz do Rio Burahem, algumas milhas ao sul da Bahia Cabralia, construindo casas, forte, capella, armazens, estaleiro e forja, distribuiu terras aos moradores, fez um tombo para registro das sesmarias e desvendou o sertão.

A igreja da Ajuda foi fundada pelo jesuita Vicente Rodrigues, dos primeiros que vieram em 1549 com Manuel da Nobrega, em companhia de Thomé de Souza.

A Capitania prosperou muito até que falleceu Tourinho.

Em 1580 Duarte de Lemos passou a governar-a, sendo infeliz. Succedendo-lhe Fernã do Campo, filho do donatário, o qual levou a Capitania á desordem.

Fallecendo Fernã, passou a Capitania a sua irmã D. Leonor.

(*) Villa P. Pedro II. Terra do Brazil.

(**) Ato—Procedimento o mesmo sustinado pelo Tribunal de Inquirição (Arquivo Publico).

a qual, com licença regia, vendeu-a a D. João de Lencastre, 1.º Duque de Aveiro.

Posteriormente ella soffreu a invasão dos Aymorés que destruíram a Villa e a povoação de *Santa Amaro*, que ficava proxima, até que em 1759 reverteu á Corôa.

Revertida á Corôa o Marquez de Pombal creou na antiga Capitania uma ouvidoria, sendo nomeado ouvidor Thomé Conceiros de Abreu, que exercia o cargo de Ouvidor em Thomaz e vindo para a Bahia, teve as honras de desembargador da Relação do Porto.

Tronxe Thomé Conceiros varias instruções ou clausulas dadas pelo marquez de Pombal, até entao Conde de Oeiras, clausulas que constituem um regimento administrativo e judiciario para o bom governo da Ouvidoria.

Thomé Conceiros tomou posse de seu cargo em 8 de Dezembro de 1763 e exercen-o durante 16 mezes; falleceu em meados de 1765, sendo inhumado em Santa Thereza. (Seminario).

Estudou todas as barras do sul, as aldeias de indios, sondou todos os rios e creou varias villas.

Foi substituido pelo Ouvidor José Xavier Machado Monteiro, tambem de grande valor.

Xavier Machado desenvolveu muito a ouvidoria, incrementando o cultivo das terras.

CAPITANIA DE ILHÉOS

Foi doada em 25 de Abril de 1534 com o Foral de 26 de Agosto do mesmo anno, com 50 legoas a Jorge de Figueiredo Corrêa, Fidalgo do El-Rei D. João III e Escrivão de sua real Fazenda.

Jorge de Figueiredo Corrêa mandou em seu logar Francisco Roméro, que iniciou a construcção da Villa no Morro de S. Paulo, de onde depois passou para o rio de Ilhéos e ali fundou a Villa, a que deu o nome de S. Jorge em 1535 ou 1536.

A capitania prosperou, apesar da lucta com os indios Aymorés. Por morte de Jorge de Figueiredo, passou a capitania a seus filhos Jeronymo e Rui de Figueiredo.

Jeronymo de Figueiredo vendeu-a em 1560 a Lucas Gualdes por 4.825 cruzados ou 1.930\$000.

Fallecendo Lucas, passou a Francisco de Sá de Menezes—sua mulher D. Maria Gualdes, em poder dos quaes foi penhorada por D. João de Castro, em nome de sua mulher D. Juliana de Souza, e sua filha D. Helena de Souza. Em 10 de Junho de 1615, a requerimento de André Dias, procurador de D. João de Castro, na Praça do Pelourinho, nesta Capital, foi arrematada por 9.370 cruzados (3.768\$000). Os réos embargaram, havendo nova arrematação, sendo arrematante D. João de Castro (o Conde Almirante).

Sua filha D. Helena de Castro requereu confirmação da carta de arrematação que lhe foi passada em 17 de Outubro de 1645.

Foi ultimo donatario D. Antonio José de Castro.

Por provisão de 4 de Março de 1761 a corôa ordenou que o ouvidor da Bahia tomasse posse della, a qual se effectnou a 27 de Junho de 1762 pelo ouvidor Luiz Freire de Vêras, constituindo-se em comarca a velha capitania, separada da Bahia, sendo seu primeiro ouvidor o Dr. Miguel Avres Lobo de Carvalho, que tomou posse em 1762.

CAPITANIA DO PARAGUASSU E JAGUARIPE (*)

D. João III, attendendo aos relevantes serviços prestados por por D. Alvaro da Costa, filho de D. Duarte da Costa, 2.^o Governador Geral do Brazil, conceden-lhe dez legoas de terras desde o Rio Paraguassú até Jaguaripe, entrando pelo continente até terminar na serra do Guararú.



(*) Substancioso estudo sobre esta Capitania foi feito pelo Dr. P. Vicente Vianna, não se sabendo, entretanto, o paradeiro do mesmo trabalho.

THOMÉ DE SOUZA

1.^o GOVERNADOR GERAL

Duarte da Costa e Mem de Sá

VICE REIS (JUNTAS GOVERNATIVAS)

1549—1822

THOMÉ DE SOUZA

19 GOVERNADOR GERAL

Não produzindo o systema das Capitánias o effeito desejado, D. João III resolveu crear um governo geral para o Brazil, escolhendo Thomé de Souza.

O novo governador geral partiu de Lisboa, a frente de uma expedição de 600 soldados, 400 degredados, varias familias e seis jesuitas, em cujo numero vinham Manoel de Nobrega e Aspilcueta Navarro (*) e chegou á Bahia a 29 de Março de 1549, sendo recebido por Diogo Alvares e pelo colono Gramatão Telles.

A esquadra que o trouxe era composta das tres náos—*Começão*, *Salvador*, *Ajuda*, duas caravellas e um bergantim.

Thomé de Souza era filho de João de Souza, prior de Rataens.

O novo governador geral recebeu um regimento, feito pelo Conde da Castanheira, (**) homem mui experimentado nas cousas do Brazil, o qual continha 41 artigos e mais artigos supplementares.

Sua nomeação foi passada em Almeirim em 1 de Junho de 1549.

Foram nomeados os funcionarios seguintes:

Rodrigo de Freitas, Escrivão do almoxarifado com 308000



Chegada de Thomé de Souza

(*) Os demais jesuitas foram: Leonarito Nunes, Amador Nunes, os padres Vicente Rodrigues e Diogo Nunes.

(**) O Conde de Castanheira era ministro de D. João III. Foi despedido de seus serviços, El-Rey lhe doou as terras de Itaparica, Tamaraquiva e Rio Vermelho que passaram a seus successores. [Vide Arch. Publico, documentos.]

cada anno: Antonio Alves, Provedor da Fazenda, em Ilhéos; Antonio Cardoso de Barros, Provedor-mór da Fazenda Real, na Bahia de Todos os Santos; Antonio Rego, Escriptão da Provedoria; Gaspar Camargo, contador; Miguel Muniz, Escriptão dos contos; Nuno Alvares, Escriptão da armada; Pero Góes, capitão-mór da costa do Brazil; Francisco Mendes da Costa, Escriptão da Fazenda das terras do Brazil; Luiz Dias, mestre das obras das fortalezas, que se haviam de fazer na Bahia; Diogo de Castro, boticário; Pero Borges, ouvidor geral; Christovão de Aguiar Daltro, almoxarife do armazem de mantimentos; Jorge Fernandes, Physico-mór.

Chegando á Bahia, Thomé de Souza hospedou-se com Diogo Alvares e o ouvidor Pedro Borges e o provedor Antonio Cardoso de Barros com os genros do mesmo Diogo Alvares.

—Escolhido o local, a meia legua da Villa Velha, por ser melhor ancoradouro para os navios e por existirem duas fontes—do Unhão e do Pereira—para aguada da armada e serviço da cidade, iniciou a edificação, roçando o terreno e cercando as areas de pão a pique para segurança dos trabalhadores.

Os indigenas, dirigidos por Diogo Alvares Corrêa, a quem El-Rey dirigio uma carta especial, auxiliaram o governador na grande tarefa.

CARTA DE EL-REI D. JOÃO III A DIOGO ALVARES CORREIA

O-CARAMURÉ

Diogo Alvares:

Eu, El-Rey, vos Envio muito saudar. Eu ora mando Thomé de Souza, fidalgo da minha casa, a essa Bahia de Todos os Santos por Capitão Governador della e para na dita Capitania e mais outras desse Estado do Brazil prover de Justiça della e do mais que ao meu serviço cumprir, e mando que na dita Bahia faça uma povoação e assento grande e outras cousas de meu serviço.

E porque sou informado pela muita pratica que tendes dessas terras e da gente e costumes dellas o sabereis bem ajudar e conciliar, vos mando que tanto que o dito Thomé de Souza lá chegar, vos vades para elle e o ajudeis no que lhe deveis cumprir e vos encaregar, porque fareis nisso muito serviço.

E porque o comprimento e tempo de sua chegada ache abastada de mantimentos da terra para provimento da gente, que com elle vai, escrevo sobre isto a Paulo Dias, vosso genro, procure se haverem e os vá buscar pelos portos desta Capitania de Jorge de Figueredo.

Sendo necessaria vossa companhia e ajuda, recomendo-vos que ajudeis no que cumpre, como creio que o fareis.

Bartholomeu Fernandes a fez em Lisboa a 19 de Novembro

de 1548. Rey. Subscripto. Por El-Rey. A Diogo Alvares—Cavalheiro de Sua Casa na Bahia de Todos os Santos.

Construíram-se, desde logo, o peloteio, a Casa da Câmara, cadeia, alfandega, casa dos contos da rendenda, armazéns e casas particulares cobertas de palmas.

Um muro de taipa grossa foi levantado, com dois baluartes ao longo do mar e quatro do lado de terra e em cada um delles foi collocada artilheria para garantir a das invasões indigenas.

Em seguida foram feitas as armas da cidade consistindo em *uma fomba em campo, ou, com um fimo branco, a legenda em letras de ouro. Suo diti ad artem reversa* (**).

«Estas Armas (***) se veem em ambas as portas da cidade, na Casa da Camara, no seu Pendão, e nas casas dos cidadãos».

Na praia da cidade foi construida uma ermida com a invocação de NS. da Conceição, para o fim de tornar mais commoda aos navegantes o culto de Nossa Senhora.

Pelo mesmo tempo, o Jesuita Manoel da Nobrega e seus companheiros edificavam a segunda igreja da cidade—da Ajuda que servio de parochia.

Em 1550 a igreja da Bahia, por pedido de D. João III, foi elevada a Bispado, sendo seu primeiro Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, o qual trouxe consigo o pessoal diocesano, sinos e paramentos, em 1551.

A igreja da Ajuda servio de Sé, enquanto o Bispo não providenciou para a edificação da verdadeira Sé.

Para as obras da Sé foi determinada por alvará de 16 de Setembro de 1551 a applicação do producto *das panças e condemnções applicadas aos criminosos, os ditos, munições, novidades* desta capitania e terras das partes do Brazil que pertencem ao mestrado de NS. Jesus Christo e sendo o rendimento até 200\$ por anno, o dito Bispo o repartisse entre si e pelo meio e sendo mais de 200\$ a demazia que mais for poderá o Bispo repartir pelas igrejas parochiaes das ditas capitaniae e peios vigarios e beneficiados que tivessem mais necessidade.

De 1549 a 1551 estavam abertas na cidade as ruas seguintes: a da Victoria, que atravessa o terreno onde está a fortaleza de S. Pedro, chamada—Portas da Villa Velha, a rua do Rosario, a de S. Pedro, de S. Bento, a de Palacio, a da Ajuda, uma das primeiras do commercio. Em seguida surgiram as da Misericórdia, da ladeira da Praça, a dos Capitães e a do Collegio de Jesus. (**)

(*) Vid. Rocha Pitt. II da America Portuguesa.

(**) Vide Mello Moraes, Chronica do Imperio do Brazil.

Thomé de Souza inspirou a idéa da fundação de uma Santa Casa de Misericórdia para curar a gente pobre, abriu a Praça do Palacio, de cujos cantos seguiam dois caminhos pela encosta de montanha, para a praia, sendo um do lado do Norte, que ia terminar na fonte chamada do Pereira; e o outro do lado do sul (por detrás do Palacio) dava passagem para a igreja da Conceição da Praia, onde desembarcavam as mercadorias que subiam em carros pelo caminho (ladeira da Preguiça) para a praça.

Na Praça do Palacio desembocava o becco do «Tira Chapéo» porque todos se descobriam ao passar em frente ao Palacio de El-Rei. A rua Direita do Palacio era fechada e tinha portão, razão porque se chamava passagem da Porta de Santa Luzia.

A opinião mais abalada é a de ter sido a Cidade do Salvador inaugurada com toda a solemnidade em 13 de Junho de 1549.

O primeiro governador geral deu á Camara, por força do regimento que trouxe, seis legoas de terra, do padrão da Barra ao rio Joannes, e, posteriormente mais tres legoas, a requerimento do procurador da Camara, (*) Francisco Rodrigues, começando desde 2 legoas além do Rio Vermelho e em direcção ao Sertão, todo o espaço que fôsse de campo para pastos, para patrimonio da mesma Camara.

Mandou vir gado das ilhas de *Cabo Verde* e sementes de canna, e distribuiu terras para lavoura e para criação de gado, iniciando a colonização nos rios Real, Paraguassú, Jaguaripe, de cuja primeira Zona Garcia d'Avila foi o maior sesmeiro, como Antonio Guedes de Britto o foi no centro.

As tropelias dos gentios são reprimidas por Thomé, de Souza, «que fez amarrar á bocca de uma peça e despedaçar com um tiro a dois indigenas de uma tribu que havia devorado quatro portu- guezes.»

Em recompensa de seus serviços, D. João III concedeu-lhe uma sesmaria de oito legoas de costa e cinco para o sertão no rio Pojuca.

Depois de prestar inestimaveis serviços, retirou-se para Lisboa em 1553.

Thomé de Souza foi substituído por Duarte da Costa, 2º Governador Geral, que assumio o cargo em 1553, vindo em sua companhia 16 Jesuitas, entre elles o Padre José de Anchieta.

Em 1554 D. João III, em alvará, ampliou as liberdades colonias, isentando do pagamento de dizimo a todo aquelle que fizesse ou reformasse engenhos, movidos por agua ou por bois, no firme proposito de augmentar a colonização das novas terras.

Fizeram-se no mesmo anno varias nomeações para a Alfandega

(*) Por Decreto de 25 de Agosto de 1826 foi concedida á Cidade de Salvador o titulo de *Real e Valerosa Cidade*.

e foi ordenado a Duarte da Costa que favorecesse aos Jesuitas, para que elles edificassem um collegio igual ao de Santo Antão.

As questões que haviam surgido em S. Paulo, quando se lançaram as bases do respectivo Collegio e a mudança dos habitantes de *Piratunga* para a nova povoação, reacenderam-se na Bahia entre Duarte da Costa, D. Alvaro da Costa e o Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha.

A lucta originou-se da questão entre os colonos e os Jesuitas, aggravada com a attitudo de D. Alvaro da Costa, que acabava de vencer os indigenas que depredavam os estabelecimentos agricolas da cidade e seu reconvivo.

— Neste pé as cousas, O Bispo escreve a El-Rey dizendo *aque- quem viu a Bahia em tempo do bom Thomé de Souza, e a vê agora, tem tanta cousa de se carpir, que passa a expor-lhe as queixas contra as más acções de D. Alvaro da Costa, João Rodrigues Peçanha, Luiz de Góis, Fernando Vasco da Costa e outros seus sequazes, e tantos descuidos do Governador que não ha homem, nem mulher na Bahia, que não sejam affrontados, desautorados e combatidos de sua honra, e são estes homens excessivamente arreitados, em offender a Deus, em affrontar os moradores, e que queixando- se delles ao Governador, em particular que alhasse para seu filho em apartasse das más conversações, respondem que não podia tolher seu filho D. Alvaro, que folgasse com quem quizesse, que na terra não havia outros fidalgos mais honrados que João Rodrigues Peçanha e Luiz de Góis com quem seu filho se devesse praticasse, e por suas queixas lhe tomou o Governador tamanho aborrecimento que nunca mais lhe passou pela rua, e fez que seu filho D. Alvaro e João Rodrigues Peçanha amotinasse os amigos contra elle, como fizeram. (**)*

Em 1555 não passou despercebida a El-Rey a necessidade de se construírem navios para guardar a costa, recebendo Duarte da Costa ordens no mesmo sentido. (**)

Augmentando as desavenças com o Governador Geral, D. Pedro Fernandes Sardinha embarcou para o Reino. A sorte lhe foi adversa e naufragando nos Baixos de D. Rodrigo, no rio Cururipe, foi morto e devorado pelos indios Cahetés em 1555.

Devido ao estabelecimento dos francezes, commandados por Nicoláo Durand de Villegaignon, no Rio de Janeiro e á morte do Bispo, Duarte da Costa deixou o governo em 1557 e retirou-se para Lisboa.

(*) Também Duarte da Costa esteve tres cartas a El-Rey, queixando-se dos excessos e crimes do Bispo, o que tudo se evidenciava do processo e devesse que remetia para El-Rey verheer.

(**) Em 15 de Maio de 1651 o Governo Portuguez mandou construir o Arsenal de Marinha da Bahia sendo Governador Geral o Conde de Castello Melhor.

Mem de Sá foi o 3.º Governador Geral do Brazil. Descendia da Família Pelagio de Sá, fidalgo da Casa Real, e era filho de Gonçalo Mendes de Sá.

Foi nomeado em 24 de Julho de 1556 e tomou posse do Governo em 23 de Julho de 1558.

No mesmo anno de 1557, morreu D. Sebastião, com a idade de tres annos, ficando na regencia do Reino D. Catharina d'Austria, vinha de D. João III, e na Bahia (5 de Outubro) morreu Diogo Alvares Corrêa—Caramuru.

Braz Fragoso foi nomeado ouvidor da Bahia, em lugar do Dr. Pedro Borges.

Por esse tempo a corte provê sobre os engenhos de moer canna, sobre os direitos do assucar, sobre os degredados que são mandados para o Brazil e sobre as ferramentas com que os moradores do Brazil podiam negociar com os indigenas.

Assumindo o governo, Mem de Sá restabeleceu a ordem, mandou logo combater os Govtaezes, que infestavam a capitania do Espirito Santo, dando esta incumbencia a seu filho Fernando de Sá, que foi morto pelos mesmos.

Em seguida seguiu para o Rio de Janeiro no sentido de bater os Francezes, commandados por Villegaignon. Receben os reforços que o Padre Nobrega enviou de S. Vicente e derrotou os Francezes, que eram auxiliados pelos indios *Tamoyos*.

Entretanto, havia muito que fazer de referencia á expulsão das forças de Villegaignon.

Da metropole, a seu pedido, vieram tropas commandadas por seu sobrinho Estacio de Sá.

Estacio de Sá dirige-se ao Rio e fortifica-se no Pão de Assucar, lançando as bases da cidade de S. Sebastião.

Sabendo que Estacio não conseguio expulsar os Francezes, Mem de Sá, já então na Bahia, seguiu para o Rio e levou uma expedição commandada por Christovam de Barros, recebeu reforços do Espirito-Santo e de S. Vicente e no dia 15 Março de 1560 atacou os Francezes e os destroçou no Forte Coligny, fugindo a maior parte para a Bahia de Nietheroy, apoderon-se da ilha Urucumiri, do Forte Coligny, demolio-o e conduziu para bordo todo o trem de guerra.

Em seguida transferio a cidade do Rio para o Morro do Castello, nomeando seu Governador Salvador Correia de Sá, por ter fallecido Estacio de Sá, devido a um ferimento recebido na luta contra os Francezes.

De S. Vicente escreveram a El-Rey dando conta do successo, mudou os habitantes de Santo André para o sitio, onde se fundou S. Paulo e retirou-se para a Bahia, onde foi festivamente recebido.

Governou até 1572, data em que falleceu.

Foi enterrado na igreja do Collegio.

No seu governo, 1569, chegon á Bahia o segundo Bispo, D. Pedro Leitão, o mesmo que ordenou ao Padre José de Anchieta.

4.º Luiz de Britto e Almeida, nomeado a 10 de Dezembro de 1572. Chegou a Bahia a 13 de Maio de 1573 e governou até o ultimo dia do anno de 1577, em que foi substituido por

5.º Lourenço da Veiga, que até então tinha administrado, como capitão-mór e locotenente dos donatarios de S. Vicente, "necessarios de Pero Lopes, a dita capitania. Chegou a Bahia em fins de Dezembro de 1577 e assumiu o Governo a 1 de Janeiro de 1578, fallecendo a 17 de Junho desse anno. Sentindo-se doente, passou em tempo o governo ao senado da camara e ao ouvidor geral Cosme Rangel de Macedo, forma collectiva, então nova, de governo, confirmada depois pelo rei, que era Felippe II de Hespanha.

Este governo interino durou até chegar

6.º Manoel Telles Barretto, que, nomeado a 20 de Novembro de 1581 assumiu a administração a 9 de Maio de 1583 e exerceu-a até 27 de Março de 1587, em que falleceu, succedendo-lhe, conforme a via de successão que trouxera, uma junta composta do Bispo D. Antonio Barreiros, o provedor-mór da fazenda Christovão de Barros, e por curto tempo o ouvidor geral Antonio Coelho de Aguiar, junta que governou até 24 de Outubro de 1591, quando chegou

7.º D. Francisco de Sousa nomeado por C. R. de 1. de Dezembro de 1590. Tomou posse a 4 de Outubro de 1591, e governou até 12 de Maio de 1602. Quando em 1598 foi ao descobrimento das minas de prata de Roberio Dias, substituiu-o no governo o capitão-mór Alvaro de Carvalho.

8.º Diogo Botelho, nomeado por C. R. de 20 de Fevereiro de 1601. Tomou posse a 12 de Maio de 1602 e governou até 1 de Fevereiro de 1607.

9.º D. Diogo de Menezes, depois 1.º Conde da Ericeira, nomeado a 22 de Agosto de 1606, chegou a Pernambuco em fins de 1607 e a Bahia em Fevereiro de 1608 (Varnhagen), governando até 1613.

Succeden-lhe

10. Gaspar de Souza, nomeado a 1 de Março de 1613, tomou posse a 21 de Dezembro de 1613. Por ordem régia fixou a principio sua residencia em Pernambuco por causa das guerras contra os francezes que queriam se estabelecer no Maranhão.

Ainda em 1616 passava elle uma provisão, a 20 de Janeiro em Olinda, nomeando a Vasco de Souza Pacheco para capitão-mór da Bahia, em substituição a sua pessoa.

11. D. Luiz de Souza, tomou posse no dia 1 de Janeiro de 1617 e governou até Outubro de 1622, epoca em que assumiu a administração.

12. Diogo de Mendonça Furtado. Este governou até 10 de

Maio de 1664, quando foi preso, com mais 13, pelos holandeses, quando invadiram a Bahia e se retiraram para Hollanda.

Pela via de successão compoz o governo:

12. Mathias da Almagreira, que então governava Pernambuco. Mto. amante que tomou posse, governaram como capitães-mores de Pernambuco.

13. O conselho geral Antonio Mesquita e Oliveira nos primeiros dias logo depois da tomada da Bahia.

14. A Junta composta do bispo D. Marcos Teixeira, Antonio Queiroz de Faria e Laureano de Albuquerque que governou até 21 de Setembro, finalmente:

15. Francisco Nunes Marinho, que veio como lieutenant de Mathias de Almagreira e governou de 22 de Setembro até 3 de Dezembro do dito anno de 1664, auxiliado por Manoel de Souza D'Alva.

16. D. Francisco de Moura Rolim tomou posse a 3 de Dezembro de 1664 vindo nomeado pela rei com patente de capitão-mor de Reconhecido e governou até 6 de Outubro de 1666, em que foi sucedido por

17. D. Manoel Luiz de Oliveira, conde de Miranda, que governou até fins de 1665.

18. Pedro da Silva, o Duro, depois conde de S. Lourenço, tomou posse em fins de 1665 e governou até 20 de Janeiro de 1669.

19. D. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre, tomou posse a 20 de Janeiro de 1669 e governou até 7 de Janeiro de 1670, quando em que partiu contando com a frota que tão tristes dias teve a 12, 13 e 17. Do governo foram inteiramente licenciado D. Vasco Mascarenhas, conde de Obidos.

20. D. Jorge de Mascarenhas, marquez de Montalvão, 19 vice-rei do Brasil. Tomou posse a 3 de Junho de 1670.

Preso a 15 de Abril do anno seguinte e deposto, foi, a 5 de Junho, enviado de ferro, remetido á Lisboa sob a vigilancia de seu fidalgo d'algua Luiz Telles da Silva.

Governou provisoriamente a junta composta do Bispo D. Pedro de Silva Sampayo, Luiz Barcollin e Laureano de Brito Correia, até 197.

21. Antonio Telles da Silva, que tomou posse a 20 de Agosto de 1671 e governou até 22 de Dezembro de 1677.

22. Antonio Telles de Menezes, Conde de Villa Rica de Arcoz, tomou posse a 27 de Dezembro de 1677 e governou até 7 de Março de 1680.

23. João Rodrigues de Vasconcellos, Conde de Castello Melhor, tomou posse a 7 de Março de 1680 e governou até 5 de Janeiro de 1681.

24. Jeronymo de Albuquerque, Conde de Albuquerque, tomou posse a 14 de Janeiro de 1681 e governou até 18 de Junho de 1687.

23. Francisco Barreto de Menezes tomou posse a 20 de Junho de 1687 e governou até 24 de Junho de 1693.

24. D. Vasco de Mascarenhas, Conde de Obidos, 29 Vice-Rei, tomou posse a 24 de Junho de 1663 e governou até 13 de Junho de 1667.

25. Alexandre de Souza Freire, tomou posse a 13 de Junho de 1667 e governou até 8 de Maio de 1671.

Seu successor nomeado, João Correia da Silva, saiu de Lisboa no principio do anno de 1669 para vir tomar posse, mas naufragou e pereceu nas costas do Rio Vermelho, sendo seu corpo achado e enterrado no Convento de S. Francisco.

26. Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, Visconde de Barbacena, tomou posse a 8 de Maio de 1671 e morreu de erisipela a 26 de Novembro de 1675.

Por não haver via de successão, escolheu antes de morrer e de accordo com o Senado da Camara, os que deviam succeder-lhe, a saber: O chanceller Agostinho de Azevedo Monteiro, o mestre de campo Alvaro de Azevedo e o juiz ordinario Antonio Guedes de Brito. Fallecendo logo depois o chanceller, elegen-se para supprir a vaga ao Dezenbargador mais antigo Christovão de Burgos Contreiras.

A este governo succedeu

27. Roque da Costa Barretto, nomeado por carta régia de 3 de Fevereiro de 1677, tomou posse a 15 de Março de 1678 e governou até 5 de Maio de 1682, embarcando para Lisboa a 23 do mesmo mez.

28. Antonio de Souza Menezes, o Braço de prata, tomou posse a 25 de Maio de 1682 e governou até 4 de Junho de 1684.

29. Antonio Luiz de Souza Tello de Menezes, 29 Marquez das Minas, tomou posse a 4 de Junho de 1684 e governou até 6 de Julho de 1687.

30. Mathias da Cunha tomou posse a 6 de Julho de 1687, falleceu da Bicha a 24 de Outubro de 1688 e foi sepultado em S. Bento. Faltando tambem desta vez a via de successão, reuniu o governador, antes de morrer, nem só a Camara e nobreza, como os officios superiores da cidade e assentaram em eleger, para succeder-lhe no governo, uma Junta composta do arcebispo D. fr. Manoel da Resurreição e do chanceller Manoel Carneiro de Sá, que governou até 8 de Outubro de 1690.

31. Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coitinho, Almotacér-mór do Reino, tomou posse a 10 de Outubro de 1690 e governou até 22 de Maio de 1694. Falleceu na Bahia em 1702, quando aqui tocou de volta de seu governo da India e foi sepultado no Collegio.

32. D. João de Lencastro tomou posse a 22 de Maio de 1694 e governou até 3 de Julho de 1702.

33. D. Rodrigo da Costa tomou posse a 3 de Julho de 1702 e

governou até 8 de Setembro de 1705. Era filho de D. João da Costa, 10.º Conde de Soure.

34. Luiz Cozer de Menezes, alferes-mór do Reino, tomou posse a 6 de Setembro de 1705 e governou até 3 de Maio de 1710.

35. D. Lourenço de Almeida tomou posse a 3 de Maio de 1710 e governou somente até 14 de Outubro do anno seguinte, por ter sido chamado a ocupar a presidência da junta do commercio em Lisboa, tornando-se titular por

36. D. João de Vasconcellos e Sousa, 29.º Conde de Castella Melhor, que tomou posse a 14 de Outubro de 1711 e governou até 13 de Junho de 1716.

37. D. Pedro de Nogueira, 29.º Conde de Villa Verde e 19.º Marquês de Angeja, 29.º vice-rei, tomou posse a 13 de Junho de 1714 e governou até 21 de Agosto de 1716.

38. D. Simão de Faro e Souza, 29.º Conde de Vimieiro, tomou posse a 21 de Agosto de 1716 e, no anno seguinte de 1717, falleceu a 13 de Outubro sem se sepultar em Portugal.

Governaram interinamente o D. Bispo D. Sebastião Monteiro da Vide, o Chancelier Caetano de Brito Figueiredo e o mestre de campo João de Arango e Azevedo, que assumiram a administração a 14 de Outubro de 1717 e a passaram a 23 de Novembro do seguinte anno de 1720.

39. Vasco Fernandes Cozer de Menezes, depois Conde de Sabugosa, 40.º vice-rei, filho de Luiz Cozer de Menezes e sobrinho de D. João de Lancastre, tomou posse a 23 de Novembro de 1720 e governou até 3 de Maio de 1735, depois de Mem de Sá, o 1.º, que governou por todo o tempo.

Também longos foi o governo de seu successor.

40. André de Mello e Castro, Conde das Gaieiras, 50.º Vice-Rei, que tomou posse a 11 de Maio de 1735 e governou até 16 de Dezembro de 1740.

41. Luiz Peregrino de Carvalho Menezes de Athayde, Conde de Atouguia, 6.º Vice-Rei, tomou posse a 16 de Dezembro de 1740 e governou até 7 de Agosto de 1754.

Enquanto lhe vinha o successor, assistiu a administração a 7 de Agosto de 1754 a junta de governo interino, composta da arcebispo D. José Farello de Mattos, o Chancelier Manuel Antonio da Cunha e Sousa Matar e o Coronel Lourenço Monteiro, designados na via de successão, que se achava na guarda dos Jesuitas. Fallecendo a 29 de Abril de 1755 o Coronel Lourenço Monteiro, continuaram os dois outros no governo até que a 25 de Dezembro do mesmo anno assumiu a administração:

42. D. Manoel de Noronha e Brito, 6.º Conde dos Arcos, 7.º Vice-Rei, que governou até 9 de Janeiro de 1760, retirando-se para Lisboa a 24 de Abril na nao «Nossa Senhora d'Ajuda».

43. D. Antonio de Almeida Soares Portugal, 3.º Conde de

Avintes, 1.º Marquez de Lavradio, 8.º Vice-Rei e ultimo na Bahia. Tomou posse a 9 de Janeiro de 1760 e a 4 de Julho do mesmo anno falleceu.

Não havendo via de successão, reuniram-se a Camara, o Cabido e a Relação e nomearam a 6 de Julho governador interino ao Chancelier Thomaz Robim de Barros Barretto, que governou até 21 de Junho do seguinte anno, mas não tendo esta escolha tido a regia approvação, foi então substituido por uma junta composta do Chancelier José de Carvalho de Andrade e coronel Gonçalo Xavier de Barros Alvim, que tomou posse a 21 de Junho de 1761. A estes dois reuniu-se a 29 de Julho do seguinte anno de 1762 o Bispo Coadjutor da Bahia D. Fr. Manuel de Santa Ignez, depois Arcebispo.

Este governo esteve á testa da administração até 25 de Março de 1766.

44. Antonio Rolim de Moura Tavares, 1.º Conde de Azambuja, tomou posse a 25 de Março de 1766 e governou até 31 de Outubro do seguinte anno de 1797 quando partiu para o Rio de Janeiro a succeder ao Conde da Cunha.

Até vir-lhe successor, governou o Arcebispo D. Fr. Manuel de Santa Ignez.

45. D. Luiz Antonio de Almeida Portugal Soares d'Eça Alarcão Mello Silva e Mascarenhas, 4.º Conde de Avintes e 2.º Marquez de Lavradio, tomou posse a 19 de Abril de 1768 e governou até 11 de Outubro do seguinte anno em que foi assumir, como vice-rei, o governo no Rio de Janeiro e foi rendido por.

46. D. José da Cunha Gran de Athaide e Mélo, 4.º Conde de Povolide, que tomou posse a 11 de Outubro de 1769 e governou até 3 de Abril de 1774, em que por ordem da corte partiu para Lisboa, deixando, pela mesma ordem a administração entregue á junta composta do Arcebispo D. Joaquim Borges de Figueirôa, o Chancelier Miguel Serrão Diniz e o tenente-coronel Manuel Xavier Ala, segundo alvará de 12 de Dezembro de 1770. Este governo findou a 8 de Setembro de 1774.

47. Manuel da Cunha Menezes, depois Conde de Lumiar, tomou posse a 8 de Setembro de 1774 e governou até 12 de Novembro de 1779.

48. D. Affonso Miguel de Portugal e Castro, Marquez de Valença, tomou posse a 13 de Novembro de 1779 e governou até 31 de Junho de 1783. Até vir-lhe successor, governou a junta composta do Arcebispo D. Antonio Correia, Chancelier Joaquim Ignacio de Brito Boccarrro Castanheda e o coronel Luiz Clarque Lobo, até 6 de Janeiro de 1784, em que tomou posse.

49. D. Rodrigo José de Menezes e Castro, depois Conde de Cavalleiros, que governou até 18 de Abril de 1788.

50. D. Fernando José de Portugal, depois Marquez de

Ageir, tomou posse a 18 de Abril de 1788 e governou até 10 de Outubro de 1801, um dos longos governos que teve a Bahia.

Enquanto não lhe veio successor governaram interinamente o Arcebispo D. Antonio Correia, Firmino de Magalhães Conqueiro Passos e Florentin José Correia de Mello.

31. Francisco da Cunha Menezes tomou posse a 3 de Abril de 1802 e governou até 14 de Dezembro de 1805.

32. D. José de Saldanha da Gama Mello, Tenente Guedes de Brito, 8.º Conde da Ponte, tomou posse a 14 de Dezembro de 1805 e falleceu a 18 de Maio de 1808 e foi na regência da Prisão.

Sucedendo-lhe um governo interino composto do Arcebispo D. Dr. José de Santa Rozas e Silva, Chancelier Antonio José Pereira da Cunha e municipal João Baptista Vieira Galvão, que governaram até 10 de Outubro de 1810 em que tomou posse.

33. D. Marcos de Noronha e Brito, 8.º Conde dos Arcos que governou até 26 de Janeiro de 1818, assumido finalmente n'esta data o governo da capitania.

34. D. Francisco de Assis Mascarenhas, Conde da Palma, antigo governador da Bahia, que a 10 de Fevereiro de 1821 passou a administração a uma junta provisoria de governo, composta do Desembargador José Fernandes da Silva Freire, tenente-coronel Francisco da Paula Oliveira, tenente-coronel Francisco José Pereira, Francisco Antonio Filgueiras, José Antonio Rodrigues Vianna, Paulo José de Mello Azevedo Brito, desembargador Luiz Manuel de Moura Cabral, desembargador José Octavio de Paiva Pereira, bacharel José Lino Coutinho e coronel Manuel Pedro de Freitas Guimarães.

A esta junta succedeu a 2 de Fevereiro do seguinte anno de 1822 uma outra composta do Dr. Francisco Vicente Vianna, como presidente, o desembargador Francisco Carneiro de Campos, como secretario, Francisco Martins da Costa, Francisco Eleshão Pires de Carvalho de Albuquerque, coronel José Cardoso Pereira de Mello, tenente-coronel Manuel Ignacio da Cunha Menezes e desembargador Antonio da Silva Telles.

Esta segunda junta foi a 9 de Maio de 1823 deposta pelo general Malhira. Neste entretanto, porém, organisou-se a 6 de Setembro de 1822 em Cachoeira uma outra composta do capitão-tenente Francisco Eleshão Pires de Carvalho e Albuquerque, como presidente, bacharel Francisco Gomes de Brandão Moura e Silva, como secretario, desembargador desembargador Antonio José Duarte de Araújo Gomim, capitão Manuel da Silva Souto Coimbra, capitão Manuel Gonçalves Maia Bittencourt, padre Manuel Dendé Reis.

Muito tarde entraram tambem para esta Junta: Miguel Calmon de Pin e Almeida, Manuel da Silva Parahy, Theodosio Dias de Castro, Simão Gomes Pereira Velloso, Manuel dos Santos Silva,

Francisco Ayres de Almeida Freitas como representantes das differentes villas colligadas.

A esta Junta succedeu, finalmente, a creada por C. I de 5, de Dezembro de 1822, composta de Francisco Eleshão Pires de Carvalho e Albuquerque, depois Barão de Jaguaripe, Dr. Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, depois Barão e Visconde de Montserrat, José Joaquim de Siqueira Buleão, depois Barão de S. Francisco, José Joaquim Muniz Barretto de Aragão, depois Barão de Itaporococa, Desembargador Antonio Augusto da Silva, Manuel Gonsalves Maia Bittencourt e o coronel Filisberto Gomes Caldeira.

Foi esta Junta que passou o governo ao primeiro presidente que teve a Provincia da Bahia.

ORGANISAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CAMARA NA EPOCA COLONIAL

O GOVERNADOR GERAL, com amplas attribuições exaradas nos respectivos regimentos. De 1549 até 1640 a Bahia foi sede de um Governo Geral. De 1640 até 1763 foi sede do Vice-Reinado.

O CAPITÃO-MÓR. A funcção do Capitão-mór era defender a Cidade das incursões, prover sobre sua segurança, fortificá-la, tambem usando seus poderes no Crime, no Cível, na Justiça e na fazenda.

O ALCAIDE-MÓR. Os Alcaides-móres eram em Portugal os guardas dos Castellos. D. Affonso V dispoz que elles fossem fidalgos de Pae e Mãe, e eram escolhidos por eleição tirada em pelouros. Tinham direitos, regalias e grossas reudas de herdade.

Usavam vara e tinham logar em muitas causas como membro da justiça.

O ALCAIDE DA CIDADE. O Alcaide da Cidade correspondia ao Alcaide Pequeno, que em Lisboa era o substituto do Alcaide-mór. Uma de suas funcções era a visita aos navios que tocavam no porto.

Os Alcaides eram escolhidos de tres nomes que os Officiaes da Camara pediam ao Alcaide-mór. Dos tres era escolhido o mais iloneo, a quem se passava Provisão por tres annos. Tambem exerciam funcções de Justiça e faziam penhoras.

OS OFFICIAES DA CAMARA. Os Officiaes da Camara serviam por um anno e eram eleitos por meio dos pelouros que eram mandados tirar pelo Juiz e pelo Procurador da Camara, os quaes se reuniam na Casa da Camara.

Os Officiaes da Camara comprehendiam: dois Juizes, tres Vareadores e o Procurador da Cidade.

OS ALMOTACÉS. Os Almotacés eram escolhidos por pelouros tirados pelos Juizes e Procurador do Conselho e serviam durante dois mezes.

Eram os fiscaes dos pesos e medidas e dos preços dos generos.

Além disso competem-se os Procuradores do Conselho e da Câmara, que velam pelos seus interesses defendendo-os em Juízo e fora dele.

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

A Relação da Bahia foi creada pelo Governador Dom II D. Diogo de Mendonça, seu primeiro Regimento A de 7 de Março de 1602. Depois III de Hespanha supprimos. No governo do Conde de Castella Alentejo foi novamente instaurada em 1622—restituindo em Portugal D. João IV, que lhe deu um regimento, que existe no Arquivo Público deste Estado. Em 28 de Junho de 1809—resolução de 25 de Junho foi declarada Casa da Pósta ou do Civil. Ficava no lado do Palácio em Presidência da parte do Norte, tem frente para o mar e dos paises (D. Rabello—1870).

No mesmo edificio tem sala para audiencias do Juiz de Direito do Crime e do Civil.

Antes de 1809 o Poder Judiciário estava confiado ás respectivas Relações, promoveas de Desembargadores, que sentenciavam por apellação e agravos ou Juizes Itinerantes, que faziam todo o anno a circuitação nas Comarcas. O Julgamento de certas causas competia aos Juizes de fôrça escolhidos entre os Bachareis formados em Coimbra. Nos lugares pouco populosos Juizes Ordinarios, com attribuições de Juizes de Fôrça, eram elitos por individuos de notoriedade. Para do Povo assim qualificados por haverem exercido cargos de municipalidades. Das sentenças destes Juizes havia apellação para a Relação do Rio de Janeiro e desta para o Desembargo do Povo de Lisboa.

Os estatutos que regulavam o Poder Judicial eram baseados nos das reaes das Philippes, e intitulados Ordenações do Reino e Decretos promulgados depois que subia ao Throno a Casa de Bragança occupava esta legislação nove volumes.

Entretanto, aos olhos do Capitão General bastava para suspender-se toda a multidão de sentenças legais (J. Armitage—H. de Brazil—).

PROCURADOR-MOR DA FAZENDA DE AUZENTES. Era nomeado pelo Rei e guardava os interesses dos Auzentes.

JOZ DE OUPHOS— Era o guardião dos bens dos menores orphãos e nomeado pelo Governador Geral, em nome do El-Rey.

«Campeão» (*) o governo civil, ou secular a bôa administração da Justiça, arrecadação da Real Fazenda e o governo economico do Povo.

Para a bôa administração da Justiça está este governo dividido

(*) Aulo—Causas dos nomes Vilhena—arch. Pub.

em cinco comarcas, que em outro tempo forão Capitania, as quaes correndo do norte para o Sul, são Sergipe d'El-Rey, Bahia, Ilhéos, Porto Seguro, todas ao correr da costa, e Jacobina no interior do Certão.

Todos os ouvidores destas comarcas fazem vezes de corregedores com Jurisdicção tanto no civil, como no crime, e dos seus despachos e sentenças se agrava e apella recorrendo ao Supremo Tribunal da Relação, onde se discute se o agravante, ou apelante tem ou não Justiça, revogao estes ou confirmão as sentenças dos Juizes forenses, ou ordinarios, de que ha muitos em cada hũa das comarcas. Servem igualmente de Proveedores da Real Fazenda e tomão contas dos testamentos, arrecadação dos bens de defuntos e auzentes, capellas e residuos, orphãos, se em alguma parte não existe ainda algum proprietario leigo.

Na Cidade do Salvador Capital da Capitania da Bahia, e que não ha muitos annos deixou de o ser de todo o Estado do Brazil, hé a residencia do Tribunal da Relação, que toma conhecimento por apellação, ou agravo dos despachos, e sentenças dos Juizes inferiores de toda a Capitania estendendo-se a sua Jurisdicção até os ouvidores de Pernambuco, Lagos, Parahiba e mais comarcas, pertencentes a Capitania de Pernambuco assim como do Reino de Angola, e Ilha de S. Thomé para as revogar, aprovar ou reformar segundo os fundamentos sobre que se fundão, e a Justiça que assiste aos agravantes, apelantes e embargantes.

Compõem-se este Tribunal de hum Presidente, que sempre hé o Governador General, como regedor das Justicas; hum Chanceler, e nove desembargadores com seus cargos, e vem a ser, cinco agravistas, dois ouvidores geraes, do Civil hum, e outro do crime, que ao mesmo tempo hé Intendente Geral da Policia; hum Juiz, e hum procurador da Corôa e Fazenda.

Há mais na Relação hum Tribunal do Dezembargo do Paço o qual se compõem do Regedor, Chanceler e Agravista mais antigo; nelle hé que se passao as Provições de Graças, e perdões de crimes, e mais particulares que só pertencem a hum similhante Tribunal e Juiz, e Procurador da Corôa com os adjuntos que o Regedor nomea decidem as causas, em que he parte o Soberano, assim como decidem as duvidas, que se sujeitão entre a Corôa, e a jurisdicção e de Justiça, e protege os vassallos quando oprimidos pelos Juizes Ecclesiasticos, oppondo se lhe quando querem proceder com infracção dos Privilegios, Regalias do Reino, prestados por concordata com a Santa Sé Apostolica.

Foi creada a Relação da Bahia no anno de 1603 por Fellipe 3º em Castella e 2º em Portugal, bem como foi abolida em 12 de Setembro de 1626 como se vê do Alvará que se acha registado na Casa da Arrecadação da Real Fazenda da Bahia no livro 2.º de Provições de que o Copia he a seguinte:

« Em El-Rey faze saber aos que este Alvará virem, que por
 « Justas considerações do meu serviço, que me moverão, mandei
 « criar a Relação do Estado do Brazil, e que a consignação dos
 « ordenados dos Ministros e officiaes della se applique ao sustento do
 « Exercido da Gente de Guerra da Bahia de Todos os Santos: pelo
 « que mande ao Governador Geral, ao Provedor mór da minha
 « Fazenda delle que sendo llo este apresentado, logo sem dilação
 « faça aplicar toda a quantia que se montar nos ditos ordenados,
 « que havão os Ministros e officiaes da dita Relação ao sustento do
 « dito Exercido, não consentindo que por nenhuma via se lles pague
 « mais, e para esse effeito passarão todas as ordens necessarias de
 « mande que a dita quantia se despenda com o sustento da gente
 « de guerra do dito Exercido e não no pagamento dos ditos
 « Ministros, e officiaes da Relação, sob pena que, fazendo-se o
 « contrario, se não levár em despesa e a dita quantia ou a parte
 « que llo se despende do official que a pagar. Este se cumprirá
 « como nelle se contém, a qual se registará nos livros da Fazenda
 « do dito Estado, para a todo o tempo, se saber o que por elle
 « criou, e valerá como carta sem embargo da Ordenação 1.^a de
 « título 10 que dispõem o contrario e se passou por tres vias, huma
 « da Real Chancaria e não passará pela Chancaria. *Manoel Ferrera* a
 « foi em Lisboa a 5 de Abril de 1626. *Diogo Soares subscritez*, Rey.

« Por carta de Sua Magestade do 3 de Março do dito anno.

Por este Alvará, pois, de Felipe o Primeiro 3.^o em Castella e 2.^o
 em Portugal, foi abolida a Relação da Bahia: veio porém a ser
 restituida pelo Senhor Rey D. João IV. no anno de 1652, gover-
 nando então o Estado do Brazil João Rodrigues de Vasconcellos,
 Conde de Castella Melhor, e então foi que se creou os dois
 servidores com a Relação. Não conhece este Tribunal das causas
 appelladas das Capitães do pai, e mais depois que o Senhor Rey
 D. José Primeiro creou hum semelhante Tribunal de Relação na
 Cidade do Rio de Janeiro, e de ambos estes Tribunales tem as partes
 o processo de apellarem para a Casa da Supplicação da Corte e
 Cidade de Lisboa logo que as causas forem avalladas em mais de
 hum conto e duzentos mil reis por ser até onde chega a algada
 destas duas Relações, bem entendido que he só nas causas civis,
 porque nos crimes não há recurso com a Relação: foi igualmente
 creado o Tribunal da Chancaria.

O Tribunal da Provedoria Mór da Fazenda foi creado pelo
 Senhor Rey D. João III. no anno de 1549 e finalizou no anno de
 1559 em que o Rei, Rey D. José I creou a Junta de Arrecadação
 da Real Fazenda: O U. Provedor Mór foi Antonio Cardoso de
 Barros, bem como o primeiro Ouvidor Geral, lugar creado então
 pela primeira vez, foi o Dr. Pedro Borges.

A Casa da Moeda foi instituida no anno de 1694 governando
 esta Realida D. João de Lancastre, e isto para reduzir em moeda as

peças de ouro, e prata dos moradores em atoução a falta de dinheiro
 que então havia. Não se criou este na Bahia, mas sim em
 Pernambuco, e Rio de Janeiro. Suprimio-se o lar de esta Casa até
 que se descolhiu as Minas de Ouro, e o Senhor Rey D. João V
 ordenou que se tornasse a fabrica e laborar, no que tem continuado
 até o presente. Creou-se com ella hum conservador que sempre
 he hum dos Dezenburgadores da Relação, e hum escrivão, porém
 o Conservador são privativamente demandados os moedeiros.

A Meza da Alameda he tão antiga como a mesma Cidade do
 Salvador, se bem que no seu principio não se estabeleceram com a
 ordem e regimen que hoje tem em beneficio da Arrecadação da Real
 Fazenda. As fazendas pagam que desde o seu principio vinhão de
 Portugal sempre se registarão. Até o anno de 1550 vinhão estas
 para se repartirem pelos habitantes sem que com elles pagassem
 penção alguma de direitos: certo porém o tempo se estabeleceu
 o methodo e ordem para a arrecadação dos direitos pertencentes a
 Sua Magestade como se farei ver nos governos de Pedro de
 Vasconcellos 30. Governador, e Vice-Reynado do Marquês de
 Angeja, 3.^o Vice-Rey do Estado do Brazil.

A Meza da Inspeção foi creada pelo Senhor Rey D. José I no
 anno de 1751 governando esta Estado o Capitão o Conde de
 Atouguia D. Luiz Pedro Peregrino de Cavalheiro de Ministros e
 Atalide 6.^o Vice-Rey do Brazil, foi o seu 1.^o ministro Wenceslão
 Pereira da Silva.

O Juizo de Fôra foi creado pelo Sen. Rey D. Pedro II no anno
 de 1696 governando esta Capitania D. João de Lencastre, Juiz da
 Costa Correia foi o 1.^o ministro que serviu neste lugar.

O Corregedor da Comarca foi o mesmo Senhor servido crear
 naquella mesmo anno, e o 1.^o ministro foi Melchior de Souza
 Villas Boas.

O lugar de juiz do crime foi creado pelo Senhor Rey D. João V
 no anno de 1742 no vice-reinado do Conde das Galveas e seu
 1.^o ministro foi Rodrigo dos Reis Correa.

O Juizo dos orphãos foi creado pelo mencionado Senhor, sendo
 Vice-Rey Vasco Fernandes Cezar de Menezes o ministro primeiro
 que nelle servia foi Cypriano José da Rocha.

O Juizo da Mampor-taria-mór dos Captivos andava annexo ao
 Juizo de orphãos até o anno de 1774, em que D. José I foi servido
 extinguir-o por Lei de 2 de Junho daquella anno.

Antes de haver na Bahia Relação, todos estes empregos
 estavam incorporados na Ouvidoria Geral e Correição donde se
 foram gradualmente desannexando até finarem no estado em que
 persistem.

A Secretaria do Estado teve seu principio com a criação deste
 governo.

A Junta da Arrecadação da Real Fazenda foi creada pelo

8. D. José I no anno de 1757, governando a Capitania da Bahia, o Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, ficando por isso extinto o lugar de Provedor-mór da Fazenda que então exercia Manoel de Mattos Pegado Serpa.

No anno de 1758 vieram a esta cidade tres conselheiros de Ultramar mandados por S. Magestade a diversas diligencias de consequencia importante (*).

No anno de 1754 havia o mesmo Senhor creado o lugar de Fora da Villa da Cachoeira, governando esta Capitania o mencionado Vice Rey, Conde de Atouguia; foi o 1.º Ministro P. Manoel de Abranches de Almeida.

Em 1742 havia o Senhor D. João V creado o lugar de Ouvidor de Jacobina, governando esta Capitania o Conde das Galveas, e o primeiro provido neste lugar foi, segundo hum assento que achio, o D. Manoel da Fonseca Brandão, se bem que ache, outro assento differente como adiante verás.

A BAHIA CAPITAL DO BRAZIL.

A Bahia foi Capital do Brazil desde 1549 até 23 de Junho de 1763, quando foi mudada para o Rio de Janeiro.

1. VICE-REY

O primeiro Vice Rey do Brazil foi D. Jorge de Mascarenhas, Marquez de Monte Alvão, o qual tomou posse a 3 de Junho de 1640.

Foi preso, devido a uma revolução, deposto do cargo, carregado de ferros e remettido a Lisboa sob a vigilancia de seu inimigo fidalgo Luiz Telles da Silva.



(*). Sobre devassas abertas contra os Desembargadores da Relação da Bahia, leiam-se os Annues da Bibliotheca Nacional do anno de 1912 e «*Cartas a Sua Magestade*», existentes no Archivo Publico.

OS MISSIONARIOS E OS BANDEIRANTES

INVASÃO FRANCEZA EM ILHÉOS—1595

A CATECHÊSE E A CONQUISTA DAS TERRAS

DESCOBRIMENTO DE MINAS

1549—1918

OS JESUITAS—A CATECHESE

O Padre Manoel de Nóbrega foi o chefe dos Jesuitas que vieram com o primeiro Governador Thomé de Souza.

Chegando à Bahia e achando um vasto campo para sua missão evangelizadora, iniciou a construção de templos, ensino da catechese e civilização dos indígenas, adotando os abusos praticados por elles e pelos colonos.

Aspilucta Naveiro foi o seu companheiro de apostolado. Nomeado provincial da Ordem no Brazil, fundou o Collegio de S. Paulo, auxiliou o 3.º Governador Geral Mem de Sá na expulsão dos Franceses de Rio de Janeiro.

Ordenou o levantamento de templos religiosos em Itaparicá, Cayrú, Camamú, Porto Seguro, Ilhéus e Tinharé criando muitas aldeias, as quaes em 1555 foram por elle visitadas e com as «por que elle mesmo queria ver com seus olhos e consolar-se com o fructo espirital, que esperava de tão bem empregados snors de seus missionarios».

«Os missionarios foram dos elementos mais importantes da vida dação brasileira.

Perlustravam (*) as florestas, domando os selvagens, catequizavam-nos, disciplinavam-nos para a vida e para a morte e tratavam-nos depois na diocese mais proxima.

A tribu transformava-se em civitas, a maloca em villa e o chefe substitua o apostolo, o corregedor substitua o curique. E o missionario reavivava-se ás trilhas dolorosas do deserto, entre as selvas e de outros indigenas, retrayendo, adscendo, mas solidões ignoradas, a sua immensa batalha sem ruídos. Era o seu furo e com a batida no deserto, exposto ás trevas, sem outro furo que a firmeza de seu apostolado, o missionario augmentava a tarefa, transformava as missões religiosas



João de Anilões

em tais casos políticos e, de repente, com tudo isto, augmentava o terrorismo parlo (com muita intensidade) e persistente para o norte.

Aspirante em todos os
gentes, *Relatório*
gentes que lhes abri
sua vida e o ta
trabalhando, mais vel, na
Irmao, Francisco. Na
Aspirante. Na

Aspirante em todos os
gentes, *Relatório*
gentes que lhes abri
sua vida e o ta
trabalhando, mais vel, na
Irmao, Francisco. Na
Aspirante. Na



Imagem de Tereza

Assim, a Navegação e o resultado da bandeira nos «Cartas
Móveis» de J. S. S. S.

OSÍDIO ANCHETA.

José de Ancheta (com o 2.º Governador, General Thome de
Cosa, Anselmo Nobrega nos trabalhos apostólicos e terminou a
sua vida em 1812, em 1.º de Junho.)

Embora não foi só o catechismo na religião católica, sentiu
que se dedicou desde logo aos assumptos da etimologia, ao estudo
da língua indígena e de seus costumes.

Deu a primeira organização da scholastica que existiu no Brasil.

Escreveu a obra «Vida dos Religiosos da Companhia de
Jesus», onde está a narração das churadas brasileiras e é um
resumo de factos de um grande período colonial.

Escreveu a «Historia Natural do Brasil», tão notável, e, em
1812, foi publicada pela Academia Real de Sciencias de São
Paulo, motivo a que Saint-Hilaire o proclamasse por um
homem mais extraordinário de seu tempo. Essa dissertação
em forma de cartas com o título «Ecológica» quem pluri,
um resumo narrativo que S. Vicente provincialmente mediant
as «Aspirantes».

Falleceu em 1819, em aldeia de Rerigilá, no Espírito-S.
pouco depois de ter visitado o grande rio a que deu o nome de
Machucado, por ter a elle chegado no dia da commemoração
de S. João.

Suas reliquias foram para Lisboa em 1762. Proseguiu a
sua vida em 1812.

Francisco Pires, Leonardo Nunes, Luiz da Graça, N.

* A vida real, muito mais interessante.

Rodrigues e Antonio Vieira foram outros alguns do bem
catechizando, ensinando vencendo e deixando sua tradição nos
que lhes succederam na piedosa missão Ludovico de Lóme e
Ascoli, em Ilhéus, Araujo Veras em 1718 em Belmonte; Apolinio
de Tadi em Monte Santo e tantos outros.

INVASÃO FRANCESA EM ILHEUS—1795.

Em 1795 uma armada franceza, composta de 13 naves, sendo
dez pequenas e tres grandes, invadiu a cidade de Ilhéus saqueando-a.

Invadida a Cidade os habitantes, tendo o fregues Chrisostom
Leal e o mameluco Antonio Fernandes, do Catagolá, a quem
que lhe dêram pelas estocadas que dava nos inimigos, um tempo em
que mandavam chamar o Capitão-Mór, no Almada, organizaram a
resistência, enfrentando os inimigos hereses.

O ponto onde os defensores se fizeram fortes, foi a Ermida de
N. S. da Victoria e ali resistiram com tanto valor que com a
morte de tres e perdo de nove ardeuses, por se não apressarem
mais com tão pouco, sendo a villa por toda ahi, se retiraram para
ella, e se fizeram fortes em algumas casas para isso muito expozes de
Jorge Martins e de lla começaram a dar saques a todas as casas.

Sofrendo os Francizes os primeiros reveses e não chegando
da Almada o Capitão-Mór, chegaram chefe da resistência ao qual
Antonio Fernandes, que, com poucas armas e poucos homens, 20
ao todo, revestido, porém de coragem e de patriotismo, por, ali
um genio brasileiro, levou de vencida os hereses francezes,
matando cinquenta e sete, inclusive o Capitão. Os assim
despejaram (*) a terra, e os da Villa ficaram muy infans, apolados
taes com os socorros de N. S. da Victoria, sendo os inimigos
rendidos e sahiram a barra da Capitania.

BANDERANTES

Thome de Sousa 1.º Governador, Geral do Brasil, por ordem
da metropole, organizou as bandeiras de penetração, por se então
na dizer de Frei Vicente do Salvador, os portuguezes «viviam ao
fundo da costa como caranguejos».

Os bandeirantes vauriam os indigenas, dominavam as terras
que iam conhecendo, plantavam a cruz e os currais e criavam
o primeiro gado.

— A 1.ª bandeira foi por Thomé de Sousa com o Francisco
Brazza de Spínosa, que levou em sua companhia o jesuita Aspi-
renta Naveira.

(*) Abandonado—Orbe Seráfico.

Percorreu 330 legoas, subindo os rios Jequitinhonha, das Velhas e S. Francisco.

Mallograda esta expedição, Thomé de Souza escreve ao Rey: «não fallaria outra vez em ouro, enquanto não o mandasse de véras e que nas diligências por elle andaria com muito tento e pouca perda de gente e de fazenda, pois que... por muito madrugado não era que havia de amanhecer mais cedo.»

Neste primeiro período a colonisação abrangia o Jequitinhonha e o Paraguassú, sendo dadas no curso do ultimo grandes sesmarias, avultando as de D. Alvaro da Costa, de 10 legoas, entre as barras do Paraguassú e Jaguaripe, as de Simão da Gama e Francisco Toscano.

2.^a bandeira—A de Vasco Roiz Caldas, em 1562 percorreu 70 legoas no Paraguassú.

3.^a bandeira—A de Martim Corvalho penetrou 220 legoas e encontrou grãos miúdos, cristas e pedras verdes. Effectnou-se em 1570 quando a colonisação se estendia pelo Paraguassú e pelo Rio Real, sendo condição essencial ás dadas sesmarias «deitar gado dentro de seis mezes.»

Egas Moniz, Miguel de Moura, Gaspar Rodrigues, Belchior Dias Porcillo e Duarte Dias são os principaes colonisadores das bacias do Paraguassú e Rio Real. (*)

4.^a bandeira—A de Sebastião Fernandes Tourinho—1572 e 1573, internou-se por Porto-Seguro, regressando pelo Jequitinhonha.

Subiu depois o Rio Doce e voltou pelo valle de Caravellas. Descobriu pedras verdes e rubras e tambem ouro.

Nesse anno Garcia d'Avila tornou-se o maior sesmeiro da Bahia, possuindo terras desde Jaguaripe até o Rio Real, em uma distancia de quasi 50 legoas. (Posteriormente Garcia d'Avila, que

(*) O nome de Belchior Moreira, Pae de Roberto Dias, era Belchior da Fonseca Sarayva Dias Moreira.

Por carta régia de 22 de Novembro de 1696 foi encarregado do descobrimento das minas de prata, sendo nomeado coronel do regimento de Infantaria da Ordenança da Capitania de Sergipe d'El-Rey.

Francisco Dias d'Avila, filho de Garcia d'Avila, Senhor da Torre, e tronco da nobreza bahiana, era casado com D. Leonor Pereira Marinho e teve um filho de nome Garcia d'Avila Pereira.

Francisco Dias d'Avila que, unido a Gaspar Roiz Adorno, foi o bandeirante mais audaz da Bahia, sustentou grandes demandas com S. Bento a proposito de um testamento feito por seu pai. (Ineditos do Arch. Pub. I.)

Sua viúva D. Leonor Pereira Marinho offereceu-se a El-Rey—vid. C. Regia de 13 de Março de 1697—para assistir de sua fazenda com os gastos e despesas na construção da fabrica de salitre que S. M. mandou estabelecer nas terras do sertão, e custear o pagamento dos portugueses chegados de Lisboa em 18 de Março de 1697 para a referida fabrica.

Em estudo especial que estou fazendo sobre os bandeirantes bahianos e sobre o desenvolvimento da riqueza mineira tratao do papel importantissimo de Francisco Dias d'Avila na colonisação dos sertões bahianos, simplesmente com os arditos do Arch. Pub. da Bahia.

habitava o celebre castello da Torre, teve outras sesmarias, que se estenderam pelos rios Real, Itapicuru, Iguabaçu, Pojuca e S. Francisco, tornando-se o maior proprietario das terras da Bahia. Suas terras constavam de um tambor, intitulado «Tombor da Casa da Torre», de que varias copias foram tiradas e para os escravos empregados, ainda não consegui descobrir.

Contemporaneo de Garcia d'Avila foi Gualdes de Brito o 2.^o maior proprietario territorial—o conde de Espirito Santo as extremas com Minas-Geraes. cujo tombor intitulado «Tombor da Casa da Ponte», existe na Intendencia Municipal de Moindubas e de tão grande alcance para as nossas questões de fronteiras com Minas-Geraes.

Nesse mesmo anno de 1573, Luiz de Brito e Almeida, Governador Geral, organizou uma bandeira, que contou a Antonio Dias Adorno, a qual seguiu o roteiro de Sebastião Tourinho e encontrou as celebres pedras verdes.

Chegou Adorno até a Serra das Esmeraldas e Lagoa Vapalimã, da qual fugiram furtados os indigenas.

5.^a bandeira—A de Roberto Dias realizou-se em 1591, sendo Governador da Bahia D. Francisco de Souza. Roberto Dias, desappareceu, conditioa comitiva de Francisco de Souza por caminhos diversos, que não foi possível achar os restos das minas que tinha assegurado.

6.^a bandeira—A de Gabriel Soares de Sousa, historiador, bandeirante antes do «Tratado descriptivo do Brazil», trouxe como resultado a descripção minuciosa das serras brasileiras. (1591).

7.^a bandeira—A de João Coelho de Souza, em 1591, entrou pelo Paraguassú, em demanda do S. Francisco. Descobriu meteos preciosos de que fez meção no roteiro que, antes de partir, mandou entregar a seu irmão Gabriel Soares.

8.^a bandeira—A de Francisco Dias d'Avila, filho de Garcia d'Avila e sobrinho de Belchior Fonseca Sarayva Dias Moreira, entrou em 1600 por Jacobina, encontrando prata e ouro, de que deu noticia em 1635 um official holandez. Francisco Dias d'Avila era senhor da Torre de Tatuapara e foi dos mais abnegados bandeirantes bahianos. De espurto activo, laborioso, patriota, grande foi o contingente que prestou a colonisação, descobrindo, semeando culturas, augmentando as descobertas e conquistando, batendo os indigenas e oppondo muita tenaz á invasão hollandesa.

Em 1608 já a colonisação se estendia por Jaguaripe, Jaguaripe, Paraguassú, Rio Real, Agua Brã, Jacobina e S. Francisco.

9.^a bandeira—A de Francisco da Rocha, em 1651, partiu de Ilheus e seguiu por Marahy, Rio de Contas e Camamu.

10.^a bandeira—A de Gaspar Roiz Adorno, um dos mais celebres bandeirantes bahianos, 1651, tendo por lugar-tenente

Cosme Carneiro, parteio de Ilhéos: Adorno intentou bater os Indios Maracás. Esses indios foram batidos posteriormente por Pedro Gomes e Elias Adorno e de vez vencidos por João Amaro Maciel Parente e por Bayão Parente (paulistas.)

11. bandeira. A de Fernão Carrilho, em 1669, venceu os mocambos de Geremoabo com as Compaulhas de Ordenanças da Torre, Campo do Rio Real e os Indios Jassurú e Itapicurúmirim.

12. bandeira. A de Pedro Gomes da Franca, 1700, sahio de Ilhéos em busca do rio Patipe, onde achou ouro e pedras preciosas.

13. A do Cap^o João de Castro Fragoso e Manuel da Silva Pacheco—1671—explorou as minas de prata da Serra Picaraça.

14. bandeira. A de Lucas de Freitas (1724) parteio de Ilhéos, foi a Porto Seguro e sahi no Rio Verde.

15. bandeira A de Domingos Homem d'El-Rey—1730 procurou as cabeceiras do rio S. Mathens. Parteio de Ilhéos e cruzou com a bandeira de Sebastião de Leme, que vinha de Minas Geraes.

As ordens régias de 4 de Julho, de 24 do mesmo mez e de 14 de Março todas do anno de 1732, mostram o progresso das descobertas de mineraes na Bahia. Por Carta de 4 de Julho, o Cons. Ultramarino devolveu ao Conde de Sabugosa as amostras que o mesmo remetteu, declarando que a pedra no 1.^o tirada da mina da prata peçou um marco, quatro onças e seis oitavas e della se tiraram tres onças de prata de onze dinheiros e vinte e um grãos; o n. 2 tem onze dinheiros e vinte grãos e meyo e a que vay com o n. terceiro tem dez dinheiros e 20 grãos e meyo. O Cobre tem quarenta e nove oitavas. O Chumbo é capaz de se usar delle.

Essas explorações foram feitas no Rio de Contas.

A Ordem régia de 24 de Julho dá conta do exame procedido nas pedras achadas no Rio Jaquitinhonha que são crystal, sendo diamantes as que Gregorio Affonso da Torre achou em sua lavra junto de Jacobina, e que são iguaes as da Serra do Frio.

A 14 de Março do mesmo anno communica estar El-Rey inteirado da conquista do Rio de Contas, em quasi 80 legoas e do encontro de alguns ribeirões «com o ouro de sorte.»

(Instituto do Archivo Publico).

16. bandeira. A de André da Rocha Pinto, em 1731. Luctou com os Aymorés, seguindo Domingos Carneiro Baracho.

Em 1735 João Gonçalves do Prado explorou o Jequitinhonha, o Parão e a Serra dos Aymorés, enoñtrando ouro.

Em 1783 Chistovam da Rocha Pitta descobrio as minas de prata e cobre da Serra da Borracha.

Em 1841 o alferes Mattos, vindo de Minas explorou o Assuruá e descobrio diamantes na Chapada em 1842-1843.

Em 1847 José Pereira do Prado descobrio minas diamantinas em S. João do Paraguassu, na Serra da Chapadinha e no Mocugê.

—José Francisco Theotago do Nascimento descobrio em 1857, em Ilhéos, min. carvão de pedra, vattos bitumes e talcatres impregnados de petroleo e manganês em Nazareth. Em 1854, tres annos antes, havia descoberto cobre no riocho Amendoin, na Ilha de Itaparica, e turfa em Marahú.

Em 1863 foram descobertas as minas do Salobra. (*)

Foram descobertas ha mais de 20 annos as minas de manganês de Nazareth; ha uns 10 annos as de cobre no Domínio e ultimamente as de manganês em Villa Nova e Campo Formoso.

(*) Ver — plantas e mapas do salobra. Archivo Publico.

INVASÃO HOLLANDEZA

1624—1638

ASSALTOS NA COSTA DO SUL

— CASA DA MOEDA —

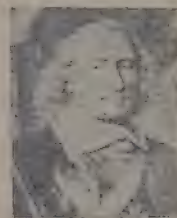


INVASÃO HOLLANDEZA

Em 1624 o Governador Diogo de Mendonça Furtado recebeu aviso da aproximação dos holandeses, senhores de todos os segredos do Brazil, por intermédio dos Judeus, que aqui viveram longos annos. A esquadra inimiga reuniu entre Ilhéos e Morro de S. Paulo, os seus navios em numero de 26, commandados por Jacob Willekens, tendo como vice-almirante Pieter Pietersen Texen e 1.300 homens de desembarque ás ordens de Johan Van Dorth.



Fulgia no pulpito naquella época o padre Padre Antonio Vieira. Antonio Vieira que em sua Annua de 1623—1624 assim escreveu: «Alguns dias antes da chegada dos inimigos, estando dois padres em oração, viu um d'elle a Christo Nosso Senhor com uma espada desembainhada contra a cidade da Bahia, como quem a ameaçava. No outro dia appareceu o mesmo Nosso Senhor com tres lanças com que parecia atirava para o corpo da igreja.



O Principe Mauricio
de Nassau

Bem entenderam os que isto viram que prognosticavam algum grande castigo: mais de qual houvesse de ser estavam incertos: quando em dia da appareição de S. Miguel, que foi a 3 de Maio de 1624, appareceram de fóra da costa sobre esta Bahia 24 velas holandesas de alto bordo com algumas lanças de galeas; as quaes fizeram crer aos cidadãos acostumados a viver em paz, o de que os não persuadiram de todos os avisos que dous annos antes mandara S. M. com a não Capitania desta mesma armada que quasi todo o mez tinha andado na barra e roubado um navio que de Angola vinha carregado de negros para o serviço e manejo desta Capitania.

Na cidade principiou a organização da resistencia tendo á frente Gonçalo Bezerra, D. Marcos Teixeira, Ruy Carvalho, Afonso Rodrigues, Lourenço de Brito e Vasco Carneiro, commandando os índios, os atalazeiros e os aventureiros.

No alto da Sé levantou-se uma força para os que não cumprissem o seu dever.



Armada de Maurício de Nassau

No dia 9 de Maio, ás primeiras horas da manhã, appareceu a esquadra inimiga, a cuja noticia o venerando Padre Antonio Vieira pronunciou na igreja da Ajuda um sermão monumental, em que se revelou um excelso patriota, aconselhando o povo á defeza da cidade e invocando a protecção de Deus em momento tao periclitante para o Brazil.

Os holandezes desembarcaram na Barra e investiram contra a cidade, enquanto a esquadra operava no centro da Bahia de Todos os Santos.

O Governador e seu filho Antonio de Mendonça batem-se com gallardia até que no dia 10 de Maio, já abandonado pelas tropas, são presos e enviados para a Hollanda. (*)

— Surgindo a reacção por parte do povo do Recôncavo, sob a direcção do Bispo, *Van Dorth* é morto em uma emboscada em Agua de Meninos, organizada por Francisco Padilha.

Logo após é morto Alberto Schouten.

Por esse tempo o Governo luso-hespanhol mandou para esta

(*) Preso o Governador D. Diogo de Furtado Mendonça (1624) e enviado para a Hollanda, reuniu-se no Monte que depois ficou chamado do Conselho, no Rio Vermelho, uma commissão composta do Auditor Geral Antonio de Mesquita e Oliveira, Coronel Lourenço Cavalcanti e Albuquerque e João de Barros Cardoso, portuguezes, e deliberou organisar a resistencia contra os Holandezes no Dique, que lhes servia de defeza, fortificando-se primeiramente os Portuguezes no referido Monte.

capital uma grande esquadra commandada por D. Fradique de Toledo Osorio, fidalgo hespanhol, filho de D. Fernando de Toledo, o Duque d'Alba, vindo a bordo uma grande divisão do exercito sob as ordens de D. Francisco de Moura.

Apertado o cerco, os holandezes rendem-se em 1625, sendo enviados para a Hollanda. (**)

— Em 1638 Mauricio de Nassau, chefe do governo hollandez, no Brazil invadio de novo a Bahia, desembarcando em Itapagipe e assaltando-a nos dias 21 de Abril e 18 de Maio. A defeza da cidade e a resistencia foram organizadas pelo Conde de Bagnuolo, Camarão, Luiz Barbalho Bezerra, André Vidal de Negreiros, Francisco Rebello, Sebastião Souto e Estevão de Tavora. (**)

Por esse tempo o almirante Lichthard, por ordem de Nassau, saqueiou as villas de Camamu e Ilhéos, incendiando a primeira e Segismundo von Sköppe se apoderou de Itaparica.

Sendo batido, Nassau regressou para Pernambuco, depois de perder 2.000 homens.

— O Padre Bartholomeu Guerreiro, (***) da Companhia de Jesus, em carta escripta em 1625, dá conta do que occorreu em Lisboa, quando chegou a noticia da tomada da Bahia pelos herejes holandezes.

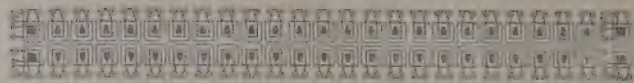
Expõe esse illustre missionario o que se passou na Bahia, depois de sua tomada, o sentimento de Sua Magestade por semelhante acontecimento, o incentivo aos luso-hespanhoes e brasileiros no sentido de recuperal-a, as Orações que se fizeram a Deus por essa desgraça, a pressa com que tratou de acudir-a, do soccorro com que os governadores mandaram ao Brazil antes da Armada, do soccorro que de suas pessoas os Senhores Fidalgos da Corôa de Portugal deram para a Armada, dos aventureiros casados que da Corôa de Portugal foram na jornada da Bahia, dos Aventureiros solteiros para o mesmo fim, da estima que Sua Magestade fez do muito que houve na Corôa de Portugal para a jornada da Bahia, da pressa que se deu á Armada da Corôa de Portugal, da esquadra que veio do Porto e Vianna, da ordem de Sua Magestade

(*) O dique foi tomado pelos Holandezes, em 1620 afim de cortar a communicação com o outro lado da cidade, onde os Portuguezes se preparavam para ataca-los e expulsal-os desta Capital. Foi formado de um lago que existia e das aguas que nasceram nas laixas do quintal do Convento de S. Bento, origem do roçado denominado—Rio das Tripas—sendo engrossado por diversos brejos. Rocha Pitta é da mesma opinião do Dr. Alvares do Amaral.

Entretanto, a planta da Cidade do Salvador, levantada muitos annos antes existente no Archivo Publico, já o assignalava; Com a continuação das construcções urbanas, foi sendo entulhado até ficar reduzido ao ponto em que está. É muito piscoso.

(**) Em acção de graças pela victoria alcançada aos Holandezes, a 5 de Março de 1625, o Padre Frei Gaspar da Ascensão, da Ordem dos Pregadores, proferiu um sermão na Sé. Gaspar da Ascensão era grande theologo Dominicano veio em— 1624 na Armada de D. Fradique de Toledo Osorio.

(***) Vide Archivo Publico. Documentos relativos á Historia da Bahia.



TUMULTO DE 1682 NA BAHIA

O tumulto de 1682 foi provocado pelo alcaide-mor Francisco Telles de Menezes, que, por seu generoso e excessivo zelo na antipatia do povo, sendo assassinado.

Francisco Telles de Menezes era filho de Mathias Pereira de Menezes, que prestou preito e homenagem a 28 de Junho de 1667. Serviu o Rei no posto de Alcaide e Capitão de Infantaria. Deu-se a uma conspiração em que tinha tomado parte na Bahia em 1667, foi preso e remittido para Portugal. Em Portugal, após algum tempo Francisco Telles de Menezes comprou a alcaidaria-mor e voltou mantido neste cargo com Alexandre de Sousa Brito, quando em 1668 veio como Governador. O povo alcaide-mor grangeou logo mais reinos pelo dolo de uma farsa macedônica e de um animo vingativo. «Vindo Antonio de Sousa Menezes, apodado o «Bacão de Prata», com quem Francisco Telles de Menezes, quando estava em Lisboa, havia contrahido amizade, como Governador da Bahia, o alcaide-mor, reaparecendo sobre elle, deu curso ás suas vingancas. O resultado foi que em Junho de 1682 foi assassinado na rua attor da Se que oito miserados, que depois de disparem os facinorosos, um delles tirou a mascara, mostrando ser Antonio de Brito de Castro, acançou a serpentina em que se Francisco Telles e deu-lhe um golpe mortal no pescoço, seguido de outro que lhe applicaram os seus sequazes, vindo a balleça fôrta depois.

O assassino escondendo-se no Convento dos Jesuitas, razió pela qual o Governador prendeu varios Jesuitas, eubando as prissões de pessoas do povo. A cidade ficou convulsãoada, repellido as es comilotes até que chegou o novo Governador Geral o Marquês das Minas, que restabelecer o orden.

TUMULTO DE 1712

A causa do tumulto de 1712, que assumiu serias provações, foi a dractação que o Governador Geral Pedro de Vasconcellos e Souza estabeleceu de um imposto de dez por cento *ad valorem* nos productos de importação. Sendo o imposto mal recebido pelo commercio, o povo reuniu-se, elegeu um Juiz intitulado—*Juiz do Povo*— e cercou o Palácio do Governo mandando ao Governador uma commissão para «bradar Justiça». A confusão e as apprehensões eram augmentadas pelo badalar incessante do «ginga do povo» (sino da torre do Senado da Camara, que hoje se acha no Archivo Publico da Bahia).

Não sentindo effeito a reclamação, o povo fez Justiça por suas proprias mãos, destruindo os depósitos de sal, e saqueando as casas do negocio.

Com a presença do Arcebispo o povo serenou os animos por momentos, até que se recolhendo á Cathedra o S. S. Sacramento, o povo de novo cercou o Palácio do Governador, que pela força das circumstancias, capitulou ordenando por escripto quanto exigiram e a amnistia para todos.

A população não se contentou e exigiu tumultariamente do miseravel Governador que enviasse uma frota para a restauração do Rio de Janeiro, invadido pelos Francezes, (commandados por Duguay-Trouin). Embaide retorquiu o Governador que não tinha meios nem dinheiro: indicaram-lhes os thesouros dos claustros, que depois o commercio honrosamente restituiria. Submetten-se o Governador; mas neste intermédio a noticia de que os invasores já haviam evacuado o Rio de Janeiro. Com esta experiencia ficou provado que a concessão liberal dos «Juizes do Povo» tolhia e muitas vezes annullava a acção do governo. Era proprio d'este tribunaal revolucionario agitar as baixas paixões do vulgo e nellas fundar o seu unico prestigio. Foi por isso abolido (1712) (*).

MOTIM POPULAR (1716)

Governava D. Pedro de Noronha, Marquez de Angeja (1714 e 1718), que prestou á Capitania da Bahia assignalados serviços, quando, a proposito da execução de dois réos condemnados em 1716 a pena de morte, houve nesta capital um grande motim popular.

O facto deu-se do modo seguinte: no acto da execução succedeu que um dos réos cahiu vivo com o carrasco do alto do patilho, em virtude de se ter partido um dos travessões.

*A Irmandade da Misericordia, baseada em um antigo uso,

(*) *Ver* Historia do Brazil—João Ribeiro.

cobrio o réo com sua bandeira: mas o meirinho das execuções, desprezando tal formalidade, acabou o penitente ás estocadas.

Por causa de semelhante acto de barbaridade, o povo insurgiu-se, atacando o meirinho que escapou devido á providencia dada pelo vereador Jeronymo de Burgos que o mandou recolher á cadeia.

A Irmandade da Misericordia exigiu do Vice-Rey, o marquez de Angeja, a punição do meirinho. A multidão acompanhou a Irmandade a Palácio, gritando pelas ruas e commettendo depredações.

Providencias urgentes dadas pelo Marquez trouxera o como resultado a prisão dos que faziam parte da Irmandade e de varios sediciosos, tendo posteriormente o Vice-Rey a approvação de seu acto pela Carta Regia de 30 de Abril de 1716.

MOTINS NAS MINAS (1726—1788)

De 1693 em diante a exploração do ouro tomou grande incremento, não sendo poucas as ordens regias baixadas para sua regulamentação. O exodo da população das vilas e logarejos do littoral era continuo, e si novos veios se achavam em Jacobina e Rio de Contas, maior se tornava a fome em Minas, já para resarcir o prejuizo causado pelos contrabandos, já para compensar o ouro perdido nos naufragios das naos que o levavam, dando em resultado o mar «comer todo o ouro».

A vida, por aquelle anno de 1693, tornou-se intensa na mineração e difficil na sede do Capitama, metendo a população, de um lado, com a falta de meios e neguim para a empreza facil das catas, abastecendo as entranhas no littoral, e do outro com a elevação dos preços dos generos e mercadorias e até com a falta de moeda para trocos.

A acção da gentry da metropole era incerta.

Ora, levado pela cobiça, o governo determinava o serviço de mineração, taxando grandes tributos, tão extorsivos que os contrabandos duplicavam; ora, prohibia-o terminantemente na supposição de que as catas se esgotavam.

A arrecadação do quinto que, em Julho de 1724 se elevou a 1.500 oitavas de ouro, cobrindo de sobejo os gastos de fazenda feitos por Pedro Barbosa Leal, (*) ateou a cobiça da Coroa, que, ao lado das ordens terminantes para que os quintos, varios impostos como os da Paz de Hollanda e á vintena da Rainha não diminuissem, estabelecia penas severas para os transgressores, que occultavam os contrabandos nas dobras dos amplos chapéus de

(*) Carta de Luiz Cezar de Menezes ao Rey.

(**) Ord. régia de 23 de Fevereiro de 1693.

(***) Carta de Vasco Fernandes Cezar de Menezes, 19 de Janeiro de 1725.

O COMMERCIO DA BAHIA

(1723-1801)

Exportação—Ataques das esquadras estrangeiras
—O commercio de passaros



O COMMERCIO DA BAHIA

—1723—1801—

Exportação—Ataques das esquadras estrangeiras—O Commercio de passaros

O commercio da Colonia desenvolveu-se extraordinariamente de 1723 a 1801 e isto se explica, não só pela grande exploração do ouro, como pela exportação que se fazia de «páu-brazil», plantas medicinaes, cacão, piassava, café, fumo, assucar, aguardente e varias especiarias, fructos, animaes e passaros. (*)

Além do mais, a exploração não se fazia tão somente para Lisboa, e, sim tambem para os Estados e Reis Africanos—Adonir, Sacu, Avina, Axiro, Ankobar, Jabs, Lualo, Tetu, Sabo, Fautiva, Ackron, Incassau, Lobbade e Lampi.

A Bahia era, então, além de Capital do Brazil, Capital da Africa Portuguesa; vinham para a Cidade do Salvador as ordens que se transmittiam de Lisboa para as colonias d'Africa. (**)

Sendo desenvolvido o commercio, cresceu a cubica dos estrangeiros, dos quaes se destacavam os Hollandezes, que sulcavam os mares em cruzeiros de pirataria.

O odio destes mais se acirrou contra o nosso commercio, quando em 1723 o Vice—Rey Conde de Sabugosa apresou em nosso porto um navio que entrou arribado, confiscando os escravos e o marfim que trazia de Madagascar e Goa.

Por semelhante facto as depredações hollandezas proseguiram mais acirradas, exigindo os respectivos capitães, em alto mar, dos navios portuguezes, 10% sobre o valor da carga sob pena de confiscação.

A acção hollandeza prolongou-se até 1781, quando ainda se mantinha na Hollanda a «Companhia Occidental,» de que foi chefe Mauricio de Nassau em 1624—1640—, possuindo varios fortes na Costa da Guiné.

(*) Vide—Cartas a Sua Magestade. Ineditos—Arch. Pub.

(**) Arch. Pub.—Costa da Mina.

—Instituído o exército pelas costas brasileira e africana, a esquadra inglesa composta de 10 velas—intitulada a *agrande armada*, sob o comando de James Brinkes, que arvorava seu pavilhão no *«Pitt»*, partiu em suas, apressando velozs hullandeas e francicas e restabeleceu suas linhas de commercio.

— Muito importante era o comércio dos peixes.

ON CORREDS (**)

Enquanto se levantava a casa apalafumada da rua principal do comércio estava o Correio a passar a sua existência numa casa de aluguel à rua Santos Dumont.

Era uma espécie de enorme pavilhão quadrado que me pareceu fazer parte das construções da Alfândega.

mesmo officio em Portugal e que conseguin estender o seu serviço, para as possessões do Reyno, excepto a India Oriental.

Este primeiro encarregado ou empregario teve aqui um assistente e o mesmo fez depois delle «o correio mó» do Reyno, Duarte de Souza Coutinho da Matta, verificando-se porém que a jurisdicção delle só se exercia nas cartas vindas de Portugal e não nas que viessem dos outros portos do Brasil, nem de Angola, por causa da demora apraziada na entrega dellas.

E' o que estabeleceram as Cartas Regias de 23 de Fevereiro de 1692 e 15 de Janeiro de 1698.

No século 18º, em 1740, opinou André de Mello e Castro, Conde das Galveias, vice-rey do Brasil, respondendo a uma consulta da côrte que não era praticavel estabelecer correio desta capitania com as outras suas subalternas, porque as communicações por mar eram muito frequentes e a correspondencia por terra avultada, fazendo-se a conducção dos gados e transporte dos negros e servindo os proprios-conductores de correio sem o desembolso de pagar os que as mandavam portos de cartas que seriam de muito valor, attendendo ás grandes distancias, pelo que se alguém tomasse a si esse encargo, precisaria ter grande numero de cavallos empregados neste serviço, sem que talvez o lucro correspondesse ao gasto.

Por uma carta escripta pelo mesmo conde das Galveias ao soberano conhecemos o meio pelo qual se recebia e distribuia a correspondencia aqui na Bahia.

Havia na sala de Palacio duas caixas numa das quaes se mettiam as cartas que se queria mandar para o Reyno e destinada a outra a receber as cartas que se remetiam para os portos da America.

Um empregado subalterno chamado o Ajudante das Cartas era quem entregava as que chegavam a quem as vinha procurar.

Este Ajudante das Cartas não tinha ordenado nem emolumento algum e recebia uma insignificante retribuição por aquellas que ia entregar pessoalmente.

No tempo de D. Fernando José de Portugal, cerca de 40 annos depois, seguia-se o mesmo costume com a mesma variante que já era um progresso.

Quando chegavam os navios da Europa ia um esculer da Ribeira a se encostar nelles, destinado a receber logo as cartas que os capitães remetiam em um ou mais «saccos de vias» para o Palacio do Governador.

Ahi, por uma janella, o Ajudante das Cartas que até 1797 continuava a exercer as mesmas funcções sem ordenado especial, distribuia a quem vinha procurar a correspondencia.

As cartas que não eram procuradas, conduzia-as o Ajudante das Cartas para sua casa e fazia das pessoas a quem eram destinadas uma lista, entregando-as pessoalmente nas casas e recebendo por este trabalho 20 réis, salvo quando era muito volumosa a missiva,

caso em que era costume receber mais, de modo que o Ajudante das Cartas tirava deste util serviço que fazia uma retribuição miserabilissima.

Eram as communicações da Bahia com as outras capitancias do Brasil quasi exclusivamente por mar, situação na qual nos encontramos até hoje, apesar dos cento e tantos annos decorridos, não tendo havido neste particular differença essencial, a não ser no tempo das viagens que naquella época se faziam para o Rio de Janeiro em sete dias, quando o vento não era contrario.

Foi entre os annos de 1797 a 1799 que se organizou o serviço regular do Correio marítimo, isto é, dedicando-se viagens especialmente para a conducção dos «saccos de vias».

Já eram formuladas queixas contra o novo serviço como se verá da seguinte missiva, que tambem prova como já ha mais de cem annos os interesses do commercio do Rio de Janeiro prejudicam a tudo o que é da Bahia:

Exmo. Sr. (escrevia D. Fernando José Portugal a D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro, a quem deve o Brasil a instituição dos correios marítimos).

A 20 de Julho passado, entrou, neste porto, o brigue «Neptuno», commandado pelo 1º Tenente José Maria Gonçalves, e, por causa do concerto não pequeno de que necessitava e estação invernos, não foi possível sahir para o Rio de Janeiro senão em 31 de Agosto.

O commandante me expoz que o chefe de esquadra Antonio José de Oliveira, Inspector do Arsenal Real, lhe dera ordem para que do Rio de Janeiro voltasse em directura para a Côrte; o mesmo se observou antecedentemente por outra igual ordem com o Correio «Cavião», commandado pelo 2º Tenente Joaquim Gomes da Rocha, sem que V. Ex. me participasse semelhante alteração, quando pelo officio de 27 de Fevereiro de 1798, que acompanhou o alvará da Lei de 20 de Janeiro do mesmo anno e Instrucções sobre o estabelecimento dos correios marítimos se determina que estes, depois de partirem daquella capital, voltem a este porto, sendo praticavel, para levarem resposta das cartas que trouxeram.

Estas considerações a representação que me dirigirão alguns commerciantes desta Praça, requerendo-me que o correio marítimo «Neptuno» voltasse aqui, em razao de suas correspondencias, me obrigarão a ordenar ao commandante que na volta do Rio de Janeiro buscasse este Porto, participando isto mesmo ao Vice-Rey e ao Vice-Almirante Antonio Januario do Valle.

A vista do exposto rogo a V. Ex. haja de dar alguma providencia sobre esta materia que só consiste em se observar o que se acha determinado pelo officio de V. Ex. Alvará de Lei acima referido, pois do contrario ficarão servindo os correios marítimos quanto a esta cidade meramente de trazerem as cartas dirigidas

nessa Corte, havendo de demorar-se momentaneamente o tempo necessário para entregar as Malas, em conformidade das Reaes Ordens, pois se de alguns tem tido maior demora, he em razão dos concertos de que necessitam.

O partido correio chegou do Rio de Janeiro a este Porto em 14 da corrente mes, com a breve viagem de onze dias, aporá de principio a viagem contraria, commandado pelo 1.º tenente Alexandre José Monteiro, em lugar do 1.º tenente José Maria Gonçalves que o Vice-Rey remette a Presença de V. M., de laixar de praezo pelos motivos que me nao terey explicar.

Dens guarde a V. M., Bahia 15 de Outubro de 1833. Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho—Dom Fernando José de Portugal.

Resta a final a hora da nossa conversação, caros filhos e amigos, pelo que nao podemos dar certo desenvolvimento aos correios terrestres, ou do interior.

Em 1834, em data de 22 de Janeiro, Carlos Frederico de Camerac dirigiu ao Presidente e membros da Junta que governava a Bahia remettendo um plano de serviço de correio terrestre da Bahia ao Ceará e Piahy e mandando, por ordem do rei, que a Junta informasse sobre o estabelecimento de nova agremiação em Ilhéos e Carayillas para segurança da chegada das cartas que vinham daquellas distancias proximas para a Corte, necessidade que em attenção tornasse aguda pelas difficuldades da navegação á vela para aquellas costas do Norte do Brasil, navegação que era a unica daquelle tempo.

Já estavam organisadas, e bem que muito rudimentarmente, as cartas da capital da Bahia como seo serião nos primeiros annos do Imperio e pouco a pouco se foi estendendo o rio da sua distribuição e recolhimento.

Já em 1833, parte o principal plano do serviço dos correios desta Provincia da villa de Cachoeira, naquella epocha emporio dos senhores bahianos, em sua maior parte.

Resta de-lhes clara idéa do que seo dito, lendo-lhes o officio que o Presidente Pinheiro de Vasconcellos dirige á Camara da Cachoeira, no qual he arbitrado não só a esta, como as outras principaes villas da Provincia o credito indispensavel para os estudos e outras despesas da condução das cartas, authorisado pelo Conselho desta mesma Provincia.

Fazem Presidente e vereadores da Camara da Villa de Cachoeira, havendo-se arbitrado em Conselho a gratificação de 200\$000 para o administrador do correio estabelecido nessa villa e que sob titulado desta Camara seja a mesma gratificação paga pelo collecter do lugar, bem como as despesas feitas com os Pedestres e custeio do mesmo correio, sendo satisfeita desde que elle foi installado.

Compreheo assim communicar a V. M. para sua intelligencia e execução pela parte que lhes toca, prevenindo-os de que

o Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia expedi a conveniente ordem sobre este objecto. Dens guarde a V. M. es. Palacio do Governo da Bahia, 21 de Outubro de 1833 Srs. Presidente e Vereadores da Camara Municipal da Villa de Cachoeira.—Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos.

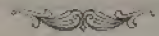
Estando a dar a hora da nossa Aula só lhes posso dizer que para a administração, estafetas e outras despesas foi marcada para a Camara de Cachoeira como acabamos de ver a gratificação de. . . . 200\$000.

Para a de Santo Amaro a de	100\$000
Para a da Jacobina a de	50\$000
Para a de Caetitê a de	50\$000
Para a do Rio de Contas a de	50\$000
Para a da Villa da Barra a de	50\$000
Para a de Valença a de	50\$000
Para a de Camamú a de	50\$000
Para a de Urubú	40\$000
Para a de Maragogipe a de	50\$000
Para a de Nazareth a de	50\$000
Para a de S. Francisco a de	50\$000

790\$000

Ao todo 790\$000 despendia o serviço dos correios do interior ou terrestre na Bahia.

Acaba, porém, de soar a sineta que marca o termino da conversação com que os está a fatigar o seu velho amigo e como não tem o professor o direito de tomar o tempo ao collega que tem de dar aqui nesta sala a sua lição, ficaremos neste ponto, permanecendo para qualquer esclarecimento ou explicação, como é do bom dever do mestre, este ao dispor dos seus discipulos.



ACADEMIAS
O cultivo da Geographia e da Historia
1724

ACADEMIAS DE SCIENCIAS E LETRAS

Em 1724—7 de Março—foi fundada nesta Capital a Academia Brasileira dos Esquecidos, governando a Capitania como Vice-Rey Vasco Fernandes Ceza de Menezes, depois Conde de Sabugosa. Funccionava no Palacio da Governança e com o beneplacito do Vice-Rey, escolheram por empreza *o—sol oritur in occidu*.

Realizou 18 conferencias, sendo a ultima celebrada em 4 de Fevereiro de 1725.

«Tomaram os academicos por materia geral de seus estudos a historia brasileira, dividida em quatro partes»

a *natural* que corre por conta do chanceller; *maritima*, que se entregou ao Juiz de Fora; a *ecclesiastica*, cuja empreza se deu ao padre Gongalo Soares da Franca; e a *politica* presumbida ao ouvidor geral de civil.

Nomees dos sete primeiros academicos.

Padre Gongalo Soares da Franca, Dez. Cactano de Britto e Figueiredo, Dez. Luiz de Siqueira de Gama, Dr. Ignacio Barbosa Machado, Coronel Sebastiao de Rocha Pitta, Capm. Joao de Britto Lima e Jose da Cunha Cardoso.

Appellidos dos primeiros academicos.

O chanceller—nubiloso.

O ouvidor—Occupado.

O Juiz de Fora—Laberoso.

O coronel—Vago.

O Capitao—Infeliz.

O ultimo—Venturoso.

ACADEMIA DOS RENASCIDOS

Foi fundada na Bahia em 19 de Maio de 1759.

Era composta de 40 academicos e de cinco supernumerarios.

A Academia tomou por padroeira a Virgem da Conceição, por protector D. José (*) e por Mecenaz o Marquez de Pombal.

A divisa era uma Phenix fitando os olhos no céu com o distincto—MULTIPLICAR O BEM.

O sello destinado aos despachos, cartas e diplomas, representava a mesma Phenix em chamma, com a lettra—«*Uzavam*» e na circumferencia o titulo abreviado. Academ. Braz. dos Renascidos».

ACADEMIA DE LETTRAS DA BAHIA.

Foi fundada em 7 de Março de 1917

Funciona no Edificio da Camara dos Deputados.

A Bahia durante o periodo colonial teve os historiadores seguintes: *Frei Vicente do Salvador*, *Jabotão*, *Sebastião da Rocha Pitta*, *Gabriel Soares de Souza*—*Ayres de Casal*, *Simão de Vasconcellos*, e Luiz dos Santos Vilhena.

No periodo do 1.º e 2.º Imperios avultou como o mais importante: *Ignacio Accioly de Cqueira e Silva*.

FREI ANTONIO DE SANTA MARIA JABOATÃO

Nasceu na Freguezia de S. Amaro, em Pernambuco, em 1695 e falleceu em 1764. Sua obra—*Orbe Serafico* appareceu impressa em Lisboa em 1761.

Posteriormente o Conego Dr. Fernandes Pinheiro annotou-a —1858 a 1862—publicando-a na Revista do Instituto Historico do Rio de Janeiro.

«Os manuscriptos deste chronista achavam-se guardados no archivo da Provincia de Santo Antonio do Brazil, no Convento de S. Francisco da Cidade da Bahia.

PADRE AYRES DE CASAL

AUTOR DA CHOROGRAPHIA BRASILICA

Nasceu em Portugal em 1754. Era presbytero secular do grão priorato do Crato. Sua Chorographia foi publicada na Imprensa Regia do Rio de Janeiro em 1817.

Falleceu em Lisboa, na indigencia, em casa de Frei Joaquim Damaso, pelos annos de 1820—1821, tendo sido os seus manuscriptos vendidos a diversos taverneiros da Cidade.

(*) D. José de Miralles, membro desta Academia, escreveu a Historia Militar do Brazil desde 1549 até 1762.

DR. ALEXANDRE JOSÉ DE MELLO MORAES

Nasceu na cidade de Alagôas, (antiga Capital do Estado) do mesmo nome em 23 de Julho de 1816 e falleceu no Rio de Janeiro em 6 de Setembro de 1882. Além de outras obras, escreveu o *Brazil Historico* e a *Chronica do Imperio do Brazil*, com documentos do Archivo da Bahia, que para sempre ficaram pertencendo á Bibliotheca Nacional

DR. FRANCISCO VICENTE VIANNA

Nasceu a 26 de Dezembro de 1848, na Freguezia do Monte. Descendia dos Barões de Vianna.

Foi o organisador do Archivo Publico deste Estado e escreveu a «Memoria Historica da Bahia», um volume de collaboração com o Dr. José de Oliveira Campos sobre os limites da Bahia com Sergipe, uma memoria sobre a colonisação de Jaguaripe e uma monographia sobre a Sabinada.

Falleceu em o dia 24 de de Abril de 1895.

SIMÃO DE VASCONCELLOS

Nasceu na Cidade do Porto, donde passando á Bahia, envergou a roupeta de Jesuita, no anno de 1616, contando 19 annos de idade.

Em 1641 acompanhou á Europa o Padre Antonio Vieira e D. Fernando de Mascarenhas, estes encarregados pelo Vice-Rey, D. Jorge de Mascarenhas, Marquez de Montalvão, de cumprimentar D. João IV por sua ascensão ao throno.

Escreveu a *Chronica da Companhia de Jesus*, foi Provincial da ordem e falleceu no Rio de Janeiro em 29 de Setembro de 1671, com 74 annos de idade e 55 de religioso.

SEBASTIÃO DA ROCHA PITTA (*)

Filho de João Velho Gandim e D. Brites da Rocha Pitta, nasceu na Bahia a 3 de Maio de 1660 e falleceu a 2 de Novembro de 1738.

Graduou-se em Artes no Collegio dos Jesuitas da Bahia e posteriormente bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra.

Dedicou-se á lavoura em uma fazenda no rio Paraguassú; foi coronel do regimento privilegiado das ordenanças da Bahia, fidalgo da casa real, cavalleiro professo da ordem de Christo, academico supranumerario da Academia Real de historia portugueza e membro da Academia Brasilica dos Esquecidos.

(*) Vid. Sac. Blake. Dicc. Bibl.

Reverend. e Humilíssimo Padre João Pádua—3. 1800. e 1724. *Verbo*—Causado e actual do do fundador escripto que na mesma cidade da Bahia, porção de Antonio Rodrigues, se viu no monte O'—Res D.º agosto II.º—1709.

Notas da vida e morte de D. Leonor Joseph de Villena e Rio—escripto que se celebraram a sua memoria na Cidade da Bahia—1724.

Cartas do acadêmico Sebastião da Rocha Brito—presidindo a Academia Brasileira em 17 de Maio de 1724.

—Faz de primarias historiadores que o Brasil teve.

PERE VICENTE DO SALVADOR (7)

«Filho de João Rodrigues Pálha e d. Messia de Lemos e chamado no seculo Vicente Rodrigues Pálha, nasceu na Freguesia de Maternus nesta Capital, sendo baptisado na Sé a 29 de Janeiro de 1567 e falleceu entre os annos de 1636 e 1639. Formouse em Canonicos pela Universidade de Coimbra, foi corregedor da Cathedral e vigário geral da cidade da Bahia. Tomou o habito a 27 de Janeiro de 1597, professor a 20 de Janeiro de anno seguinte. Foi recolhido para fundar o convento de St. Antonio do Rio de Janeiro e depois se guardou em 1613.

Escreveu os hypos seguintes.

Historia da Bahia, a primeira escripta por penha brasileira. Foi concluida na Bahia a 20 de Dezembro de 1627, sendo escripta e instigada de Manoel Severim de Faria a quem e consagrada e compo-se de cinco livros. Leu em muitos annos inédita sendo publicada em 1869. Foi traduzida por Capistrano de Abreu.

Chronica da Custodia da Bahia—citada por J. B. de Almeida no *Dict. Scriptae* sendo em Agosto de Santa Maria publicou de «vários trechos no seu *Sanctuario Mariano*, e tanto Barbosa Machado como Bento Barboza a citam como publicada em Lisboa em 1615.

DINAIO ACCIOLI DE CERQUEIRA E SILVA

«Filho do desembargador Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva, nasceu em 1808, em Coimbra.

Vem para a Bahia em tenra idade.

Falleceu na Bahia em 19 de Agosto de 1863. Aos 14 annos tomou parte na campanha da Independencia, servindo na milicia civica, onde subiu ao posto de Coronel chefe de legião, no qual foi reformado.

Foi director do Theatro S. João e chronista do Imperio.

(7) Ver *Dict. Bibl. da Bahia*.

confessando em carta muiitta e constante no Archivo Publico e seu arrependimento de ter accedido a talhina cargo. Esta similidão no modo do Insourado Mello Moraes de quem foi muito amigo. Era commendado da ordem da Rosa. Cas. com a Srta. Graciosa e de Christo.

Escreveu: «Chronographia Parocho»—1833. *Memorias Illustradas da Bahia*, actualmente annotadas pelo Dr. Brás da Amaral.

As *Memorias Illustradas* tambem foram annotadas por Hypolito Cassiano de Miranda, apenas sendo publicadas o 1.º volume em 1892.

Reconstrução da Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, na Província da Bahia, pelas armas de D. Philippe 4.º rei das Hespanhas e Indias, publicada em 1628 por D. Thomaz e Tamayo de Vargas e addicionada com notas e uma carta topographica.

Informação ou descripção topographica e politica do Rio de St. Francisco—1847.

Memoria sobre tribos indigenas

Risco Chronographico da Imperio do Brazil.

Memoria diarias da guerra do Brazil, começando em 1650.

Ensayo Historico, Estatistico e Geographico sobre o Imperio do Brazil.

Historia Chronographica e contemporanea do Imperio do Brazil.

O «Cathartes», jornal politico e litterario da Bahia.

O «Guarany», jornal politico, litterario, industrial.

Biographia de José Elvaz Pessôa.

Biographia de José de St. Brancos e Almeida.

Biographia do Padre Manoel de Nobrega.

Biographia do Padre Joseph de Anilhões.

DOMINGOS JOSE ANTONIO REBRILLO

Nasceu na Bahia, onde foi negociante matriculado sendo director da Companhia da Seguros, «Commercio Maritimo».

Escreveu a «Chronographia ou abreviada historia geographica do Brazil, especialmente da provincia e cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, coordenada e dedicada a casa dos Orphãos de S. Joaquim desta Cidade para uso de seus alumnos», 1.º.

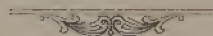
(7) Ver *Dict. Biographico*.

LUIZ DOS SANTOS VILHENA

Era filho de Portugal e exercia nesto Capital em 1800 o cargo de Professor de Grego.

Escreveu uma «História da Bahia», acompanhada de photographias, que é reputada o estado mais completo que se conhece sobre o nosso Estado.

O manuscrito, em questão, foi comprado em Lisboa pelo Dr. José Carlos Rodrigues e offerecido á Bibliotheca Nacional, do qual o Governo deste Estado obteve copia que se acha no Archivo Publico.



D. JOÃO VI

(1808)

O VISCONDE DE CAYRÚ

Elevação do Brazil a Reino Unido 1815—Revoltas
—Pesquisas scientificas

D. JOÃO VI

PARTIDA DE LISBOA

D. João VI era filho de D. José I e de D. Maria e foi chamado a administrar o Reino em 1.º de Março de 1792, durante a molestia da Rainha, Sua Progenitora, visto como succedera nos direitos do irmão primogenito, o príncipe D. José, fallecido em 1787. (*)

Casou-se em 1790 com a Infanta da Hespanha D. Carlota Joaquina, que, em Portugal em 1805, no Brazil durante o periodo em que D. João VI lhe dirigio os destinos e mais tarde em Portugal, amargurou os dias de existencia do real esposo.



D. João VI

Em 1805 descobrio-se uma conspiração por ella chefiada e acolytada por fidalgos descontentes e varios ecclesiasticos que formavam sua cõrte particular, destacando-se dentre os primeiros o Marquez de Alorna, que para sahi da Cõrte foi nomeado Governador das Armas no Alentejo, o Conde de Sabugal e o Marquez de Ponte de Lima.

«O publico attribuiu a envenenamento a morte do magistrado que chegou a colher as provas da conjuração—José Anastacio de Figueredo, que logo depois teve logar, e a do Conde de Villa Verde que não viveu muito tempo depois».

Após esse tetrico acontecimento, D. João VI separou-se da esposa, que ficou residindo no Palacio de Queluz, residindo o Monarcha no Palacio de Mafra. (**) distante seis legoas de Lisboa.

—Carlota Joaquina, ligada á corte de Hespanha pelos laços de sangue, dia a dia acirrava a luta contra D. João VI, convulsionando a corte com intrigas, falsas noticias e desregradas ambições, levando a anarchia a todas os ramos da administração.

(*) Pereira da Silva II da Fundação do Imperio Brasileiro.

(**) Junto ficava o Convento de mesmo nome construido por D. João V, em cujas obras applicou a renda de todo o ouro que foi do Brazil para o Reino.

— Nesse tratado mais se contraxiam as pretensões de Napoleão Bonaparte, que visava a occupação do Portugal no sentido de augmentar a influencia inglesa, do sorte que em 17 de Outubro de 1807 os plenipotenciarios general francez Duroc e o enviado hespanhol D. José Bapista assignaram em Fontainebleau o tratado que «abstrahia extinta a autonomia do reino e despozados da coroa os membros da casa real de Bragança. Partilhava-se o seu territorio: Oporto e Trancão de Castella, Raimão de Esmirra as proximidades de Entre Douro e Minho, com a Cidade do Porto.

Deu-se ao Principe da Paz, instrumento de que se havia Napoleão para dominar a Hespanha, o Monteiro e Alentejo, ficando a Pavia para si Lisboa e Estremadura, Beira e Trancão. Mantendo reservadas as possessões ultramarinas de Portugal para serem partilhadas mutuamente entre Hespanha e Franceza, quando se rombesse a guerra e apparecesse momento opportuno para abstrahir-se.

Partindo o General Junot para invadir Portugal, Lord Strangford, Embaixada Inglesa, residente em Lisboa, informou ao Rei de D. João transferir-se para o Brazil. Estabeleceram-se o pânico em Portugal com a noticia da marcha acelerada de Junot, o povo presentia a tudo em desespero, entre lamentações e lagrimas.

Após muitas vacillações, D. João VI, premido pelas circumstancias, mas cujo patriotismo se pôde adivinhar por aquella phrase: «que se diria de mim rei que fugia ao perigo», e deixava os seus estados ao desamparo, resolveu embarcar para o Brazil, e que fez em 27 de Novembro de 1807, no Cabo de Belém.

Maria Leopoldina, sua filha, D. Maria de Paço e o Infante D. Miguel embarcaram na nau «Rainha de Portugal».

D. João embarcou na nau «Principe Real» e bem assim D. Pedro e ainda sua Avó. As duas princezas, irmãs da Rainha, embarcaram na nau «Princesa do Brazil».

Os duques de Cadaval, os marquezes de Alentejo, Bellas, Aveiga, Penha, Lavradio, Theres Nerys e Vagos, os Condes de Pombeiro, Botelho, Casparica, Belmonte e os ministros de Estado embarcaram em outras naus.

A esquadra era composta dos navios: Principe Real, Rainha de Portugal, Princesa do Brazil, Medusa, Conde D. Henrique, Martin de Freitas, Afonso de Albuquerque, D. João de Castro, Fragata Minerva, Golfinho e Urania e brigueiros Voador, Vingança, Lobo e Curvo.

Devido aos ventos a esquadra só saiu na manhã de 29 de Novembro e pelas 9 horas da manhã de 30 de avançadas de Junho entraram em Lisboa, ainda arrestando os navios distantes das costas e apressando alguns que não poderam transpor a barra.

(C. P. da Silva, vol. III)

Por esse mesmo tempo o almirante inglez Sidney Smith bloqueiou o porto de Lisboa e se apossou da ilha da Madeira, ordenando que uma esquadrilla comboiasse a armada que conduzia o monarcha portuguez ao Brazil.

CHEGADA DA FAMILIA REAL À BAHIA

No dia 19 de Janeiro foram vistos os primeiros contornos das terras da Bahia, entrando a esquadra na tarde de 20, debaixo do maior jubilo da população, sendo saudada pelas fortalezas e navios ancorados no porto. Governava a Bahia o Conde da Ponte, que deu todas as providencias no sentido de se prepararem commodos para S. Magestade e sua illustre comitiva: determinou



Visconde de Cávra

festas publicas, reuniu tropas e milicias para as continencias do estylo, acções de graças e *te-drum* por tão feliz acontecimento. O Principe recebeu o Governador, a bordo, com o maximo carinho e determinou para o dia 21 o desembarque, dia em que o povo bahiano recebeu a Magestade com toda a pompa e enthusiasmo.

«Guardou o Principe durante toda a sua vida a lembrança do acolhimento prazenteiro e respeitoso que lhe fizeram os seus subditos da Bahia, e sempre que com os seus familiares tratava de recordal-a manifestava emoção profunda e sentida.»

Desembarcando, D. João hospedou-se no Palacio do Governo e sua comitiva nos melhores predios da Cidade.

Inquieto com interesse das cousas do Brazil, envio as pessoas mais importantes da cidade, sendo-lhe dado conversar com José da Silva Lisboa, mui capacitado nas cousas economicas e financeiras. Devido aos seus conselhos, D. João assignou em 28 de Janeiro o decreto de abertura dos Portos do Brazil ao Commercio das Nações. (José da Silva Lisboa, posteriormente Visconde de Cávra, nasceu na Bahia em 16 de Julho de 1756. Formou-se em direito canonico na Universidade de Coimbra. Foi professor de grego, hebraico e philosophia em Portugal e no Brazil, exerceu o cargo de ouvidor da Capitania de Ilhéos, onde primou pela energia e pela honestidade. A. Publico—lhedito Advogou na Relação da Bahia, em cujos archivos forenses se encontram luminosas razões e publicou além de outros, o *Tratado de Direito Mercantil*, impresso em 1801 e os *Princípios de Economia Politica* em 1804. Já em 1781 em Carta escripta ao Dr. Vandelli, Silva Lisboa se externava sobre a vantagem da abertura dos portos do Brazil ao Commercio mundial.

Em 1782 Silva Lisboa, por ordem do Vice-Rey, estudou em Cachoeira um meteorito que ali appareceu.

ILHVAÇÃO DO BRAZIL A REINO UNIDO

Por Carta de Lei de 16 de Dezembro de 1815, D. João VI em nome do Brasil (7) uma manifestação pública do quanto pensava o acollimento que havia recebido dos seus povos, e dos desejos que nutria para a sua prosperidade e grandezza, concedeu-lhe o título de *Reino Unido da Paragayta, Hyerica*. Significava este favor reger o direito de ser tratado pelo soberano no mesmo pé de igualdade que os Reinos europeus; a declaração de que não constituía mais uma colónia de Portugal, e a certidão de que lhe não poderiam ser cassadas as facilidades e privilégios que lhe haviam sido outorgados.

Para comemorar este grande acontecimento fizeram-se, por vários dias, muitos festejos em todo Brazil, particularmente na Bahia, S. Paulo, Recife e Martania.

A Inglaterra reconheceu o novo Reino Unido em 20 de Fevereiro de 1816; a França em 29 de Fevereiro do mesmo anno; a Austria em 27 de Março do mesmo anno; a Rússia em 2 de Maio do mesmo anno; a Prussia em 30 de Maio do mesmo anno. A elevação do Brazil a Reino Unido foi uma consequência do Congresso de Viena, reunido em 1815, na Capital da Austria, de que foi embaixador por parte de Portugal o Conde de Palmella, a quem Talleyrand, embaixador da França, aventou a idea que mezes depois fructificou em a humosa Carta de 16 de Dezembro.

REVOLUÇÃO DE 1821 EM PERNAMBUCO — REPERCUSSÃO NA BAHIA

Foram seus chefes: Domingos José Martins, Domingos Theotônio Jorge, Padre Isidro Ribeiro Pessôa, Dr. Luiz José de Mendonça, José de Barros Lima (o Leão Corado), o Dr. Abreu e Lima (Padre Roma), Padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro (Padre Miguelinho), Padres Murtz Tavares e Tenório.

As causas da revolução foram de um lado as discordâncias existentes e rivalidades suscitadas entre officiaes portuguezes e brazileiros; de outro lado as ideas liberas propagadas no paiz.

Estadada a revolta, o Governador Caetano Damasceno Miranda Montenegro capitulou, recolheu-se á fortaleza do Ilum e retirou-se para o Rio.

Organisouse o Governo Provisorio no tempo em que a Parahyba, o Rio Grande do Norte e Alagoas solicitavam a revolução que não chegou ao Centro na Bahia, onde, respectivamente, foram presos o Padre Alencar e Abreu e Lima (Padre Roma).

Dr. João VI organizou a resistência. Uma esquadra de commando do almirante Rodrigo João Joaquim o Recife e

(7) Vol. 2, p. 84. — *Publicações do Império brasileiro* (vol. 3) pag. 113.

o Marechal Cogominho de Lacerda seguiu por terra, commandando um corpo de exercito.

O Dezenbargador Teixeira Coutinho foi nomeado para julgar os rebeldes, instituindo *alcada* no Recife, sendo tambem nomeado Governador da Capitania Luiz do Rego Barretto.

Travadas varias luctas, debandaram os revolucionarios, sendo muitos presos e fuzilados.

As 10 horas da manhã de 29 de Março de 1817 foi fuzilado no Campo da Polvora o Dr. José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima (o Padre Roma).

O Padre Roma havia sido prezo ao desembarcar na Barra, tendo vindo de Pernambuco em uma Jangada. Acha-se sepultado na igreja de Sant'Anna.

SENTENÇA DA COMMISSÃO MILITAR

«Vendo-se nesta cidade da Bahia o processo verbal do réo Padre José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima, auto de corpo de delicto, tres testemunhas sobre elle perguntadas; e interrogatorio feito ao mesmo réo; decidiu unanimemente e por todos os votos, que as sobreditas culpas se achavam plenamente provadas e o réo dellas incurso nos §§ 5.º e 8.º Titulo 6.º do Livro 5.º das Ordens do Reino e mandam que se executem no sobredito réo as penas do § 9.º da mesma Ord. Bahia em Commissão Militar, 28 de Março de 1817. (Assignados) Henrique de Mello Coutinho de Vilhena, relator. Manoel Pedro de Freitas Guimarães, Major; José Antonio de Mattos, Tenente-Coronel; Manoel Gonçalves da Cunha, Major; Joaquim José de Souza Portugal, Coronel; Antonio Fructuoso de Menezes Doria, Coronel; Felisberto Caldeira Brant Pontes, Brigadeiro; Manoel Joaquim de Mattos, Brigadeiro de Legião, D. Marcos; Conde dos Arcos, General.

REVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL DA BAHIA. 1821

Em 10 de Fevereiro de 1821, ás 6 horas da manhã, os batalhões de artilheria e outros corpos estacionados na Bahia marcharam para a Praça de Palacio e aclamaram a constituição que foi assumpto da revolução do Porto, de 24 de Agosto de 1820.

A frente dessa conjuração, na Bahia, estavam o cirurgião Cypriano José Barata de Almeida, Lino Coutinho, e os coroneis Manoel Pedro de Freitas Guimarães, Francisco José Pereira e Francisco de Paula Oliveira.

Nas reuniões politicas, Cypriano Barrata e Lino Coutinho eram os mais exaltados.

Era Governador da Bahia o Conde da Palma, que pronunciada a revolução, se retirou para o Quartel da «Legião de Caçadores»,

em Santo Antônio de Montaria (antigo quartel de cavallaria) e partiu para a Praça da Piedade com o corpo velho, outras tropas e o 12.º batalhão, commandado por Bandeira de Mello.

Felizardo Caldeira Brant Pontes, Marquez de Barbacena, Marechal Inspector, marchou com 100 praças para o Forte de S. Pedro e quartel dos Alibitos, onde os revoltosos se haviam entinchurado, collocando tres peças na base da muralha Mercees.

Intimidos Felizardo Caldeira a rendição, os revoltosos responderam com artilheria e fuzilaria, caindo feridos 20 soldados e 7 mortos.

O marechal Luiz Paulino Rêgo da França aconselhou ao Conde da Palma que se pronunciasse pela revolução. «Já então a Canara furem-sea extraordinária e tumultuariamente.

Leram-se termos, proclamações e officios communicando ao Rei e aos peões da Capitania os acontecimentos, pedindo que se adoptasse o regimen constitucional, manifestando dedicação e obediencia ao Rei e a sua dinastia e jurando homenagem ás Cortes de Lisboa».

O Conde da Palma e Felizardo Caldeira retiraram-se para o Rio de Janeiro a bordo da sua fragata «Iguazu». É digna de nota a celebre carta do Conde de Palmella a D. João VI. de referencia ao Brasil e aos movimentos liberais.

O movimento de 1821, na Bahia, foi o agente mais poderoso para a independencia brasileira.

PESQUISAS SCIENTIFICAS

As pesquisas scientificas foram iniciadas no Brazil pelo jesuita *João de Araújo*, conforme vimos em capitulo anterior.

Durante o periodo holandês foram ellas continuadas por Elias Heckman, Wilhelm Gimmer, Mathias Beck, George Maregraph, Wilhelm Piss e o medico do Conde de Nassau.

Esso estendeu o sangue vermelho, mangurou as pesquisas epidemicas, estudou a therapeutica phytologica, a taxicologia vegetal, as propriedades medicas—anthelminticas da quinquina, da capoeira, do tapançu, do carobe, do tapançu e de outras plantas.

Foi o inventor do megastopio de quese utilizava em suas pesquisas.

Hackman encontrou nas serras vestigios de um povo prehistorico de tradições muito antigas constando em grandes pedras arredondadas, de 10 pés de diametro, empilhadas umas sobre outras e talladas em forma de pilares.

Publicou o livro *De quodam de Taphis*.

Seguiu-se a as pesquisas de John Mawe, que nasceu em Derbyshire em 1764 e veio ao Brazil no século XVIII.

Mawe estudou as zonas diamantinas estudando as minas do

Tijoco, dos rios Jequitinhonha e Pardo. Escreveu varias memorias sobre a Bahia, Pernambuco, Ceará, Pará, Goyaz e Matto Grosso e em 1813 publicou um tratado sobre diamantes e pedras preciosas.

Falleceu em 26 de Outubro de 1829.

GUILHERME ESCHWEGE

Nasceu na Alemanha, em Hesse em 15 de Novembro de 1777. Acompanhou D. João VI ao Brazil.

Percorreu as Províncias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas, fundou uma fabrica de ferro em Villa Rica e publicou varias memorias e vocabularios da lingua indigena. Falleceu em Wolfsanger em 1.º de Fevereiro de 1855.

AUGUST DE SAINT-HILAIRE

Nasceu em Orléans, na França em 1789 e falleceu em 1853.

Veio para o Brazil em 1816, na comitiva do Duque de Luxemburgo, Embaixador da Corte de Luiz XVIII, junto a D. João VI.

Percorreu grande parte do Brazil e estudou a flora, a fauna, os valles hydrographicos e varios dialectos e linguas dos selvagens.

CONDE DE LA HURE

Estudou as inscrições lapidações do interior da Bahia.

AGASSIZ E HARTT

Luiz Agassiz nasceu em Onle em 1807 no Cantão de Vaud. Naturalizou-se cidadão norte-americano.

Estudou a historia natural do valle do Amazonas.

Acompanharam-nos os varios cientistas norte-americanos: Carlos Hartt, geologo; Orestes Saint John, geologo; os naturalistas John Anthony, John Allen, o Dr. Cotting, o desenhista Jacques Burkhardt, o preparador William James e madame Agassiz, que escreveu de collaboração com o seu marido o livro «Voyage au Brésil».

Hartt foi quem estabelecer a divisão paleontologica brasileira e publicou em Boston em 1878 o notavel trabalho «Geology and Physical Geography of Brazil».

Agassiz falleceu em 1873.

BARÃO ALEXANDRE DE HUMBOLDT

Nasceu em Berlim em 1767. Era irmão de Carlos Guilherme Humboldt, estadista prussiano. Pesquisou e estudou o valle do Amazonas, classificou sua flora e fauna e foi a Patagônia, ao Chile e a Terra do Fogo.

De volta a Alemanha escreveu as «Voyages au régions équinoxiales du Nouveau Continent» onde fez referencias ás inscrições lapidárias dos rios Orinoco e Guayana.

Escreveu o Cosmos, considerada por Latino Coelho, uma das mais notáveis obras do século em que viveu.

Falleceu em 1859.

PRÍNCIPE MAXIMILIANO DE NEWWIED

Estudou o sudoeste da Bahia, suas inscrições e raças indígenas, levantando mappaes.

PIETER WILHELM LUND

É cognominado o «Pai da Paleontologia Brasileira». Nasceu em Copenhague, a 14 de Junho de 1801. Formou-se em 1818 e em 1827 recebeu o grão de doutor em Philosophia. Veio pela 1ª vez ao Brasil em 1825 e em 1833 fixou residência em Minas Geraes, procurando a Lagoa Santa e seus fosséis, bem como os do Sumidouro, estudou com profundeza.

Em Lagoa Santa estudou as lapas de Santa Luzia, Sete Lagoas, Curvello, Pidalgo, Cerca Grande, Mosquito, Sacco Comprido e a Lapa de Maquiné, de todas a mais formosa.

Mandou varios especimens de nossa fauna e flora para os Museus de Copenhague e escreveu varias memorias sobre a geologia brasileira e sobre a fauna e flora.

A sua obra mais notavel é o «Estudo Summario do Reino Animal do Brazil antes da Ultima Revolução do Globo.»

DOMÍNGOS FERREIRA PENNA

Nasceu em Minas Geraes em 1818 e falleceu em Belém (Pará) em 1888.

Estudou os povos do Amazonas, descobriu monumentos prehistoricos, inscrições lapidárias que traduziu e publicou as varias obras.

O Tocantins e o Anapré, 1864; a Ilha de Marajó, 1875; Breve Noticia sobre os Sambaquis do Pará, 1878; as «Úrnas de Maracá; Explorações no Amazonas e Rio Branco, 1883; Indios de Marajó.

O que Lund fez no sul, Ferreira Penna fez no norte.

FREDERIC VON MARTIUS E VON SPIN

Fizeram profundos estudos em Minas Geraes e Bahia de 1817 a 1824.

Von Martius escreveu o «Atravez da Bahia», obra de muita observação, a qual foi traduzida pelo Dr. Pirajá da Silva.

Eram fillos de Munich (Alemanha).

Outros scientistas estrangeiros:

John Pohl, Halfeld, Gerhar e Schreiner que estudaram o Rio S. Francisco, sua geologia, flora e fauna.

Halfeld levantou a planta deste rio e morreu em Minas em 1843. Foi soldado de Blücher em Waterloo.

— Others: von Sellow, Martière, Pieter Clausen, E. Pissis, frances que levantou o nosso primeiro mappa e falleceu no Chile; Helmreichen, Castellan, Rnétel, Saint-Adolph.

SCIENTISTAS BRAZILEIROS

Ladislão Netto, que escreveu as «Investigações sobre a Archeologia Brasileira»; Rodrigues Peixoto, que escreveu os «Novos Estudos Craneologicos sobre os Botocondos».

Cons. Alencar Araripe, que escreveu «Cidades Petrificadas e Inscrições Lapidárias do Brazil».

José Verissimo, que escreveu «Populações Indigenas do Amazonas».

Conto de Magalhães, que escreveu os «Ensaio de Anthopologia» e o «Selvagem».

Baptista de Lacerda que escreveu «O Homem dos Sambaquis».

JOSE BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA

Nasceu em Santos em 13 de Junho de 1763.

Formou-se em Coimbra, frequentou os estabelecimentos metallurgicos da Inglaterra, Alemanha, Dinamarca, Noruega, Belgica, Hollanda, Hungria e Italia.

Publicou os seguintes livros:

«Viagem Geognostica aos Montes Euganeos no territorio de Padua; Viagem Mineralogica pela Provincia de Extremadura; memoria sobre o envão de pedra do Portugal; memoria sobre a mina de ouro sobre a outra banda do Tejo; tratado de mineralogia; compendio de montanistica; Memoria sobre o trabalho e manipulação das minas de ouro em geral; tratamento metallurgico».

Era grande auxiliar do Barão de Humboldt.

A politica desviou-o da senda scientifica e a 16 de Janeiro de 1822 accedeu ao pedido do Imperador, assumindo a pasta dos estrangeiros.

DR. JOAQUIM CAETANO DA SILVA

Escreveu o *Oryzobol*, depois de estudar a região norte do Amazonas.

DR. BARBOSA RODRIGUES

Estudou a região amazonica e escreveu o *Muyrakitan*.

DR. MANOEL BASHIO FURTADO

Escreveu a *Contribuição para o Estudo da Zoologia do Brazil*.

DR. FREIRE ALLEMÃO

Escreveu os *Estudos Botânicos*.

BARÃO DE CAPANEMA

Escreveu os *Apontamentos Geologicos e os Ensaios de Sciencias*.

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA (*)

*Nasceu na Bahia (Capital) a 27 de Abril de 1756, sendo seu pae Manoel Rodrigues Ferreira, e falleceu em Lisboa a 23 de Abril de 1815.

Matriculou-se no curso juridico da Universidade de Coimbra em Outubro de 1770; porem obrigado a suspender os seus estudos por causa da reforma da Universidade em 1771 matriculou-se no curso de philosophia, e o seguiu com applicação tal, que dois annos depois de o concluir era demonstrador de historia natural.

Era appellidado o *Humboldt Brasileiro*.

Em Portugal examinou as minas de carvão de pedra de Bustos, descreveu varios productos do Museu da Ajuda.

Por determinação régia exerceu por 10 annos a commissão de percorrer e estudar o que houvesse de notavel desde o Pará até Matto Grosso.

Em 1793 voltou a Portugal sendo nomeado official da Secretaria de Estado de Negocios da Marinha e dos dominios ultramarinos.

Um anno depois foi nomeado director do real gabinete de Historia Natural, Jardim Botânico e depois nomeado por D. Maria I administrador das Reaes Quintas e deputado da Junta do Commercio.

(*) Vid. Sacramento Blake—Dicc. Bibl. Braz.

Escreveu varias memorias sobre os Estudos do Pará e Matto Grosso, sobre os seus rios, cachoeiras e serras; visitou a Gruta das Onças em 1790: estudou os gentios *Mura*, *Uraguana*, *Caripema*, *Combiba*, *Yurupyvama*, *Mankô*, *Miranha*; descreveu as tartarugas, o peixe pirarucu, o peixe Aranaia, as plantas do Rio Branco, as palmeiras, o macaco simia mormon, a lavoura de Macapá; classificou as madeiras do Pará e emprendeu outros estudos de capital importancia.



A INDEPENDENCIA

—1822—1823—

Soror Joanna Angelica—Varios successos—Labatut, Lima
e Silva e Felisberto Gomes Caldeira

A heroína bahiana Maria Quitéria de Jesus Medeiros

A CAMPANHA DA INDEPENDENCIA NA BAHIA

O GENERAL MADEIRA

A campanha da Independencia teve forte baluarte na acção energica dos Deputados Lima Coutinho, Capitão José Botelho de Almeida, Domingos Borges de Barros e Visconde do Poço Branco e Frei Francisco Agostinho Gomes que, desde 15 de Dezembro de 1821, quando tomaram assento nas Camaras de Lisboa, como representantes da Bahia, até à repulsa precipitada para Plymouth, se bateram pela liberdade patria, conseguindo victoria triumphante em 7 de Setembro de 1822 e em 2 de Julho de 1825.

No Rio de Janeiro, além de outros, foram vultos prominentes da campanha libertadora— José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Gonçalves Ledo.

Os acontecimentos que se desentoldaram em Fevereiro de 1822 obedeceram ás ideias libertarias que, ha longos annos, se cultivam acratunando o animo do povo brasileiro, sendo o acto da Camara Municipal desta Capital, negando-se a pôr a assinatura no «Cumprasse» á carta regia de 6 de Dezembro de 1821, que nomeou o General Ignacio Lobo Madeira de Melo para o cargo de Governador das Armas da Bahia, o ponto de partida e o ponto da liberdade patria.

Occupava o Cargo de Governador das Armas na Bahia, o Brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães.

Em vista da attitude da Camara Municipal, Madeira reuniu os officiaes dos corpos de primeira e segunda linhas, que se pronunciavam pela sua causa, lavrando-se um termo de obediencia.

Logo dividiram-se as tropas. A Legião de Manoel Pedro pronunciaram-se o 1.º Regimento de Infantaria, artilharia e legião de Caçadores, ficando leais a Madeira a tropa portugueza e a esquadra de cavallaria.



o general

A junta governativa pôz-se ao lado de Manoel Pedro, fortalecida por uma grande representação favorável ao mesmo, e assignada por 421 pessoas, e depois de uma temível decisão que o governo militar ficasse entregue a uma commissão militar de 7 membros até que novas ordens viessem de Lisboa.

Começou, desde essa resolução, o movimento armado na Cidade. Madeira mandou sair deques armados para vigiar as forças que Manoel Pedro collocou em S. Bento. Seguiram-se algumas hostilidades entre as tropas adversas, chegando a Junta do General Madeira a convellam-las e aos seus officios para uma reunião em Pelour, a que não acceitaram, porcorrendo os Generaes os postos occupados pela milicia.

Deante o seu fracasso convellam-se juntos de Moraes e Amaral Moura Manoel Pedro.

No dia 19 de Fevereiro os factos assumiram maior gravidade, havendo tiroteio na rua do Rosario, Forte de S. Pedro. Afflicto e Mercoz entraram forças dos dois commandantes.

Nesse mesmo dia, vendo as forças do Brigadeiro Manoel Pedro, as tropas de Madeira, desentretadas, commetteram os maiores attentados contra os lares dos families bahianos, violaram o Convento de Lapa, matando o baileiro, a abbadesa do Convento Joann Amelias e o Capellão do mesmo, Padre Daniel da Silva Lisboa.

— Deante de tais factos, sem força moral, o General Madeira para odificar os excessos da soldadesca, que não levou em conta sua proclamação de 19 de setembro, meez, principiou o exodo da população para o reconquista.

Na tarde de 19 determinou-se para o dia seguinte o bombardeio da Fortaleza de S. Pedro, onde se achava o Brigadeiro Manoel Pedro, o que se não realizou devida a falta de energia da Junta presidida, que preferia evitar maior perda de sangue. No dia 21 as tropas portuguezas occuparam a referida Fortaleza, prendendo o seu commandante e a officialidade que o acompanhava.

— Echamando esses factos em Lisboa e ao lado da junta e de Manoel Pedro ficaram os deputados Domingos Borges de Barros e Cypriano José Barro de Almeida patrocinando a causa dos portuguezes de nome a Marechal Luiz Paulino de Oliveira Pinto da Praya, com quem Barro de Almeida sustinha na Camara forte polemica, a verdade esta no alto de uma escada. O Dr. Barro, no auge da indignação, impelliu por ella o alvará ao marechal Luiz Paulino, que se resolveu ao dithumil sustento, machucando (*).

— A esta dithumil fôrta recorrida de Bahia, cuja consequência



Domingos Borges de Barros, Visconde da Pedra Branca

fôrta morte de mais de 200 pessoas, o espirito publico mais se inflamou, a ponto de D. Pedro I ordenar a retirada de Madeira para Lisboa, publicando nesse sentido uma proclamação ao Povo Bahiano que terminou deste modo:

«Os honrados brasileiros preferem a morte a escravidão; vós não sois menos: tambem o deveis fazer, para continuos entoades vras á independência moderada do Brazil, ao mesmo bem chamado monarchia. E—Rey o Sr. D. João VI e a nossa Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Reino do Brazil—Rio, 17 de Junho de 1822. Príncipe Regente.»

O exodo continuava intenso, até que, com o desembarque das tropas do General Jorge de Aviz, que haviam sido expulsas do Rio de Janeiro, assumio proporções extraordinárias.

A RESISTENCIA DOS BAHIANOS. O RECONQUISTA

No reconquista o multiplicavam-se os questos para a lucta heroica, sendo a povoação de Belem, em S. Felix, o primeiro local onde se encontraram os primeiros homens prontos para a resistencia.

No dia 25 de Junho de 1822 fez-se a marcha para Cachoeira, onde officiam as autoridades declarando a intenção que os moys—de aclamarem regente do Brazil ao Príncipe D. Pedro. Igual communicação dirigiram aquelles patriotas ao commandante de um escuadrão de guerra que Madeira para alli mandou, quando teve suspensas de que o Padre Laurencio da Silva, Magalhães Cardoso, vigario da Igreja de S. Pedro, desta Capital havia para alli partido.

—A accão do Padre Cardoso mais accendeu os animos dos Cachoeiranos.

—As 6 horas da manhã do citado dia 25 reuniram-se na Camara os patriotas cachoeiranos, havendo uma sessão que foi presidida pelo Juiz de Fora—Antonio de Cerqueira Lima, estando presentes para mais de 250 cidadãos, de cujo numero se destacavam: José Garret, Pacheco de Aragão, Antonio de Castro Lima, Joaquim Pedreira do Couto Ferraz, Rodrigo Antonio Falcão, Brandão, José Antonio Fina de Almeida e Francisco Gê Acayaba de Montezuma, (posteriormente Visconde de Jequitinhonha).

O Procurador do Senado da Camara, empunhando um estandarte, fallou de uma das janelas ao povo, perguntando se concordava que se aclamasse Sua Alteza Real como regente constitucional e defensor perpetuo do Brazil, da mesma forma queo havia sido no Rio de Janeiro, Bravo o tropa responderam com grande enthusiasmo: Sim.

De occorrido fizeram-se mais actos, havendo ás 3 horas da tarde um «Te-Deum», ao qual pregou o vigario Francisco Gênes dos Santos e Almeida.

(*) Vide M. Histórias Brasileiras—Domingos Viçosa.

— Às 5 horas da tarde a Escuna de guerra rompeu fogo contra a cidade, na mesma occasiã, em que da casa do portuguez Manoel Machado Nunes atiraram contra o povo.



Visconde de Jequi-quinhonha

Formou-se, então, a junta Conciliadora de Defesa composta de Antonio Teixeira de Freitas Barbosa, Presidente, Antonio Pereira Rebouças— Secretario — Padre Manoel José de Freitas (cognominado Manoel Dendê Bns) José Paes Cardoso da Silva e Antonio José Alves Bastos.

Dado o commando das forças ao Coronel José Garcia Pacheco de Aragão, travou-se a lucta que terminou no dia 28 de Junho, quasi à meia noite, sendo tomada a escuna e aprisionada a tripulação.

— Crearam-se varias Caixas Militares em diversas Villas como Santo Amaro e S. Francisco, levantaram-se trincheiras e fortificaram-se muitas posições.

No dia 29 de Junho do mesmo anno effectou-se em S. Amaro e na Villa de S. Francisco o Juramento e adhesão á regencia.

Joaquim de Siqueira Bulcão, na villa de S. Francisco organisou batalhões e concentrou-os no Iguaçu, batendo-se pela mesma causa.

Em Santo Amaro os Senhores de engenhos levantaram-se em peso pela causa da liberdade, organisando batalhões dentre os quaes o commandado pelo Coronel Luiz Manoel de Oliveira Mendes, que se reuniu aos demais em Pirajá.

Em 29 de Junho travou-se o combate de Fimil ao sul da ilha Santo Amaro, sendo vencido o capitão Taborda com 80 praças e duas canhoneiras, sendo os patriotas auxiliados pelas forças que vieram de Cachoeira commandadas por João Baptista Massa.

Em 26 de Setembro organisou-se em Cachoeira um governo interino sob a presidencia do capitão-mór de Santo Amaro Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque. O governo interino augmentou a resistencia, ordenando a marcha do Coronel Rodrigo Brandão e do Alferes Francisco de Faria Duira para Pirajá, juntando-se-lhe, posteriormente, as forças do tenente-coronel Alexandre Gomes de Argollo Ferrão e major Manoel Gonçalves da Silva.

— A 28 de Outubro de 1822 chegou a Bahia o general Labatut, que assumiu o commando geral das forças e estabeleceu o quartel general no «Engenho Novo», estreitando o cerco da cidade.

— A 8 de Novembro do mesmo anno feriu-se o combate de

Pirajá, (*) sendo as tropas de Madeira derrotadas pelo major José de Barros Falcão de Lacerda.

— A 29 de Dezembro do mesmo anno Labatut atacou o ponto da Conceição e Felisberto Gomes Caldeira atacou os portuguezes por Itapoan.

Em Itaparica nos dias 23 de Outubro e 8 de Dezembro tinham-se ferido sangrentas pugnas, sahindo vencedores João Francisco de Oliveira Botelho commandante do «Barco D. Pedro IV» e o patriota Francisco Xavier de Barros Galvão.

— A 7 de Janeiro de 1823, os portuguezes que investiram contra Itaparica, são completamente desbaratados devido á bravura do major Antonio de Souza Lima, commandante da ilha e de seus companheiros Oliveira Bottas, Galvão, Correia de Moraes e outros.

Em Fevereiro chegam do Rio de Janeiro a esquadra commandada pelo almirante Lord Cockrane depois Marquez do Maranhão, e o batalhão do Imperador, commandado pelo coronel José Joaquim de Lima e Silva. Devido a varias desintelligencias o coronel Lima e Silva é nomeado chefe do exercito libertador.

A 3 de Junho de 1823 P. Gomes Caldeira atacou os portuguezes em Brotas e Rio Vermelho.

Baldo de recursos, resolveu o general Madeira retirar-se com suas tropas. (**)

Para o seu transporte achavam-se promptas 86 embarcações. Tendo ser combatido no momento de embarcar, recorren aos bons officios do Barão do Rio Vermelho, junto ao coronel Lima e Silva.

Nada obtendo, Madeira expediu ordens ás suas tropas que se reunissem em determinados pontos — as 4 horas da madrugada do dia 2 de Julho de 1823, ao signal ajustado de um tiro de peça do Forte S. Alberto, effectou-se o embarque nos pontos da Gambôa, Arsenal de Marinha e Noviciado (S. Joaquim).

A frota de Madeira não sahio incolme da Bahia: o almirante Cockrane prisionou os bergantins *Promptidão*, *Leal Portu-gueza*, o navio *Pezapra*, a fragata *Carolina* e o navio *Condi de Penha*.

Recebida a noticia do embarque de Madeira, deu entrada na cidade o Exercito Libertador.

— No convento da Soledade as religiosas prepararam um arco triumphal e logo que a esta posição chegou a divisão da direita,

(*) O corneta Luiz Lopes, desobedecendo, nesse combate, as ordens do Major José de Barros Falcão, servindo-se de um clarim que usava, tocou *avanzar*, a *carabina a carregar*, levando a confusão aos portuguezes, que abandonaram o campo da acção.

(**) Memórias Historicas—Acto IV.

MOVIMENTOS SEDICIOSOS

A SABINADA

Bento Gonçalves da Silva

pelo qual se falava dali para o brigue *União e uma de Agosto* que estava ancorado perto do forte, razão pela qual não se pôde comprehender do citado navio o que gritavam da fortaleza indicando a fuga.

Foi por isto que ainda veio do brigue um escalor ao forte saber o que havia e somente depois disso foi que seguiu uma embarcação em seguimento à canôa, a qual não foi mais alcançada.

«A coisa mais estranhavel ainda!

A fortaleza não atirou sobre a canôa porque a pólvora estava molhada pelo proprio Bento Gonçalves, o que tudo prova as transgressões, facilidades que havia em favor da fuga e contra disposições tomadas pelas autoridades superiores.»

A campanha dos *Forquinhos*, nome dado pelos legalistas para expunir a miséria dos revolucionarios, principiou em 1837 e terminou em fevereiro de 1845, sendo subjugada pelo marechal Lima e Silva, depois Duque de Caxias.

MOTIM POPULAR

(28 DE FEVEREIRO A 1.º DE MARÇO DE 1858)

Em 28 de Fevereiro de 1858 o povo invadiu o Recolhimento da Santa Casa de Misericórdia, no momento em que as recolhidas buscavam socorro pelo facto de terem sido entregues à direcção das Irmas de Caridade, algumas das quaes foram aggreddas, logrando salvamento devido à acção de algumas pessoas de importância.

O povo amotinado dirigio-se para a Casa da Providencia, cujas portas foram arrombadas e expulsas as Irmãs, passando em seguida a atacar o Collegio S. Vicente de Paula, em cujo local se entraprecou sua acção deante da força de Cavallaria alli postada.

De S. Vicente de Paula dirigiram-se os amotinados para a Praça do Conselho, onde invadiram a Camara Municipal e quebraram a pedrreira, as vidraças do Palacio do Governo.

Uma força de linho deu uma carga na Praça extinguindo a por completo ás 7 horas da noite.

Entretanto, na manhã de 1.º de Março, o povo começou a reunir-se na Praça, no intuito de penetrar na Camara Municipal para assistir á nova apuração das actas da eleição de um senador.

Invadiram os mais desabusados a sala dos trabalhos dos vetadores, seguindo-se a multidão, com gritos e assunadas, sendo após repellido por uma força militar.

Deixando a Casa da Camara, a multidão estacionou na Praça clamando contra a crise alimenticia, proveniente da carestia

e monopólio dos generos de primeira necessidade, pedindo apanha semisses e farinha sem carapás.

Não atendendo a multidão a promessa alguma do governo, o Presidente da Província mandou dispor-se ao ponto de espada e a pisa de cavallo pelo Commandante do Esquadrão de Cavallaria com um piquete de 30 soldados, de espada em punho, que perseguiu finalmente os amotinados, os quaes tiveram de fugir, ficando muitos feridos e confusos, inclusive alguns soldados que por curiosidade alli permaneceram. Foi um facto horrivel, mas que surtiu effeito, porque desde o mesmo dia não se viu mais em campo a multidão.¹⁷¹

171 O motim popular citado tambem teve o nome de—*Sedição das Irmãs, ou ataque aos pobres* (Vide: Dr. Brás do Amaral—*Historia da Cidade de Rio de Janeiro, um século, ou annos dos seus habitantes, ou annos da sua patria*—Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia de 1908.

D. PEDRO II E D. IZABEL

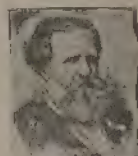
A Questão Christie—O Caso do Florida



VIAGEM DE D. PEDRO II À BAHIA

(1859)

Em 1859 D. Pedro II, Imperador do Brazil, emprehendeu uma viagem á Bahia, chegando a esta Capital no dia 6 de Outubro, acompanhado da Imperatriz D. Thereza Christina Maria.



D. Pedro II

No Largo do Theatro, S. Magestade «que trajava o grande uniforme de Generalissimo, recebeu as chaves da cidade, seguindo para a Cathedral, onde se effectuou pomposo «Te-Deum». Após esta cerimonia, S. Magestade recolheu-se ao Palacio da Presidencia, transformado em Paço Imperial, cuja guarda de honra era feita por Veteranos de Independencia.»

Em seguida S. Magestade visitou o tumulto do Labatut em Pirajá e partiu para a Cachoeira de Paulo Afonso, e de volta visitou as cidades de Cachoeira, Imperio, Nazareth, Juazeiro, Santo Amaro, e Villalva, S. Francisco, S. Gonçalo dos Campos, St. Felix e Feitoria de Sant'Anna, sendo em todas ellas recebido com a maior pompa.

Em Santo Amaro, S. Magestade inaugurou a Escola Agricola de S. Bento dos Lages, examinou varias estradas e assistio á «batalha» do engenho Colonia.

Nas citadas cidades S. Magestade distribuiu varios titulos nobiliarchicos.

D. Pedro II nasceu a 2 de Dezembro de 1825. Foi aceito pelo voto popular em 7 de Abril de 1831, declarado maior em 23 de Julho de 1840, sendo sagrado a 18 de Julho de 1841. Governou o Brazil até o dia 15 de Novembro de 1889, quando foi desterrado para a Europa, partindo a bordo do vapor «Alagôas», comboiado pela enconração Riachuelo.

—Casou-se em 4 de Setembro de 1843 com D. Thereza Christina Maria.

Valleyn en 1891.

D. IZABEL, CHRISTINA (A REDEMPTORA)

Nasceu no Rio de Janeiro a 29 de Julho de 1846.

A 15 de Outubro de 1864 casou-se com Luiz Philipe Gastão de Orleans, conde d'Eu, tendo os filhos seguintes: D. Pedro de Alcântara, Luiz Philipe, ex-Príncipe (1878) e D. Antonio Gastão Francisco Luiz (1881).

Em 28 de Setembro de 1871, estando na Regencia do Imperio, por estar na Europa D. Pedro II, sancionou a lei que declarava livres os filhos de mulheres escravas, promulgada pelo Visconde do Rio Branco.

Regeu o Império pela segunda vez em 1875 e em 1888, no dia 13 de Maio, promulgou a lei que extinguiu a escravidão no Brasil.

A 17 de Novembro de 1889 acompanhou ao exílio seu Augusto
Pae.

Vive em Paris com o esposo, filhos e netos, muito se interessando pelas coisas do Brasil.

E' das mais significativas a carta que, a proposito da declaração da guerra por parte do Brazil á Alemanha, escreveu ao Cons. João Alfredo Correia de Oliveira, que em 1888, referendou o decreto da liberdade dos escravos.

Nesta carta D. Izabel reafirma o seu grande amor á terra de seu berço, tornando-se ainda uma vez credora da admiração dos Brasileiros.

A QUESTÃO CHRISTIE EM 1862

SUA REPERCUSSÃO NA BAHIA

A questão Christie originou-se do naufrágio da barca inglesa «Prince of Wales» nas costas do Rio Grande do Sul e da prisão de três officiaes inglezes que pretenderam atacar uma estação policial.

Por semelhante facto o ministro inglez William Dongal Christie impio ao Governo algumas reclamações eivadas de descortezias.

PRESIDENTES

1.º Dr. Francisco Vicente Vianna, depois Barão do Rio de Contas, tomou posse a 19 de Janeiro de 1824 e governou até 4 de Julho de 1825.

2.º Conselheiro João Severiano Maciel da Costa, depois Visconde e Marquez de Queluz, tomou posse a 4 de Julho de 1825 e governou até 7 de Julho de 1826.

Nesta data e até vir-lhe successor, governou interinamente o Vice-presidente Manuel Ignacio da Cunha Menezes, depois Visconde do Rio de Vermelho.

3.º Dr. Nuno Eugénio de Locio Seilbitz tomou posse a 17 de Março de 1827 e governou apenas os dias que decorreram até 20 do seguinte mez de Abril.

Substituiu-o no governo o Vice-presidente Manuel Ignacio da Cunha Menezes até vir o novo presidente.

4.º José Egydio Gordilho de Barbuda, Visconde de Cammú, que tomou posse a 11 de Outubro de 1827 e foi assassinado na noite de 28 de Fevereiro de 1830.

Governou interinamente o conselheiro do governo José Gonçalves Cezimbra até tomar posse, o

5.º Luiz Paulo de Aranjó Basto, Visconde dos Lajes, que assumiu o governo a 13 de Abril de 1830 e deixou a administração a 15 de Novembro de 1831.

Tomou posse a 15 de Maio de 1831 governando como Vice-presidente o conselheiro do governo João Gonsalves Carneiro.

Em 1.º de Julho desse ultimo anno, na mesma qualidade, o conselheiro do governo Luiz dos Santos Lima tomou posse e governou até 11 de Junho do mesmo anno, dia em que tomou posse o

6.º Conselheiro Honorado José de Barros Paim, que governou até 4 de Junho de 1832.

7.º Conselheiro Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, depois Visconde de Monsarrete, tomou posse a 4 de Junho de 1832 e governou até 10 de Dezembro de 1834.

8.º Dr. Francisco de Sousa Martins, depois Barão de Pombal,

posse a 26 de Maio de 1848 e governou desta vez só até 11 de Setembro do mesmo anno.

18. Conselheiro João Duarte Lisboa Serra tomou posse a 11 de Setembro de 1848 e governou apenas até 12 de Outubro de 1848.

19. Conselheiro Francisco Gonsalves Martins, depois Barão e Visconde de S. Lourenço, tomou posse a 12 de Outubro de 1848 e governou até 3 de Maio de 1852 com as seguintes interrupções:

de 26 de Março a 4 de Abril de 1850 governou o Vice-presidente Dr. Alvaro Tibério de Moncorvo e Lima, reassumindo Martins a administração a 4 de Abril e conservando-a até 20 do mesmo anno.

b) de 20 de Abril de 1850 até 24 de Setembro do mesmo anno governou, como Vice-presidente, o citado Dr. Alvaro Tibério de Mourcovo e Lima.

A 24 de Setembro de 1850 reassumiu Martins a administração e conservou-a até 3 de Maio de 1851.

de 3 de Maio de 1851 até 23 de Setembro do mesmo anno tornou a governar como Vice-presidente, o mesmo Dr. Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima.

d) de 3 de Maio de 1852 até 20 de Setembro do mesmo anno, tendo a governar o dito Vice-presidente Dr. Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima.

20. Dr. João Mattreio Wanderley, depois Barão de Cotegipe, tomou posse no dito dia 20 de Setembro de 1852, e, igualmente com as interrupções abaixo indicadas, governou a província até 1 de Maio de 1855.

a) de 18 de Maio de 1853 até o 1.º de Outubro do mesmo ano governou, na qualidade de Vice-presidente, o já mencionado Dr. Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima.

No dia 1.^o de Outubro de 1853 reassumiu Wanderley a administração e conservou-a até o 1.^o de Junho de 1854.

b) De 1.º de Junho de 1854 a 19 de Setembro do mesmo anno tornou a governar o mesmo Dr. Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima.

A 19 de Setembro de 1854 reassumiu Wanderley a administração e conservou-a até 1.º de Maio de 1855.

c) Do 1.º de Maio de 1855 a 23 de Agosto do mesmo anno tornou a governar, como Vice-presidente, o mesmo Dr. Alva Tiberio de Moncorvo e Lima.

21. Dr. Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima foi então nomeado presidente e tomou posse a 23 de Agosto de 1855, governando a 19 de Agosto do ano seguinte de 1856.

22. Desembargador João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, depois Visconde de Sinimbu, governou de 19 de Agosto de 1851

38. Dr. Luiz Antonio da Silva Nunes tomou posse a 16 de Agosto de 1876 e governou até 5 de Fevereiro de 1877.

39. Dezenbargador Henrique Pereira de Lucena, depois Barão de Lucena, tomou posse a 5 de Fevereiro de 1877 e governou até 4 de Fevereiro de 1878.

Enquanto lhe não veio successor, governou o Vice-presidente Dr. José Eduardo Freire de Carvalho.

40. Barão Homem de Mello tomou posse a 25 de Fevereiro de 1878 e governou até 25 de Novembro do mesmo anno.

Enquanto não lhe foi nomeado successor, governou o Vice-presidente Dr. Antonio de Araújo de Aragão Bulcão, depois Barão de S. Francisco, a qual, a 25 de Janeiro de 1879, tomou posse como Presidente da provincia, por ter sido nomeado para esse cargo.

41. Dr. Antonio de Araújo de Aragão Bulcão, depois Barão de S. Francisco, que governou até 25 de Março de 1881.

42. Conselheiro João Lastosa da Cunha Parauaguá, depois Visconde e Marquez de Parauaguá, tomou posse a 25 de Março de 1881 e governou até 8 de Janeiro de 1882.

Enquanto não lhe veio successor, governou a Provincia o Vice-presidente Dr. João dos Reis de Souza Lentes.

43. Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza tomou posse a 29 de Março de 1882 e governou até 14 de Abril de 1884, com uma pequena interrupção, de 11 a 16 de Abril de 1882, em que governou, como Vice-presidente o Dr. Augusto Alvares Guimarães.

44. Conselheiro João Rodrigues Chaves tomou posse a 14 de Abril de 1884 e governou somente até 10 de Setembro do mesmo anno de 1884.

45. Dezenbargador Espindão Eloy de Barros Pimentel tomou posse a 10 de Setembro de 1884 e governou até 25 de Maio de 1885. Até vir o seguinte presidente, governou o Vice-presidente Dr. Augusto Alvares Guimarães.

46. Conselheiro José Luiz de Almeida Couto tomou posse no 1.º de Junho de 1885 e governou até 29 de Agosto do mesmo anno.

Enquanto não lhe veio successor, governou o Vice-presidente Dezenbargador Aurelio Ferreira Espinheira.

47. Conselheiro Theodoro Machado Freire Pereira da Silva tomou posse a 24 de Outubro de 1885 e governou até 26 de Julho de 1886.

Até vir-lhe successor, governou, como Vice-presidente, o Dezenbargador Aurelio Ferreira Espinheira.

48. Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello tomou posse a 11 de Outubro de 1885 e governou até 29 de Fevereiro de 1888.

Enquanto não lhe veio successor, governou a provincia o Vice-presidente Dezenbargador Aurelio Ferreira Espinheira.

49. Conselheiro Manuel do Nascimento Machado Portella tomou posse a 27 de Março de 1888 e governou até 1.º de Abril de 1889.

Enquanto não lhe veio successor, governou o Vice-presidente Dezenbargador Aurelio Ferreira Espinheira.

50. Conselheiro José Luiz Affonso de Carvalho tomou posse a 9 de Maio de 1889, e governou somente até 14 de Junho do mesmo anno.

51. Conselheiro José Luiz de Almeida Couto tomou posse a 14 de Junho de 1889, e, como ultimo presidente da provincia da Bahia, findou sua administração a 17 de Novembro de 1889 com a proclamação, a 15, e a adhesão que fez a Bahia á Republica dos Estados-Unidos do Brazil.

Durante o regimen republicano têm sido estes os Governadores: Drs. Virgílio Chimaco Damasio, Manoel Victorino Pereira, Marechal Hermes Ernesto da Fonseca, José Gonçalves da Silva, Manoel Joaquim Rodrigues Lima, (1892 a 1896).

Durante o periodo governamental do Dr. Manoel Joaquim Rodrigues Lima, assumio as funções de governador por curto prazo o Barão de Camaçari.

CONS. LUIZ VIANNA

Assumio o governo em 28 de Maio de 1896 e terminou o mandato em 28 de Maio de 1900.

Durante o seu quadriennio e pelo prazo de um mez esteve no governo o Presidente do Senado Dr. José de Aquino Tanajura.

DR. SEVERINO DOS SANTOS VIEIRA

Assumio o governo em 28 de Maio de 1900 e terminou o mandato em 28 de Maio de 1904.

DR. JOSÉ MARCELLINO DE SOUZA

Assumio o governo em 28 de Maio de 1904 e terminou o mandato em 28 de Maio de 1908.

Durante o seu quadriennio e por espaço de 20 dias esteve no governo o Conde José Cupertino de Lacerda, Presidente do Senado.

DR. JOÃO FERREIRA DE ARAÚJO PINHO

Assumio o governo em 28 de Maio de 1908 e renunciou o mandato em Novembro de 1911.

DR. AURELIO RODRIGUES VIANNA

Assumio o governo em Novembro de 1911 e deixou-o em Janeiro de 1912.

CONS. BRÁULIO XAVIER DA SILVA PEREIRA

Assumio o governo em Janeiro de 1912 e entregou-o ao Dr. José Joaquim Seabra em 29 de Março do mesmo anno.

DR. JOSÉ JOAQUIM SEABRA

Assumio o governo em 29 de Março de 1912 e entregou-o ao seu successor Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão em 29 de Março de 1916.

DR. ANTONIO FERRÃO MONIZ DE ARAGÃO

Assumio o governo em 29 de Março de 1916.

CEMITERADA 1834—25 DE OUTUBRO

A Cemiterada, facto que se desenrolou nesta Capital em 25 de Outubro de 1834, originou-se de ter a lei n.º 17 de 25 de Junho do mesmo anno prohibido os enterramentos dos membros das varias Irmandades nas Igrejas.

Exigindo as Irmandades do Presidente da Provincia a suspensão da referida lei e não sendo attendidas, marcharam ás 10 horas da manhã, de Cruz Alçada, para o Campo Santo e arrazaram o que encontraram, á excepção da Capella. (*)



(*) Vide—Braz do Amaral—Conferencia e. Resumo Chronologico e Noticioso da Provincia da Bahia.

GUERRA DO PARAGUAY

D. Anna Nery--Conflicto Frias Villar--Campanha
abolicionista



GUERRA DO PARAGUAY

O GRANDE CONTINGENTE DA BAHIA

A campanha do Paraguay, iniciada a 12 de Novembro de 1864, e declarada officialmente ao Brazil pelo Dictador Francisco Solano Lopes, em 14 de Dezembro do mesmo anno, com a invasão da Provincia de Matto Grosso e o ataque ao Forte de Coimbra, em 27 de Dezembro, encontrou no animo dos Bahianos de todas as classes e categorias, o maior e o mais assignalado concurso em prol da defesa do Brazil.

Dáqui partiram commandando batalhões de voluntarios, Francisco Lourenço de Araujo (Barão de Sergy), Joaquim Mauricio, Rocha Galvão, Faria Rocha, dos que mais se distinguiram.

Fra tal o numero de voluntarios que a Bahia mandava para o campo da lucta, que, de uma feita, D. Pedro II proferio a legendaria phrase: «A Bahia sempre a Bahia!» entusiasmado com o amor dos bahianos á defesa da Patria.

O 3.^o batalhão de voluntarios, commandado pelo Coronel José da Rocha Galvão partio deste Estado em 17 de Março de 1865 e recebeu no Rio de Janeiro uma gloriosa bandeira bordada a ouro, offerta das senhoras bahianas ali residentes.

Este precioso trophéo foi, por ordem de S. M. D. Pedro II, collocado em 20 de Novembro de 1870, na Igreja do Cathedral, sendo a entrega feita pelo Commandante das Armas Coronel Antonio Gomes Leal ao então Arcebispo da Bahia, Conde de S. Salazar.

Rocha Galvão morreu na batalha de 24 de Maio e foi um dos bravos da campanha.—O Barão de Sergy (Francisco Lourenço de Araujo) seguiu como Brigadeiro commandando o 46.^o de voluntarios de Santo Amaro. Fez brilhante figura e voltou em 18 de Maio de 1870, sendo recebido em Santo Amaro com pompasas festas. A bandeira do 46.^o achia-se na Intendencia Municipal daquelle Cidade.—O 41.^o de vol. (Corpo de Policia) seguiu sob o commando do Coronel Joaquim Mauricio

Ferreira, que praticou brilhantes feitos, voltando em 11 de Maio de 1870. Foi o primeiro que se offereceu em todo o Brazil para seguir para a campanha.

A 1.^a de Março de 1865 o Brazil, por intermedio de seu embaixador Francisco Octaviano de Almeida Rosa, celebrou o Tratado da Triplice Alliança com o Uruguay e a Republica Argentina contra o Paraguay.

O Governo do Imperio expedio para o campo da lucta uma divisão naval commandada por Francisco Manoel Barroso, depois Barão do Amazonas, a qual, nas Tres Bocas, bloqueiou o Paraguay e venceu em 11 de Junho de 1865 a batalha naval de Riachuelo, a mais notavel que até hoje se ferio na America do Sul. Em Março do mesmo anno o General Manoel Luiz Osorio foi nomeado chefe do Exercito Brasileiro, vencendo as batalhas do Passo da Patria, Estero Bellaco e Tuyuty, a ultima em 24 de Maio, a maior batalha campal ferida na America do Sul. Adoecendo e desavindo-se com Mitre, Osorio passou o commando do Exercito ao General Polydoro Jordão, que venceu as batalhas de Potrero Pires e Boqueirão ao tempo em que o Barão de Porto Alegre, chefe do 2.^o corpo do Exercito atacava Curuzú e derrotava os Paraguayos. A 17 de Novembro de 1866 o Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, posteriormente Duque de Caxias, assumiu o commando do Exercito e reorganizou-o, ao tempo em que o commando da esquadra passou ao almirante Joaquim José Ignacio, depois Visconde de Inhaúma.

Caxias venceu as batalhas de Tuyenê, Arroio Grande, Hondo, Villa do Pilar, Tatayba, Potrero Ovelha, Tagy, Avahy, Curupaity, Itosoró, Lomas Valentinas e Angustura, entrando em Assumpção a 5 de Janeiro de 1869.

Osorio, por esse tempo commandava o 3.^o Corpo do Exercito organizado no Rio Grande do Sul: o marechal Alexandre de Argollo Ferrão, bahiano, depois Visconde de Itaparica, construiu a difficilissima estrada do Chaco, por onde passou todo o Exercito Brasileiro.

A passagem de Humaytá, fulgente feito de glorias da Armada Brasileira, effectnon-se em 19 de Fevereiro de 1868, e ao lado de Joaquim José Ignacio, Delfim Carlos de Carvalho, depois Barão da Passagem e Cordovil Maurity, o heróe do «Alagóas», estava o bahiano Jeronymo Gonsalves.

—Por molestia, a 14 de Abril de 1869, o marechal Duque de Caxias passou o commando do Exercito ao Conde d'Eu, que emprehendeu a Campanha das Cordilheiras, ultimo reducto estabelecido por Lopes nos sertões do Paraguay.

O Conde d'Eu, auxiliado pelos Generaes José Antonio Correia da Camara, Andrade Neves, Osorio, Polydoro, Porto Alegre e os Mennas Barretos, venceu as batalhas de Tupypinlañ, Sapucaia,

Peribebuy, Campo Grande, Caragãtahy, vencendo Lopes em Aquidaban.

A Campanha terminou em 1.^o de Março de 1870.

—O Cons. Dantas, então Presidente da Provincia da Bahia, baixou em 28 de Julho de 1865 uma Proclamação patriótica concitando o Povo á defesa da Patria.

(Vid—Arch. Publico—Docs.)

PROCLAMAÇÃO

Bahianos!—Novos e gloriosos sacrificios são reclamados para sustentação da honra, soberania e integridade do Imperio Brasileiro.

Ainda nenhum povo livre deixou de acudir ao reclamo da Patria, quando seus brios de nação, os seus mais caros e santos direitos são desconhecidos e ultrajados.

Bahianos, vós fostes os primeiros que voluntariamente vos apresentastes para vingar no campo da batalha a affronta descomunal, irrogada á nossa Patria pelo selvagem governo do Paraguay.

Vós sereis os ultimos a deixar as armas, e só o fareis quando o hymno da victoria annunciar-nos e ao mundo, que a dignidade brasileira, desafrontada e vingada pelo valor dos nossos exercitos, ergue-se sobranceira impondo respeito ao estrangeiro atrevido, que ousou desacatar a nossa bandeira e escarnecer da nossa independencia.

Vêdi, o inextinguivel patriotismo do nosso IMPERADOR!

Elle, O Primeiro dos Brasileiros, o Chefe Supremo da Nação, lá partiu para a heroica provincia do Rio Grande do Sul.

Este raro exemplo de patriotismo é só por si sufficiente para que todos os brasileiros como um só homem, corraão ao campo da honra.

Para esse posto nos chamão ainda os nossos irmãos, aquelles que já praticarão prodigios de valor, nos brilhantes feitos de Coimbra e Pavandú, de Jaguarão e Riachuelo.

Nossas legiões invencíveis irão de triumpho em triumpho até a cidade da Assumpção.

E, então, levantando bem alto o pavilhão auri-verde, dando ao mundo um novo exemplo de nossa coragem e patriotismo, poderão voltar ao seio da nossa patria, onde as benções de todos, a admiração dos presentes, e a gratidão dos vindouros recompensarão sobejamente os nossos sacrificios!

Bahianos, brevemente soará para nós o momento da victoria!

Não deixéis que essa gloria seja partilhada exclusivamente por aquelles que primeiro correrão em defeza da Patria.

Vinde alistar-vos nessas fileiras de bravos, que lá nas campinas do Sul tanto já tem nobilitado o nome brasileiro e provocado a admiração das nações cultas.

A Patria tudo espera de vós!

A! guerra!

As armas!

Viva a Religião Catholica Apostolica Romana!

Viva Sua Magestade o Imperador!

Viva a Constituição do Imperio!

Vivão os bravos defensores da Patria!

Palacio do governo da Bahia, 28 de Julho de 1865.—*Manoel Pinto de Souza Dantas.*

BATALHÕES DE VOLUNTARIOS QUE SEGUIRAM PARA O PARAGUAY

«O 41. de Voluntarios» commandado pelo Coronel Joaquim Mauricio Ferreira.

«O 1.º de Voluntarios», commandado pelo Coronel José da Rocha Galvão, que morren gloriosamente na batalha de 24 de Maio de 1866, em Tuyuty.

Esse batalhão ao chegar ao Rio de Janeiro teve o n.º 3 e no Paraguay o n.º 25.

«O 3.º de Voluntarios» (depois 24), commandado pelo Coronel Domingos Mundim Pestana. Foi organizado nesta Capital.

«O 2.º da Guarda Nacional de S. Pedro» (ou 29 de voluntarios) commandado pelo Coronel Alexandre Freire Maia Bittencourt.

«O 1.º da Guarda Nacional da Sé», commandado pelo Tenente-Coronel João Francisco Gonsalves.

«O Princeza Leopoldina, commandado pelo coronel Domingos Seixas.

«O 4.º de Voluntarios», de Cachoeira, commandado pelo Tenente-Coronel José Pinto da Silva.

«O batalhão de Voluntarios» da mesma Cidade, commandado pelo Tenente-Coronel Carolino da Silva Tosta.

«O 5.º de Voluntarios» da Cidade de S. Amaro tomou no Rio de Janeiro o n.º 15 e no Paraguay o n.º 45, commandado pelo Coronel Antonio Joaquim Alvares Pinto de Almeida.

«O 46. de Voluntarios» de Santo Amaro, commandado pelo intrepido coronel Francisco Lourenço de Araújo, posteriormente brigadeiro honorario do Exercito e Barão de Sergy.

«O 40. de Voluntarios» commandado pelo Brigadeiro Francisco Vieira de Faria Rocha.

«O 54. de Voluntarios» commandado pelo Coronel Manoel Gonçalves d Cunha.

«O 22. de Voluntarios» da cidade de Minas do Rio de Contas, commandado pelo Coronel Marcolino de Moura e Albuquerque.

«O 32. de Voluntarios» de Santa Izabel do Paraguassú commandado pelo Coronel Landulpho da Rocha Medrado. (*)

D. ANNA NERY

D. Anna Justina Ferreira Nery, viúva do Capitão de Fragata Isidoro Antonino Nery, nasceu em Cachoeira no dia 13 de Dezembro de 1814. Era irmã do Coronel Joaquim Mauricio Ferreira, commandante do 41 de voluntarios e do Tenente-Coronel Manoel Jeronymo Ferreira, tambem voluntario.

Teve os filhos seguintes: Pedro Antonio Nery e Dr. Isidoro Antonino Nery.

A 10 de Agosto de 1865 offereceu-se ao Presidente da Provincia «como voluntaria da Caridade, para os hospitacs de sangue no theatro da guerra. Quando a bala inimiga vinha ferir aquelles que luctavam á sombra do pavilhão nacional, ai delles si não encontrassem, longe da Patria, o amparo nos braços daquelle mãe terna e carinhosa! E não era somente o soldado brasileiro! Para ella a dor não tinha Patria, o soffrimento não tinha milicia; a caridade não tinha côr natural; todos, amigos ou alliados, indifferentes ou inimigos, todos eram infelizes, todos eram irmãos!»

Falleceu no Rio de Janeiro em 20 de Maio de 1880.

«Em vida o Imperador concedeu-lhe uma pensão annual de 120\$000, a medalha de 5.ª classe e a de campanha com passador de ouro n.º 5.»

De volta do Paraguay, as senhoras bahianas, residentes no Rio de Janeiro, offereceram-lhe uma corôa de louros cravejada de diamantes.

Em 28 de Setembro de 1873 foi collocado o seu retrato, com a maxima solennidade, no Paço municipal desta Cidade «por ordem da Edilidade da Leal e Valorosa Cidade do Salvador em nome do Povo Bahiano.»

O povo deu-lhe o nobre titulo de «Mãe dos Brasileiros.»

JOSÉ ANTONIO SARAIVA

Nasceu no engenho Quitangá, Bom Jardim, em Santo Amaro, a 1.º de Março de 1823 e falleceu a 21 de Julho de 1895. Formou-se em S. Paulo. Em seu Estado exerceu varios cargos de magistratura, foi deputado provincial e geral e senador do Imperio em 1869. Presidiu o Piahy, Alagoas, Pernambuco e S. Paulo; foi ministro da

(*) Sobre as bandeiras desses batalhões e seu historico vide—Reliquias da Bahia—Bandeiras Gloriosas do Dr. Sílio Bocanera.

marinha em 1857 e em 1865; a pasta do Imperio em 1861 e a da fazenda em 1860 e 1885.

Foi ao Rio da Prata como embaixador em 1864. Foi eleito representante da Bahia nos primeiros dias da Republica, cargo que renunciou.

Escreveu varios relatorios, regulamentos, propostas, manifestos e a respectivo Dr. Vasques Sagastumio. (*)

JOÃO MAURICIO WANDERLEY

Nasceu a 23 de Outubro de 1815 em Campo Largo, então pertencente a Villa da Barra do Rio Grande, deste Estado, e falleceu no Rio de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1889. Formou-se em Olinda.



João Mauricio Wanderley

Foi senador e grande do Imperio. Conselheiro de Estado, presidente do Banco do Brazil, provedor da Santa Casa de Misericordia, onde fundou o Instituto Pasteur e o Hospicio de N. S. das Dores em Cascadura, para indigentes; foi dignatario da ordem do Cruzeiro, commendador da ordem da Rosa, e da ordem portugueza de Villa Viçosa, teve a grã-cruz da ordem belga de Leopoldo etc.

Formou-se em 1837. foi eleito deputado provincial em 1841 e deputado geral em 1842 e senador em 1856.

Foi parte do gabinete de 26 de Setembro de 1853, occupando a pasta da marinha e após a da fazenda e de estrangeiros; em 1875 a de estrangeiros passando em 1877 para a da fazenda; organizou o ministério de 1885, occupando a pasta de estrangeiros em 1888, quando o Imperador viajou para a Europa.

Foi ao Rio da Prata como embaixador enviado extraordinario. Escreveu:

«Les négociations avec le Paraguay»; «Apontamento sobre os limites do Brazil e a Republica Argentina»; «Discursos pronunciados no Senado» 1867; «Discussões do voto de graças. Tratado de Assumpção»; «Reforma eleitoral—1873»; «Emissão do papel moeda—Discurso em 1879»; «Reclamação Waring Brothers»; «Fuga de Escravos em Campanas»; «A questão Militar» 1887; «Tribunal arbitral» estabelecido em Santiago do Chile, 1887; «Projeto de indemnização aos possuidores de escravos», 1885; «Melhoramento do fabrico de assucar», 1867; «Revolução da Bahia» de 1817.

(*) opusculo.

O Dr. João Ferreira de Aranjó Pinho escreveu sobre o mesmo, que era seu sogro, uma boa biographia, que foi lido no Instituto Historico da Bahia.

•Zacharias de Góes e Vasconcellos, filho de Antonio Bernardo de Vasconcellos, nasceu na cidade de Valença, provincia da Bahia a 5 de Novembro de 1815 e falleceu no Rio de Janeiro a 28 de Dezembro de 1877, sendo doutor em direito pela Academia de Direito de Olinda, professor jubilado da mesma academia, senador do Imperio, do conselho do Imperador, commendador da Ordem da Rosa, grã-cruz de 2ª classe da ordem de S. Gregorio Magno de Roma, socio do antigo Instituto Historico da Bahia etc.

A politica, a que entregou-se desde o começo de sua vida publica, arredou-o do magisterio, para onde entrou em 1840, no terceiro anno de sua formatura e onde muitas vezes arranhou applausos dos alumnos arrebatados por sua erudição e eloquencia: Presidiu as provincias de Sergipe, Piahy e Paraná, da qual foi installador por ser o primeiro presidente nomeado em sua criação; representou esta provincia na 11ª legislatura, a de Sergipe na 8ª e sua provincia natal na 9ª e na 12ª, de onde passou a representá-la no Senado e occupou em varios gabinetes as pastas da Marinha, do Imperio, da Justiça e da Fazenda, sendo o organizador dos de 24 de Maio de 1862 (o ministerio dos tres dias, porque só vivem esse tempo). A 15 de Julho de 1868 pediu elle exoneração do gabinete em consequencia da questão da prerogativa da Corôa, questão suscitada por occasião da escolha de Francisco de Salles Torres Homem, depois Visconde de Inhomerim, para senador pela provincia do Rio Grande do Norte. Desde 1862 passou a militar sob as fileiras do partido liberal, já se tendo antes retirado das do antigo conservador quando inaugurou-se o da liga para que cooperou bastante. Foi um dos mais notaveis oradores do Brazil, de palavra facil, fluente e corrente, argumentação logica, cerrada e muitas vezes adubada de epigrammas finos, pungentes e esmagadores. Escreveu:

—Da natureza e limites do poder moderador. Rio de Janeiro, 1860, in—89. Este teve segunda edição muito augmentada, tambem no Rio de Janeiro, 1062, 254 paginas in—89. Nesta edição, além de alguns discursos que o autor pronunciou na sessão legislativa de 1861 com relação ao poder moderador, ha uma apreciação de idéas emitidas no Ensaio do Direito Administrativo do Visconde de Uruguay (veja-se Paulino José Soares de Souza), tratando da irresponsabilidade ministerial e dos actos daquelle poder.

—Discurso recitado por occasião de abrir o curso de direito natural na Academia de Sciencias Juridicas a Sociaes de Olinda. Pernambuco, 1851, 13 pgs. in—19. Questão de limites entre a provincia do Paraná e a de Santa Catharina, Rio de Janeiro, 1857, 26 pgs. in—49.

— Discursos proferidos no debate do voto de graças de 1865. Rio de Janeiro, 1865, 146 pags. in-40. Discursos proferidos no debate do voto de graças de 1868. Rio de Janeiro, 1868, 350 pags. in-40. A introdução deste livro foi reimpressa na «Opinião Nacional» do Recife de 21 de Novembro de 1868, sob o título «Considerações sobre a actual situação politica».

— Discursos proferidos na discussão do voto de graças de 1869. Rio de Janeiro, 1869, in-40, 2ª edição. Bahia, 1869, 125 pags. in-40. Discursos proferidos no Senado e na Câmara dos Deputados na sessão de 1869. Rio de Janeiro, 1868, in-39. São precedidos de considerações acerca da politica do gabinete que o autor precisa. — Reforma eleitoral: discursos proferidos no Senado. Rio de Janeiro, 1870, 86 pags. in-40.

Discursos proferidos no debate do voto de graças e do orçamento do Imperio de 1870. Rio de Janeiro, 1871, XXIX-4276 pags. in-40.

Discursos parlamentares dos srs. conselheiros Zacharias e senador Silveira Martins. Rio de Janeiro, 1876, 58 pags. in-8º com dois retratos. Referem-se á accusação feita ao Barão de Cegipe na Câmara dos Deputados, pelo deputado Cesario Alvim.

Manifesto do Centro Liberal, Rio de Janeiro, 1869, 67 pags. in-4º (veja-se José Thomaz Nabuco de Araújo).

Programma do partido liberal, Rio de Janeiro, 1870, 17 pags. in-4º (veja-se o mesmo J. T. Nabuco de Araújo).

Legislação compilada sobre a empresa funeraria e os cemiterios da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Reflexões acerca do projecto de estatutos da Faculdade de Direito de Olinda O autographo, de 13 fls. com data de 13 de Março de 1853, achá-se na Bibliotheca Nacional. Foi escripto quando se tratava da fundação da Faculdade para o Recife e apresentado ao ministro da Justiça cons. Souza Ramos, depois Visconde de Jaguarí.

— Discursos proferidos no Supremo Tribunal de Justiça a 21 de Fevereiro de 1874 pelos exmos. srs. cons. Zacharias de Góes e Visconthelms e dr. Antonio Ferreira Viana no julgamento do exmo. con. sr. Bispo de Olinda. Rio de Janeiro, 1874, 56 pags. in-8º per.

— Actua-se tambem no Arco do Bispo de Olinda perante a historia do dr. A. M. dos Reis, pags. 23 a 252. Ha do cons. Zacharias muitos relatorios, já de associações ou estabelecimentos humanitarios que dirigiu como a Santa Casa da Misericórdia, desde 1867 até seu fallecimento em 1877, já de ministerios e presidencias de provincia de que citarei: Relatorio do presidente da provincia do Paraná na abertura da Assembléa Provincial em 15 de Julho de 1854. Curitiba, relatorio do presidente á Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro pelo seu provedor, etc. em 25 de

Julho de 1867. Rio de Janeiro, 1867, in-4º. Ha finalmente trabalhos seus na imprensa politica.

— Proposta e relatorios apresentados á assembléa geral legislativa pelo ministro da Fazenda, Rio de Janeiro, 1867 e 1868, 2 vols. in-40.

Proposta para approvação de creditos pelo governo no interuallo da sessão da Assembléa Geral de 1867 e 1868, 2 vols. in-40.

ANGELO MONIZ DA SILVA FERRAZ

(BARÃO DE URUGUAYANA)

Prestou relevantes serviços como ministro da guerra, na phase da guerra do Paraguay.

Nasceu na cidade de Valença, neste Estado, em 1812 e falleceu em Petropolis, a 18 de Janeiro de 1867.

Formou-se em 1834 em Olinda: exerceu os cargos de promotor, juiz de direito de Jacobina, deputado provincial e geral em 1842 a 1848, senador do Imperio em 1857; ministro da fazenda em 1858; presidente do Rio Grande em 1857; ministro da guerra em 1865, no gabinete Olinda.

Foi conselheiro de Estado, grande do Imperio, commendador da ordem de Christo do Brazil e de Portugal e dignatario da Rosa.

Escreveu: «Proposta e relatorio» do ministro da fazenda 1860, «Regulamento do Imposto» do sello e sua arrecadação, «Regulamento das Alfandegas» e mesas de rendas, «A tarifa das Alfandegas» do Imperio do Brazil, «Varios Avisos», «Discurso sobre o» voto de graças na sessão de 15 de Maio de 1844. (*)

MARECHAL ALEXANDRE GOMES DE ARGOLLO FERRÃO

(VISCONDE DE ITAPARICA)

Nasceu a 8 de Junho de 1821. Durante 49 annos prestou ao Brazil os mais assignalados serviços.

Seguindo para o Paraguay, iniciou em Novembro de 1868 a construcção da estrada do Chaco, considerada impraticavel pelos mais notaveis engenheiros estrangeiros, em um percurso de mais de tres legoas de terreno pantanoso. Construiu-a em 22 dias e por ella passaram o Exercito Brasileiro e todo o pesado material de guerra.

De volta á Bahia foi recebido com pompa extraordinaria, e ao povo desatrelando os cavallos do coche, para o qual, subira ao desembarcar no Arsenal de Marinha, levou-o até a casa de sua

(*) Vide Dicc. Cit.

residência, em signal da grande estina em que tinha o Bahiano Benemerito da Patria.*

Falleceu no dia 23 de Junho de 1870.

FRIAS VILLAR—CONFLICTO DE 4 DE JULHO DE 1876

No dia 4 de Julho de 1876 esta Capital foi theatro de serio acontecimento, proveniente da morte do artista João Albino de Almeida. A exaltação dos animos teve inicio no dia 2 de Julho, aggravando-se no dia 4.

A 2 de Julho, quando se effectuava a parada das Tropas no Terreiro (hoje Praça 15 de Novembro) o povo e os soldados do 18.º Batalhão de Linha attrictaram-se, dando origem a varios conflictos, que se prolongaram até o dia 4, quando foi aggreddido o Commandante Frias Villar, do 18.º Recolhendo-se preso ao Arsenal de Marinha, foi visto pelo povo, quando descia a Ladeira da Conceição em uma cadeira de praça, sendo apupado e rotas as suas vestes.

Refugiando-se em uma casa da mesma Ladeira, escapou á ira popular. O 18.º embarcou para o Rio de Janeiro, por ordem do Presidente da Provincia, na madrugada de 5 de Julho, ficando assim restabelecida a tranquillidade publica nesta Capital.

Conteve o povo na dura emergencia o Conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas, redactor do *Diario da Bahia* e chefe do Partido Liberal.

A CAMPANHA ABOLICIONISTA

O primeiro frado da abolição do elemento servil foi levantado no tempo da colonia por um frade do Convento da Piedade Frei Joseph de Boulogne, (*) o qual teve de soffrer as consequencias de tão nobre idéa.

—Em 1821 o Visconde da Pedra Branca, José Bonifacio e os irmãos Ferreira França ventilaram a questão no Parlamento Portuguez.

Avolumando-se dia a dia, encontrou posteriormente defensores intemeratos em Velloso de Oliveira, Ribeiro Rocha, Eusebio de Queiroz e Hypolito José da Costa, que se apoiavam na intervenção successiva dos Ingleses que, em cruzeiros no Atlantico perseguiam os navios que trafficavam com a raça negra.

—Em 1871 a figura do Visconde do Rio Branco culmina no scenario politico e dá a assignatura imperial a celebre lei do ventre livre em 28 de Setembro do mesmo anno.

Na Bahia, para não fallar em outros, o grande poeta Antonio de Castro Alves profliga o procedimento do Imperio, que mantinha

(*) Archivo Publico—Documentos.

o elemento servil: reaccende-se a campanha, os jornaes combatem dia a dia até que em 13 de Maio de 1888 o Conselheiro João Alfredo leva á sancção da Princeza Izabel o luminoso decreto que redimio a raça escrava.

DR. JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS

(VISCONDE DO RIO BRANCO)

Nasceu nesta Capital a 16 de Março de 1819 e falleceu no Rio de Janeiro a 1.º de Novembro de 1880. Foram seus paes Agostinho da Silva Paranhos e D. Emerenciana Barreiro Paranhos.

Foi grande do Imperio, Conselheiro de Estado, do Conselho de Sua Magestade, senador pela Provincia de Matto Grosso, Professor da Escola Polytechnica, Grão Mestre do Grande Oriente do Brazil, Comm. da ordem da Roza, dignatario do Cruzeiro, Cão Cruz da Ordem Franceza da Legião de Honra, professor de mathematicas da Escola Militar, secretario da missão especial encarregada ao Marquez de Paraná em 1851 no Rio da Prata, passando a ministro residente no anno seguinte.



Visc. do Rio Branco

Foi varias vezes ministro plenipotenciario nas republicas do Prata.

*Foi Presidente do Rio de Janeiro, deputado pela Bahia, pelo Municipio Neutro e por Sergipe, ministro da Marinha em 1853, dos estrangeiros em 1857, cabendo-lhe a gloria de protestar contra actos violentos do governo inglez.

Foi ministro da guerra em 1858 e 1871.

Em 7 de Março de 1871 foi ministro da Fazenda.

Foi o auctor da lei de 28 de Setembro de 1871 que considerou livres os filhos dos Escravos. (**)

Escreveu. «O novo Tempo», Jornal politico 1844—1845. «O Marimbondo», Jornal politico 1849. «Projecto doCodigo Criminal—Cartas de um amigo ausente». «A Convenção de 20 de Fevereiro—1865». «Questão religiosa—1873. «Voto de graças—1873. «Companhia de Navegação do Amasonas»—1877. «Notas de viagem» e memoria immensa e varios discursos.

* Na Bahia está assignalada a casa em que nasceu, com as datas de seu nascimento e obito.

Orador fluente e publicista notavel, era progenitor do Barão do Rio Branco.

(**) Vid. S. Blake.

PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA

(1889)

A Bandeira e sua commemoração

MUSEU DO ARCHIVO PUBLICO



PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA

A Republica foi proclamada no dia 15 de Novembro de 1889, e pelo Decreto numero 1, da mesma data, foi decretada como a forma de governo da Nação Brasileira a Republica Federativa, estabelecendo normas pelas quaes se deviam reger os Estados Federaes.

Foi Chefe do Governo Provisorio o Marechal Deodoro da Fonseca. Ministros: Arestides da Silveira Lobo, Ruy Barbosa, Quintino Bocayuva, Benjamin Constant, Eduardo Wandenkolk e Demetrio Ribeiro.

—O Decreto n. 7 de 20 de Novembro de 1889 dissolveu e extinguiu todas as Assembleas Provinciales creadas pelas leis de 12 de Outubro de 1832 e 12 de Agosto de 1834, fixando as attribuições dos Governadores dos Estados.

—O Decreto n. 78 A 21 de Dezembro de 1889 banio do territorio nacional o Sr. D. Pedro de Alcântara e sua Familia.

—O de n. 78 da mesma data banio do territorio nacional o Visconde de Ouro Preto, chefe do ultimo gabinete da monarchia, e seu filho Affonso Celso de Assis Figueiredo, desterrando para o continente europeu o cidadão Gaspar da Silveira Martins.

—O de n. 78 II designou o dia 15 de Setembro de 1890 para a eleição geral da Assembléa Constituinte e convocou a sua reunião para dois mezes depois, na Capital da Republica.

—A Constituição Federal foi promulgada em 24 de Fevereiro de 1891.

Antes, a 22 de Junho de 1890, havia sido decretada uma Constituição provisoria.

—A Constituição Federal revogou a do Imperio, jurada em 25 de Março de 1824.

A Constituição Monarchica de 25 de Março de 1824 instituiu os «Conselhos Geraes de Provincias», (*) que pelo «Acto Adicional», de 3 de Agosto de 1834, foram suppressos e creadas as Assembleas Provinciales.

(*) Vide Actas respectivas no Archivo Publico.

— Os Conselhos Geraes de Provincias compunham-se de cinco membros.

— O Codigo Commercial Brasileiro foi promulgada pela lei n. 556 de 25 de Junho de 1850.

— A Consolidação das Leis Civis, feita pelo juriconsulto Augusto Teixeira de Freitas, bahiano e filho de Cachoeira, é um dos mais importantes repositórios do Direito Civil Brasileiro.

Sua elaboração foi autorisada pelo Governo Imperial em 15 de Fevereiro de 1855.

— O Codigo Penal Brasileiro foi promulgado pelo decreto n. 847 de 11 de Outubro de 1890.

— A Constituição do Estado da Bahia foi promulgada em 2 de Julho de 1891 e reformada em 24 de Maio de 1915.

— O Codigo Civil Brasileiro foi promulgado e entrou em vigor em 1.º de Janeiro de 1917.

— O Codigo do Processo do Estado da Bahia foi promulgado pela lei n. 1121 de 21 de Agosto de 1915, ficando revogada a Consolidação das Leis do Estado, que entrou em vigor em 10 de Maio de 1900.

A BANDEIRA NACIONAL

DECRETO N. 4 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1889

Estabeleceu os distinctivos da Bandeira e das Armas Nacionais, e dos Sellos e Sinetes da Republica.

O Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que as Côres da nossa antiga Bandeira recordam as luctas e as victorias gloriosas do Exercito e da Armada na defesa da patria;

Considerando, pois, que essas côres, independentemente da forma de governo, symbolisam a perpetuidade e integridade da Patria entre as outras Nações;

Decreta:

Art. 1.º A Bandeira adoptada pela Republica mantem a tradição das antigas côres nacionais—verde e amarella—do seguinte modo: um losango amarello em campo verde, tendo no meio a esphera azul celeste, atravessada por uma zona branca em sentido obliquo e descendente da esquerda para a direita com a legenda—Ordem e Progresso—e pontuada por vinte e uma estrellas, entre as quaes a da constellação do Cruzeiro, disposta na sua situação astronomica, quanto á distancia e tamanho relativos, representando os 20 estados da Republica e o Municipio neutro; tudo segundo o modelo etc.

Art. 2.º As armas Nacionais serão as que figuram na estampa annexa.

Art. 3.º Para os sellos e sinetes da Republica servirá de symbolo a esphera celeste, qual se debuxa no centro da Bandeira, tendo em volta as palavras—Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das Sessões do Governo Provisorio, 19 de Novembro de 1889, 1.º da Republica.

Marechal *Manuel Deodoro da Fonseca*, Chefe do Governo Provisorio.—*Q. Bocayana*.—*Arceides Lado*.—*Ruy Barbosa*.—*M. Ferraz de Campos Salles*.—*Benjamin Constant Botelho de Magalhães*.—*Eduardo Wamantelle*.

Decreto n. 12715 de 17 de Novembro de 1917

Mantem considerações de 1917 de 19 de Novembro de 1917.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo a que o momento excepcional, que o puz atravessa, justifica todas as medidas tendentes a fazer vibrar o espirito dos brasileiros, e que por isso se deve celebrar, com especial solemnidade, a Festa da Bandeira, resolve declarar feriado o dia 19 do corrente mez.

Rio de Janeiro 17 de Novembro de 1917, 96 da Independencia e 29 da Republica.

Henrique Luiz Pereira Gomes.

PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA NA BAHIA

A noticia da proclamação de Republica chegou no dia 15 de Novembro aos republicanos (1*) que militavam neste Estado. Espalhada a noticia, foi extraordinario o ajuntamento do povo nas ruas e praças.

Governava a Provincia o Cons. José Luiz de Almeida Couto, que se conservou em Palacio, cercado de amigos e do marechal commandante das Armas, até as 10 horas da noite, aguardando noticias officiaes.

As forças de milicia e de policia ficaram, por ordem superior, recolhidas aos quartéis.

— No dia immediato, 16, ás 10 horas da manhã, o Conselheiro Almeida Couto conferenciou demoradamente com o marechal Hermes da Fonseca, commandante das Armas, reunindo-se ao meio dia no Palacio da Praça grande numero de pessoas convidadas pelo Presidente da Provincia, destacando-se dentre ellas o Cons. Francisco Maria Sodré Pereira, Cons. Antonio Carneiro da Rocha,

(1*) Dentre elles destacavam-se os Drs. Osni Moreira, Elbio de Araujo, Manoel Victorino, Virgilio Damasio e Guilherme Rabelo.

Barão de S. Francisco, Augusto Ferreira França, Innocencio Marques de Araújo Góes Junior, Arthur Cesar Rios, engenheiro José Carlos de Carvalho.

O Presidente da Provincia communicou á assistencia haver recebido do General Deodoro da Fonseca um telegramma em que, na qualidade de chefe do Governo Provisorio Republicano *«appellava para o seu patriotismo incumbindo-o de continuar na administração deste Estado, até que viesse seu successor, sob a auctoridade do Governo Provisorio»* e o Cons. Luiz Vianna.

O Cons. Couto expoz a sua opinião que era a de que tendo recebido o seu poder de um governo legalmente constituido, não podia aceitar-o de um outro que considerava revolucionario, e, que, portanto, a responder aquelle telegramma, só o podia fazer declarando que a provincia da Bahia não adheria ao movimento republicano, sendo essa resolução approvada pelos presentes, «no meio de grande enthusiasmo e de vivas á Monarchia e a S. Magestade o Imperador».

O Dr. Augusto França redigiu nos termos seguintes a resposta ao telegramma do Marechal Deodoro:

«O povo bahiano, representado pelas diversas classes sociaes, reunidas hoje em Palacio sem distincção de partidos politicos, e animado de ardente patriotismo, deliberou que se faça patente á nação inteira que a Bahia, fiel á Constituição e ás leis, aguarda, nas actuaes circumstancias, com firmeza e tranquillidade, as deliberações dos poderes legalmente constituidos. Presidente da Provincia».

—A Camara Municipal, presidida pelo Dr. Augusto Alves Guimarães, reuniu-se em sessão extraordinaria, resolvendo enviar ao Presidente da Provincia a mensagem seguinte:

«A Camara Municipal desta Cidade, reunida hoje em sessão extraordinaria, resolveu por unanimidade, officiar a V. Exa. apresentando-lhe os sentimentos de fidelidade á causa da monarchia e das instituições vigentes».

Agora que chegaram da Corte noticias dos graves acontecimentos, que ali se estão dando, é dever da Camara rodear de todo o apreço a cadeia exercida por V. Exa. como delegado do Governo legitimo e protestar contra o acto de assalto, que constituiu o intitulado governo provisorio.

Deus Guarde a V. Exa.

Illm. e Exm. Sr. Dr. José Luiz de Almeida Couto M. D. Presidente desta Provincia—Augusto A. Guimarães, Presidente, Innocencio Marques de Araújo Góes, Antonio José Rodrigues, Francisco Pires de Carvalho, João Rodrigues Germano Filho, João Lourenço de Souza Seixas, Luiz José da Silva, Dr. Bellarmino Passos da Costa, Manoel Moreira de Carvalho e Silva, Francisco Luiz de

Azevedo, Dr. José Baptista Gonçalves, Manoel Joaquim Caldeira e Dr. Virgilio Cesar de Carvalho.

O Presidente da Camara tambem expoz aos jornaes do Rio este telegramma: «A Camara Municipal da Bahia protesta contra a ditadura militar, que sob o nome de Governo Provisorio, se estabeleceu na Corte, e afirma sua completa adhesão ás instituições e ao Imperador».

Provincia da Bahia não adhiere movimento illegal e tumultuario, imposto pela força, e ao que parece, accedido pelo tercio. Pede que communique todas as folhas Augusto Guimarães, presidente. Folia 16 de Novembro de 1889.

Assumida semelhante attitudo, o povo principiou a dar nas ruas novas á Republica e vivas á Monarchia, havendo tumultos, descalços e assassinatos, assinalando-se o que occorreu na rua dos Capitães. Os amotinados procuraram logo o Dr. Virgilio Damasio, no intuito de offende-lo, obrigando-o a communicar por scripto ao Coronel Buys a situação em que se achava.

Seguiram-se varias aggressões, sendo assassinado um homem do povo, chamado Braz ferido no rosto, o Dr. Augusto Cardoso, advogado nos annulos da Capital e apedregados varias casas.

—Por esse tempo vieram do Rio ordens terminantes para que o Dr. Virgilio Damasio assumisse o governo, o que se effectou no dia 17.

«A uma hora da tarde, formados, em quadrado os batalhões 16. e 9.º de Bahia e o Corpo de Policia, em frente ao quartel do Forte de S. Pedro, sendo tres lados do quadrado occupados pelas tropas e o quarto pelo povo, o Dr. Virgilio Clímaco Damasio collocou-se no centro, de pé sobre um tamborete, e, depois de ler o telegramma que o nomeava Vices-Governador, dirigio-se em eloquente discurso, ao povo e ás tropas, congratulando-se com o paiz pelo acontecimento que alli os congregava».

O Coronel Christiano Buys ficou encarregado de manter a ordem e a tranquillidade publicas.

Em seguida as tropas, a que se juntou um batalhão de academicos, desfilaram até a Praça de Palacio entre vivas á Republica e ao Exercito, e ali formaram um quadrado no centro do qual o Coronel Buys, tirando o kepi, declarou proclamada a Republica.

Logo após, as forças seguiram até ao Terreiro de onde regressaram para o Forte de S. Pedro, chamado nesse dia «Campo d'Acclamação», a pedido do Dr. Guilherme Pereira Rebelo no final de seu patriótico discurso. O Forte da Mar suspendeu uma bandeira branca que foi shudada com 21 tiros. Após a proclamação assignada pelo Dr. Virgilio Damasio o Dr. Manoel Victorino Pereira expedio ao Cons. Ruy Barbosa o telegramma seguinte: «Bahia 17. Foi proclamado o governo republicano e instituido na Provincia. Passou triumphal da tropa e povo. Muitas acclamações. Hermes

adherio. Perfeita tranquillidade. Parabéns. Têm produzido magnifica impressão as noticias chegadas.» No mesmo dia o Marechal Hermes E. da Fonseca, Commandante das Armas, baixou uma Ordem do Dia «em que convidava os commandantes e officiaes dos corpos a prestar adhesão e obediência ao Governo provisório republicano sob a presidência do Exmo. Sr. Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca.»

—A Camara Municipal, que tanto resistira a principio, adherio ao governo republicano no dia 18 de Novembro, dando posse ao Dr. Virgilio C. Damasio á uma hora da tarde do mesmo dia, passando em seguida o telegramma abaixo ao Marechal Deodoro.

«Com grande aclamação do povo e na melhor ordem possível, acabo de prestar juramento perante a Camara Municipal e tomar posse do Governo do Estado da Bahia. Dr. Virgilio Climaco Damasio.»

Em seguida o Governador expedio uma circular, em que se congratulava pelo justo motivo da Proclamação da Republica e pelo entusiasmo do Povo e recommendava o maior respeito á lei, ás instituições, á liberdade do cidadão e do domicilio, mantendo nos cargos o funcionalismo e todos os auxiliares da administração.

A Bandeira Brasileira foi instituida oficialmente em 19 de Novembro de 1889.

Annualmente faz-se em todo o Paiz a sua comemoração.

O Governo do Estado, por proposta da Directoria do Archivo Publico, installou no dia 19 de Novembro de 1917, o Museu do Archivo Publico, recolhendo ao mesmo com toda solennidade a Bandeira do extinto 5.^o corpo de Policia, que batalhou em Canudos, a que cobrio o esquife do Dr. Manoel Victorino e Marechal Floriano e a que o povo Sant'Amarense empunhou nas ruas da cidade quando em 1865 partiram para o Paraguay os batalhões de voluntarios. (*)

O HYMNO NACIONAL (**)

«O decreto n. 171 de 20 de Janeiro de 1890 estatuiu no art. 1.^o:

E' conservado como Hymno Nacional a composição musical do maestro Francisco Manoel da Silva.

Comquanto muitos affirmem que o nosso Hymno foi composto em Abril de 1831 e pela primeira vez executado quando D. Pedro I e a Familia Imperial seguiram para Portugal, ha quem asseverar que só dez annos mais tarde, isto é, em 1841 foi o mesmo composto para a cerimonia da coroação de D. Pedro II.

(*) Tendo em consideração este esforço o Governo do Estado resolveu crear o Museu do Estado, que vai ficar anexo ao Archivo Publico.

(**) Vide Dez. Friberto Bastos—Elementos de Educação Cívica e Direito.

Dá-se como estribilho do Hymno Nacional a quadra seguinte:

Dá patria o grito
Eis se desliza
Desde o Amazonas
Até ao Prata.

O HYMNO DA PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA

O decreto citado estabeleceu no art. 2.^o E' adoptado sob o titulo de Hymno da Proclamação da Republica, a composição musical do maestro Leopoldo Miguez, baseada na poesia de Cláudio José Joaquim de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque.

A poesia do alludido Hymno é a que se segue:

Seja um pollio na luz desdobrado
sob a larga amplitude destes céos
este camu rebel, que o Passado
vem reinar dos mais torpes Libelos.
Seja um hymno de gloria que falte,
de esperanças de um novo porvir!
Com visões de triumphos embate
quem por elle lutando surgir!

Liberdade! Liberdade!
abre as azas sobre nós!
Das lutas na tempestade
dá que ouçamos tua voz!

Nós nem cremos que escravos outr'ora
tenha havido em tão nobre paiz. . . .
Hoje o rubro lampejo da aurora
acha irmãos, não tyranos hostis.
Somos todos iguaes—Ao futuro
Sabermos, unidos, levar
nosso augusto estandarte que, puro,
brilha, exulte, da Patria no altar!

Se é mister que de peitos valentes
haja sangue no nosso pendão,
sangue vivo do heróe Tiradentes
baptizou este andaz pavilhão!
Mensageiros de paz, paz queremos.
E! de amor nossa força e poder!

mas da guerra nos transeos extremos
heis de ver-nos lutar e vencer.

Liberdade! Liberdade! etc.

Do Ypiranga é preciso que o brado
seja um grito soberbo de fé!
O Brazil já surgiu libertado
sobre as purpuras regias de pé!
Eia pois, Brasileiros, avante!
Verdes loiros colhamos louções!
Seja o nosso paiz, triumphante
livre terra de livres irmãos!

Liberdade! Liberdade! etc.»

A BANDEIRA DO ESTADO DA BAHIA

«Cada um dos Estados (*) da União Brasileira tem o seu pavilhão. No Congresso Republicano que se reuniu nesta cidade em 26 de Maio de 1889, o Dr. Deocleciano Ramos, Professor da Faculdade de Medicina, propoz que se adoptasse para o partido republicano uma bandeira, que é a actual bandeira do Estado. E' formada de quatro listas horizontaes, brancas e vermelhas, alternando-se estas côres, e tendo no angulo superior e interno um quadrangulo, azul o qual leva no centro um triangulo branco.

As tres côres branca, vermelha e azul, lembram a revolução de 1793; o triangulo branco no quadrangulo azul recorda a bandeira dos inconfidentes mineiros; e a disposição em listas foi feita para uniformizal-a com a bandeira dos Estados Unidos da America do norte.»

ARMAS, SELLOS E SINETES DO ESTADO DA BAHIA (**)

«A lei n. 9 de 19 de Janeiro de 1893 decretou quaes seriam as armas do Estado Federado da Bahia, os sellos e sinetes das diversas instituições e repartições do Estado, dando em annexo os respectivos desenhos.»

(*) Vide—Dez. Felinto Bastos—Elementos de Educação Cívica e Direito.

Dr. Braz da Amaral—Memoria Historica—Rev. da Inst. Historico da Bahia—n.º 30—1904.

(**) Vide—Dez. Felinto Bastos—op. cit.

O HYMNO PATRIOTICO DA BAHIA (*)

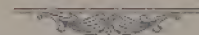
«O maestro bahiano José dos Santos Barretto, cuja alma se inuudou de Jubilo ao vêr na campanha de 2 de Julho de 1823 o complemento de nossa independencia, produziu vibrante composição musical a que deu o nome de—*Hymno 2 de Julho*, em honra ao exercito pacificador.

E' desconhecido o nome do auctor da poesia a que se adaptou o Hymno, ou que neste se baseou.

Lembramo-nos que o estribilho do Hymno é o seguinte:

Nunca mais o despotismo
Regerá nossas acções.
Com tyrannos não combinam
Brasileiros corações.

Ainda hoje, quando se commemora esse dia glorioso, o hymno de Santos Barretto é ouvido com respeito e veneração, e nelle se percebe o lampejo da inspiração do artista patriota.



(*) Vide—Dez. Felinto Bastos—op. cit.

CAMPAÑA DE CANUDOS

CAMPANHA DE CANUDOS

EXPEDIÇÃO PIRES FERREIRA

Os factos que se desenvolveram em Canudos tiveram início em dias de Outubro de 1896 e se originaram da circumstancia de não ter sido entregue «uma certa quantidade de madeiras», cuja compra Antonio Conselheiro contructara com um dos representantes da autoridade da cidade de Joazeiros.

Habitado ao saque, á violencia e ao morticínio desde 1874, quando já era o terror das paragens sertanejas, vivendo cercado de sicários que tinham em Canudos o esconderijo, onde se resguardavam da acção da Justiça, Antonio Conselheiro, certo de que, por varios motivos não lhe seriam entregues as encomendas feitas na cidade mencionada, preparou contra ella um ataque.

Recbida a comunicação, o Cons. Luiz Viana, Governador do Estado, providenciou sobre a defesa da cidade sertaneja, mandando uma expedição de 100 praças, commandada pelo tenente do exercito Pires Ferreira, do 9.º batalhão de infantaria, que sustentou o primeiro combate em Uauá, boqueando na luta 16 soldados feridos e um official morto.

Após o combate de Uauá, a expedição retirou-se para Joazeiro, onde chegou quatro dias depois.

EXPEDIÇÃO FEBRONIO DE BRITTO

Conjuncta-se de 545 praças, 15 officiaes combatentes, tres medicos e uma pequena divisão de artilharia, com dois canhões Krupp 7 1/2 e duas metralhadoras Nordenfeld. A expedição chegou a Monte Santo no dia 29 de Dezembro de 1896 e partiu para Canudos no dia 12 de Janeiro de 1897. Seguiu pela estrada do Cambaio, Acort, Lage de Dentro, entrando pelo Valle das Serras Grande e do Athanazio.

Vencida a grande resistencia dos jagunços do Cambaio,

comandantes pelo negro cognominado João Grande, a expedição seguiu acampando mais tarde em Taboleiros, junto à Lagoa do Cipó, onde no dia immediato se desenrolou a mais tremenda batalha dos jagunços, a qual foi repellido com energia, perdendo os fanaticos trezentos homens na lucta corpo a corpo.

—Exhausta a tropa e sem municao sufficiente, resolveu o commandante fazer a retirada com a condição expressa de não se deixar um unico alma, um unico ferido e não ficar um unico collyre insulso.

—Seguiu-se a retirada da expedição pelos mesmos caminhos percorridos na investida, em completa ordem, mas sempre perseguido pelas jagunças. Em Bendegó de Baixo foi ella assaltada e varrida os fanaticos a metralha.

Quando chegaram a Monte Santo, não havia um homem valido. Aquelles mesmos que carregavam os companheiros succumbidos claudicavam, a cada passo, com os pés sangrantes, varados de espinhos e cortados pelas pedras. Cobertos de chapéus de palha grosseiros, fardos entalhados, alguns tragicamente ridiculos mal velando a nuca com os capotes em pedacos, mal alinhando-se em simulacro de formatura, entraram pelo arraial lembrando uma turma de retrinantes, batidos dos seus bravos, fugindo á desolação e á miséria.

EXPEDIÇÃO MOREIRA CESAR

A 3 de Fevereiro de 1897, o Coronel Antonio Moreira Cesar viajou para esta Capital trazendo o 7.º batalhão de infantaria, uma bateria do 2.º regimento de artilharia e um esquadrão do 9.º de cavallaria, o 16.º, o 33.º e o 9.º no todo um effectivo de 1200 homens, com quinze milhões de cartuchos e setenta tiros de artilharia.

Commandaram as varias unidades:

Major Raphael Augusto da Cunha Mattos, o 7.º

Capitão José Agostinho Salomão da Rocha, a artilharia.

Capitão Pedreira Franco, o 9.º de cavallaria.

Coronel Souza Menezes, o 16.º de infantaria.

Coronel Pedro Nunes Tamarindo, o 9.º de infantaria.

A 20 do mesmo mez estava a expedição em Monte Santo.

A 21 seguiu para Canudos atravessando Pilombas, Angicos, Umburanas e Favella onde pararam, tendo á frente o arraial de Canudos.

Após breve descanso, a voz de *vanos tomar o arraial sem disparar mais um tiro...* A *bayoneta*, phrase proferida pelo commandante, fez-se a descida da tropa até a borda do rio, já sob o fogo inimigo.

As forças avançando mais e mais penetraram no arraial, onde a lucta se fez, em muitos pontos, corpo a corpo.

Sendo, afinal, «inquietadora a situação», proferindo o «*vou dar brio aquella gente*», o coronel Moreira Cesar desceu e a meio caminho foi attingido por uma bala, e logo após por outra ficando fóra de combate.

As tropas exhaustas volveram ao acampamento e os seus substitutos no commando, a despeito do que lhes era ordenado, opinavam pela retirada immediata, revoltando o commandante supremo que pediu—*lavrassem uma acta de tudo aquillo, deixando-lhe margem para um protesto, em que incluria o abandono da carreira militar.*

No dia immediato, ao romper da aurora, principiou a debandada, apenas interrompida pela artilharia sob o commando do capitão Salomão e pelo capitão Villarim, mortos nos seus postos de honra e sacrificio.

Officiaes e praças chegaram dias depois a Monte-Santo, ao Cumbe e a Queimadas, róticos e famintos, deixando em mãos dos fanaticos os armamentos, munições e viveres.

EXPEDIÇÃO ARTHUR OSCAR

O General Arthur Oscar de Andrade Guimarães, então commandante do 2.º districto militar, foi o chefe da ultima expedição a Canudos.

Compunham a expedição os batalhões seguintes: 12, 25, 30, 31, 32, do Rio Grande do Sul; o 27, da Parahyba; o 34, do Rio Grande do Norte; o 33, e o 35, do Piahy; o 5.º do Maranhão; o 4.º do Pará; o 26, de Sergipe; o 14, e o 5.º de Pernambuco; o 2.º do Ceará; o 5.º e parte do 9.º de Cavallaria. Regimento de Artilharia da Capital Federal; o 7.º o 9.º o 16, e o 5.º Corpo de Policia da Bahia.

Dentre os bravos officiaes que fizeram parte da ultima expedição destacavam-se: o Coronel Olympio da Silveira, José de Siqueira Menezes, que abriu a estrada para a expedição, Carlos Maria da Silva Telles, Julio Augusto Serra Martins, Araujo Pantoja, Antonio Tupy Ferreira Caldas, Salvador Pires de Carvalho e Aragão, commandante do 5.º Corpo de Policia da Bahia Thompson Fleury, Dantas Barreto e Silva Barbosa.

A columna Arthur Oscar, composta de 1933 soldados, quatro canhões de tiro rapido, um grande canhão 32, e varias metralhadoras, partiu de Monte Santo, atravessou Cabedelo, Gúimara, João, Lage, Anady, Rosário, Iruas, Pitombas e Angico, estacionando no Alto da Favella.

A brigada Savaget, commandada pelo General Claudio do Amaral Savaget, indo por Sergipe, foi a Geremoabo e dali seguiu para Barriguda, João, Tamarit, Tepi, Canelê e Coorobô, onde se cobrio de honras no celebre combate n.º ita-guaita.

—Defrontando-se as duas columnas, que recobram diariamente

grandes reforços de contingentes das Polícias do Pará, Amazonas, S. Paulo e de vários outros Batalhões vindos dos Estados, estabeleceram a linha de Canudos.

— Por este tempo—Agosto de 1897, o Ministro da Guerra, Marechal Carlos Meade de Bittencourt, veio a Bahia para dirigir de perto a marcha da campanha, providenciando sobre o rápido fornecimento de tropas e estabelecendo uma segura base de operações em Monte Santo.

— Dentro de Canudos o cerco mais e mais se apertava e a artilharia dia a dia destruiu centenaes de casas, convergindo os fanáticos para o bôjo das duas igrejas.

Alguns chefes fanáticos como Ezequiel e Villa-Nova, haviam desproteccionado.

Mesmo assim a resistência dos restantes fanáticos era forte.

— Determinou-se, em novos assaltos para o dia 1.º de Outubro, os quaes se realizaram com todo o valor.

Na manhã de 2 de Outubro afeiou-se no arraial uma bandeira branca e minutos depois veio à presença do General comandante em chefes dos fanáticos «Antonio Beatinho» render-se, declarando ter morto Antonio Conselheiro.

Beatinho veio acompanhado de um outro jagunço, Manoel José de Carvalho, (†) chefe de 2.ª linha.

Logo depois para mais de trezentas mulheres e crianças penetraram no acampamento das tropas sendo entregues por Antonio Beatinho as forças legaes.

Os jagunços, dia 1.º de Outubro, libertaram-se daquella multidão inútil, concurrenste aos escasos recursos que acaso possuíam, e podiam, agora, mais folgadamente delongar o combate.

— Levras daquella gente sem valor, continuaram a lucta os fanáticos e qual se prolongou até o dia 4 de Outubro.

No ultimo dia de combate, já incendiadas as casas, esbarradas as igrejas, existiam em um antro, a que se chamou «Hospital de Sangue dos Jagunços», alguns fanáticos fúmbrios e quasi nus, os quaes resistiram por algum tempo.

No dia 5 de Outubro, (**) ao entardecer, morreram os quatro jagunços restantes, um velho, dois homens feitos e uma criança, terminando a campanha.

As forças do exercito encasacaram, grande cinco mil soldados.

(†) Tinha 17 annos—Martyr de Canudos.

(**) Foi o 1.º de Outubro de 1897, dia da Bahia foi o primeiro a ficar sem cidade de Canudos e sua fazenda.

Em commendação do pelle dia pelo major Virgilio Pereira de Almeida, jagunço, a esse dia o official do mesmo batalhão, alferes João Baptista Gualles.

OBSERVAÇÕES

A' pagina 13, em vez de «Martim Beahim nasceu em Novembro», leia-se Martim Beahim nasceu em Nuremberg.

A' pagina 29, em vez de «em seguida foram dadas as armas etc.» leia-se: «El-Rey mandou D. Duarte da Costa do seu Conselho, ao qual deu a armada conveniente a tal pessoa, em que passou a este Estado, com a qual chegou a salvamento na Bahia de Todos os Santos; e desembarcou na cidade do S. Salvador, nome que lhe S. A. mandou por e lhe deu por armas uma pomba branca em campo verde, com um rollo á roda branco, com letras de ouro que dizem—*Sic illa arcam reversa est*».

A' pagina 97, em vez de «em 13 de Janeiro de 1811 etc.» leia-se: «em 14 de Maio de 1811 foi publicado na Cidade do Salvador o jornal *A Idade de Ouro*».

BANDEIRANTES BAHIANOS

AO NOTAVEL HISTORIADOR BRAZILEIRO

Dr. Oliveira Lima

O auctor.

O. D. C.

SECULO XVI

A PRIMEIRA PENETRAÇÃO DAS TERRAS BAIHANAS

BANDEIRANTES—O AUXÍLIO DOS MISSIONÁRIOS

A entrada nas terras centrais da Bahia foi feita, pela vez primeira, em 1503 pelos tripulantes que Gonçalo Coelho deixou, segundo uns, em Caravelas; segundo outros, em Porto-Seguro. «Esses 24 tripulantes providos sufficientemente de armas e víveres para seis mezes, pela bondade dos índios, chegaram a penetrar até quarenta leguas no interior.» (*)

1553

Chegando à Bahia em 1549, Thomé de Souza, 1.^o Governador Geral do Brazil, por ordem da Metrópole, organizou bandeiras para desvendar o interior do paiz e confiou a primeira em 1553 a Francisco Bruza de Spínosa, que levou em sua companhia o jesueta Aspilneta Navarro.

A bandeira de Spínosa percorreu 350 leguas, subindo os rios *Jequitinhonha, das Vilhas, S. Francisco e Cricari* ou *São Mathew*. Partiu de Porto-Seguro, subindo o rio Buranhem.

Não colhendo resultado, Thomé de Souza escreveu a El Rey dizendo: «que não fallaria outra vez em outra, enquanto não o mandasse deversas e que nas diligências por elle andaria com muito tento e pouca perda de gente e de fazenda, pois que, . . . por muita malograr não era que havia de amilhecer mais cedo.»

(*) Bandeirante era um indivíduo pertencente a uma bandeira. As bandeiras acompanhavam-se de cem, duzentas ou mais pessoas e tinham por objecto descobrir minas e vender e escravizar os selvagens.

Os principaes das bandeiras seguiam a cavalle e a maior parte a pé. As vestes dos bandeirantes consistiam em um paizão, calças curtas, perneiras, um frangomarrado ao pescoço e um chapéu grande, quasi sempre preto.

Levavam a tiracolla a espingarda, o facão na cintura e uma pequena bandeira vermelha.

— Usavam um relógio de sol, de modelo muito interessante, existente no Inst. Hist. deste Estado.

— Sobre o resíduo da bandeira de Spínosa e sobre a acção do jesueta A. Navarro veja-se o folheto do padre Samuel Tellesco de A. Oliveira Souza Pires—*A Missão de Espinosa e o jesueta A. Oliveira Souza Pires*—*A Missão de Espinosa e o jesueta A. Oliveira Souza Pires*.

1562

ASCO EXTERMINAR ALMAS

Fra Eyrcader na capital deste Estado. Os índios, em conversa, fallavam-lhe de grandes riquezas no interior dos sertões, onde abundava o ouro. (*)

Preparou uma bandeira de 100 homens e enveredou pelo rio Paraguassú, até 70 leguas.

Os índios *Tupinambá*, habitantes daquellas paragens, oppuzeram-se com as armas nas mãos, mataram muitos commandados do chefe bandeirante, obrigando-os a retroceder.

1570

MARTIM CARVALHO

A bandeira de Martin Carvalho era composta de 60 portuguezes e de muitos índios, que «segundo Pero de Magalhães Gandavo, fallavam da existencia de umas pedras verdes, que se encontravam em serras, annitas leguas pela terra dentro, e das quaes trouxeram amostras, que foram reputadas esmeraldas. Diziam os índios, (vide A. Olynthio) que a serra que as continha era «mui formosa e resplandecente» e que na lingua tupy se traduzia por «Itaberaba», ou no augmentativo.—Itaberaba-bussú» ou «Itaberaba-ocú», ou ainda «Taberabussú» por abreviação; ou finalmente por corruptela «Sabará-bussú», nome com que foi conhecida, durante mais de um século de pesquisas, a afamada serra que continha em seu seio riquezas fabulosas. (**)

O percurso da bandeira de Martin Carvalho foi de 220 leguas.

Foram encontrados muitos crystaes e grãos amarellos, que os aventureiros tiveram como ouro e varios outros metaes.

Devido á opposição da tribus disseminadas naquellas paragens, Martin Carvalho retrocedeu.

1572—1573

SEBASTIÃO FERNANDES TOURINHO

A bandeira de Sebastião Fernandes Tourinho internou-se por Porto-Seguro, percorreu os rios Buranhem, Jequitinhonha, subiu o Rio Doce e voltou pelo Valle do Rio Caravellas.

(*) O historiador de Vasco Rodriguez Fialda era convencido do caminho de Estremoz, aonde Sebastião de Albuquerque chegou com a bandeira.

(**) Vide Martens, obra p. 101. Dr. Theodoro Sampaio, Hist. Hist. de S. Paulo.

bandeira de Sebastião Tourinho e de Vasco Fernandes com seus legados portugueses.

No mesmo anno, com a noticia das descobertas no Tourinho, D. João de Brito e Almeida, Governador Geral do Brasil, enviou uma bandeira e dirigiu-a a direcção Antonio Dias Abreu, que, segundo de Rocha Pitta, seguiu o caminho de Tourinho e encontrou grandes riquezas e pedras verdes. Chegou Almeida ao rio de S. Paulo e de S. Paulo, da qual seguiu a direcção de S. Paulo e de S. Paulo. (**)

1591

MELECHIOR DIAS MOREIRA

Muitos historiadores tem querido e achado a bandeira de Melechior Dias Moreira e de S. Paulo e de S. Paulo.

Segundo Capistrano de Abreu, Roberto Dias Moreira foi a Europa e sempre se conservou indifferente ás pesquisas de seu pai, Melechior Dias Moreira. (**)

Roberto Dias era filho natural de Melechior Dias Moreira com a india Lourença.

«Melechior Dias Moreira, ou Belchior Dias Moreira, filho de Almeida, é que foi o verdadeiro fundador dos sertões; mas o seu nome quasi desapareceu da Historia para ser substituido pelo de seu filho, graças á confusão de Rocha Pitta, que os historiadores subsequentes copiarão.

Melechior se dedicou primeiro á criação de gado, tornando-se um dos maiores fazendeiros das margens do Rio Real, onde está hoje a Villa de Campos, em Sergipe. E' uma capella foi por elle edificada. Teyo varios filhos e foi troco de grande familia. Morreu em 1622, em sua fazenda, na idade de 60 annos e deixou, entre outros filhos, Rubião Dias, que era seu filho natural com a india Lourença e nascido na Geria, a qual passou a occupar na Historia o lugar assignalado que competia a seu pai.

— Por esse tempo, de governo de Francisco de Souza, o historiador bandeirante Gabriel Soares de Souza chefiou uma bandeira. O resultado desta bandeira de Gabriel Soares foi a descripção minuciosa dos sertões no «Tratado Descritivo do Brasil». (***)

(*) Sebastião Fernandes Tourinho, descobridor do ouro no Estado de S. Paulo, descobriu o ouro no Estado de S. Paulo e de S. Paulo.

A elle deve-se a descoberta de S. Paulo e de S. Paulo.

(**) A descoberta de S. Paulo e de S. Paulo.

(***) Gabriel Soares de Souza, autor do «Tratado Descritivo do Brasil», publicado em 1628 na «Revista do Instituto Historico Brasileiro».

* Gabriel Soares está sepultado na Igreja de S. Bento e seu nome está a legado e copiado por um pesquisador.

1591

JOÃO COELHO DE SOUZA

A bandeira de João Coelho de Souza, irmão de Gabriel Soares, entrou pelo Rio Paraguassú em demanda do S. Francisco.

Descobriu metaes preciosos de que fez menção no roteiro que, antes de morrer, mandou entregar a seu irmão Gabriel Soares.

1596

D. Francisco de Souza organison em 1596 uma bandeira e entregou a chefia ao bandeirante Diogo Martins Cão.

Nada se apurou sobre o resultado da bandeira de Diogo Martins Cão.

BASTIÃO ALVARES

Foi mandado por Luiz de Brito e Almeida descobrir as cabeceiras do Rio de S. Francisco. Levou 4 annos na entrada e morreu nas mãos dos Indios Tupinambás.

SEculo XVII

OS AVILAS

O Castello da Torre, unico de estylo medieval construido na America, tem sido o alvo de inquirições, de pesquisas e de rebuscamentos, tanto no que se refere ás suas lendas e tradições, quanto ao seu soerguimento.

Quantos episódios ali tangenciaram pelas luctas guerreiras, pelas scenas de heroismo!

Valido do primeiro governador Thomé de Souza, Garcia d'Avila aqui aportou com a esquadilha que o conduziu em 1549.

Distinguindo-se como funcionario que foi do Senado da Camara, resolveu em recompensa dadas de terras para as bandas do norte da cidade, e, activo e emprehendedor, foi penetrando o latifundio do deserto, semeando cultura e criando gado.

O regimento dado por D. João III e escripto pelo Conde da Castanheda, impuzha em um dos seus artigos a construcção de *torres*, e a obrigação de, pela parte do norte, penetrar logo as regiões desconhecidas a contar do termino das seis leguas que mediavam da capital — Tatuapára, e entrada de Peraxuim, por onde andava diseminado o gentio tupinambá.

A Garcia d'Avila foi imposta a tarefa na região do norte, enquanto no sul as primeiras bandeiras escalavam com Spinosa,

Navarro, Vasco Roiz Cabras, Sebastião Tourinho e outros intrpidos batedores, os rios e as serras, as planícies e as bocaninas.

— Reduzido o gentio, o primeiro Avila levantou em Tatuapára a torre singela e imponente os fundamentos da nobreza.

Garcia d'Avila constituiu familia, casando-se com D. Maria Rodrigues.

Poucos annos de 1560 o fidalgo ostentava os seus immensos campos e campos de pastagens.

O CASTELLO DA TORRE

As complicações que logo surgiram com os frades beneditinos, as quaes se estenderam até os dias de Francisco Dias d'Avila filho de Diogo Dias e D. Isabel d'Avila, filha do primeiro fidalgo Garcia, entoqueceram de algum modo o desenvolvimento de Tatuapára, até que um accêto se estabeleceu e Francisco Dias d'Avila, livre, com grande prejuizo, estabeleceu o Morgado e Casa da Torre, casando-se com D. Anna Pereira e tornando-se fidalgo da Casa Real, por provisão de Sua Magestade.

Data de Francisco Dias d'Avila a construcção do Castello, cujas ruínas hoje admiramos — que vivem abundantes.

Inquire-se sobre o modo da construcção.

É bem de ver, delirando os factos e consultando documentos, que a elevação do Castello nao foi obra de um só.

Longos os alarinos por Francisco Dias d'Avila, foi a obra continuada por Garcia d'Avila, seu filho com D. Anna Pereira; por Francisco Dias d'Avila, filho de Garcia d'Avila, com D. Leonor Pereira; por Bernardo Pereira Gago, D. Catharina Fogaça e por todos os seus successores.

Em 1624 a parte principal do Castello estava pronta e em seu terreno se faziam signaes, que eram transmitidos aos varios pontos da costa até ao pharol da Barra, por meio da approximação das esquadras hollandezas.

É o mesmo ponto de inquirição, o modo por que o Castello foi construido.

Admiramos a persistencia da qualidade das grandes pedras e perguntamos se ellas vieram de Lisboa ou se foram trabalhadas em locais tirados de massas immensas pedreiras.

Si percorremos os campos de mássima historia poderemos ver que a coroa de Itapiranga, proxima da ilha de Maré, forneceu pedras para as obras dos edificios que se elevaram na cidade do Salvador e não é de duvidar que bandeirantes destemidos, como foram os Avilas que penetraram terras até além do Rio S. Francisco, descobriram o salitre do rio da mesma nome e foram até o Parahy, as mandassem trabalhar nos logares onde as encontrassem.

e as comborisssem com a escravatura e os indígenas á costa de Tatuapára.

Não punhilaram os Ayllas os sertões, onde hoje se encontram as cidades de Villa Nova, Juazeiro, Inhambupe, Campo Formoso, Jacobina e tantas outras, em cujos arredores se encontram o granito e o mármore?

Como não acreditar que de lá os hoyssem mandado vir?

Não era commodo o trabalho do escravo e do índio?

Construindo na idade media, teve os seus labyrinthos, subterraneos, areadas e grutas com communicações para pontos desconhecidos.

Não é de admirar esse facto, quando vemos os innumeros subterraneos que se encontram na Capital deste Estado.

—Os subterraneos, como ainda hoje, eram os postos de mais segurança contra as invasões indigenas; eram os reservatórios de viveres e da fortuna dos senhores, e os depositos onde se armazenavam o ouro e a prata.

Vive em torno do Castello historico muita lenda interessante: a lenda de girar a torre, altas horas da noite, sobre um pião e funcioarem cortantes navilhas.

O certo é que ali se inscreveram feitos de valor nas pugnas contra os holandezes.

Passa de geração em geração a lenda do martyrologio do official flamengo, que preferiu abrir as veias a soffrer a desdita de um amor não correspondido pela indiana de rara formosura.

São lendas e tradições que, atravessando seculos, reclamam um pulso de escriptor que as revigore no drama, no romance e na epopéa.

Sobre o Castello da Torre e suas dimensões o Dr. Braz do Amaral escreveu um artigo na «Revista do Instituto Historico» vol. X de 1915. (*)

Francisco Dias d'Avila, filho de Diogo Dias e D. Izabel d'Avila, filha de Garcia d'Avila, organisou em 1600 uma bandeira e enveredou por Jacobina, tendo encontrado prata e ouro, de que deu noticia em 1633 um official holandez.

TERRAS DA CASA DA TORRE

As primeiras sesmarias que Garcia d'Avila obteve foram dadas por Thomé de Souza e segundo Gabriel Soares, em 1573, os domínios de Garcia estendiam-se além de Tatuapára num percurso de 15 leguas, onde então já possuía muitos curraes de gado.

(*) Porto de João Amaro também se fundou uma Casa Forte, cujos vestígios ainda existem, e servio de base de operações, em 1675, á repressão dos Indios Guaranis que infestavam aquella região.

Nella lenda elle por esse tempo correspondo á sesmaria do colonista Sargipe.

Deu a trezentos de Tatuapára para o Rei os domínios de Garcia Souza euguenicos, e, emqur, segundo um Thomé de Souza de Souza, da sesmaria de 8 leguas que D. João III lhe concedeu por carta de 29 de Outubro de 1563, segundo vemos o Governador Geral vendeu a grande sesmaria.

Essa sesmaria estava limitada no Rio Igpoen, para a parte do sul duas leguas para costa e para o sertão das leguas.

—Em 1621 Francisco Dias d'Avila, filho legítimo de Garcia, estendeu os domínios da Casa da Torre com a obtenção de uma sesmaria de 10 leguas ao sul do Inhambupe, acompanhando o rio para oeste, até chegar ao lugar denominado Pindaguassutula com seis leguas de largura. (*)

—Em 1634, Garcia d'Avila, filho de Francisco Dias d'Avila, obteve por carta de 23 de Maio de 1634 seis leguas de largo e mais duas do lado do mar começando da passagem de cruz do sertão do rio Salahuma até o do Inhambupe, estendeu para elle acima do lado do sul com seis leguas de largura as capangas de Pindaguassutula com mais as duas capangas do mar, com todas as aguas para euguenicos, campos etc.

As terras entre o sertão do rio Salahuma, com as seis leguas de largo foram de Francisco Dias d'Avila, pai do concessionario e as duas de largo do mar foram-lhe de novo concedidas.

—Em 1765, Garcia d'Avila, Francisco Dias d'Avila, Catharina Rapaga, Bernardo Pereira Gogoy, o padre Pereira, todos da Casa da Torre, augmentaram os seus domínios obtendo uma sesmaria de dez leguas para cada um, isto é 50 leguas pelo alto S. Francisco e começo do fim da sesmaria do padre Pereira.

A do padre Pereira ia pelo S. Francisco acima e toda a barra do rio Salitre, desde o S. Francisco até encontrar a sesmaria de Balthazar de Queiroz e da mesma barra do Rio Salitre pelo S. Francisco acima até interseccão, para cima e para baixo com a Bahia rumo de Este a Oeste, que dividem a outra da nasçença do rio Real para o sertão com outro ponto de comprimento acima e abaixo, incluindo as nasçenças do rio Itapicuri, as serras do Rique —Iba e Jacobina— com as mesmas que ficaram dentro desta dada com os seus legados etc.

—A de Garcia d'Avila e os demais começava do fim da do padre Antonio Pereira, correndo sempre o rumo direito pela baía de S. Francisco acima, incluindo terras de caatingas e penedias e para o sul a largura que houver até encontrar com a jurisdição da Capitania da Bahia fazendo rumo de Este a Oeste que dividir uma da outra, e da nasçença do rio Real para o sertão com

(*) P. Pereira—H. Terrib.

outro tanto de comprido acima quanto o que tiver pelo rio de S. Francisco acima todas terras, matas, pastos etc.»

A acção da Casa Torre foi-se estendendo por Geremoão, Inhambupe, Rapituru, Joazeiro, Rio Salitre e Jacobina, na dupla missão de vencer a indigena e conquistar a terra, estabelecendo nellas os curraes de gado.

Em 1671 o patrimonio territorial dos Avilas se prolongava pela margem do Rio S. Francisco, chegando quasi á cidade de União.

— Em 1655, a proposição de varias questões suscitadas entre os tapachindos, os indigenas e varios sesmeiros, que deram em resultado a batalha travada na margem do rio Salitre e em que saiu ferido o commandante Garcia d'Avila, Francisco Dias d'Avila sob o pretexto de ser dono das terras devolutas do S. Francisco apoderou-se das dos indios para seus curraes, contra a disposição das provisões régias (quaes não cumpriram).

Fez curraes de um mesmo lado do rio, com cavallos nas ilhas, para onde os indios tinham ido, em vista da grande secca que existia, os cavallos começaram a prejudicar as plantações.

Pedia ao padre Martin a Avila de os retirar, pessoalmente. Não accedendo, levou então apellação para os tribunales.

Foi para a Bahia o commandante Avila e levantou todas as queixas contra Martin, como um inimigo do Estado.

Nada valeu o padre.

Requeria então ao governador sobre o caso tres vezes, mandando a terceira carta por um dos indios. Nenhuma resposta teve. Foi a Bahia, sahio-se bem (*).

A acção de Garcia d'Avila prolongou-se pelo recanço, de que foi um dos commandantes firmándose mais ainda quando recebeu a noticia de uma nova invasão hollandeza foi pela metropole encarregado de estabelecer um systema de pharões na costa por meio de barcos de modo a communicar á Capital a approximação de navios. O primeiro serie na Torre de Tatupára, o segundo em S. João, o terceiro no Espinho-Santo, o quarto em Rapituru e quinto no Rio Vermelho.

Desta forma ficava bem vigiada a costa.

Francisco Dias d'Avila, já senhor de uma enorme extensão de terras, morreu em 1675. Os indios do rio Salitre auxiliado por Francisco Barbosa Leal, pautou os indios Gatchese no rio São Francisco e foi pela Corte encarregado da exploração do mesmo rio cujo salitre havia sido descoberto por Bento Sarrel em 1671.

(*) F. Gomes—H. Torre.

Finda essa conquista foram augmentados os seus dominios, ao tempo em que seu filho Garcia d'Avila «pedia auxilio contra os indios do Piahy que prejudicavam os curraes ali existentes» sendo nessa occasião aberta a estrada para a descida do gado dos sertões do Piahy para a Bahia, sendo auxiliado pelos missionarios e pelos indios de Joazeiro e Pontal.

Garcia d'Avila protestou contra a abertura da estrada do Piahy ou dos Boiadas perante o governo da Bahia, que mandou ouvir o Senado da Camara da Bahia, findo o que deferiu o pedido de Garcia (*).

Por esse tempo, 1725, Pedro Barbosa Leal abria a estrada de Jacobina para o Rio de Contas.

Vencidos os indios do Piahy ainda foram augmentados os dominios dos Avilas, os quaes deram causa a contendas e demandas que foram resolvidas em 24 de Abril e 2 de Agosto de 1783 pelo Conselho Ultramarino considerando as grandes sesmarias caducas, menos as zonas cultivadas pelos sesmeiros, seus feitores e arrendatarios.

Os foreiros foram garantidos em seu direito pleno de propriedade e transformaram-se em senhores, e as porções de terras não cultivadas foram consideradas como devolutas, podendo os primitivos sesmeiros obtel-as, mas segundo os termos da legislação em vigor para colonisarem em tres annos e na extensão de 3 leguas de comprido e uma de largo.

— «A Casa da Torre tinha 260 leguas pelo rio S. Francisco acima á mão direita, indo para o sul e indo para o norte chega a 80 leguas.

TERRAS DA CASA DA PONTE

MESTRE DE CAMPO ANTONIO GUEDES DE BRITTO

Antonio Guedes de Britto foi o segundo maior proprietario de terras, a principiar das nascentes do Rio Real, Inhambupe, em demanda do sul, «pelo S. Francisco acima, tantas leguas quantas distasse d'aquellas cabeceiras ao Paragassú.

Isso se passava em 1663.

Antonil—na *Cultura e Opulencia do Brazil*—diz: «Os herdeiros do mestre de Campo Antonio Guedes de Britto possuem, desde o Morro dos Chapéus até á nasença do Rio das Velhas, cento e sessenta leguas.

E nestas terras, parte dos donos dellas têm curraes proprios, e parte são dos que arrendaram sitios dellas, pagando por cada

(*) Vid. Docs. do Arch. Municipal da Bahia.

propriedade em virtude da sentença baseada no «Tratado de 29 de Agosto de 1825».

—Em 7 de Agosto de 1839 foram as terras da «Casa do Nino» vendidas pelos seus sucessores os Marqueses do mesmo nome, por escriptura passada na Cidade do Salvador, ao Capitão Thomaz da Silva Piranhas.

—Pouco depois do Capm, Thantaz da Silva Paranhos passaram essas terras ao «Barão e Baronesa de Varzea».

—Agora têm sido as questões suscitadas no livro, a propósito do direito de posse dessas terras, da grande parte das quaes, já de ha muito, pela successão, os seus actuaes proprietarios têm o dominio pleno, accedendo o mesmo que a os outros com as casas da Torre e da Ponte.

1651

FRANCISCO DA ROCHA

A bandeira de Francisco da Rocha partio de Ilhéos em 1651. Seguiu por Marahú, Rio de Contas e Camamú, batendo os Indios Mengobos, Botocudos e Patacóes, e tomando a centro, percorreu o Rio de Contas e seus afluentes, indo a Serra dos Aymorés, onde encontraram os aguerriados Aymorés.

No mesmo anno partio de Ilhéos a bandeira de Gaspar Rodrigues Adriano, o mais celebre bandeirante bahiano depois dos dous Avilas (Francisco Dias d'Avila).

Gaspar Rodrigues Adriano tinha por logar tenente Cosme Carneiro.

A bandeira de Adriano percorreu os rios Jequitinhonha, Pardo, Paraguaçu e todos os affluentes e enfrentou os Indios Maracás.

1655

PEDRO GOMES E ELIAS ADORNO

A bandeira chefiada por Pedro Gomes e Elias Adorno venceu os Indios Maracás ou Marucás, que habitavam a Serra do Urubó.

DOMINGOS ALENCAR SERTÃO

Surgiu no sertão de Rodellas, das Macieiras da Centa, um sertão, no século XVII e localizou-se na sua fazenda «Salinas», augmentando os seus dominios pelo Piauí, Ceará e Pernambuco, chegando a ter cincoenta fazendas de criação.

1669

FERNÃO CARRILHO

Fernão Carrilho, chefe de uma grande bandeira, auxiliado pelas Companhias de Ordenanças da Torre de Garcia d'Avila e Campos do Rio Real, venceu os mocambos de Geremoabo e os Indios de Jassurú e Itapicuru-mirim.

1699

Carta regia concedendo a Manoel de Araujo Aragão, licença para criar a Villa de Maracás e abrir estrada para Conquista, para explorar terra. (*)

Nesse anno Domingos Jorge Velho, baudeirante paulista, fez sua entrada nos sertões bahianos.

SEculo XVIII

1700

PEDRO GOMES DA FRANÇA (**)

Partio de Ilhéos em busca do Rio Patipe. Percorreu o Patipe (Rio Pardo) o Jequitinhonha, o rio de Contas e o Paraguaçu, batendo os Indios e trazendo amostras de ouro.

—No mesmo anno a bandeira do Capm, João de Castro Pra-goso e de Manoel da Silva Pacheco explorou as minas de prata e de pedras preciosas da Serra do Picaraça. (***)

1724

LUCAS DE FREITAS

A bandeira de Lucas de Freitas partio de Ilhéos, foi a Porto Seguro e dahi ao Rio Verde.

Encontrou ouro e pedras verdes e enfrentou o gentio Aymoré.

(*) Carta régia 15 de Março 1697 accetando a offerta de D. Leonor Pereira Marinho para assistir de sua fazenda com os gastos e despesas na construção da fabrica de salitre que se ha de estabelecer nas terras do sertão da mesma pertencente D. Leonor era viúva de Francisco Dias de Avila e tutora de seu filho Garcia d'Avila Pereira.

(**) Em 1723 foi determinado ao Capm mór Antonio Velloso da Rocha destruir um mocambo de 400 negros que infestavam Cayrú.

Em 23 de Março de 1723 uma C. Regia mandou tomar providencias sobre as minas do Rio de Contas, de accordo com a Carta de Pedro Barbosa Leal.

(***) 1708 — Luiz Cezar de Menezes dá conta a El-Rey do ouro que seguiu para Lisboa pela não N. S. da Guia e que se perdeu com o naufragio da mesma não, comendo eimar todo o ouro.

estabelecimento de fazendas, serrarias, piratiningas, pela Correl. Paulo de Barros Leal, habitantes das serras, Capta. El Rey o mesmo estabelecimento de fazendas, serrarias e em 1724 para a Villa do Rio de Contas, a paragem do Rio Ilhéus.

Agente construido por Sebastião Raposo em uma ribeirão proximo ao lugar de Maria Grossas, chamado a Corda, a tomar esta providencia.

Em 1732 a Villa de Minas do Rio de Contas foi transferida para um local distante sete kilometros do em que está hoje a cidade; passou a denominar-se Villa Nova, a Villa creada por Pedro Barbosa Leal.

Por elle quem abriu a estrada que ligava Minas com a Bahia, torcendo directas as comunicações da industria pastoril de Sergipe e Piauí com Minas Geraes.

Em 1733 essa estrada estava aberta (Carta de Vasco Fernandes Cezar de Menezes ao Rei, em 19 de Janeiro de 1726. (P. Freire — H. Territ).

Em carta de 11 de Junho de 1727 diz: «que desenhara no mar o rio da Villa dos Ilhéus, trazendo a si a engem do interior do sertão das muitas serrarias que correm das minas do Rio de Contas para a Serra do Rio de Minas Geraes conhecido pelo nome de Rio Parana, se sabe com evidencia, que nas suas nascentes tem ouro e prata, e que a grande continência do sertão deserto e habitado de indios, milles por sua parte pela estrada da Serra dos Goytacazes, de onde piazem 12 leguas e nesta Serra dos Goytacazes se tem ouro em muitas entalhas que a elle tem feito alguns moradores dos Ilhéus que por causa do sertão deserto, se não tem franquias de ouro, se tem principio aquelles montanhas que desceem ao Porto de São de Vitorias».

Do rio de Contas foi o primeiro, cujas cabeceiras nascem em a se povoa, porque todo o sertão que vai da Bahia até o Rio Ilhéus, pela costa do mar, se acha povoado com as Villas de Ubatã, Serapiquí, Camarão, e o porto de Ilhéus que são da Capitania do Almirante de Portugal pela terra que fez o senho o Rei D. João III de 20 leguas por terra a freguesia de Figueiredo Correa, que chegou ao Rio Grande, em cuja barra ha pouca povoação.

Na barra do Rio de S. Mathews que se segue logo ha dois ou tres moradores que ali se foram refugiar por não serem presos por seus delictos; na barra do rio das Caravellas estão alguns moradores a quem se deram algumas sesmarias pelo Governador Geral da Bahia e não se estendem para o sertão pelos assaltos e gentio quotidiano; na do Rio Doce não ha povoação alguma.

Todas estas povoações se não estendem para o sertão mais do

que 2 ou 3 leguas, porque sua pobreza lhes não permite maior extensão de lavouras, como por estarem todas as matas de que se compõe o paiz nos seus sertões habitadas de varias nações de gentio bravo. Pela parte do sertão se acha o mesmo continente povoado com as minas do Rio de Contas, minas de Tacambira, serro do Frio e Minas Geraes ao redor dos quaes e por entre ellas se achão povoados e muitos curraes de gado.

Entre as referidas minas e povoações do sertão da costa do mar medirá todas as terras de catingas, de campo e matas dos povoados e incultas sem povoações algumas de portuguezes e somente habitados de muitas e varias nações de gentio barbaro que a assenhorearão sem que até agora fossem conquistados, domesticados nem aldeados. (*)

Foi dos mais importantes o papel de Pedro Barbosa Leal na colonisação e conquista dos sertões bahianos.

Pedro Leolino Maris, destemeroso bandeirante, tambem percorreu em 1724 a região das terras ceitraes da Bahia, localisando minas e estudando-as por ordem regia.

Em carta ao Vice-Rey Vasco Fernandes Cezar de Menezes, garantio estar localisado no Rio de Contas o celebre roteiro de Belchior Sarayva Dias Moreya, pai de Roberio Dias.

A carta de Pedro Leolino Maris foi em resposta a que, em 10 de Fevereiro de 1731 o Vice-Rey Conde de Sabugosa lhe enviou dando instrucções sobre o modo de conter os disturbios que occurriam nas minas; sobre não ser digno de compaixão Manoel de Figueiredo; sobre o rendimento e modo de cobrança dos quintos; sobre os bandos que devem annunciar a todos os mineiros que metão o ouro na Casa da fundição; sobre a concessão de privilegio a Antonio Correa para conduzir o ouro.

No final da respectiva Carta o Conde de Sabugosa dizia: «que os quintos fossem tão avultados que podessem desmentir o que sperava muitos diziam e acreditar as suas diligencias e trabalho.» (**)

A Carta de 19 de Fevereiro de 1725, assignada por Vasco Fernandes Cezar de Menezes, declara a El-Rey que restituindo Pedro Barbosa Leal a esta Capital depois de ter aberto hum caminho da Jacobina para Rio de Contas onde estabelecer uma Villa com seu magistrado e poz em forma a cobrança e arrecadação dos quintos daquellas minas trouxe em sua companhia «quatro mil e tantas» oitavas de ouro que são as que pertencem aos quintos de 1724, vendidas no mez de Julho. Trabalhavam nesse anno em Jacobina 700 bateias e em Rio de Contas 800.

(*) Trecho da Carta de Pedro Barbosa Leal. Vide P. Freire — H. Territ do Brazil.

(**) Vide manuscriptos. Arch. Publico — (1730—1734) «Carta do Vice Rey ao mesmo Pedro Leolino em 1732.

Huile de 1721 a 1724 532 assassinatos.
Em 1725, por falta de agua foram dilataes os quintos.

Carta Regia de 9 de Fevereiro de 1725.

El-Rey manda que Vasco Fernandes Cesar de Menezes cobre os quintos do ouro pertencentes a Fazenda na forma que foi possível, apresentando sempre augmental os que quanto aos editaes que Pedro Barbosa Leal tem publicado no Rio de Contas não sejam os mesmos approvados, sem que fique constando que os editaes são justos e convenientes ao seu serviço, pelindade todas as informações necessarias.

Vasco Fernandes informa que os quintos do ouro de Jacobina e Rio de Contas devem ser cobrados por *bateras* e que os editaes de Pedro Barbosa Leal são convenientes ao serviço de S. M. e uteis a sua Real Fazenda.

Let. de Vasco C. Fernandes de Menezes ao Rey — em 7 de Julho de 1725.

Da conta da senhora de 38 mil cruzados e trezentos e setenta e um mil setecentas e noventa e quatro reis dos quintos de Jacobina e Rio de Contas e *acabam* em virtude do Dec. de 5 de Setembro de 1720 mandou entregar a Raynha Nossa Senhora — por seu Procurador a *reintima* dos dits quintos que importou em 822\$726 reis, em descobrimentos do ouro se repartiam em duas, a 1.^a para El-Rey e segunda para o descobridor e as mais para os mineiros; e como em se retirar uma parte a Raynha N. Senhora não resultava a nenhuma prejuizo, tambem Pedro Barbosa Leal metem na serie dellas.

Ord. Reg. de 1 de Dezembro de 1725.

Dom João por graça de Deus Rey de Portugal etc.

Faz saber a vós Vasco Fernandes Cesar de Menezes Vice Rey e Capitão General de toda a terra do Estado do Brazil que se viu a conta que me destes em carta de 7 de Julho deste presente anno de que ao governador da fazenda real deste Estado ordena *frases* remetter ao Thesoureiro de meu Conselho ultramarino 38 mil cruzados e 171.694 reis dos quintos de Jacobina e Rio das Contas e na forma do decreto de 5 de Setembro de 1720 mandareis entregar ao Procurador da Raynha, minha filha, toda annua e vintena a vintena dos quintos que importam em oitocentos e vinte e dois mil setecentos e vinte e seis reis que tambem ordenareis se remetterssem ao mesmo Thesoureiro do meu Conselho Ultramarino 323\$000 de huma taualia que se fez em dois escrivos no Rio de Contas por hirem sem carta do gou e os meus despachos. Me pareceu dizer-vos que do ditto heyto se manda passar o *esboço* em forma para a carta do Thesoureiro Geral de cuja recelamento salvo este dinheyro.

El-Rey nosso Senhor o mandou por Antonio Rodrigues da Costa e Doutor José Gomes de Azevedo, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino e se passou por duas vias. Dionisio Cardoso Pereira a fez em Lisboa Occidental em 1.^o de Dezembro de 1725. O Secretario Lopes de Lavré a fez escrever Joaquim Ant. Roiz da Costa — Joseph Gomes de Azevedo.

CARTA DE PEDRO LEOLINO MARIS—DE 11 DE JUNHO DE 1726.

Nessa carta Pedro Leolino Maris da conta ao Vice-Rey—V. F. C. Menezes dos descobrimentos feitos nos rios Paramirim, das Contas, na Serra da Tromba, e Serra Branca, aousa ao Vice-Rey encontrarem-se naquellas paragens o verdadeiro raudro de Belchior Dias Moreira.

«Cita que em certas montas enven-se grandes estouros naquellas partes huas vezes como tiros de ranqueiras, outras como bateria de dez ou doze peças, e ás vezes tem barulho de si alguns volcões.» O certo é, diz elle, que o antigo Belchior Dias Moreira, estando aquartelado no Paramirim, fez aqui a sua entrada e se deteve bastante tempo, e especificamente aonde se acha um marco, pelas vestigios que se achão de sua gente, em taes donde tiraram mel com machado, cujas cicatrizes já cobertas de mouro, mostram a antiguidade do tempo, e bem assim os fôjos feitos para encair antas.»

Foram companheiros de Belchior, nessa estrada, seu filho «Roberto Dias e Marcelino Cuelho de Biturara.»

Foram companheiros de Pedro Leolino Maris nesta estrada: «André da Rocha Pinto que procurou as nascentes do Rio Verde; «Francisco Dias e Bernardo de Mattos» que procuraram o ouro encontrando em pintas de contas (dahi provem o nome do Rio de Contas) e mais «Braz Esteves e Thomaz Gago» que o exploraram Paramirim, Antonio Noves de Oliveira, Gonçalo de Gonyea, Miguel Francisco Maria Soares de Souza, e Ant. Prado da Cunha.

Todos elles deram o seu parecer sobre o ouro, sua quantidade, e a procedencia si do leito do rio, se desagregado das montanhas e trazido pelas correntes.

(Livro de ordens Regias 1725 n. 22—págs. 261 e 271 v.)

Carta sobre ter ordenado ao Provedor mór da Fazenda, remette-se a importancia dos quintos que vierão de Jacobina, e Rio de Contas.

Senhor, Ao Dezt.^a Provedor-mór ordena Lopa remetter ao Thesoureiro do Conselho Ultramarino, a importancia dos quintos da Jacobina e Rio das Contas, que tirada a vintena da Raynha N. Senhora importa o liquido oito contos, cento e setenta e sette mil

das e a sustentação e excesso das águas seja com que não fosse mais venturosa esta empresa.

A real Pessoa de V. Mag. Vasco Semhor, como seus vassallos lavras e minas, Belya e Agosto de sessenta e três mil setecentos e cinco e seis. Vasco Fernandes Cesar de Menezes.

Carta sobre os exames de diligências que mandou o V. Rey fazer sobre a mineração de se achar nesta cidade ouro em 15 de Agosto de 1726.

Para averiguação facta de se entregou a Ouvidor desta cidade. Esse foi a Casa dos mineiros arrecadando todos os papéis e chegou a conclusão de que tinham sido vendidas trinta e tantas libras de ouro.

Foram presos os delinquentes, sequestrados os negros, importando tudo em vinte e tantos mil cruzados, que ficaram em depósito, e foram remetidos ao Conselho Ultramarino.

No mesmo dia, Pedro do Alamo, onde os esboços e sustinham, fazer ali, as leis e minas diligências, succedendo o mesmo na mesma que parou p' l'hibido.

Tornou-se a devida a responsabilidade Vice-Rey, ficando responsabilidades Pedro Fernandes Santa, Escrivão da Casa da moeda e alguns negociantes. Somo comprou as 30 libras de ouro em pó.

Carta do Vice-Rey Vasco C. Fernandes de Menezes de 23 de Julho de 1726, dando conta a El-Rey da entrada que fez Antonio de Almeida Cap. mór, auxiliado pelo Coronel João Freixo que bateram os Indios que habitavam Castril, demoliram seus ranchos e estabeleceram a estrada no rio Uva.

Troes Indios impediam a marcha dos mineiros de ouro para Jacobina e Rio de Contas.

Carta reg. de 16 de Maio de 1726. D. João por graça de Deus, Rey de Portugal e dos Algarves etc.

Pelo qual a vos Vasco Cesar Fernandes de Menezes, V. Rey e Cap. General de mar e terra do Estado do Brasil que havendo visto o que me escrevestes em carta de 15 de Agosto de 1724 que dei rhogimento a militeiros de ouro dos quintos do Rio das Contas e que brevemente esperavais os da Jacobina e Minas e outros rariéis remota da primeira occasião que houver não de guerra, me padece por ser de quinze dias presente má como em consulta do meu Cons. Ultramarino mandando avisar que se receberão estas cidades de ouro do Rio das Contas nas quizes deves se declinar o estajo de tempo que produza este rendimento, e que porhaes particular cuidado em evitar que este ouro das minas e da Jacobina cobrando e

por batias e em pó não dê occasião a fazerem-se descominhos do ouro das minas geraes, que pagam quintos na Casa da Fundição fundindo-se e marcando-se as barras. El-Rey meso Senhor o mandou por Antonio Roiz da Costa e o Dr. José Gomes de Azevedo Conselheiros do seu Conselho Ultramarino e se passou por duas vias. Dionisio Cardoso Pereira a fez em Lisboa occidental a deztoito de Março de mil setecentos e vinte e seis.

Antonio Roiz da Costa e Joseph Gomes de Azevedo.

As fundições de Jacobina e Minas do Rio de Contas, como vimos em capítulo anterior, foram creadas em 13 de Maio de 1726.

Foram administradas por um director, que era sujeito ao Intendente Geral do Ouro, quasi sempre um Desembargador da Relação.

Por alguns annos—1724 a 1734—foram seus directores Pedro Leolino Maris e Pedro Barbosa Leal, como se verifica da correspondencia do Vice-Rey aos mesmos.

As fundições tinham organizações completas como se poderá ver das remessas de materiais, que, desde sua organização até a data em que foram extinctas, foram feitas para o seu regular funcionamento.

A provisão régia de 23 de Julho de 1751 para não citar entes, determinou a entrega ao administrador da fundição de Jacobina dos objectos seguintes: dezete libras de solimão, dois canos de ferro para folles de torja, dois cabos para lambarra de engenho, dois descaços para balança de encayxo, uma balança de pesar prata, um forno, tres funis para o encayxo, seis frascos de água forte, um pharo com seu engenho, uma fôrma de rodellas, seis barras de chumbo com tres arrobas e seis libras e uma pedra de toque.

—Ainda existe em Jacobina uma importante prensa de bronze, com peso superior a 500 kilos, ornada com as armas portuguezas e com a inscripção do anno de 1726. Constitue um monumento historico de grande valor. Foi alli construida com o talhe tirado de varios pontos.

Carta do Vice-Rey—Sobre remetter ao Conselho Ultramarino as relações, documentos e amostras de ouro do novo descobrimento que se fez no Rio das Contas.

Ao Conselho Ultramarino remeto as relações, documentos e amostras de ouro, do novo descobrimento que se fez no Rio das Contas, de que foi encarregado o coronel Pedro Leolino Maris, e sendo tudo certo como supoz, verificar-se-há naquello conti-

nente, o roteiro do celebre Belchior Dias Moribeca e o descobrimento da prata se faz a mesma diligencia. Deus guarde a V. M.—Bahia e Agosto d'ose, de mil settecentos e vinte e seis.—Vasco Fernandes Cesar de Menezes.—Snr. Diogo de Menezes Corte Real.

Antonio Carlos Pinto fez varios descobrimentos no Ryo das Contas.

No livro n. 22 de Ord. Régias de 1725—1726, constam apenas as indicações do indice, não se encontrando as informações e as cartas.

1730

Carta do Conde de Sabugosa a Pedro Barbosa Leal declarando ter recebido por mãos de Antonio Carlos umas amostras de prata (Sabugosa falla sobre o fim occulto da viagem de Antonio Carlos, que se demorou em Cachoeira.)

Carta do Conde de Sabugosa, remettendo a Pedro Leolino Maris uma provisão que recebeu d'El-Rey «afim de que a vista della dissesse tudo o que pertencesse ao seu conteúdo ainda que para elle (Sabugosa) se fizesse desnecessaria esta diligencia porque conhecia o fim a que se encaminhava a menos sinceridade do Governador das Minas, sendo certo que esta e as mais cantelas de que usa são tão affectadas, que não ha ninguem que não as conheça.»

Carta 28 de Novembro 1878. O Conde de Sabugosa ordena ao Guarda-mór das Minas do Rio de Contas «evite a extracção do ouro, prendendo a toda a pessoa que sahir com elle em pó e fazendo-lhe sequestro em seus bens, uzando para este exame de todos os meyoys que não ignora».

Carta de 1.º de Dezembro 1730. Sabugosa ordena a João Francisco Feitil que lhe dê conta do augmento da arrecadação de Jacobina, pertencente á corôa louvando o zelo e interesse.

Carta de Sabugosa aos officiaes da Camara de Jacobina estabelecendo o registo do gado e regulando a quantidade de gado que os Religiosos podiam receber para sua sustentação (Dez. 1730).

Carta de 12 de Dezembro 1730 a Pedro Leolino Maris. Nella o Conde falla sobre os fornecimentos feitos ao mesmo Leolino para

os novos descobrimentos, de que Leolino não dava mais noticias—no Ryo das Contas—«e queixa-se de que todas as pessoas que sahem das Minas do Ryo das Contas trazem uma ou duas barrinhas de ouro que levam á Casa da Fundição para lhe servir de capa á extracção em que todos cuidam e a tropa não serve para evitar este prejuizo causado á corôa.

Mancel Mendes, diz elle, não se houve com sinceridade, levando os emolumentos que quer pelo ouro sahido.

«Esperava que os quintos viessem em barras e estava sentindo que os rendimentos delles não acabassem de fazer crer a falta de diligencia, zelo e cuidado de que se aproveitam os transgressores para fraudar a «Fazenda Real».

«Ordena que logo que chegue Sebastião Leme o auxilie em tudo aquillo de que precisar.»

Carta de 10 de Março de 1730—O Conde de Sabugosa ordena a repressão dos motins causados por muncipes insolentes, abridolhes devassas, panindo-os com energia.

Manda que os *comboyos* dos quintos deem fiança «a meterem na Casa da Fundição os productos dos seus comboyos», e ordena concluir o «serviço da introdução das aguas para lavagem do ouro», lembrando novos processos para cohibir os vicios da extracção.

Carta de 4 de Abril de 1731—Accusando recebida do Capitão André da Silva Pereira «hum embrulho de pedras, entre as quaes huma cravada de prata, o que prova existir prata e que aquelles homens têm razão particular em occultarem.»

Carta de 28 de Setembro de 1731 em que o Conde de Sabugosa, de ordem do Rey, condemna os excessos do superintendente Manoel Francisco dos Santos Soledade «que queria fazer proprios os thesouros alheios, usurpando as terras com dono e já beneficiadas e admitindo criminosos em seu arrayal em Ilhéos», e prohibindo-lhe os descobrimentos.

1732

Carta para o guarda-mór das Minas do Rio de Contas, declarando o Conde de Sabugosa que João Luiz lhe entregou 42 pitavas de ouro, pertencentes ás d'as de S. Magestade e que Rodrigo de Barros lhe entregou duas barras de ouro pertencentes aos quintos.

Carta 13 de Julho de 1732—Do Conde de Sabugosa a Pedro Leolino Maris, pedindo remessa das pedras achadas por André

Vidal da Silva e das encontradas por Frey Francisco das Neves, que se suppunham ser esmeraldas.

Ord. Reg. de 17 de Janeiro de 1735—Determina a pena com que deviam ser castigadas as pessoas que commettessem a falsidade de misturar com o ouro em pó, outro qualquer metal ou genero differente para ser vendido com engano do comprador.

«Se a falsidade chegasse ao verdadeiro valor de um marco de prata, devia ser castigado com pena de morte e de confiscacão de todos os seus bens para a Fazenda Real; e se a falsidade não chegasse ao valor de um marco de prata fosse o falsario degradado para Angola e fossem confiscados todos os seus bens para a Fazenda.

Ord. Reg. 24 de Dezembro de 1734—«Ha El-Rei por bem, que ainda nas terras em que com sua permissão se extrahirem diamantes, além das outras providencias que prescrevem as leis e que en for servido dar, porem reservadas para a minha Fazenda, os que forem de peso de 20 quilates ou dahi para cima e as pessoas que os acharem ou tirarem, os entreguem logo dentro de 30 dias, contados do dia em que os tirarem ou acharem nas Casas da Fundição, ou aos Ministros mais visinhos para os remetterem a ellas; e sendo os taes diamantes manifestados e entregues por qualquer escravo, ficará fórra e se lhe passará carta de alforria, e se lhe darão a seu dono pelo valor do mesmo escravo 400\$000; e sendo feita a entrega por homem livre se lhe darão os mesmos . . . 400\$000.

Ordem Régia de 4 de Julho de 1732 —O Conselho Ultramarino, em nome de D. João, devolveu ao Conde de Sabugosa as amostras que o mesmo remetteu, declarando que a *pedra tirada da mina da prata* pezou um marco, quatro onças e seis oitavas e della se tiraram tres onças de prata de onze dinheiros e vinte e um grãos e vay com o numero primeiro, vindo a tirar-se cem oitavas de prata; a prata que vay com o numero segundo tem onze dinheiros e vinte grãos e a que vay com o numero terceiro tem dez dinheiros e vinte grãos e meyo; o *Cobre* que vay com o numero primeiro tem em cada marco quarenta e nove oitavas e vinte grãos de ouro fino, e 14 oitavas e cincoenta e dois grãos de cobre, que vein a ser de quatro partes as tres de ouro, e a quarta parte com pouca differença de cobre.

O *chumbo* é capaz de se usar delle.

Ordem Régia de 24 de Julho de 1732—El-Rey, pelos Conselheiros de seu Conselho Ultramarino, manda dar conta do exame

procedido nas pedras remettidas pelo Conde de Sabugosa: «a que remettesstes, achada no Rio Jequetinhoha hé um christal e as duas que *Gregorio Affonso da Torre* achou na sua lavra junto da Villa da Jacobina são diamantes sem differença dos que se achão no Serto do Piaó.

«Em quanto ás esmeraldas que remettesstes sou servido avisar-vos que não tem estimacão alguma pela sua má côra.

El-Rey estimulava na mesma Carta a descoberta de esmeraldas estimaveis promettendo premios aos descobridores.

Ordem Régia de 14 de Maio de 1732—El-Rey se inteira do communicacão feita pelo Conde de Sabugosa acerca da conquista do Rio de Contas, em quasi 80 leguas, estabelecendo currais, vencendo o gentio bravo e encontrando alguns tibeyros com ouro de sorte.

Communicacão do Conde de Sabugosa ao Rey sobre o apparecimento de diamantes em Jacobina, sem sitios distinctos dos que se revia o ouro, prohibindo logo aquelle lavra até que S. Magestade determinasse a applicacão que havia de se fazer destas pedras.

1730

DOMINGOS HOMEN D'EL-REI

A bandeira de Domingos Homem d'El-Rei partio de Ilhéos em 1730, pousou as cabeceiras do rio S. Mathias e cruzou com a de Sebastião de Lame, que vinha de Minas Geraes.

Por esse tempo o mestre de Campo Joaquim Quaresma Delgado havia levantado um mapa das regiões percorridas, estabelecendo o seu critério roteiro.

«Vide Felisbello Freire—El Terril do Brazil—e manuscritos do Archivo Publico (1731).

Os seus vencimentos eram de 3000 cruzados annuaes.

1734

ANDRÉ DA ROCHA PINTO

El contestado o roteiro de André da Rocha Pinto. Luctou tam as Aymorés, seguindo em seu auxilio Domingos Carneiro. A bandeira de André da Rocha Pinto partio de Ilhéos.

Receben reforços de Indios das missões do Pontal, N. S. das Neves, Bom Jesus e S. Gonzalo do Salitre e de Jacobina (1731) para a Conquista do Rio de Contas.—Rocha Pinto foi auxiliado por Manoel de Queiroz Sampaio e João Feixoto Viegas.

1735

DOMINGOS GONÇALVES DO PRADO

Explorou o Jequitinhonha, o Pardo e a Serra do Aymorés. Encontrou ouro e diamantes e bateu os Índios Aymorés.

1783

CHRISTOVÃO DA ROCHA PITTA

Descobriu minas de prata e cobre na serra da Borracha.

1783

JOÃO GONÇALVES DA COSTA

João Gonçalves da Costa era natural de Chaves em Portugal. Desvendou 80 legoas entre o sertão de Ressaca e o littoral e abriu as estradas de comunicação com Camamú, Rio de Contas, Ilhéos e Conquista, fazendo descer de Conquista os primeiros lotes de gado. Em 1783 encontrou os índios Nogoíós, aos quaes se tinham unido muitos negros fugidos que os insultavam contra os brancos. Relatou ao ouvidor de Ilhéos, Francisco Nunes da Costa, as peripécias da entrada.

Levou 66 homens. Diariamente desertavam, restando apenas 25 com os quaes chegou ás grandes aldeias indígenas, de que era chefe o celebre Capivára—o Capitão Grande.

Por esse tempo Capivára pelejava contra os Aymorés.

Aos Nogoíós se tinham unido uns negros e um mulato ladino.

Capivára entrou de amizade com Gonçalves da Costa, que retrocedeu trazendo duas bellas indias moças como refém e varios objectos indígenas, prometendo voltar no fim de quatro luas.

No período de 1803—1806, João Gonçalves da Costa, auxiliado pelo mestre de Campo João da Silva Guimarães, depois de uma grande lucta entre 50 portuguezes e 300 índios em um logar, hoje chamado Batalha, venceu os indígenas. «Em allusão ao facto ali construíram uma capella com o nome de N. S. da Victoria de Conquista.»

A lucta principiou ás 4 horas da madrugada e terminou á tarde.

1841

Em 1841 o Alferes Mattos, vindo de Minas, explorou o Assuruá e em 1842 a 43 apanhou diamantes na Chapada, e José Pereira do Pardo—1844 descobriu as minas diamantinas de S. Izabel do Paraguassú em Cambucas (na Serra da Chapadinha) e no Mocugê.

José Francisco Thomaz do Nascimento descobriu em 1857, em Ilhéos, turfas, carvão de pedra e varios betumes e calcarcos impregnados de petroleo; em 1854 descobriu cobre no riacho Amendoim, na Cha de Itaparua e no mesmo anno descobriu a turfa de Marahú; em 1857 descobriu tambem o manganez em Nazareth, nos sitios «Cesão e Sapê».

Era um homem de grande experiencia e pratico em assumptos de mineração.

Em 1882 alguns escravos descobriram as minas do Salobro.

ESTRADAS

ESTRADA DO NORTE—No fim do século XVI tinham-se aberto em uma extensão de quasi 30 legoas as estradas que partiam da Capital até o rio Real e da costa para o sertão.

ESTRADA DE GABRIEL SOARES—Principiava nas margens do Rio Jaguaripe, procurava o Paraguassú, dahi a Serra do Orobó, os rios Jacuipé e Itapicuru, Jacobina, Rios Salitre e S. Francisco.

ESTRADA DE BELCHIOR DIAS—Partia do Rio Real, encaminhava-se para Jacobina, rumando pelo Itapicuru, buscando o sertão de Massacará, Tucano, Itúiba, Serra Branca, Assuruá, passava ao Rio Verde e deste ao Paracurim, voltando depois ao Rio Salitre, seguindo em direcção a Sergipe e Pernambuco.

A proporção que se descobriam as minas sertanejas, abriam-se estradas para o escoamento dos minérios e o commercio de gado e de viveres.

Em 1700 foi aberto o caminho para as minas, pelo Valle do Rio S. Francisco.

CAMINHO DO SERTÃO—Foi aberto, a partir de Cachoeira em demanda do sul, para comunicação da Bahia com Minas, S. Paulo e Rio de Janeiro.

De 1700 em diante era a estrada mais frequentada.

De Cachoeira ia a João Amaro—25 legoas.

De João Amaro até Tranqueira 40 legoas—De Tranqueira ao arraial de Mathias Cardoso 52 legoas—Desse arraial ao Rio das Velhas 54 legoas.

Estrada da Cidade do Salvador para o norte. «Passava na Feira Velha, Pojuca e rio Catê.

Bordejando a Matta de S. João chegava a Alagoinhas. Ali entroncava com a que seguia para Pernambuco.

Chegava a Aramar, Rio da Prata, Subahuma, passava o riacho Camaragipe e seguia para Agua Fria e Serrinha.

Dahi chegava a Tambuatá, ao tanque do Coité, ao rio do Peixe, seguindo o valle do Palmeirinha até Sapucaia, onde estava o registro das estradas e dahi a Villa de Jacobina.»

ENTRADA DE JACOBINA A RIBEIRA CONTAS—«Paria de Jacobina, atravessava a rã Jacotype e passava a lante do Mar do Chapô.

Dali, cingia a Campostre, atravessava o riacho Cochô e chegava ao arado de Bom Jesus da Lapa.

Dali, atravessava a Serra da Tronca, ia ao rio Agua Seja, atravessava a rã de Campa e chegava ao arado de Matto Grosso.

Dali a estrada chegava à villa do Rio de Contas, continuava para a villa, e estrada que vai para a Bahia e Minas Gerais.

«A estrada que partindo da Capital ia a Joazeiro, bifurcava-se em Chetomada, indo ao trado della para Jacobina.

Das Armentes, um de seus pontos, seguia outra estrada em direção do norte.

Atravessava a Napdenu, junto a Villa passava em Nambia, sobrava o rio Nui, na cidade hoje de Campa (Scrips) e ali passava varias divições.

Chamava-se a estrada das Boindas.

ENTRADA DE LITTOCAL—Babilonia de Sijon Lenda, em 1880, foi conquistado de alor a estrada do ditto, de Valença até o Rio Doce, onde chegou a parolência da Bahia.

Certa toda a costa sul da Bahia, procurando muitas vezes pontos mais centrais.

ENTRADA DE MINAS A RIO MORTO—Essa estrada foi mais tarde aberta em 1800.

ENTRADA DE JONAS A CONQUISTA—Sua abertura foi determinada em 1761 e João Gonçalves da Costa e Silva, por objecto dar esta passagem ao gado.

ENTRADA DE CALVÃO PARA AS MINAS—Foi aberta em 1799 por Silveira de Sousa Paio, grande senhora na terra do Gestrô.

ENTRADA DE LINDAS PARA MONTES ALCOS—Foi mandada abrir em 18 de Outubro de 1862 pela coça, sendo encarregado João Lenda e Coronel José de S. Bencaut Arcioy.

Essa estrada serve para a condução de gado, ouro e salitre.

ENTRADA DE JOZEIRO A VALENÇA—Foi mandada abrir em 1811 pelo Conde dos Arcos, attribuindo ao paulista de capitão-mór das ordenanças de Jozero.

MINAS, SYMBOLAS E INSCRIÇÕES INDIGENAS E DOS BANDERANTES

CAVERNAS E GRUTAS

Os símbolos, signaes e inscrições encontrados pelos bandeirantes, arqueólogos e por varios cientistas, que têm perlustrado as terras centrais do novo Estado, constituiram e ainda hoje fazem assumpto dos mais acurados estudos.

São, no dizer de H. Handelman, em sua Historia do Brazil, «documentos isolados de um antigo passado.»

Kester descobrindo hieroglyphos no Ceará, Wallace encontrando esculpturas na bacia do Amazonas Elias Herkmann comparando as pedras esteticamente arrumadas em Pernambuco ás espalhadas pelos Humos na Hespanha, os baixos relevos deparados por Alexandre Rodrigues Ferreira nas grutas de stalactites de Matto Grosso, os innumeros signaes, symbolos e inscrições descobertos por Spis e Martins no interior da Bahia, prestaram relevantes serviços á archeologia brasileira.

«É evidente que esses documentos são, na maioria dos casos, obra de tribus indigenas desaparecidas ou emigradas para muito longe, de modo que os actuaes habitantes de pelle vermelha, de seus lagares, veem nelles um enigma tão insolúvel como os seus desenhadores brancos.»

—(Do mais interessantes são os signaes, de que fallavam, em 1860, os indios da Bahia ao Padre Manoel da Nóbrega, mostrandolhe em uma pedra a impressão do pé de Thomé Sumé.

«No mundo tempo, razava a lenda, appareceram nesta terra dois santos homens, dos quaes um se chamava Thomé ou Sumé e ensinou a lenda os campos e a cultivar e a preparar a mandioca; mas os outros não ligaram com os seus benfeitores e perseguiram-nos com os seus arcos retçados.

Thomé passou então a sua pádel divina as setas que lhe eram obrigadas e voltaram-se contra os ingratos afiadores e os mataram, os matos, e os rios separaram as suas arcas para dar passagem ao santo que fugia. Assim deixou Sumé a terra, desgostoso com a maldade dos homens, prometendo, porém, voltar, em 18 de que deixará na pedra rijo o signal dos seus pés.»

«A lenda do apparecimento e expulsão de Thomé parece indicar que houve uma invasão de elementos civilisadores, diz H. Handelman, no par, carentes, que a rã autochthone, na epoca em que se fez o descobrimento do Brazil, lenda, vindo, conquistando a terra, populações já bastante civilisadas e assimilado os seus costumes e conhecimentos. Comparando-se essa interpretação da lenda com as inscrições symbolicas, as pedras amontoadas artificialmente e outros monumentos a que já alludimos, ser-nos-há lieito talvez abntir que, assim como no centro dos Estados Unidos, existe no Brazil um povo indigena que desapareceu na noite dos tempos e era mais aliado moral e materialmente do que os seus successores, sem, contudo, poder igualar os habitantes do planalto do Perú, da Nova Granada, da America Central e do Mexico.

Essa hypothese está de accordo com o testemunho dos mais antigos escriptores, os quaes contavam que cada um dos grupos de povos do Brazil se tinha na conta de mais antigo do que o outro.

Naturalmente foram ambos inveteres e igualmente estranhos ao povo primitivo e aos seus monumentos.

Varios são os pontos do Estado da Bahia, onde em abundancia se encontram inscripções, signaes e symbolos indigenas e de bandeirantes.

Alguns são de difficil decifração e parecem não pertencer nem aos indios nem aos batedores dos sertões, devendo ficar na classe de que falla H. Handelman.

—Esses signaes, inscripções e symbolos, de ordinario estão gravados nas paredes das grutas e cavernas ou em rochedos ás margens dos grandes rios.

Citamos algumas das grutas onde se as encontram: *Gruta das Almas*, em Campa Formosa, onde se tem como certo o roteiro de Sebastião Dias; *Gruta do Angelito*, em Canavieiras; gruta da *Mangalena*, em Ilheus, das mais extensas e imponentes, ornada como as demais de stalactites e stalagmites e innumerables fios de agua crystallina; *Gruta do Vento*, em Tucano; *Gruta do Inferno*, na Serra da Ilhéu; a *gruta dos Bispos*, em Morro do Chapéo, a qual contém grande numero de salões, de cujos tetos pendem stalactites de belleza fascinadora, nichos profundos, pilares, altars, jarras, taboas semelhantes aos dos orgãos apparecem em todos os salões maravilhando o visitante. (*)

Em varias dessas grutas encontram-se assentos tallados nas pedras, os quaes nos levam a crer que os indigenas, e, antes delles outros habitantes mais civilizados, delles se utilissem para as reuniões em que se decidiam as guerras e as alianças ou se praticavam os officios de suas religiões.

—Na classe dos monumentos comprehendem-se os que se encontram assim disseminados pela vastidão das terras bahianas:

O *quão de pedra*, perto de Bom Conselho; o *finde de pedra*, próximo a Canudos; a *pedra da Bahia*, entre Bahia e Goyas e que marca o ponto culminante do planalto Jalapão; as *figuras de pedra* existentes nas serras de Campo Largo, onde também se veem inscripções, desenhos de animaes e de mãos espalmadas; as *figuras de pedras de Jacéhu*; as *lithas gravadas*, collocadas em forma de monumentos, no Morro de Lapa; o monumento de pedra, perto de Taquara, a 18 kils. de S. Antonio, «E' formado de quartzão branco, lizo, com labios azues, simulando uma torre hexagonal, sem torço, paredes robustas, fechando um recinto a que dão accesso tres aberturas á guisa de portas. No interior, illuminado, vê-se adherente a uma das paredes um leito da mesma pedra, como se

(*) Vide—Relatório Natural da Bahia—Eng. Silva Lima.

tallado fôsse por mão humana, com plano levemente inclinado para apoio de travessouros: (*) a *gruta da Serra da Borracha*, perto de Palmarão; a *gruta do S. Bom Jesus da Lapa*, encontrada por Frei Francisco de Mendonça Mar, no século XVII. (**)

E' a mais imponente de todas as maravilhas dos sertões bahianos: a *gruta do Conde das Almas*, na Serra de Monte Alto; a *Cidade das Pedras*, entre os rios Preto e Grande; apresenta uma cidade em ruínas,—os monumentos de que fallam desde os tempos coloniaes, os sertanistas que descobriram a *Cidade Abandonada*, em torno da qual ha muita lenda.



(*) Vide—Dr. Theodoro Sampaio—Descrição.

(**) Vide no Museu do Estado varios quadros com inscripções indigenas e de bandeirantes.

No proximo numero continuaremos a publicar outros importantes documentos

SOBRE A

Revolução de 1798-1799

Muito estragados pela humidade e pela acção das traças e das brocas têm sido penosas as copias, porquanto só podem ser feitas depois de terem ido ao sol os manuscritos, o que infelizmente não foi possível fazer no inverno passado, esperando fazer o começo de Setembro.

Na publicação dos documentos nem sempre se obedece á ordem chronologica, pelo facto de terem sido copiados os documentos mais estragados, os quaes se submettem, após, a copia ao processo de restauração e conservação.

CARTAS RÉGIAS

Pelo Conselho Ultramarino

Governador e Capitão general do Estado do Brazil.

EU EL-Rey vos envio mt.^o saudar Por me ser presente o miseravel Estado em que se achão os moradores da Capitania do Rio de Janeiro, para poderem contribuir com todos os Cabedaes necessarios para os soccorros da Nova Colonia do Sacramento, e ser preciso, e conveniente a meu serviço, e se esse Estado não se faltar do provimento de que necessita a que na Praça fui servido resolver que os vinte mil cruzados, que se julga tão necessarios todos os annos para o sustento do Prezidio da ditta nossa Colonia, se distribua pellas Capitancias desse Estado com igualdade, conforme a possibilidade de cada hua, e que a este respeito essa B.^a como cabeça do Estado concorra com dez mil cruzados, e de Pernambuco, com cinco, e a do Rio de Janeiro com outros cinco mil cruzados cada anno, por se não acharem a que meyos donde se possa lançar o imposto que ahy produza a garantia referida de dez mil cruzados, nem de cá se possa dar fórma conveniente a sua cobrança: me appareceu ordenar-vos, como por esta o faço chameis a vossa presença os officiaes da Camara lembrando-lhe o muito que convém a meu serviço a conservação da Nossa Colonia quaesquer com os bons Vassallos queirão concorrer para o sustento, ajustando entre elles os meios que lhes pareçam senão mais suaves, e com menos vexação dos preços donde possam sahir os dittos dez mil cruzados que terão a essa Capitania e porque se entende que esta contribuição se não poderá logo cobrar, e ser tão effectiva que com ella se possa remediar prontamente a necessidade em que se considera a Nossa Colonia e seria preciso acodisse ao seu provimento: Vos ordeno de quaesquer effeitos que houver na fazenda Real, mandeis logo sem demora os dittos dez mil cruzados que cabe na distribuição desta Capitania para o Rio de Janeiro e pelo que se cobrar depois da contribuição que diz esse povo fazeis restituir, e inteiro a fazenda Real, exactamente que na ditta contribuição se tinha aquella administração e arrecadação que julgardes hé mais util a meu serviço de maneira que por nenhum modo se descaminhe, com declaração que o dinheiro produzido da contribuição que mande se lance nelle povo, e em falta desse rendimento o que ordeno se supura pela mesma fazenda emquanto se não ajusta, e senão arrecada a mesma contribuição o haveis de

mandar talos es annos para o Rio de Janeiro a ordem do Governador d'elle, para se acudir as Jaspas da dita Nossa Colonia. Como se lhe attia. Escrita em Lix.^a a 28 de Janeiro de 1694.—*Rep.*

Para o Govd.^o g.l do Estado do Brazil O Conde de Alvor.

Dom João de Lancastro Am.^o EU EL-Rey, vos envio muito Saudar. Por parte de Affonso da França morador nessa Cidade, se me fez a presente cuja Copia se vos envia, em que pede o descobrimento de ser Vereador, ordeno-vos me informeis com vossa parecer neste Requerimento. Escrita em Lix.^a a 24 de Novembro de 1694.—*Rep.*

Para o Govd.^o g.l do Estado do Brazil O Conde de Alvor.

Dom João de Lancastro Am.^o EU EL-Rey vos envio muito Saudar. Por parte de Francisco de Alencão Pintor morador nessa Cidade, se me fez aqui a petição, cuja Copia se vos envia, em que se lhe manda pagar o que se lhe deve de proutar a uma nave que se fez no Rio de Janeiro, ordeno-vos me informeis com vossa parecer este requerimento, ouvindo ao Provedor-mór da Fazenda, nella parte setenta e trez annos que puserem conhecimento. Escrita em Lix.^a a 1 de Março de 1694.—*Rep.*

Para o Govd.^o g.l do Estado do Brazil O Conde de Alvor.

Dom João de Lancastro Am.^o EU EL-Rey vos envio muito Saudar. Por parte de Domingos Magiel de Brito morador nessa Cidade se me fez aqui a petição, cuja Copia se vos envia, em que pede o encargo de servir a officina da Camara em do recebimento de minha renda, ordeno-vos me informeis como lhe padece este requerimento, ouvindo aos officiaes da Camara, e o Provedor-mór da Fazenda. Escrita em Lix.^a a 15 de Março de 1694.—*Rep.*

Para o Govd.^o g.l do Estado do Brazil O Conde de Alvor.

Governador e Capitão g.l do Estado do Brazil

EU EL-Rey vos envio muito Saudar. Por parte de João Amato Maciel Parente, se me fez aqui a petição, cuja Copia com esta se vos remette, em que me pede lhe conceda Provisão para continuar com a sua gente a conquista que seu Ray fez com o gentio bravo, padece as Terras que conquistou, ficando-lhe o

Senhorio dellas na forma da mercê que havia feito ao seu Rey, assistindo elle com o posto de Governador da dita Conquista; e vendo mais que pella sua parte se me alegou: Me pareceu ordenar-vos, como por esta o faço, me informeis com vosso parecer neste requerimento. Escrita em Lix.^a a 18 de Fevereiro de 1694.—*Rep.*

Para o Govd.^o e Capitão g.l do Brazil O Conde de Alvor.

Antonio Luiz Gonçalves da Camara Continho. Am.^o EU EL-Rey vos envio muito Saudar. Vio-se a vossa carta de 26 de Julho deste anno em que me daís conta das munições, e armas que se achão nos Armazens desta Praça, e das que se necessitam mais para defença: e nesta consideração para que esteja prevenida de todos os meys se remetem as que constão da memoria que com esta se vos aviso para serdes entendido. Escrita em Lixbõa a 9 de Novembro de 1693.—*Rep.*

RELAÇÃO:

Quarenta e quatro arcabuzes em dois caixoes.

Cem espingardas metidas em sete caixoes.

Cem bolças de Moscovia com suas correias e mil pederneiras em hum caixão.

Seis grilhões e um caixão.

Ballas razas de artilharia tres mil e setenta e tres a saber:

6 de calibre de trez luivas, e trinta e trez de quatorze luivas, quinhentas e sincoenta de 16—313 de 18—64 g.—260—de 30—306—de 40.

Pelomos de chumbo 210 quintaes duas arrobas e doze abates em 184 cunhetes.

Cem quintaes de polvora.

Quarenta e sete clavis Portuguezas em hum caixão.

Governador e Capitão g.l do Estado do Brazil. EU EL-Rey vos envio muito saudar. Por ter resoluta, se examinem nesse Estado por vos, e pello Chancellor d'elle, todos os papeis com que as partes quizerem requerer seos serviços pelo meu Conselho Ultramarino, ficando registrados por hum escrivão em livro particular, e ser informado que hũ só não pode dar expedição a todos os papeis em tempo conveniente; vos ordeno tenhais entendido, que os papeis com que as partes quizerem Requerer seos serviços, ou postos, e vierem desse Estado na forma de minhas ordens aprovados por vós, hão de escrever nestes todos os tabeliaes de nottas por distribuição

talando cada hum dos seus filhos, pendendo para este effeito, assim para melhor expedição dos pretendentes como também por ser justo se reparta este interesse por todos. Escrito em Lix^a a 18 de Jan^o de 1694.—*Rey.*

Para o Gov^o g^o do Estado do Brazil, Conde do Alvor.

Governador e Capitão g^o do Estado do Brazil. Em El-Rey vos envio mais cartas. Por parte de André Viçes Pereira, se me representa aqui estar servindo actualmente de Provedor da Fazenda da Capitania das Vilas por provisão desse Governo, havendo servido nelle com toda satisfação, me pediu lhe fizesse mercê de lhe offerecer e vindo a nós que se me allegou, me pareceu conveniente, Vossa Magestade, me informei com vossa parecer sobre o requerimento, e de offerecimento de exp^o, e se se achou vago, e por isso vos escrevi se lhe fizesse offerecer, e que rendimento iria, e mais considerações para elle delectar como lhe conveniente. Escrito em Lix^a a 25 de Jan^o de 1694.—*Rey.*

Para o Gov^o g^o do Estado do Brazil Conde do Alvor.

Governador e Capitão g^o do Estado do Brazil. Em El-Rey vos envio mais cartas. De se informar pelo Capitão mór do Rio Branco, Sebastião Pimentel, que o Provedor da Fazenda daquella Capitania não tem recebido nelle a carta de abrigado, e ser por isso alguma pessoa que vive neste lugar de Provedor da Fazenda, como também, em ordeno, elejda a pessoa que vos parecer, e que entenda-se poderá desempenhar as obrigações deste officio, mais considerações para elle delectar naquella Capitania donde he de se pedir a sua nomeação. Escrito em Lix^a a 18 de Jan^o de 1694.—*Rey.*

Para o Gov^o g^o do Estado do Brazil Conde do Alvor.

Dom João por Graça de Deus Principe Regente de Portugal e dos Algarves da quem a Falllem par em Alorna de Guiné etc. Mando a Vossa Magestade e Capitão General da Capitania da Bahia. Me informem com o vosso parecer a representação da Camara da Villa nova do Principe e Santa Anna de Caribé, Comarca da Jacobina, que vai puzda na conformidade do Despacho que nella vai lançada: O qual me remetteis em carta anexada por uno do Meus Escrivãos da Camara que esta ao escrever. O Principe Regente Nosso Senhor o Mando pelo Ministro abaixo assignado do seu Conselho e seus Escrivãos do Paço: Joaquim da Silva Garção des no Rio de Jan^o aos dois

de Março de mil oitocentos e onze: Bernardo José de Souza Lobato a fes escrever. José de Oliveira Pinto Bot^o e Mosq^o Luiz José da Cam^o e Mello.

LIVRO DAS ORDENS REGIAS—CONDE DOS ARCOS—LIVROS N^o 105—ANNO DE 1811. PAGINA 260

Manda-me V. Ex^a informar a Representação que a Camara da V^a nova do Principe desta Com^a levou a Real Presença, em que pede ficarem pertencendo ao termo daquella dita V^a dous pedaços de terreno das Freguezias dos Morrinhos, e Rio pardo, que sem serem da Freguezia do Rio de Contas, lhe erão contudo sujeitos pela Justiça, e ora desmembrados, e anexadas na creação da dita nova V^a ao seu termo hum pedaço do termo da V^a do Urubú, e no terreno comprehendido no pedaço do Rio pardo outro, de que as Justicas da V^a do Bom Sucesso de Minas novas se tem chamado a posse sem lhe pertencer, ouvindo sobre isto por escripto as Camaras respectivas; e deter cumprido em parte o determinado o mostro com os Documentos N^o 1 e N^o 2, faltando a Resposta da Camara de Minas novas, que por ser de Comarca diversa se não tem até hoje dignado responder a hum officio que ha mais de sete mezes lhe dirigi para este fim. Nada direi pelo que pertence ao pedaço da Freguesia dos Morrinhos huma vez que a Camara opoente he a mesma que julga dever pertencer a Jurisdição da Representante; direi contudo alguma cousa sobre o pedaço do Rio pardo, e para isso fallarei das pozições locaes da Camara Representante, e opoente. Villa nova do Principe e seo termo está na pozição de nascente ao poente, o termo. (estragado pelo tempo) ao norte: da V^a nova ao fim de seo termo na sua maior extensão, que he para a parte do Rio pardo tem trinta legoas de distancia, extremado ahi com o termo da V^a do Fanado; pela parte do Rio das Contas estrada real des legoas, extremado com esta V^a na Fazenda d'Alagoas de Thimoteo, de Souza, e para a parte da Urubú quatro legoas, extremado com aquella V^a no lugar do Gentio; a mesma Villa representante, tem o arraial desse nome, o das Almas e o de Santo Antonio da Barra.

Ora a Villa do Rio de Contas tem da Fazenda d'Alagoas ao Jacaré estrada Real, onde extrema com a V^a de Maragogipe cincoenta legoas, iguala o maior comprimento ao Rio d'Una, onde extrema com a Villa da Cachoeira, e outra tanta distancia com esta V^a onde extrema no lugar das Pindahibas, e trinta, ou mais legoas com a Villa do Urubú, onde extrema no lugar chamado Santa Rita: da mesma V^a ao pedaço em questão do Rio pardo vão dezasseis ou mais legoas, sendo necessario para hir a elle atravessar infalivelmente quatro, ou cinco legoas do termo da V^a Representante, porque o Rio São João, que fica na de dez, ou doze legoas da Villa do Rio

das Contas divide as Freguezias d'uma e outra Villa, sendo tudo quanto he da parte esquerda pertencente a Freguezia da Villa do Rio das Contas, e por consequencia ao seu termo, e quanto fica do lado direito he Freguezia da nova Villa e por consequencia do seu termo, que he de criação, lado direito feito a pedage do Rio pardo, não podendo, como já se disse as Justicias da Villa opoente burrem a sem annexarem por sem do termo da Villa Representante. A mesma Villa do Rio das Contas comprehende no seu termo toda a Paroquia do Sinacor, e temos Arcaes seguintes: Paroia, Bom Jesus, Caralós, Brasmilhos, Mato Grosso, Villa Velha, Canilary, Nossa do Pego e Sinacor; esta portanto demonstrado, que tanto pelo que pertence a extenção do seu terreno, como ao numero de suas Aldeas ella he inquestionavelmente, e he de vér, que a Villa de Pórs, e Camara opoente passaram muito alem do ponto, em que se mandava dividir, por isso que devendo fallar, como he offeio, e de interesse dos dois pedagos em questão, passaram a pedagem novas divisões, entrando muito pelo termo da Freguezia e terreno da Camara Representante, quando com tais divisões se transformam a boa ordem e elle não multavel nas creações das novas Villas, de se dividir o seu termo pella das Freguezias, nem de se a alienar fazer força e assinalo junto pella Camara opoente delibado do Numero 6, porque estes papéis conseguem-se facilmente, assim se ordinariamente por contemplação, e muitas vezes não sabem para que se assinalo, e V. Ex.^a se dignar determinar a Camara Representante, que lhe apresente hum assinalo pelo qual conste que João de Pórs opoente pertencem annexar ao termo da sua Villa, quando antes ser sugerido a Jurisdição da Camara Representante, certamente ella o fará, e talves V. Ex.^a, encontre neste assinalo o nome d'algumas pessoas, que vão no que ora se juntou. Sobre a mesma população do termo da V.^a Representante nada duvido, e me fizes-me a ver, que assim será, porque a plantação dos Algodões, para cuja produção o terreno do termo d'aquella Villa he mais proprio, tem chamado muita gente de fóra, convidando-os a permitirem a abundancia, riqueza, fertilidade, e amenidade do Paiz, que sem contradição he a unica Villa da Comarca, onde se não encontram Meniligos, nem se conhece a miseria; mas por isso mesmo que ella tem todas essas qualidades deve a meu ver ter maior extenção de terreno. O Documento Junto por parte da Camara Representante e folhas dezoito da sua Representação, e o silencio da Camara do Bom Sucesso de Minas Novas do meu officio, em que devia responder a reclamação feita por aquella Camara sobre o pedago do terreno, em que se acha de posse sem pela sua criação lhe ter sido dado, creio ser prova de sobejo para se decidir, que elle he pertencente ao dito pedago do Rio pardo, e por consequencia a Capitania de V. Ex.^a.

Quanto ao pedago que a Camara Representante quer, se tire do

termo da Villa do Urubú he certo que não tem Aldeas, como já se disse, não excede, a quatro leguas, sendo igualmente certo, que o termo da Villa do Urubú he um dos mais extensos dos das Villas desta Comarca, e não he veridade affirmar-se, que elle he desprovido, por que está falta só se dá nas fazendas do gado, situadas ao beiro do Rio São Francisco, quasi todas pertencentes á pessoas realdeiras nessa Cidade, e por isso he d'almôzias pella suas escravaturas, mas não nos Beijos, que são humeramente povoados de gentes pelo maior parte brancos, que supposto se não possam chamar ricos, vivem contido na abundancia, que há a agricultura neste contante; apesar disto a Camara Representante demora-se sem pedir, e se fosse atendida, tiraria do termo da Villa do Urubú mais de trinta e seis leguas, e por isso pareto-me, que se deveria fazer a divisão pela fazenda das Vargens do Capitão Mór, da Villa Representante, e dali ao lugar do Riachão, desta a fazenda das lagoas, desta ao Monte alto estrada Real, desta as Mamonas beirão do Rio Verde pela margem direita, que ficaria dividindo os dois termos, vindo assim a pender a Villa do Urubú vinte leguas de terreno, e ficando de fóra para sair a duvida, que a Camara daquella Villa apontar as fazendas, e a morada do seu Capitão Mór. Trabalhei e esmeci-me quanto me foi possível em querer sobre estes objectos apresentar a V. Ex.^a huma informação, me guiasse, e a razão, e não o capricho de me inclinar mais a esta, ou aquella partido, talvez não tenha preenchido os meus fins, quanto a primeira parte não por culpa minha mas porque não tendo conhecimento algum dos lugares, pelos quaes se podem as divisões me foi preciso receber a informações, que apesar d'existir muito circumstanciadas, e de Pessoas imparciaes, estas por falta de conhecimentos, e de clareza, não preencherão as minhas indicações: se contudo o esboço que tenho a honra de levar a Presença de V. Ex.^a merecer alguma pequena aprovação, darei por bem pago o meu não pequeno trabalho, e as muitas amofiações que diariamente tive, recebendo papéis, que dizendo-se de explicação e informação, são antes de confusão. Deus guarde V. Ex.^a muitos annos. Villa de Santo Antonio da Jacobina 27 de Junho de 1821. O Dez.^{mo}. Ouvidor da Comarca, Antonio Gabriel Henriques Pessoa.

LIVRO DAS ORDENS REGIAS—CONDE DOS ARCOES. LIVRO Nº 105, DO ANNO DE 1817. PAGINA 297.

Nicoláo de Sousa Costa Tabelião do Publico, Judicial e Notas nesta Vila nova do Príncipe de Santa Anna do Caete e seu termo, que tão bem serve de Escrivão da Camara e V.^a certifico que a folhas trinta e hum do Livro primeiro das Veriações se acha o termo e Acordam do teor seguinte: Aos dezaseys dias do mez de Outubro de mil oitocentos e dez annos nesta Villa nova do Príncipe de Santa

Anna de Caeté, e casa que presentemente serve de casa de Câmaraahi se ajuntarão O Juiz Ordinario Francisco de Brito Gandim, e os Veriadares José Domingues da Silva, José Joaquim Ribeiro o Capitão Manoel da Silva Pereira, e o Procurador Antonio de Souza Maciel, para fazerem a presente Veriação; e para constar fã este termo que eu Nicolão de Sousa Costa, Tabelião que a escrevi. Acordarão que visto o condutor da Representação com data de 12 de Setembro que este Senado dirige a Sua Alteza Real impetrando-lhe a confirmação desta Villa e juntamente a incorporação a ella de certa porção de terreno da Vila de Santo Antonio do Urubú, ainda não ter seguido para a Corte e Cabale do Rio de Janeiro, que se abraze a dita representação, para se lhe faser hum addendo, que lirá apenso a ella, por quanto nella este Senado representa a Sua Alteza Real, que por carta de quinze de Maio do corrente anno havia requerido ao Excelentissimo Governo desta Capitania a confirmação da mesma Villa com todos os limites que lhe foram demarcados, e incorporado naquella terreno, e que té a data daquella representação não tinha deciaes, como porem na Veriação de quatorze do corrente lora apresentado o officio do Desembargador Ouvidor desta Comarca, e com elle a copada carta que o mesmo Excelentissimo Governo lhe dirigio em confirmação da criação desta Villa se lizo indispensavel o dito Addendo para Sua Alteza Real, mais bem informado, delibetar sobre a referida representação, que de novo será fechada e remetida a custa do Povo, que com o seu similheira concorreu, e que eu Escrivão passasse por certidão a teor do termo desta Veriação, com este Acórdão, e carta do Excelentissimo Governo para se ajustar ao sobre dito Addendo: Certidão que a copada carta que o Excelentissimo Governo da Capitania da Bahia dirigio ao Desembargador Ouvidor desta Comarca, he a doo teor seguinte: Com a respeito do officio que Vossa Mercê nos dirigio com data de dez de Abril deste anno, ficamos na intelligencia, de que no dia cinco do mesmo mes, fôra erecta em Villa o Arraial do Caeté, com a denominação de nova Villa do Principe de Santa Anna do Caeté, e approvamos tudo quanto Vossa Mercê nessa occasião obron. tanto a respeito da Solemnidade com que procedeo, como das nomeações de Juiz e Officiaes para a Governança da mesma Villa.

Quanto ao territorio, e limites dela, convocando Vossa Mercê em acto de Câmara aquellas pessoas do termo, mais cordatas e intelligentes, que costumão andar na Governança e pluralidade de votos, os designe, pondo logo em observancia, e dando de tudo conta a este Governo, para a competente approvação.

Dessa guarde a Nossa Mercê. Bahia nove de Julho de mil oitocentos e dez.

Frei José Arcebispo, Antonio Luiz Pereira da Cunha, João Baptista Vieira Godinho, Senhor Doutor Ouvidor da Comarca de Jacobina, Antonio Gabriel Henriques Pessoa, Registese nos Livros

da Ouvidoria. Urubú dezanove de Setembro de mil oitocentos e des-Pessoa. O Escrivão da Ouvidoria extraiu copia deste officio, que será remetido a Camera da Villa nova do Principe de Santa Anna do Caeté, em at supra Pessoa. E nada mais se continem, nem declarava em o dito officio que do Governo veio dirigido ao actual Ouvidor Genal Corregedor Provedor desta Comarca o Desembargador Antonio Gabriel Henriques Pessoa, por cuja ordem se liz copiar bem e fielmente do proprio original, e está na verdade, sem contra alguma que duvida faga e na presença do mesmo officio, e outro official de humo estunigo no convento abaixo assignado, este conferi, concertei, subscreevi, e assignei, nesta Villa de Santo Antonio da Urubú aos vinte e quatro dias do mes de Setembro de mil oitocentos e dez; e eu Bernardino de Souza Ferreira da Costa Regente da Ouvidoria genal que subscreevi, concertei e assignei. Concertado por mim Escrivão Bernardino de Souza Ferreira da Costa—E comungo, Escrivão da Provedoria genal José Pacheco Leal. Compare-se Em Camera de quatorze de Outubro de mil oitocentos e dez. Gondim Silva Ribeiro Pereira Maciel. Nada se contiãa mais no dito termo de Veriação. Acordão e esta por copia que tudo eu dito Escrivão, em cumprimento da determinação do Senado da Câmara, aqui fis copiar bem, e fielmente; e com elles requereu me reportar ao dito Juiz Ordinario, esta Certidão, concertei, subscreevi, e assignei em Camera aos dez seis dias do mes de Outubro de mil oitocentos e dez annos. Nicolão de Souza Costa. Tabelião que sirvo de Escrivão da Câmara a subscreevi, e assignei. Concertada por mim Nicolão de Souza Costa.

Francisco de Brito Gandim. Pg. 80 reis de selo a proc.^a da Cam.^a e fêdo em carga ao Thesour.^o V.^o nova do Principe de S. Anna do Caeté 16 de Maio de 1819. Gondim Laldia Costa.

LIVRO DAS ORDENS REAIS—CONDE DOS ARCOS—LIVRO N.^o 105 DO ANNO DE 1817—PAGINA 215

Senhor. Por carta de 12 de 7br.^o do corrente anno, que esta serve de Addendo, ou suplemento, nós Juiz Ordinario, e Veredores da Camera da V.^a nova do Principe de S. Anna do Caeté, Comarca de Jacobina, Capitania da P.^a representamos, a V. A. R. que a requisição do povo, e por ordens das Ex.^{as} D. Fernando José de Portugal, e Francisco da Cunha e Meneses sendo Governadores, e Capitães Generaes da P.^a Cap.^a se havia creado a P.^a V.^a com determinados limites, e que os habitantes da t.^a da V.^a de Santo Antonio do Urubú havia requerido que dessa mesma V.^a se desmembrasse, certa porção de terreno, e que se incorporasse nesta e que o Des.^o Ouvid.^o creador da V.^a não havia deferido a esse requerimento, e que mandara requerer ao Exm.^o Governo da Cap.^a a quem ha annos recorrido por Carta de 15 de Maio do corrente anno, e

não tínhamos tido decisão. Sim essa carta que nós em nosso nome, e do povo dirigiamos a V. A. R., inda se acha nesta V.^a, por informar o conductor della. E' porque o Dez.^{mo} Ony.^o da Camara nos remeteo a copiada carta que sobre o objecto da creação da V.^a lhe foi dirigida pelo Exm.^o Governador da Capitania, por isso nos pareceo indispensavel deixar de apresentar a V. A. R. a d.^a copia na cert.^{ma} junta, para a vt.^a della V. A. R. nos distribuir aquelles beneficios que sempre demandão, e hão de demandar das Paternaes entranhas de V. A. R.—E com esta esperanza tivemos a resolução de abrir aquella carta de 12 de 7br.^o do corrente anno, para ella apesar-se esta, e tornalhe assinar, e remeter agora que o conductor se acha livre da interm.^{ta}, e o povo a sua custa o tem apromptado: Sendo certo que depois da d.^a creação, já o povo está em húa continuada paz: todos vivem tranquilllos, e a respeito dos delictos, e insultos que continuamente se perpetravão, já se tem experimentado húa diferença muito grande, porque os facinorosos, com o temor da nova justiça tem desertado; e se acaso tem havido alguns maleficios, são muito diminutos e não são dentro da V.^a, e suas circumvisinhanças como dantes, e só sim em algum lugar muito remoto. Finalm.^{te} a experiencia nos tem mostrado que foi muito util ao povo, e a Ereccção desta V.^a, e que pello contrario lhe será muito prejudicial se ella se incorporar a V.^a do Rio das Contas, como pretende o Juiz de Fôra della, porque hé impossivel que elle administre Justiça em húa e outra V.^a, attenta a longitude de 22 legoas que ha de húa ontra, alem de outra maior distancia que tem esta V.^a nova, ao fim do seo termo, sem que possa servir de Aresto o diser-se que de proximo se tem aneixado algumas V.^{as} de beiramar desta Capitania a outras em que de novo se creou o lugar de juiz de Fôra, porque se assim en tiver praticado, hé porque estão situados na distancia de quatro, cinco te seis legoas de humas a outras.

Esta pertença do Juiz de Fôra, tem descontentado tanto ao povo, que já fazem publico, que se acontecer a incorporação desta V.^a nova a qgl.^a se sugearão: porque alem de ser notavel a despesa, acresce a circunstantia de ter elle concorrido por via de finta, antes da Ereccção desta V.^a nova, com a maior parte do dr.^o com que se está fabricando a nova cadeia daquella V.^a do Rio das Contas que foi arrematada por 16 mil cruzados. Todos estes fundamentos, parece que são dignos das atensões de V. A. R. a q.^{ma} em nosso nome, e do povo, tornamos a rogar humildem.^{te}, que nos defira a aquella carta a que esta vai por apenso. Deos guarde a V. A. Real. Villa nova do Principe de S. Anna do Caeté em Camara de 16 de Outubro de 1810. De V. A. R. Os mais humildes, e fieis Vassallos. O Juiz Ordinario Francisco de Brito Gondim. O Vereador José Domingues da Silva. O Vereador José Joaquim Ribeiro. O Vereador Manoel da S.^a Per.^a. O Procurador Antonio de Sousa Maciel. O Escr.^{to} Nicolio de Soisa Costa.

LIVRO DAS ORDENS REAIS—CONDE DOS ALTOIS—LIVRO N.
145—ANNO DE 1817—PAGINA 243

Senhor—Manda V. A. R. segundo os officios N.^{os} 1.^o e 2.^o, ouvir o Dr.^o Juiz de Fôra, e esta Camara do Rio das Contas sobre os seus pedagos da parte da Freguesia do Rio Pardo e parte da Freguesia de Morrinhos, que sempre forão da Jurisdicção d'esta Villa, porem que pela creação da Nova Villa do Principe ficaram annexados a esta, e desmembrados daquella. E mostrasse quantos os pedagos da Freguesia do Rio Pardo, tanto pela testada N.^o 3.^a, como pelo Alorão N.^o 4.^a, em que interveio o Clero, Nobreza e Povo, para o qual foi convocado para esta Camara para responder com mais solidão e pureza de elle, e certezza a V. A. R. Que porem deve servir de linha de demarcação das distritos desta Villa, e da Villa Nova do Principe Estrada Real de Campo Seco que va deus Villa do Rio das Contas para Santo Antonio da Barra e dahi por esta mesma Estrada e pelas Florestas denominadas Raposa e Morrinhos até hum Rio chamado São João, onde se devida, e termina esta Capitania, da maneira que todos os moradores que estiverem ao lado esquerdo, e da parte do Nascente da dita estrada, e linha de demarcação, devem estar sujeitos á Jurisdicção desta Villa, por manar na parte mais perto della, do que da dita Villa Nova do Principe; e que pelo contrario todos os moradores que estiverem do lado direito, e da parte do Poente da dita Estrada, e linha de demarcação, devem pertencer á Jurisdicção da dita Villa Nova do Principe, porque della estão mais perto, mais do que desta do Rio das Contas.—Quanto porem a outro pedago da Freguesia de Morrinhos, parece que este deve continuar a ser da Jurisdicção da dita Villa Nova do Principe porque os seus moradores tem recurso mais facil na justiça desta Villa por estarem com mais pequena distancia, do que da Villa do Rio das Contas.

He certo que varios moradores que estão na referida linha de demarcação do lado esquerdo da parte do Nascente são da Freguesia da dita Villa Nova do Principe; porem esta Villa fic com o seu districto muito maior, e mais extenso, do que a do Rio das Contas; porque ainda fic com parte de hum pedago da Freguesia do Rio Pardo, e com todo o pedago da Freguesia de Morrinhos. E de mais pela certidão N.^o 3 mostrasse que a dita Villa, pelo que respecta sua Jurisdicção tem mais de duas mil Almas, do que esta do Rio das Contas. Ultimamente os Respondentes porem na R.^a Presença de V. A. o documento N.^o 6; pelo qual se mostra que os moradores da dita parte da Freguesia da Villa Nova do Principe, que são comprehendidos no dito lado esquerdo, e parte do Nascente da dita linha de divisão, querem antes ser sujeitos a administração da Justiça desta Villa do que da dita Villa Nova do Principe. A vista de tudo referido V. A. R. Mandará o que tór mais justo.

Rio das Contas em Camara de 5 de Março de 1812. O Juiz de Fôra José Gonçalves Marques.

RELAÇÃO

Por minhas ordenações, extravagantes, dos Desembargadores do agravo, e appellações da casa da supplicação, assy no despacho das sentenças definitivas, como das interlectorias, e instrumentos de agravo, petições, e cartas testemunhaveis, e terão alçada nos bens moveis, athe tres mil cruzados, e nos de raiz dous mil cruzados, inclusive, quanto a quantia principal de que se tratar, não entrando nisso os frutos que se pedirem nem as custas e passando as ditas quantias, na maneira acima declarada poderão as partes aggravar para a casa da supplicação.

Quando se tratar de negar algum aggravo, para a dita casa da supplicação se ajuntarão na mesa grande, todos os Desembargadores que estiverem na Relação, e o que se assentarem por mais votos assy em lhe concederem, como em negarem o aggravo se fará disso assento no feito em que todos assinarão e o que assy for assentado se cumprirá.

Os Desembargadores do aggravo, conhecerão das petições de aggravados em os crimes, e civéis, que se fiserem de todos os julgadores que residirem na cidade do Salvador, e em todos os lugares que forem da jurisdição da dita Capitania, nos casos em que se pode aggravar por petição, e as despacharão na forma das ordenações, e extravagantes, mas appellações, passando a quantia de dez mil reis, são necessários tres votos, conformes, para conformar, ou revogar.

Hey por bem, e mando, que *athe a quantia de vinte mil reis*, bastem dous votos conformes, em confirmar, ou denegar, e não se conformando os dous Desembargadores do aggravo, correrá pelos outros Desembargadores da Casa, pela ordem que estão nomeados neste regimento, como se forem Desembargadores do aggravo.

É dos feitos, e causas que os ditos Desembargadores do aggravo despacharem, Levarão assinaturas, assy, e da maneira que as levão os Desembargadores do aggravo da casa da supplicação e em todo o mais que neste Regim^{to} não vay declarado usarão os ditos Desembargadores do aggravo, do Regimento dado aos Desembargadores do aggravo, da casa da supplicação, por minhas ordenações, e extravagantes, é isto nos, casos, em que se pode applicar.

Ao Ouvidor geral do crime, pertence conhecer por canção nova, de todos os delictos que na cidade do Salvador e em cada hu dos lugares que forem da jurisdição da dita Capitania, se cometerem, estando o Governador, ou a Relação na dita Cidade; ou em cada hu dos ditos lugares, e os feitos que se processarem em seu juizo os despachará em Relação. Conhecerá ontrosy de todos os instrumentos de aggravo, ou cartas testemunhaveis, ou feitos crimes, remetidos nos casos, em que se podem remetter que vierem de quaes

por partes do Estado do Brazil os quaes despachará em Relação, não pertencendo o conhecimento dellas, a outros julgadores, especialmente, conforme minhas ordenações, e Regimentos.

Assy conhecerá por petição, de todos os aggravos crimes, que as partes tiarem deante os Juizes, e Ouvidores da Cidade de S. Salvador, e de todos os lugares que fazem da Jurisdição da dita Capitania, *as quaes mandará por isso responder*, e os tues aggravos despachará em Relação, e querendo partes aggravar para a Relação, directamente por petição, o poderão fazer, e os Desembargadores do aggravo darão despacho nas ditas petições, na forma da ordenação.

E bem assim conhecerá por acção nova, e despachará por sy só, todos os casos de que pode conhecer, e despachar por sy só, o Corregedor do crime da Corte, da determinação que nos ditos casos diz, se poderá aggravar por petição a Relação na mam^{ta} em que se aggrava do Corregedor da Corte na forma da ordenação.

Passará cartas de segredo em todos os casos, em que as poderá passar o Corregedor da Corte, por bem de seu Regimento, e no passar d'ellas, guardará a forma da ordenação.

Poderá advogar por petição os feitos crimes que se tratarem deante dos Juizes da Cidade do Salvador, e dos Lugares da Jurisdição da dita Capitania, e receberá quer ellas em todos os casos, em que o Corregedor da corte as pode receber, e fará tres audiencias cada semana nas segundas, quartas e sextas feiras a tarde e ao Ouvidor geral do civil pertence o conhecimento por nova acção dos feitos civéis da Cidade do Salvador, e dos lugares que forem da Jurisdição da dita Capitania, estando na dita Cidade a Relação ou em cada hu dos ditos lugares, se passar em sua alçada, na forma da ordenação.

E outro sy lhe pertence passar as certidões e casos de Justificações.

E o dito ouvidor terá alçada por sy só, athe quinze mil reis nos bens De puiz, e nos moveis athe vinte mil reis.

E das sentenças interlectorias, que o dito Ouvidor der, poderão as partes aggravar por petição, nos casos em que pela ordenação o podem fazer dos Corregedores do civil da corte.

Fará tres audiencias as terças e quintas feiras, e sabado de cada semana as tardes.

E em todo o mais que neste Regimento não vay declarado usarão os ditos ouvidores geraes das causas crimes e civéis, dos Regimentos de que usão os Corregedores do crime, e civil de minha Corte, por minhas ordenações extravagantes, e isto nos casos em que se poderem applicar?

Titt^o do Juiz dos feitos da Coroa, e fazenda.

O Juiz dos feitos da Coroa, e fazenda, conhecerá de todos os feitos da Coroa, e faria, por acção nova, e por petição do aggravo, na Cidade do Salvador, e nos Lugares da Justiça da dita Capitania,

estando nella a casa da Relação, e de fora da dita Comarca, de todas as partes do Brazil, conhecerá por appellação, e por estre^{ta} de agravo, ou cartas testemunhaveis, de todos os feitos postos que seja entre partes, e assy conhecerá de todos os mais casos de que pode conhecer o Juiz dos feitos da Coroa, e faz^{da} da casa da supplicação, por bem das ordenações, e os ditos feitos despachará na Relação, conforme a ordem que tenho dado por minhas ordenações, e extravagantes, ao Juiz dos feitos, da Coroa, e fazenda da dita casa de supplicação.

E das interléutorias, que puser, em qualquer feitos por sy só poderá haver agravo por petição, para a Relação, nos casos em que por bem das ordenações, se poderá aggravar por petição.

O dito Juiz da fazenda, e coroa servirá juntamente de Juiz do fisco, e usará em todo o Regimento que tenho dado ao Juiz do fisco, que reside na Casa da supplicação.

E assy conhecerá de todas as appellações, e aggravos que saírem danta o Provedor livre dos casos que não couberem em sua alçada que será nos bens de Raiz atle quantia de quarenta mil reis, e nos móveis tillo cinquenta.

Outro sy conhecerá das appellações, e aggravos que saírem danta os Provedores populos de minha fazenda, não cabendo na alçada do Provedor livre, e posto que as appellações, e aggravos, sejam da dita quantia, que tenho dado ao Provedor livre hirão directamente a Relação, não estando o Provedor mor ntaís pertodo Lugar, do que vierem as ditas appellações e aggravos, que a Relação, porque neste caso, somente hirão ao dito Juiz, e o sobredito se entenderá nos casos em que se tratarem entre parte somente, porque quanto ao que tocar a recadação de minha fazenda, se cumprirá em todo o Regimento que tenho dado ao dito Provedor livre.

Tít^o do Procurador dos feitos da coroa, fazenda e fisco, e Promotor da Justiça.

O Procurador dos feitos da coroa, e fazenda, deve ser muito diligente, e saber particularmente de todas as causas que tocarem a coroa, e fazenda, p^{ra} a toda as audiências que fizer Juiz dos feitos da coroa e fazenda, e bem assim os mais Juizos, que tocarem a minha fazenda, e em todo mais cumprirá o Regimento que tenho dado ao Procurador dos meus feitos da Coroa e fazenda, por minhas ordenações extravagantes.

Servirá outro sy o dito Procurador da Coroa, e fazenda, de Procurador do fisco, e de Promotor da Justiça, e usará em tudo o Regimento que por minhas ordenações he dado ao Promotor da Justiça, da casa da supplicação, e ao Procurador do fisco.

Tít^o do Provedor dos defunctos, e Resíduos.

Ao Provedor dos defunctos e Resíduos do Estado do Brasil, pertence conhecer, por acção nova, na Cidade do Salvador, e em todos os Lugares que forem da Jurisdição da dita Capitania, o qual

despachará os feitos que em seus Juizo se processarem por sy só, dando nelles agravo nos casos que não couberem em sua alçada, e usará do Regimento que tenho dado por minhas ordenações e extravagantes, aos provedores de orphãos, e Resíduos da Cidade de Lisboa, e aos Provedores das Comarcas do Reino, no em que se puder applicar, e no que por este Regimento não estiver especialmente provido.

E o dito Provedor terá alçada de vinte mil reis nos bens móveis, e nos de raiz atle quinze mil r^{es} sem appellação, nem agravo, e appellará das sentenças interlocutorias de que por minhas ordenações se pode aggravar por petição ou encerramento de agravo, poderão as partes aggravar para a Relação, na forma de minhas ordenações, e extravagantes e os aggravos que saírem ante os Juizes dos horifios da Cidade de Salv^{ador}, e dos Lugares que fazem da Jurisdição da dita Capitania, hirão directamente a Relação, como tenho ordenado p^{ra} ordenação, da reformation nova da Justiça. Haverá dous estrivades dos aggravos, e appellações, que estiverão nos feitos, por distribuição.

Haverá dous estrivades que escrevao nos feitos dos Juizes dos Ouvidores geraes, hum do crimes, outro do Civil.

E assy haverá um escrito que escreva nos feitos do Juizo da Coroa, fazenda fisco e chancelaria.

E outro sy haverá hum Meirinho da casa, que sirva tambem de Meirinho das Cadeas, e usará do Regimento dado ao Meirinho das Cadeas da Corte, no que se puder applicar.

Tít^o do Guarda da Relação e Recebedor do d^{ito} das despesas d'ella, e do distribuidor.

O Guarda da Relação terá cuidado dos feitos, petições, e mais papéis que nella ficaram, e do concerto das mesmas, e casa, e sera distribuidor de todos os feitos, assy crimes, como civis, que a dita Relação vierem, e servirá tambem de Recebedor do dinheiro das condenações que se applicarem para as despesas d'ella, do qual recebimento dará conta em cada lin anno que lhe será tomada, por hum Desembagador, que o Governador para isso nomear. E os officiaes acima nomeados usário dos Regimentos, que são dados por minhas ordenações, e extravagantes, aos officiaes que servem semelhantes officios, na casa da supplicação.

E hey por bem que este regimento se cumpra em toda a forma, e maneira nelle declarado, e que nelle se use, sem Embargo de quaesquer outros Regimentos, Leis Provisões, e custumes, que em contrario sejam passados, os quaes hey por derragados e quero que se cumpram.

Nem tenham força, nem vigor algum, nem se guardem no que a esta encontrarem, o qual se registrará no livro da Relação de Estado do Brasil, e na chancelaria della, e no Livro da Camara da Cidade do Salvador, e assy se registrará nos Livros dos Registos de todas as

Capitanias das ditas partes, para em geral ser notorio o conteúdo n'elle, e o proprio se fará na arca da Camara da dita Cidade do Salvador, aonde hey que estará em todo o tempo mais guardado.

Notifico assim ao meu Governador do Estado do Brasil, e aos Desembargadores da Relação della, e a todos os Capitães, e mais Justicias, officiaes, pessoas das ditas partes do Brasil que em diante forem elles mando que em os feitos dos Resíduos, por parte delles, e dos Cativos, nas sentenças que der, naquelles cazos que não couberem em sua alçada, posto que as partes não appellem das ditas sentenças, conforme a estravagante em tal caso.

Haverá no Juizo do Provedor hma caixa de tres chaves nas quaes o dito provedor terá uma, e o escrivão dante elle outra, e o Thesoureiro terá outra no qual meterá todo o dinheiro de defuntos que no dito Estado houver, encarregado em hum livro numerado, com seu encerramento, na forma de ordenação, que estará dentro na dita caixa, a qual não abrirá quando se meter dinheiro nella, e encarregar no dito Livro, estando todos tres officios presentes, assy a receita, como a despesa do dito dinheiro.

É o dinheiro que na dita arca p^{ta} dita mangira for depositado, e todo o mais que pertencer aos Resíduos, do dito Provedor, não consentirá que seja tirado da dita arca, nem emprestado a pessoa alguma, mas somente o deniciará deste Reino por Letras, como he costume, ou mandará entregar nas p^{tes} do Brazil, a quem por direito pertencer, com papeis correntes.

E porque sou informado, que fallecendo algumas pessoas, a quem se não, sabe certos herdeiros, os Governadores dão as fazendas dos ditas defuntos a algumas pessoas, de que nascem muitos inconvenientes, querendo nisso prover. Hey por bem, e mando que daqui emdiante os ditos Governadores não dem as ditas fazendas a pessoa alguma, com fiança nem sem ella, e as mande por em boa arrecadação, conforme a ordem de minha fazenda, má dando-as ao Reino, dirigidas ao Thesoureiro Geral dos defunctos de Guiné a que pertence o Recebimento do tal dinheiro.

Terá o dito Provedor particular cuidado de saber quando as naós é navios do Reino chegarem a Cidade do Salvador, e outros Portos do dito Estado, se fallecerão n'las algumas pessoas, e modo em que se procedeo, no inventario de suas fazendas, fazendo por tudo em boa arrecadação, conforme a seu Regimento, e obrigação, do seu cargo.

E p^{ta} mesma maneira terá particular cuidado de mandar todos os annos, na Letra, nas luvas, e navios do Reino, todo o dinheiro que em seu Juizo ouver de defuntos, dirigido aos officiaes a que pertence entregar-se, por bem de meus Regimentos, para n'esta cidade se dar e entregar as pessoas que directamente pertencer.

Das appellações que sairem dos Juizes dos, orfãos do Estado do Brazil, não tomará conhecimento o dito Provedor, mas hirão

directamente á Relação, dos Desembargadores do Aggravo, aonde serão despachados conforme ao Regimento dos ditos Desembargadores do aggravo, e outro tomará conhecimento dos aggravos, que por instrumentos, ou cartas testamentarias, vierem das Capitanias do Brazil, mas virão directamente aos Desembargadores do aggravo, a quem os governimentos pertencem, com documentos e q^{ta} declarada.

III^{ma} e Exm^{ta} S^{ra}—Fello que de vossa magestade e título de doação ipse tem a Irmãd^{de} de N. S. da Barroquinha se faz certo que a porção de terra, que foy parte da Igreja da mesma S^{ra}, e os fundos dos quintais da rua dos Capães, não pode por modo algum pertencer ao Sup^{te}, por ser terreno proprio da fortificação da Cid^{de}, como consta da mesma historia e já assy a reconhecção os Ant^{es} possuidores daquellas terras, e doadores da em que está esta mesma doação serem as trindentas e sua continuação por aquelle lado ao que se reconhece que nem o Sup^{te} nem a Irmãd^{de} se podem dizer senhores daquelle terreno, que he só pertencente a fortificação desta Cidade. V. R^{ex} porém resolveu a que foi servido. Bahia 3 de Maio de 1772.—Miguel Serrão Diniz.

Sar D^o Dr^o Conselhe e Chanceler—Diz Dionizio Gomes de Carva^l mo^{to} nesta Cid^{de} que o Sup^{te} por título de compra he Sar e possuidor das terras, que estão por detrás da Capella de N. S. da Barroquinha, e por occasião da edital em que V. S. mandou apresentar títulos das terras, os apresentou a V. S. e também para ordem do Ill^{mo} S^{ro} Conde Governador, e porque o Sup^{te} tem necessidade de que V. S. já os averigue, e faça por elles a diligencia, que he de fazer, pois o Sup^{te} quer vyntar a contenda, que tem com hum herdeiro confinante, e a que poderá ter com a Irmãd^{de} da dita Capella portaria.

P. a V. S. he faca unvê proceder nesta averiguação e vistoria, assinando para elle, e hora, pois o Sup^{te} está prompto para a preparar para o dia e hora, que V. S. for servido assinar.

R. R. Esc.

Certifico que em observancia da ordem vocal que me deu o Dr^o Concelheiro e Chanceler Miguel Serrão Diniz Professo na ordem de Christo notifique por carta ao Juiz e mais Irmãos da Irmãd^{de} de N. S. da Barroquinha para na tarde do dia de segunda feira que se hão de contar 26 do corrente se acharem presentes para

ou por seu procurador a vistoria que hade fazer na terra contigua a Igreja da mesma Irmandade a requerimento de Joaquim Dionizio Gomes de Carvalho a quem tambem fiz igual certificação em fé do que passei a presente na Bahia aos 22 de Outubro de 1772.

Joseph Gualarte da Sylveira

AUTO DE VISTORIA

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e setenta e dous aos vinte e seis dias do mez de Outubro do dito anno nesta Cidade do Salvador Bahia de todos os santos e terra contigua a Capella de Nossa Senhora da Barroquinha donde foram vindos o Dezembargador Concelheiro e Chancellor Miguel Serra Irmão, e o Dezembargador Procurador da Fazenda Real Francisco Manoel de Souza e Costa, Profeços na Ordem de Christo comigo Escrivão, e os medidores da Cidade o Tenente Manoel de Oliveira Mendes, e Alexandre Marques para effeito de se proceder na vistoria requerida por Dionizio Gomes de Carvalho, e sendo este tambem presente e o Juiz, Escrivão, Thesoureiro e Procuradores actuaes da Irmandade de Nossa Senhora da Barroquinha collocada na mesma Capella Bernardino Marques de Almeida, Ornizão Francisco Caetano Ribeiro Coelho, Manoel Rabello de Souza, Gabriel da Sylva Freire e João Pereira Lesbio, perante todos mandou o dito Dezembargador Concelheiro e Chancellor ler por mim Escrivão ler a petição do dito Dionizio Gomes de Carvalho feita ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde Governador o que sendo satisfeito, logo pelo referido Juiz e Irmãos da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora da Barroquinha foi apresentado ao dito Dezembargador Concelheiro e Chancellor hum traslado da escriptura de doação que *fizerão Manoel Ribeiro Leytão e sua mulher Joanna da Rocha em dezesete de Abril do anno de mil setecentos e vinte e dous a dita Irmandade de vinte braças de terra para se fabricar nella a mesma Capella, o qual traslado de escriptura se acha a folhas cento e setenta e seis dos autos de agravo ordinario entre partes Manoel Alvares Pegas aliás seu filho herdeiro José Alvares Pegas e o Capitão Luis Franco da Silva contra o Juiz e mais Irmãos da mesma irmandade de que he Escrivão Francisco de Avelos Espinola, requerendo que neste acto da presente vistoria se atendesse ao conteúdo na dita escriptura de doação o que ouvido pelo dito Dezembargador Concelheiro Chancellor encarregou aos ditos medidores da Cidade que debaixo do juramento de seus officios vissem e examinassem a terra da contenda e a vista dos requerimentos e documentos apresentados por estas partes declarassem o que achassem em suas consciencias, o que elles assim o prometerão fazer; e depois de verem e examinarem tudo na presença dos ditos Dezembargador Concelheiro

Chancellor, e Procurador da Fazenda Real disserão uniformemente que visto o titulo da escriptura da doação e suas confrontações na fórma della, que são vinte braças de fundo em que se acha a Igreja ou Capella de Nossa Senhora da Barroquinha, sendo as confrontações dos lados ou largura deste fundo pela parte do Leste e na que vay para as ortas e muro dos Religiosos Benedictinos, e pela parte do Este com as trincheiras do Castelo das partes de São Bento, examinando o corpo da mesma trincheira e a largura do posso e da contra escarpa do mesmo que fica immediata no corpo da mesma Igreja se reconhece que não medeya entre as obras militares do Castello e sua fortificação que dirige a linha do mesmo Castello para a parte da trincheira que vay seguindo não pode haver corpo de terra que não seja pertencente a mesma fortificação, e por isso se reconhece que o corpo da terra que corresponde as vinte braças de terra do fundo doadno da mesma Igreja pela parte das trincheiras e fortificação desta Cidade não podem pertencer ao Suplicante Dionisio Gomes de Barvalho nem a pessoa algũa particular, por ser parte da fortificação que só pertence a Sua Magestade.

E por esta forma houve o dito Dezembargador Concelheiro Chancellor esta vistoria pôr feita e acabada de que mandou fazer este auto em que assignou com o Dezembargador Procurador da Fazenda Real, e medidores da Cidade. Em Joseph Gualarte da Sylveira que o escrevey.

Serrão — J^o L. de Oliz^o Nd^o Alex^o Marques da S^a.

PARA O D^o OUVIDOR DA CAMARA DE SERGIPE D'EL-REY.

Como se acha o Julgado do Jerinuabo sem Capitão mor por ser falecido Francisco Pires, que exercia este Posto, e pertença ao Doutor Ouvidor desta Comarca prezidir a nova Eleição, por evitar a demora, que possa haver nella pela dificuldade de hir o mesmo Ouvidor aquelle Certo: Ordeno a Vm^o, que em tempo opportuno, passe a qualquer das Villas, que ficar mais proxima a esta Comarca, e nella proceda a Eleição do dito Capitão Mor, e na Conformidade, do Regimento das Ordenações, me dará as informações necessarias, com a remessa da mesma Proposta que fizer. Deos C^o a Vm^o.

Bahia 4 de Fevereiro de 1804. Francisco da Cunha e Menezes, S^o D^o Ouvidor da Comarca de Sergipe d'El-Rey— Para o Marechal de Campo.

O D. José da Silva Lisboa Ouvidor G^o, e Provedor das fazendas dos defuntos e auzentes, capellas e reziduos desta Com^a dos Ilhéos com alçada em toda ella pela mesma S^o que D^o G^o &c. E porquanto me foram apresentados em acto de camara os muitos inconvenientes, que tem resultado de humna postura pela qual se prohibio sem

restringe alguma o haverem Gados nesta V^a qualquer genero de gados, que tem sua puerça por assim julgar só conveniente a Serviço de S. M.^a no anel^o dos bens do Conselho, ao attantam^o da agricultura, a abundancia de mantim^o nesta V^a, e finalm^o ao bem universal da saúde deste povo para a extirpação das pestilencias, que por causa da situação da V^a inquinão o ar com perpetuo e insanavel dethro^o das ventos, e a constante limpeza dos matos que crescem no interior da V^a por haço irreversivel da terra servem de azilo as serpentes, e innumeros insetos, e de absorbentes mortificos das legum^{es}, que com o calor da atmosfera fazem fermentar os atomos tenebrosos, que nestes nuaças, lá dispostos para a podridão. Sem embargo, que para paliaver todo o inconveniente, que possa por facilid^e desenvolver as minhas boas intenções, hei por bem outrosim^o real^o que qualquer que tiver o seu gado, o tenha recolhido em currais, e si não deixo vagamente sem pastor andar pella V^a debaixo das penas das Coimas que as Leis do Reino prescrevem. E para que todos estas providencias possam chegar a noticia de todos mando que este meu edital seja pregado pelas ruas da V^a e affixado nos Lugares publicos na fôrça do estilo, e registado nos Livros da Camara. V^a de S. Jorge dos Ilheos, e de Pernambuco 25 de 1780.

Eu Joaquim Coutinho de Azevedo Escrivão o subscreevy.

Joaquim da Silva Lisboa

Ilmos e Exmos Srs. — Ambrosio Manoel Fernandes de Castro, pelos motivos que expor no seu requerimento constante da Provisão inclusa requereu a sua Magestade a graça de dispensar na lei, permitindo-lhe licença para advogar, não obstante a falta de não ter cursado na Universidade de Coimbra os annos do regimento, nem passado a fazer os exames competentes para se habilitar para sempre exercer.

Obteve a graça que implorei, passando-se-lhe a sobre dita Provisão, que apresentou a V. Exa. para a mandar cumprir, effeito para o qual me ordena V. Exa. me informe se há ou não algum inconveniente neste particular: Ha publico que o supplicante praticou com alguns advogados desta Cidade, de quem foi escrevente e tambem o é de que tendo perfeito fôgo da Latimidade, passou a applicar-se aos estudos do direito continum e forense. Ha muitos annos, que exerce o Ministerio da Advocacia debaixo da assignatura de tantos advogados: elle se applicou a esta profissão, e parece que em o fazer, e em se habilitar para este serviço, publico, não occorre inconveniente algum, mais que o particular de deteriorar os estudos daquelles advogados que para o serem passarão pelo incômodo de uma viagem tão contingente como é a do mar e estarem na Universidade a custa de maiores despezas; porem a maior difficuldade desta allegou o supplicante o embarçaram

a proseguir estes estudos na Universidade cuja indigencia o protegeu para aquisição da mesma graça, de que se faz digno, salvo o direito de terceiro que venha a ser, no caso que algum ou alguns dos advogados desta Cidade se queiram oppor a esta predita graça, como ja me consta por um requerimento que se me fez em nome de todos elles, sem expressão dos seus proprios nomes; porem sendo estes deferidos para deduzir, contra ella em termos legaes o seu direito, até agora me consta não exhibiram o despacho no cartorio do Escrivão desta Chancellaria e venho por isto a perceber que seria odioso ou fantastico este ponderado requerimento talvez feito por algum seu emulo, que por não ter adjuncto ou consocio que opponha-se a sua malignidade, o não proseguio como projectava.

Concluo certificando a V. Exa. que me não occorre razão alguma para deixar de se cumprir esta provisão principalmente quando vejo, a favor do Tribunal que á permittiu, o paragrapho 70 do Regimento do desembargo do Paço, que é o competente para o Conselho Ultramarino nos pontos e materias respectivas ao dominio das Americas.

V. Exa. porem determinará ao mesmo respeito o que achar mais justo.

Bahia, 27 de Abril de 1781. O Dez^o da Relação Francisco da Silva Corte Real.

00

00

SESMARIAS

00

00

00

SESMARIAS

SESMARIA A JOSÉ FELIX DA MOTTA, MORADOR NO RIO DA DONA, TERMO DA VILLA DE JAGUARIBE

Dom Afonso Miguel de Portugal e Castro, do Concelho da Rainha minha senhora Marquez de Valença senhor de Basto, e Monte Longo, Donatario da Capitania de Machico, comendador das Comendas de S. Miguel de Chorença, de S. Thiago de Androens, S. Miguel de Souto, S. Nicoláo de Salces todas na Ordem de Cristo e das Comendas de Almodovar e Garvão na Ordem de S. Thiago, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia etc. Faço saber aos que este Alvará de Sesmaria virem, que por parte de José Felix da Motta me foy apresentada a petição do theor, seguinte: Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. Diz José Felix da Motta morador no rio da Dona, Termo da Villa de Jaguaribe, lavrador de mandiocas, que elle supplicante por si e seos Antepassados á annos desta parte descobrirão, romperão beneficiarão, povoarão e cultivarão o sitio em que se acha a custa de consideravel despeza, e desvelo pessoal sem auxilio da Real Fazenda de S. Mag^{de} F. que Deos goarde expostos a qualquer invasão do gentio barbaro habitados naquelles lugares, cujo sitio confronta pella parte do Nascente por huma baixa, que fica abaixo do Alagôa do Junco para a parte do sul athé o rio Jiquitibá, da parte do Norte hum riacho que desagoa na pedra branca, fica servindo o rio Jiquitibá de divisa por elle assimá athé um corgo seco, que vem de atravessar a estrada pela lagoa chamada Curral, de cuja lagoa procede hum corgo seco, que dirige ao riacho que divide com o de Antonio Meira de Souza, e pello riacho abaixo serve de diviza athé a pedra branca excepto de terreno de Nascente ao Poente pouco menos de huma legoa, aliás de meia legoa, e de Norte a Sul hum quarto, e como na conformidade da Real Sanção da Ordenação, e Ordens respectivas determine a mesma Magestade que se conterão por sesmaria as terras que se houverem de povoar, ou forem rotendas e cultivadas por aquellas pessoas, que a custa de sua Fazenda, sem despeza do Regio Erario o fizerão: não padece duvida estar o supplicante comprehendido nas mesmas para gozar do ditto indulto. P. a V. Ex^a em attenção ao expellido seja servido mandar feitas as diligencias precisas passar sua carta de sesmaria para per si, seos herdeiros, e successores possuirem e gozarem o ditto sitio confirmando-a dentro do termo que a Ley permite, visto ser de utilidade a qualquer republica a

salvadora das terras paraimento d'ella, e R. M.^o E visto seo requerimento que interpoz o Desembargador Francisco da Silva Corte Real a quem pertence esta deligença pello Alvará de treze de Março de mil setcentos e oventa porvir da do Sennario das testemunhas mandadas pello Jaz. Ordina. da Villa de Jaguaripe por virtude da Carta de deligença geral, que se expediu, onde as mesmas testemunhas asserverão, que em outro tempo se intitulava Senhor da dita terra o Padre José Ferreira de S. Paulo, passando aroudamento, e finalmente tendo por sua conta elle, sem seus Herdeiros, ou outra alguma pessoa directo ou indirecto, algum contra os Reaes Publicos que se fazem. E a dita do Desembargador Presumptivo da Corôa e Heredes N.^{os} por tem de conceder e dar em Nome do Realha, e esta assigna de Sup.^o José Felis da Motta, de sesmaria com as condições de Ley para elle e seus descendentes a terra delimitada e constata na sua Petição, salta o direito do sobredito Padre José Ferreira de S. Paulo ou de outro algum tancerro, ficando a respeito de se allegar o entregar o foro annua de mil reis arbitrado pelas Auctoridades deves subterrer as cláusulas da Ordenação nem mais das sesmarias, como tambem não, será senhor das minas, que nos referidas terras houverem de qualquer genero de metal, e a terra com todas as suas aguas, Córregos, matos, testadas, e legados, e mais utris que nella se acharem tudo sem pagar alguma mais que a de dita Ley, salta o direito e Ordem de Christo, que pagará das suas fazendas, nella e a representará dentro do termo da Ley, sem do que não poderá passar a outro algum dominio, nem a dita sem Ordem, e assigna de S. Mag.^o para de se darem aoutros, por cuja terra das minas publicos, e particulares, não succedendo mais alguma por quidquer título que seja, porque aoutros, e assim, e possuindo-a será com o encargo de pagar Dízimos como se fosse senhor, e habendo a dita, se habará por devoluta, ficando-se a quem a denuncia, igualmente se houver alguma Aldeia comprehendida na mencionada terra, não será senão d'ella, nem das que os Indios occupam e mandará ooutros esta sesmaria por S. Mag.^o dentro de hum anno seguinte a data d'ella, na forma de nos Reaes Offícios aos Ministros, e Officiaes de Justiça a quem o conhecimento deves Alvará pertencer que fazendo primeiro o suplicante plantar nos Arvores cominaes da referida terra, lhe dêem posse real efectiva, e actual, demarcando-se logo de que se enviava certidão a Casa da Fazenda Real em Aracua Arque de mandei passar o presente Alvará com meu signal e sellos de minhas Armas, que se cumprirá inferentemente, como nella se contém, registrando-se nos livros desta Secretaria da Realha, e não mais onde nem. Cristiano Teixeira Barba o foi na Cidade do Salvador Bahia de todos os Santos aos vinte e quatro dias do mes de Janeiro anno de mil setcentos e oitenta e cinco. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, José Neres de Carvalho. Alloguerque secretario do Estado o fez escrever

(Marques de Valença) Alvará por que V. Ex.^o concedeo e deu de sesmaria em nome de S. Mag.^o P. com as condições da Ley a José Felis da Motta, e seus descendentes com o foro de mil reis a terra declarada e confrontada nessa Petição para V. Ex.^o ver.

PETIÇÃO QUE FEZ O PADRE PEREIRO DO HOSPICIO N. S. DA PIEDADE DE PAMBULO RIO DE S. FRANCISCO

Humo e Exmo. Sen.^o D.^o Fr. Romualdo de S. Domingo Perfeito dos Religiosos Capuchinhos Italianos do Hospicio de N. S. da Piedade que pela Carta da Data inclusa se mostra a terra que foi destinada aos Indios da Missão do Rio S. Francisco pelo Officio geral do Civil e do Crime da Capitania de Pernambuco, e suas annexas, e porque para a todo tempo constar da referida doação, feita em observância do Alvará de S. Mag.^o querio a Supp.^o se registasse nos livros da Secretaria em que se lanção as mais sesmarias, na Camara do Escrivão das mesmas, e mais partes, aonde haça o que seuto poder, sem despacho de V. Ex.^o. Pede a V. Ex.^o lhe faça merec mandai se registre a dita Carta de doação de data na forma que pede R. R. M.

DESPACHO

Registe-se nos Livros da Secretaria do Estado, no Cartorio da Escrivão das Sesmarias e mais partes donde tocar. Bahia, e Outubro 24 de 1744, Rubrica.

CARTA

O D.^o Francisco Corrêa Pimentel do Des.^o de S. Mag.^o. Ouvidor, e auditor Geral no Crime e Civil de Pernambuco, e suas annexas, Corregedor da Camara, Ouvidor da Alçada para as causas dos homens do mar, Provedor dos bens e Fazendas dos Defuntos, e Anzenres, Cappellas e Resíduos, superintendente na administração do Tabaco, Juiz dos Feitos da Corôa e Fisco Real e dos Confiscados pello Santo Officio, Juiz Privativo dos Indios de toda esta Comarca e do Contracto dos Assuantes Reaes, Juiz das Justificações, tudo com Alçada pello dito Sen.^o que Deus Guarde a V. Ex.^o.

Faço saber aos que a presente carta de data virent, que a mim me representou o o Cap.^o. mór e mais indios da Missão de Nossa Senhora da Villa de Pambulo e o seu Padre Missionario que elles se achavam sem terras para poderem plantar suas lavoeiras para se poderem sustentar a elles e suas familias, sendo essa missão huma das mais povoadas, que se achava no N. do S. Francisco, pellos

moradores delle se haverem apossado della, e das Villas adjacentes, em grande prejuizo delles ditos Indios, e pello alvará real em forma de Ley, que apresentou a S. Mag^d, lhe mandou dar o dito Senhor huma legua de terra em quadra no lugar donde elles tivessem mais conveniencia, sem que até o presente se tenha dado cumprimento a esta dita ordem, pello que me requeria, que em virtude do dito Alvará se desse a dita legua de terra, principiando esta da ponta da dita Villa do Pambú da parte do Poente, correndo esta para o Nascente donde a sua missão, e que nella quera sem clausula as terras adjacentes, que se achavão tanto da parte do Norte, como da Banda do Sul; e sendo visto por mim seu requerimento e a Justa cauza com que a fazião fui a dita Villa de Pambú com o Escrivão do meu cargo, e dey aos ditos Indios legua e meya de terra na dita Villa, principiando esta da ponta della da parte do Poente, correndo para o Nascente, buscando a terra donde se acha situada a dita missão e pella dita Villa ser muito estreita e não ser em algumas partes, nem meyo quarto de legua de largura lhe dey mais aos ditos Indios as illhas adjacentes tanto da parte do Norte como da banda do Sul, com as quaes ficarão inteiradas e satisfeitos da dita legua de terra em quadra, da qual lhe deu posse o Escrivão do meu cargo para que os ditos Indios as logrem e possuão como suas que sam e ficam sendo para elles, e seus successores em virtude do dito alvará Real, e para firmeza de tudo lhe mandei passar a presente carta de data por mim assignada, e sellada com o sello deste meu Juizo, que anti mim serve, a qual se registrará nos Livros a que toçao. Dada e passada nesta Freguezia de N. S^a da Conceição de Rodellas aos vinte dia do mez de Outubro de mil setecentos e quarenta e tres annos. Joam de Affonseca de Oliveira, escrivão a fiz escrever. Franc^o Corrêa Pimentel. Carta de data de uma legua de terra em quadra que se deu aos Indios da Missão por invocação N. S^a da Conceição da Villa do Pambú do Rio de São Francisco dessa Comarca de Pernambuco.

SESMARIA A MANOEL DA MOTTA DE CARVALHO NO RIO DA DONA, TERMO DA VILLA DE JAGUARIBE—800^o DE FÔRO.

Dom Affonso Miguel de Portugal, e Castro, do Concelho da Rainha minha Senhora, Marquez de talença, e Senhor de Basto, e Monte Longo, Donatario da Capitania de Comendador das Comendas de S. Miguel da Florencia, de S. Thiago de Sales S. Miguel de Soutto, S. Nicolão de todas na Ordem de Cristo, e das Comendas de Almodovar, e de Garvão na Ordem de S. Thiago, Governador e Cap^m General da Capui^a da B^a. etc. Faço saber aos que este Alvará de Sesmaria virem que por parte de Mannel de Carvalho me foy apresentada a petição do theor seg^{te}: Illm^o Exm^o Sur. Diz. Manoel da Motta Carvalho morador no Rio da Dona, Termo da Villa de Jag^o Lavrador de Mandiocas que elle Sup^e per si, e seus Antepassados

ha annos desta parte descobrião: romperão, beneficiarão, povoarão, e cultivarão o sitio, em que se acha a vista de consideravel desvello, e despeza propria sem auxilio da Real Fazenda de Sua Mag^d F. que Deos g^o expostos a qualquer invazão do Gentio barbaro habitado naquelles lugares, cujo sitio confronta da parte do norte com o de Mannel de Souza Gonsalves por hum riacho chamado dos Contistas que desagua no Taytinga, e da sua nacença cortando direita ao Norte até por em o riacho chamado de Areia o qual serve de diviza pela parte de Norte. Com o de Jozé da Costa Telles, e da parte do Poente Com o Rio chamado Sedro, da parte do sul com o Riacho que desagua no dito Sedro, que serve de Divisa com o de Vittorio da Fonseca ocupa de terreno hum quarto de meya legua, e como na conformidade das mais Ordens de S. Mag^d, se determinão que se emfirão por sesmarias as Terras que se houverem de Povoar, ou forem rotadas e cultivadas por aquellas pessoas, que a custa de sua Fazenda sem despeza do Regio Erario o fizerem, não padece duvida estar o Sup^e comprehendido nas mesmas, para gozar do ditto indulto a vista do que recorre e Pede a V. Exa em atencão ao expellido seja servido mandar feitas as diligencias precisas) passar sua Carta de Sesmaria para si, seus Erdeiros, e successores possintem, e gozarem o ditto Sitio confirmando-a dentro do termo que a Ley permite visto ser de utilid^a a qualquer Republica a cultura das Terras para aumento da mesma, e Razeberá Mercê Visto seu requerimento e o que enformou o Dez^o Chancelier Francisco da Silva Corte Real a quem pertence esta deligencia pello Alvará de treze de Março de mil settecentos, e oitenta a vista do sumario de testemunhas inqueridas pello Juiz Ordinario da Villa de Jag^o por virtude da Carta de deligencia geral que se expedira onde pellas mesmas Testemunhas se vira quem outro tempo se intitulava senhor da dita terra o Padre José Ferreira de S. Paio passando arrendamentos, e cobrando rendas, mas que nem elle, seus Erdeiros, ou outra alguma pessoa deduzida direito alguma contra os Editaes publicos, que se fixarão na sobreditta Villa e seu Termo. E vista a resposta do Dez^o Procurador da Carta, e Fazenda Hey por bem de Considerar, e as de sesmaria em nome da Rainha minha Senhora ao Sup^e Mannel da Motta de Carvalho. Com as condições da Ley para elle, e seus Descendentes a Terça declarada e confrontada em sua Pedicão, e salvo o direito do dito Padre José Ferreira de S. Paio ou de outro algum Terceiro, ficando o mesmo Sup^e obrigado a pagar annualmente o foro de oito centos reis arbertrado pellos avaliadores eleitos e a observar as clausulas da Ordenação no titulo de sesmarias. Como tambem nao será senhor das Minas de qualquer geuro de metal que na dita houveram, e a terá com todas as suas agoas, campos, Matta, estradas, Logradouros, e mais uteis que nella se acharem, tudo sem pensão alguma mais que a do ditto foro salvando a Dizimo a Ordem de Cristo, que pagara dos frutos havidos nella, e a aproveitará dentro

do termo da Ley, antes do que não podera passar a outrem, nem o fará sem expressa Ordem de S. Mag^d possa de se darem a outra pessoa, sendo outro sim obrigado a dar caminhos publicos e particulaes, e não succederá nella religião por titulo algum, porem acontecendo assim, e possuindo-a, será com o encargo de pagar Dizimos como se forem seculares, e faltando a isso se haverá por devoluta dando-se a quem a denunciar, igual incute se houver alguma Aldeia na dita Terra não será Senhor della, nem dos que os Indios occuparem, mandará confirmar esta Sesmaria por S. Mag^d dentro de hum anno seguinte a data desta na forma das Reaes Ordens Pello que Ordeno aos Ministros, Officias de Justiça a quem o conhecimento deste pertencer, que fazendo primeiro o Sup^l sitar aos Hereos Confinantes da ditta Terra lhe dem posse real, effectiva, e actual demarcando-se logo, do que enviará sertidão a Casa da Fazenda Real, em firmeza do que lhe mandei passar a presente sob meu signal e sello de minhas Armas, que se registrará nos Livros da Secretaria do Estado, e onde mais tocar. Caetano Teixeira Barboza o les na Cid^d da Bahia aos vinte e dous de Janeiro Anno de mil settecentos, e oitenta. Joze Pires de Carv^o, e Alburg^a Secret^o do Estado o fez escrever Marquez de Valença Alvará por que Sua Exa. concedeu, e deu de Sesmaria seus nome de Sua Mag^d. F. com as condiçoens de Ley a Manuel da Motta de Carvalho para elle e seus descendentes a terra declarada, e confrontada e sua Petição com o foro de oitocentos reis, e as clausulas que não expressadas—Para V. Exa. Ver.

Sobre remetter pelo Conselho Ultramarino o treslado da Devassa que mandou tirar e porque consta haver levado Manoel Alvares o diamante grande.

Em carta de cinco de Dezembro do anno passado participei a V. S^a o que resultou da diligencia e exame que fiz a cerca da noticia que tive de que na Europa havia aparecido um diamante com dezoito o dezanove oitavas de pezo disendo-se que sahira do Brazil remetendo os documentos que resultarão daquella diligencia, e a Manoel Alvares de Mattos prezo a ordem de V. Mag^d por constar ser o que tinha levado agora remeto ao mesmo Conselho o treslado da Devassa que mandei tirar nas Minas Novas, e a conta que me deu o suprintendente dellas; e como consta ser com effecto o dito Manoel Alvares de Mattos, a que levou o referido diamante, recebendo-o nas ditas Minas de Manoel Mendes de Saldanha: a dita Nan fica prompta para fazer viagem logo que chegar a fragata guarda Costa que aliá de comboyar, para o que se lhe fez em breve tempo o grande concerto de que necessitava: e este Navio se dillatou alguns dias, esperando que chegasse a dita fragata para se aproveitar do seu comboy. Deus guarde a V. S^a muitos annos. Bahia, e Setembro 4 de 1738.—*Diogo de Mendonça Corte Real.*

ALVARÁ DE SESMARIA CONCEBIDA ANTONIO RODRIGUES LAGO

Dom Rodrigo José de Menezes, do Conselho de S. Mag^d Governador e Capitão General da Capitanzia da B^a. Faço saber aos que este Alvará de sesmaria vierem que por quanto Antonio Rod. Lago morador na Serra da Borahua, s^ao na comarca da Villa de S. Antonio do termo da Villa de Pajubá que ella supplicante ha muitos annos, sem mais ou menos, descobriu hinda a terra que sitou com Fazendas de fiado vacua, cuja terra contiguo pela parte do Norte, com a serra chamada da barracha do sul com a fazenda intitulada da Poço, do nascente com a fazenda do Paramatú e do Poente com a fazenda da Caramba que tola a dita terra, terá um quadro cinco legoas e por que quer o supplicante sua carta de sesmaria para poder continuar a lograr e possuir as referidas terras, portanto pedio a V. M^d seja servido de a mandar passar na forma da ley e II R. M^d. Visto sem requerimento informado ao Il^lmo Conselho de Estado por José Ignacio de Brito Socorro e Castanheda a que me remetteu esta diligencia pelo Alvará de 13 de Março de 1770 a vista do S^o Antonio os testemunhas insumidos pelo Cap^l Antonio Duarte de Aguiar, J^ou ordinario da Villa da Jacodina em resultado da carta de diligencia geral que se expedio, sobre a qual não houve quem se apresentasse com embargos ao edital publicado pelo respectivo promotor alçado na logar publico por espaço de trinta dias, e o que respondio o Dezenbergador promotor da Corôa e Fazenda, fez por bem de conceder e dar em nome de S. Magestade de sesmaria ao supplicante para elle e seus descendentes hua legoa de frente e tres de fundo de terra declarada e confrontada na sua petição na forma da carta Regia de 7 de Dezembro de 1696, em prejuizo de ter tido ficando obrigado a pagar annualmente mil reis de foro arbitrado pelos avaliadores elitos e a observar as clausulas da ordenação a respeito das sesmarias como tambem não ficará senão Senhor das annos de qualquer genero que na mesma terra houverem e a terra com todas as suas agoas, Campos, mattos, testadas, logradouros e mais uteis que nella se acharem, tudo sem pensão alguma mais que a de foro, salvando o disimo da ordem de Christo que pagará dos frutos havidos nella, e a aproveitará dentro do termo da ley, antes do que não poderá passar a outro algum dominio, nem o poderá faser sem expressa ordem de S. Mag^d pena de se darem a outrem e pela dita terra sera obrigado a dar caminhos publicos e particulaes, nao succedendo nellas por qualquer titulo que seja, religião alguma e ella possuindo-o a será com o encargo de pagar dizimos como se a possuísse secular e faltando a isso se haverá por devoluta dando-se a quem a denunciar, e se houver na mesma terra alguma aldeia não ficará senhor d'ella sem que os Indios occuparem; e naturalmente será obrigado a mandar confirmar esta sesmaria por S. Mag^d dentro de hum anno seguinte a data deste na forma das suas reaes ordens.

Pelo que ordeno aos ministros e officiaes a quem o conhecimento desta pertencer, que fazendo o supplicante primeiro citar os hereos confrontantes da sobredita terra, lhe deem posse real, effectiva, actual, demarcando-se logo de que se enviará certidão á casa da Fazenda Real. E em firmesa do que lhe mandei passar esta sob um signal e sello de minhas armas que se cumprirá registrando na Secretaria do Estado e nas mais partes a que tocar. Caetano Pereira Barbosa a fez na Bahia (no anno) ao vinte e tres de Outubro anno de mil setecentos e oitenta e quatro. José Pires de Carvalho de Albuquerque, secretario do Estado e Guerra do Brasil a fez escrever. D. Rodrigo José de Almeida. Alvará porquanto V. Exci^a concede o e deo de sesmaria em nome de S. Magd^a a Antonio Roiz Lobo para elle e seus herdeiros e descendentes lha legoa de terra de frente e tres de fundo das terras declaradas e confrontadas na sua petição com foro de mil reis em cada hum anno..... tudo na conformidade das Reaes ordens e com as clausulas acima expressadas. Para V. Ex^a ver.

SESMARIA DO FRANCISCO GONZALVES DA MOTTA MORADOR NO RIO DA DONA TERMO DA VILLA DE JAGUARIBE

Dom Affonso Miguel de Portugal e Castro do Conselho da Rainha minha senhora, Marquez de Valença; senhor de Basto e Monte Longo, Donatario da Capitania de Machico, Comendador das Comendas de S. Miguel de Chorença, de S. Thiago de Androens, S. Miguel de Sotto, S. Nicoláo de Salces, todas na Ordem de Cristo, e das comendas de Almodovar, e de Garvão na Ordem de S. Thiago, Gov^o e Cap^m General da Capitania da Bahia etc.

Faço saber aos que este Alvará de sesmaria virem, que por parte de Francisco Gonz^a da Motta me foy apresentada a petição do theor seguinte: Ill^{lms} e Ex^{lms} Snr Diz Francisco Gonçalves da Motta morador no rio da Dona termo da Villa de Jaguaribe, reconcao desta Cidade, em distancia della mais de vinte e cinco legoas, lavrador de Mandiocas e legumes, que a fertilisao, e que elle Sup^l pei si, e seo Pay no anno de mil settecentos e cincoenta e oito, descortinará, abrija, a povoara o sitio em que se acha a custa de consideravel despesa, e desvello pessoal sem auxilio da Real fazenda de S. Mag^a F. que Deos guarde expostos a qualquer invasão do barbaro gentio rezidentes nos lugares mais recognitos, e remottos daquelle domicilio, abrindo nelle estradas, para a expedição das referidas lavouras, cujo sitio confronta pella parte do Nascente com o de José de Souza Cunha, pello travessão, que este botará, cujo travessão vay ter ao rio chamado Sururú: pella parte do Sul váe ter ao riacho, que divide com João Borges dos Santos, e por este acima athé a estrada que vem do sitio do Padre João Nunes falecido o qual serve de diviza com o sitio de Pedro de Souza de Cerqueira, com a declaração porem que por

deletraz das cazas deste está o travessão que vai ter ao riacho, que divide com João Nunes, e por este abaixo para a parte do Poente athé o dito Rio Sururú occupa de terreno de Nascente ao Poente hum quarto de legoa, e de Norte a Sul meyo quarto e como na conformidade da Ley e Ordens respectivas determine a mesma Magestade se confirão por sesmaria as terras, que se houver de povoar, ou forem roteadas, e cultivadas por aquellas pessoas, que a da sua Fazenda sem despojo do Regio Erario o fizerem, não padeece duvida estar o supplicante comprehendido nas mesmas para gozar o indulto concedido nos referidos descobridores pelo que pede a V. Ex^a em attenção ao referido, seja servido mandar que feitos as diligencias necessarias passar carta de sesmaria, para per si, seus herdeiros, e successores possuirem e gozarem o ditto sitio confirmando-a dentro no termo que Ley permite, visto ser de utilidade a Republica a cultura das terras do Paiz. E. R. M^o Visto seo requerimento, e o que informo o Dezenbargador Chanceler Francisco da Silva Corte Real a quem pertence esta diligencia do Alvará de treze de Março de mil settecentos e setenta e vista do sumario de testemunhas inquiridas pelo Juiz Ordinario da Villa de Jaguaribe por virtude da carta de diligencia geral, que se expediu, onde pellas mesmas testemunhas se viu que em outro tempo se intitulávo senhores da ditta terra, o Padre José Faria de S. Payo, e Caetano de Britto, tanto que o primeiro chegara a receber terra, porem que nem estes ou seus herdeiros, nem outra alguma pessoa se tinham oposito as diligencias, que Judicial e publicamente se fizeram. E outro sim a vista do que respondeu o Dezenbargador Procurador da Coroa e Fazenda: Hev por bem de conceder, e dar de sesmaria em nome da Rainha minha senhora ao supplicante Francisco Gonz^a da Motta para elle e seus descendentes com as condições da Ley, a terra declarada, e confrontada em sua petição que occupa de extensão hum quarto de legoa do Nascente ao Poente, e meyo quarto do Norte a Sul, salvo o direito de tercioiro, ficando o mesmo Sup^l obrigado a pagar annualmente o foro de mil reis aratrado pello Avaliadores elentos, e a observar as clausulas da Ordenação sobre as sesmarias como tambem não ficara sendo senhor das terras de qualquer genero de metal que na mesma terra houverem, e a dar com todas as suas aguas, campos, mattos, testadas, logradouros, e mais uteis que nelle se acharem tudo sem pensão alguma mais que a do foro, salvo o Dizimo a Ordem de Cristo o que pagará dos frutos della forem havidos, e aproveitará dentro do termo da Ley, e antes disso não passará a outro algum dominio, nem o poderá fazer sem expressa ordem de S. Mag^a pena de se dar a outrem e pella sobredita terra dará caminhos publicos e particulares, não succedendo nella Região alguma por qualquer titulo que seja porque acontecendo assim, e possuindo-a será com o encargo de pagar dizimos, como se fosse secular, e faltando a isso se haverá por devoluta dando-se a quem denunciar igualmente não ficará sendo

senhor de alguma Aldeya, que houver, nem das que os Indios occuparem e mandará confirmar esta sesmaria por S. Mag^a dentro de um anno seguinte a data della na forma de suas Reaes Ordens, pello que ordeno aos Ministros, e mais Officiaes de Justiça a quem o conhecerem deste Alvará pertencer que fazendo primeiro o Sup^o citar os Hereos na dita terra lhe dêem posse real, effectiva a qual demarcando-se logo, de que enviarão certidão a casa da Fazenda Real. Em firmoza de que lhe mandey passar o presente sub men signal, e sello de minhas Armas, que se cumprirá inteiramente como nella se contem, registando-se nos Livros da Secretaria do Estado e nos mais onde tocar. Caetano Teixeira Barbosa o fez na Cidade do Salvador Bahia de todos os santos aos vinte dias do mes de Janeiro de mil settecentos e oitenta. José Pires de Carvalho e Albuquerque, Secretarios do Estado o fez escrever. Marquez de Valença Alvará por que V. M.^a Comendado e deu de sesmaria a Francisco Gonz^o da Motta em nome de S. Mag^a para elle, e seus descendentes, com as condições da Ley, e Carta de Lei, e confrontada em sua petição, pagando mil reis de pensão annual, e observando as cláusulas que vão expressadas Pelo V. M.^a así.

SESMARIA A FRANCISCO ANTONIO DO NASCIMENTO MORALES DO TERMO DA VILLA DE MARAGOGIPE

Dom Affonso Miguel de Portugal e Castro do Concelho da Rainha minha Senhora, Marquez de Valença, senhor de Basto e Monte Longo, Donatario da Capitania de Machico, Comendador das Comendas de S. Miguel de Chorense, de S. Thiago de Andreens, S. Miguel de Souto, S. Nicolao de Salces, todas na Ordem Cristo, e das comendas de Almodovar, e de Garvão na Ordem de S. Thiago, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia etc.

Faço saber aos que este Alvará de sesmaria virem que por Francisco Antonio do Nascimento me foy apresentada a petição do theor seguinte:

III^o e Exm^o Sur. Diz Francisco Antonio do Nascimento morador no termo da Villa de Maragogipe lavrador de mandioca, e legumes que abundão esta Capital, que elle suplicante a varios annos a esta parte per si, e seos antecessores descortinarão, rotearão, e povoarão o sitio em que reside com desvello pessoal e despeza avultada, cujo sitio confronta, e diviza pela parte do Nascente com o Rio de Jaguaripe, e pello poente pella baixa do Tanque com o de Vicente Nunes cortando direito o riacho salgado, e finalmente pello sul com Martins Pereira por humba baixa que fas entre ambos, occupa de terreno meio quarto de legua em quadro, e como S. Mag^a P. que Deos guarde determina na Ley Municipal, e foral, que se confrão as terras, que se houverem de povoar forem as pessoas que o fizerão a sua custa, sem dispendio do regio erario, estar o sup^o nos termos de

ser atendido, para cujo efeito P. a V. Ex^a seja servido depois de feitas as diligencias precisas passar carta de sesmaria para com ella immediatamente recorrer, e requerer a mesma Magestade a confirmação, e gozar o sup^o per si, e seos vindouros o ditto sitio, e R. M. Visto esse requerimento, e o que informou o Dezembargador Chancelier Francisco da Silva Corte Real a quem pertence esta deligencia pello Alvará de treze de Março de mil settecentos e setenta, a vista do sumario de Testemunhas inqueridas pello Juis Ordinario da Villa de Maragogipe por virtude da Carta de deligencia geral, que se lhe expedira, onde pellas mesmas Testemunhas se afirmava que antigamente se pagava renda da mencionada terra ao Padre Miguel da Fonseca e Mello na supozição de que lhe pertencia, porem nem este nem outra alguma pessoa se tinha oposito aos Edictaes publicos que se fixarão, e a vista da resposta do Dez^o Procurador da Corôa e Fazenda Hey por bem de Conceder, e dar de sesmaria em nome da Rainha minha Senhora ao Sup^o Francisco Antonio do Nascimento para elle e seos descendentes a terra declarada, e confrontada em sua petição que occupa meio quarto de legua em quadro, salvo o direito de terceiro, ficando o mesmo sup^o obrigado a pagar annualmente mil reis de fóro arbitrado pelos Avaliadores e a observancia das clausulas da Ordenação sobre este respeito como tambem não será senhor das minas de qualquer genero de metal, que na dita terra houverem, e a terá com todas as suas agoas, campos, matias, testadas, logradouros, e mais uteis, que nella se acharem, tudo sem pensão alguma mais que o dito fóro, salvo o dizimo a Ordem de Cristo, que pagará dos fructos havidos nellas, e aproveitará dentro do termo legal, antes disso não poderá passar a outro algum dominio nem o poderá fazer sem expressa ordem de S. Mag^a pena de se dar a outrem, e pella mesma terra dará caminhos publicos, e particulares, nao succedendo nella Religião por qualquer titulo que seja, porque acontecendo assim, e possuindo-a será com o encargo de pagar dizimos como se fora secular, e faltando a isso se haverá por devoluta dando-se a quem a denunciar, e se houver alguma Aldeia, não ficará sendo senhor della nem das que os Indios occuparem, e será obrigado a mandar confirmar essa sesmaria por S. Mag^a dentro de hum anno seguinte a data deste na forma de suas Reaes Ordens. Pello que ordeno aos Ministros a quem o conhecimento deste pertencer, e bem assim aos Officiaes de Justiça que fazendo o Sup^o citar aos hereos confinantes da ditta terra lhe dêem posse real, efectiva e actual demarcando-se logo, de que remeterá certidão a casa da Fazenda Real. Em firmeza do que lhe mandey passar o presente sob meo signal, e sello de minhas Armas, que se cumprirá como nelle se contem, registando-se na Secretaria do Estado, e nas mais partes donde tocar. Caetano Teixeira Barbosa o fez na Cidade do Salvador Bahia de todos os Santos aos vinte de Janeiro anno de mil settecentos e oitenta. José Pires de Carvalho e Albuquerque Secretario

do Estado o les escrevi Marquez do Valença Aivará por que
V. Ex.^a conceda, e de sesmaria em nome de S. M.^ag^a com as condi-
ções a Lei a Francisco Antonio do Nascimento para elles e seus
descendentes a terra declarada, e confrontada, em sua Petição com
o valor de mil reis e as cláusulas que vão expressadas—Para
V. Ex.^a etc.



SOBRE A INDEPENDENCIA

SOBRE A INDEPENDENCIA

CRIAÇÃO DAS POSTAS DESDE PASSÉ ATHE O QUARTEL GENERAL EM ABRANTES

Em Passé fica p.^a Costa on Correio Manoel Pereira e Thomas Pereira para conduzirem os officios athe Caboto Velho.

No Caboto Velho—ficam para Postas Domingos José do Nascimento e Manoel José de Jesus, para levarem os Officios a bôca do rio e a Passé.

Na boca do rio, ficam para Postas Francisco da Rocha e Manoel da Rocha para Livros on Officios athé Caboto Velho, e outro a S. Thomé.

Em S. Thomé ficam para Postas Antonio José de Souza e Jerônimo da Costa Grugel para livros on Officios athe a boca do Rio e a Piriperi.

Em Piriperi ficam para Postas Antonio Mauricio, e João Francisco para levarem os officios athe Macaco, e outro a S. Thomé.

No Macaco ficam para Postas João Cabral, e Bras Soares para levarem os officios, athe Piriperi, e outro a St.^a Antonio.

Em St.^a Antonio ficam para Postas Bento Lutorio, e Boaventura Barbosa para levarem os officios a Macaco, e outro a Barroduro.

No Barroduro ficam para Posta Manoel de Barros e Manoel do Espirito Santo que hé para ali Receber os officios e conduzírem aos mais pontos athe chegar ao Quartel General em Abrantes.

Ficam estabelecidas Postas.

O Conselho Interino de Governo da Provincia da Bahia fas saber a toda Authoridades civis e Militares da mesma Provincia, que desta Villa da Cachoeira seguem viagem por via de mar, e terra em direitura até a Comarca de Porto Seguro, para d'ali, ou aonde mais cómodo lhes for, embarcarem para a Corte Imperial do Rio de Janeiro, o Ajudante General do Exército Nacional Imperial e Pacificador, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, e Miguel Joaquim Cezar, os quaes vão em Comissão especial, encarregados pelo mesmo Conselho: E por que convem ao Serviço Nacional que (Illegivel devido aos estragos feitos pela agua.)

Interino de Governo que por onde passarem-se-lhes preste todo

e auxilio de cavalgadas, e transportes; E para que brevemente possa seguir sua viagem, com as pessoas que os acompanhão, se lhe deu a presente Guia sob o sello das Armas Reaes, assignada pelos Membros do Conselho. Salla das Sessões na Villa da Cachoeira 24 de Dezembro de 1822. — *Albuquerque P. — Cabran S. — Góes de — Coimbra — Carlos Melles Silva.*

Illm^o Exm^o Sr. Visconde do Pirajá—Rio de Janeiro 10 de Janeiro 1822—Com o mais vivo prazer tenho recebido as estimaveis cartas de V. Ex^a de 4 e 19 de Dezembro p. p. e pelo seu conteúdo me regozijo assaz por saber que Ja se vai restabelecendo a deteriorada saúde de V. Ex^a, a quem cordialmente, agradeço os sinceros protestos d'estima e amizade que me consagra o que tudo sei apressante apreciar.

Muito agradeço A Ilustre Familia de V. Ex^a a lembrança que affectuosamente me envia e V. Ex^a me fará a honra de apresentar-lhe os meus officiosos respeito.

Cumpra-me sciencificar a V. Ex^a que duas vezes fui a Riody, e me disse que nãotendo fundos de V. Ex^a que Ja muito lhe devia, não podia dar os 400\$000, segundo as suas ordens, por ella ja entao recebidas; nestes termos por meio de meu compadre e Amigo Antonio José da Brito sacasse Letra sobre V. Ex^a a quem dezoito saúde e felicidade além de tranquilizar essa bella Provincia digna de melhor sorte, e para gosto e satisfação de quem he, foi, e será sempre—De V. Ex^a Exm^o Sr. Visconde, Amigo constante, e sincero camarada—*Pedro Labatut.*

Illm^o e Exm^o Senhor Ajudante General—Represento a V. Exa que nos achamos nove homens no Destacamento da Villa de Belmonte com o Comd^o Pedro de Alcantara e Silva para a defesa da mesma Villa, todos do 1^o Regimento da Cid^{de} da Bahia, por ordem da Junta Provisoria da mesma Cidade, e por que o dito Commandante se retirou para o Norte com quatro, e ficaram cinco, fomos chamados da Junta administrativa desta Villa de Porto Seguro para maior fortificação della e juntamente para apromptar-nos hum novo corpo de Milicia, cujo estamos ensinando, e administrando, e porque aqui nos achamos, nos offeriamos a V. Exa para todo e qualquer serviço tendente a V. Exa, e a Nosso Imperador, por quem, Digno de memoria, damos a ultima gota de sangue e vida; por cujo motivo V. Exa, queira ter-nos para defendermos qualquer afronta em Luthirio a Nação, e proteger-nos com a amavel, e pia benevolencia de V. Exa—De V. Exa. Subito inferior—*Pedro Gomes da Silva.*

Illm^o e Exm^o Senhor—Fui entregue do officio, que V. Exa me dirigiu em daeta de 30 do mez passado, em o qual ordena-me que em quanto antes entre p^a a Caixa Militar com a soma de 6:000\$000 por emprestimo, não admitindo para isso desculpa, e nem frivolas razoes.

Em verdade Exm^o Sr. posso asseverar a V. Exa. que muito me penalizou não poder nesta parte obedecer cegamente a V. Exa ao serviços, que tenho já feito para livrar o men Paiz do jugo Europeo, mas direi sempre a V. Exa., que desde o momento da felis aclamação de S. A. R., pago diariamente o soldo de 15 soldados, já dei espontaneamente para a caixa Militar a quantia de hum conto, e quinhentos mil reis, e para salvação desta Provincia não duvido sacrificar a vida, a mulher e os filhos, e tudo quanto possuo: portanto asseguro a V. Exa, que farei recolher a Caixa Militar desta V., nestes dias a quantia de hum conto de reis em dinheiro metalico, e que pelos esforços ao meo alcance continuarei a contribuir com toda, e qualquer quantia que possa adquirir, e logo que se estabeleça a Casa de cunhar moeda recolherei todos os meos trastes de prata p^a serem reduzidos a dinheiro em beneficio da Caixa Militar.

D^o G^o a V Ex^a p^a mt^{as} annos—Villa da Cachoeira 3 de 9bro de 1822—Illm^o e Exm^o Sr. Pedro de Labatut, General em Chefe do Exercito Pacificador desta Provincia da Bahia—*Antonio Teixeira de Freitas Barbosa.*

Remeto 15 Sacos com 30 alq^{as} de farinha, que suposto as Semanas passadas me ter chegado 180 alq^{as} dos quaes larguei algumas aos meos Snrs. e ao Padre Ignacio como tao bem 30 ao Commissario, e 8 a Antonio Marques esse he o justo motivo por que não vae quanto V. S. me pede, já fiz espedir as ordens para se apenarem as Embarcaçoens e igualmente ao Major Mauricio Queiroz de Cotg^e 30 de 8bro de 1822—Illm^o Sr. Coronel Ajudante do General do Exercito Pacificador Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque—*Manuel Marques da Rocha Queiroz.*

Por portaria do Exm^o Conselho Interino de Governo desta Provincia em data de hoje me foi ordenado, fizesse remetter a V. S. ou á sua ordem dez mil cartuchos embalados: em consequencia pois de tal ordem vão a cargo do Sargento-mor Luiz Corrêa de Moraes seis mil e noventa e quatro cartuchos de adarme (vulgarmente chamado) resumo, e trez mil novecentos e seis do de lazariños todos acondicionados nos seus respectivos caixotes; a respeito dos quaes tenho a rogar a V. S. que logo que se achem vazios alguns, mande

fazer delle remessa para qualquer dos pontos occupados por nossas Tropas, e que não he muito facil descobrir madeiras proprias para satisfazerem, sem a por alto preço, quanto tanto necessitam porquer—Deus Guarde a V. S.

Trans do Calhocoem 27 de Setembro de 1822—Ilmo. Sur. Tenente Coronel Comm.º Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque—*Arçoço Mado da Silva, Tercio*—Insp.º dos Commissarios da Guerra.

Donna Maria por Graça de Deus, Rainha de Portugal, e das Algarves, daquem e dalem, mor em Alrica, Senhora de Guiné e da Conquista Navegação Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India etc. etc. etc. Para saber aos que esta minha carta de confirmação por successão virem, que por parte da Marquesa de Niza Donna Maria Anna Josefa Xavier de Lima, como tutora de sua filha a Marquesa de mesmo Titulo Dona Eugenia Maria Josefa Xavier Telles de Castro da Gama Atalide Noreña de Silveira e Souza me foi apresentada um Alvará por mim assignado, e passado pela minha Chancaria da real o theso e o segredo da Rainha. Para saber aos que este Alvará virem que por parte da Marquesa de Niza Dona Maria Anna Josefa Xavier de Lima me foi apresentada uma Portaria do theso seguinte: Por Decreto de Sua Magestade de vinte e quatro de Agosto de mil setecentos e oitenta e cinco a Rainha Nossa Senhora tendo considerado, o que lhe foi representado por parte da Marquesa Niza Dona Maria Anna Josefa Xavier Telles de Castro da Gama Atalide Noreña de Silveira e Souza que foy de seu marido o Marquez da mesmo Titulo Dom Rodrigo Xavier Telles de Castro da Gama Atalide Noreña de Silveira e Souza e attestado a ser a sobredita sua filha unica herdeira e successora da Casa de Niza e Unidos, a qual da qual tem a sua domiciliação no Reino de Castella. Hez por bem fazer-lhe mercê dos bens de Castella e Ordens que possuiu o referido Marquez indelible, na forma que pelo Decreto e Alvará litem a sua Casa lhe pertenciam, e tem a ser o Titulo de Conde de Vidigueira, de que gozava antes ainda antes de foyr Casa de sua Titoria, o Encomenda do Almirante da India da mesma forma que o do Reino com a Almoxtarifado de Beja dos Alcaides de todos os portos daquella Rainha e a Liberdade de mandar vir da India cento e oitenta quintas Canella livres de frezes e direitos, pagando somente a vintena a Ordem de Christo A. Danno nova de Portado da Villa de Sinas e de Villa Nova de mil lantez lavada em oitenta mil reis, em parte de satisfação dos trezentos mil reis que o Senhor Rei Dom Manoel deu a julgar inteiramente satisficção, com os centos e trinta mil reis, mas ocaes da Villa de Sinas, qua-

renta mil reis nas de Santiago e mais setenta mil reis que se mandarão dar no Paço da Madeira e posto que presentemente haja fallencia nesta renda, se deve julgar que foi por alguma compensação, ou por estar inteiramente prescripto pelo largo espaço de mais de duzentos annos a Villa de Nidigueira e Villa de Frades com a jurisdição civil, e crime e com todos os direitos, rendas tributos, padroados, castelos e datas de todos os officios, e da mesma forma a Villa de Thovaens com a jurisdição, rendas e direitos, com que o Conde de Villa Formosa possuio a de Picalho, e tudo em verificação da Terceira das vidas, fóra da Lei Mental, que nos reitidos bens forão concedidos por Alvará de oito de Março de mil quinhentos oitenta e tres, em cuja observancia se julgou succeder na segunda vida o mesmo Marquez seo Pae ficando com esta mercê extincta a sobredita terceira vida fóra da Lei Mental.

Igualmente lhe faz mercê do Padroado da Igreja de São Pedro de Penalia na conformidade da Doação feita a João das Regas do Titulo de Conde de União com a jurisdição da mesma Terra, e a do Soporino, Menido e Ribeira de Soão com a data de todos os officios em que vem vida dispensada a Lei Mental, e de todo o Direito, para que achando-se em algum tempo, que a Corón de Sua Magestade o tem nas Aldeas de Parada e Ponzadelas, que possui a casa da sobredita Dona Eugenia Maria Josefa Xavier Telles, a mesma Senhora fazer mercê dellas na forma do Alvará de cinco de Junho de mil setecentos e trinta, das Comendas de Santa Maria de Alcobaça, de Santarem e da de Ponces e de Souzel, todas da Ordem de São Bento de Aviz da Comenda de São Salvador de Ouriques da Ordem de São Thiago e da de São Mathens de Soure e Santiago de Pras, da Ordem de Christo dos oito gazaes situados no termo de Cintra e do Casal do Arispreste em Val de Cavallos termo da Villa de Ahnirim da Ordem Christo e de duas Tenças, humna de duzentos e sessenta e sete mil e trinta reis, outra de duzentos mil reis assentadas na Alfandega do Assucar da Cidade de Lisboa: da Alcaidaria mór da Villa de Ouriques com a data de todos os officios da Ordem de Santiago da Ilha pequena, e terras do Rio Vermelho na Comarca da Bahia, unidas e vinculadas com as Ilhas de Itaparica e Tamarrandia dispensadas imperpetuum da Lei: na Lei Mental. E a mesma Dona Eugenia Maria Josefa Xavier Telles de Castro possuirá os sobreditos bens em cumprimento da vida, que nelles lhe competir, e na forma que por Sentença do Juizo das Justificações do Reino lhe são julgados. E ha outro sim por bem fazer-lhe mercê do Titulo de Marquês de Niza, do Previlégio de Dezenbargador das Lezírias da Tamauqueira e Palmeira e jantar de Villa de Arruda do Mouxo de Terra, e Corredores que acrescerão na Villa de Azambuja e da Tença de duzentos e cincoenta mil reis que se derão em compensação da Saboaria da Villa de Santarem: tudo em verificação da vida, que nos ditos bens, foi concedido ao Marquez seo Pay, por portaria de sete

de Junho de mil setecentos e setenta e sete, que com esta mercê ficará extincta: declarando Sua Magestade, como pelo sobredito Decreto declarou, que a Sua Real Intenção nas palavras inseridas na dita Portaria para a pessoa que houvesse de succeder na sua enxa foi dar-lhe uma vida em todos os bens da Coroa, e Ordens para quem succedesse ao referido Marquez, ainda que necessitasse de despesa na Lei Mental. E das sobreditas titulos gozará também a pessoa, de confirmação de Doação por successão passada a seu Pay o Marquez de Casares, Dom Luiz Alvaros de Castro e Souza assignada por El-Rey Meo Senhor e Pay que Santa Gloria haja, e passada pela Chancellaria, de que theor de verho he o seguinte: Dom Pedro por Graça de Deus Rey de Portugal, e dos Algarves daquem e daquem mar em Africa, Senhor da Guiné e da Conquista Navegação Comercio da Ethiopia, Arabia Persia e da India etcetera. Faço saber aos que esta minha Carta de Doação virem, que por parte de Dom Manoel José de Castro Noronha Atalride e Souza, Marquez de Casares, me foi apresentada o registro de uma Carta de Confirmação de Doação de terras tirado dos Livros da Torre do Tombo e passado pelo Chanceler mór della Luiz do Couto Telles em virtude de uma Provisão Minha, expedida pelo Desembargo do Paço em vinte e cinco de Janeiro de mil setecentos e setenta e nove, da qual Carta de confirmação e mais Cartas nelle incorporadas, o theor é o seguinte: Dom Philippe por Graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves daquem e daquem mar em Africa, Senhor da Guiné e da Conquista Navegação Comercio da Ethiopia, Arabia Persia e da India etcetera. Faço saber aos que esta minha Carta de Confirmação virem, que por parte de Dom Antonio de Atalride, Conde de Castanheira, me foi apresentada uma Carta do Senhor Rey Dom Sebastião meo Sobrinho que Santa Gloria haja, por elle assignada, e passada pela Chancellaria, da qual o traslado é o seguinte: Dom Sebastião por Graça de Deus Rey de Portugal, e dos Algarves, da quem e daquem mar em Africa, Senhor da Guiné e da Conquista Navegação Comercio da Ethiopia, Arabia Persia, e da India etcetera. A quantos esta Minha Carta de Confirmação virem, Faço saber que por parte de Dom Antonio de Atalride, Conde de Castanheira me foi apresentada uma Carta de El-Rey Meo Senhor e Avo, que Santa Gloria haja, por Elle assignada, e passada pela Chancellaria que se passou ao Conde Dom Antonio de Atalride seu Pay que Deus perdoe, da qual o seu traslado é o seguinte: Dom João por Graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves daquem e daquem mar em Africa, Senhor da Guiné e da Conquista Navegação Comercio da Ethiopia, Arabia Persia e da India etcetera. A quantos esta Minha Carta virem, Faço saber que rendo Eu, quanto serviço de Deus e Meu he ver a Costa, Terras e Ilhas das partes do Brazil povoadas e aproveitadas, assim para os Gentios naturaes da Terra e como também pelo proveito que a Mens

Reinos, e Senhorios, e dos naturaes subditos delles virá de as ditas terras se povoarem e aproveitarem e por folgar de fazer mercê a Dom Antonio Atalride Conde de Castanheira e guardandò aos muitos e mui continuados serviços que delle tenho recebido e espero que ao diante me fará e como por elles e pelos muitos merecimentos de sua pessoa, he razão que receba de Mim honra e mercês. Hey por bem com quem cazar a mencionada Dona Eugenia Maria Josefa Xavier Telles de Castro, fazendo-o com licença, e aprovação da mesma Senhora por escripto em observancia das Reaes Ordens de Sua Magestade: E das Tenças mencionadas, se passarão Padroens com os seus respectivos vencimentos. E nos livros das Comendas, que se acha na Secretaria do Estado dos Negocios do Reino, a margem do assento de cada uma das sobreditas se poz a verba necessaria na Conformidade do Decreto de doze de Junho de mil setecentos e cincoenta e quatro que assim o termina.

Palacio de Mafra em vinte e nove de Agosto de mil setecentos e oitenta e cinco. Martinho de Mello e Castro. E tendo consideração ao referido na dita Portaria Hey por bem fazer mercê (alem de outras) á dita Dona Eugenia Maria Josefa Xavier Telles de Castro da Gama Ataide Noronha da Silveira e Souza, da Ilha pequena e Terras do Rio Vermelho na Comarca da Bahia, unidas e vinculadas com as Ilhas de Itaparica e Tamarandiva, de juro e herdade, dispensadas perpetuum na Lei Mental em cumprimento de vida, que nellas lhe competir, em forma que por sentença do Juizo das Justificações do Reino lhe são julgadas. Pelo que mando ao Presidente e Conselheiros do Meo Conselho Ultramarino, que sendo-lhes apresentado este Alvará por Mim assignado e passado pela minha Chancellaria Mór da Côrte, e Reino Olhe fação passar Cartas de Confirmação de Doação por successão da Mercê das sobreditas Ilhas, em cada uma das quaes cartas se trasladará este Alvará que se cumprirá como nelle se contem, e valerá posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da ordenação do Livro Segundo, titulo quarenta em contrario, e a margem do registro da Portaria por onde este Alvará se obrou-se porão as verbas necessarias, a qual se não largou por ser para mais. E pagou de novos direitos secenta reis, que se carregarão ao Thesoureiro delles a folhas duzentas e dez do Livro terceiro da sua receita, como com todo conhecimento em forma registrada as folhas tresentos e cincoenta e nove do Livro quarenta e tres do registro Geral. Lisboa dez de Maio de mil setecentos e oitenta e sete. Rainha: Conde da Cunha O Secretario Joaquim Miguel Lopes de Lavre a fez escrever. Mathews Rodrigues Vianna. E assim mais por parte da dita Marquiza de Niza me foi apresentada uma carta de confirmação por successão do Senhor Rei Dom João Quinto Meo Senhor e Avo por elle assi e passada pela sua Chancellaria da qual o theor é o seguinte: Dom João por Graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves daquem e

dalem, mas em Africa, Senhores de Guiné e da Conquista Navegação
Comercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India etcetera. Fago
saber aos que esta minha Carta de Confirmação de Doação por
suaesdita virem, que por parte do Marquez do Cascaes Dom Manoel
João de Castro Navegante da Índia e Souza me foi apresentada a Carta
e me praz por seus ditos respeito, de meu proprio mto, esta sciencia,
Poder Hei, e de juro e herdade para elle e todos os seus
herdeiros e successores herdaem e succedam nos bens do Regendo
que fez e instaurou a dita Navegante de Tago e Mar de d'ito Conde,
e elle sea possuir das Ilhas de Ilaporia e Tamandita que estão
na costa da Bahia do Salvador, Capitania de todos os Santos, das
estas partes do Brasil da banda do leste da dita Cidade e estão con-
tendo de todas as partes do Mar, assim da dita Costa como da
banda da dita Cidade e quasi e me praz que a d'ito Conde e todos
os seus herdeiros e successores, que se ditas Ilhas herdaem e
succedam e possam chamar e chamar Capitães e Governadores
dellas e todos os seus herdeiros e successores de juro e herdade para
sempre para elle e todos os seus herdeiros e successores no mto e do d'ito
Jurisdicção civil, e crime das ditas Ilhas, da qual d'ito Conde e
seus successores poderão usar e usarem na forma e maneira seguinte.
Poderão por si, e por seu Outeiro estar o dito Capitão e Governador, e o seu
Outeiro que poderá conhecer de apelles novas e de Appellacões e
Aggraves nas ditas Ilhas, e os ditos Juizes de d'ito Appellacão para o
dito seu Outeiro nas quantias que metida Minhas ordenações, e do
em a dita seu Outeiro julgar assim por Appellacão como por
Appellacão e Aggraves até a quantia de cem mil reis e ainda para
qual d'ito Appellacão e Aggraves e a parte que quizer appellar. E
nos casos crimes hei por bem que o dito Capitão e Governador e seu
Outeiro tenham Jurisdicção e Alçada de morte natural e hereditaria em
Espanhols e Gentios e assim terão honras livres em todos os crimes
assim para absolver como para condemnar, sem delles haver
Appellacão nem Aggraves e nas pessoas de máo qualidade terão
Alçada de dez annos de d'egreio e até com a quantia de pena sem
Appellacão nem Aggraves e poderão nos quatro casos seguintes.
Heresia quando o Heretico lhe for eutigne pelo Excoisnico,
Traição, Sodomia e moeda falsa terão Alçada em toda pessoa de
qualquer qualidade, quer seja para condemnar as culpas de morte,
e dar suas sentenças a execução sem appellacão nem aggraves e
podem nos ditos quatro casos para absolver de morte, posto, que
outro pena lhe queirão dar menos de morte, dando Appellacão e
Aggraves, e appellacão por parte da Justiça e assim me praz que o
dito Capitão e Governador e todos seus successores possam por si
fazer Villas e todas e quaesquer Povoações que nas ditas Villas

fizerem e delles parecer que o deverem de ser as quaes se chamarão
Villas e terão termo Jurisdicção e Liberdades e Insignias de Villa,
segundo for e costume de mcos Reinos e ao tempo que assim fizerem
as ditas Villas lhes limitarão e assignarão logo Termo para ellas e
depois não poderão da terra que assim tiverem dada por Termo
fazer mais outras Villas sem minha Licença, e assim me praz que o
dito Capitão e Governador, e todos seus herdeiros e successores, a
que a Capitania das ditas Ilhas vier, possam novamente crear e
prover por suas cartas os officios de Tabelião do Público e Judicial
e assim o officio de Meirinho d'ante seu Outeiro, e Escrivães e
quaesquer outros officiaes necessarios e costumados nestes Reinos,
assim agora como pelo tempo adiante e dos ditos officios lhes darão
suas cartas assignadas por elles e selladas com o seu sello e lhes
tomarão juramento que sirvão seus officios bem e verdadeiramente,
e os ditos Tabelhões, Escrivães e officiaes antes que pela dita ma-
neira proverem, serão Escrivães pelas ditas cartas, sem mais fazer
outras de minha Chancellaria, e quando os ditos officiaes vogarem
por morte ou por erros, por se assim é, ou por renunciação os
poderão também dar, e as pessoas que de laes officios por qualquer
maneira provarem darão Regimentos porque os hajão de servir
conforme aos quaes se dão em minha Chancellaria e hei por bem que
os ditos Tabelhões lhe pagarão minas penções pela dita maneira lhe
fago doação e mercê de juro e herdade para sempre para elle dito
Conde e todos seus successores das Alcaidarias mores de todas as
Villas e Povoações das ditas Ilhas, digo para sempre para elle dito
Conde com todas as rendas, Direitos, Foros, e Tributos que a ellas
pertencerem, segundo é declarado no Foral, as quaes rendas, Di-
reitos, Foros, o dito Capitão e Governador e seus successores haverão
e arrecadarão para si no modo e maneira contendo no dito Foral e
segundo forma delle e as pessoas a que as ditas Alcaidarias mores
forem entregues da mão do dito Capitão e Governador elle lhes
tomará homenagem dellas segundo forma de minhas ordenanças.
Idem, e assim me praz fazer mercê ao dito Conde, e a todos seus
successores a que a dita Capitania pelo tempo em diante vier, que
elles hajão, e tenham de juro e herdade para sempre todas as
Moendas, de Agua Marinhas de sal, e quaesquer outros Engenhos
de qualquer qualidade que sejam, que nas ditas Ilhas se poderem
fazer, e hei por bem que pessoa alguma não possa fazer as ditas
Moendas Marinhas ou Engenhos senão o dito Capitão ou Gover-
nador ou aquelles que para isso der licença de que lhe pagarão
aquelle fóro ou outro tributo em que se com elles converter. Item,
o dito Capitão e Governador, e seus successores, poderão arrendar e
aforarem factiota ou em pessoas ou como quizerem, elles bem vier
as terras ditas Ilhas pelos fóros e Tributos que quizerem, e as ditas
terras não sendo aforadas ou as rendas dellas quando o forem, virão
sempre a quem succeder nesta Capitania pelo modo contendo

nesta Doação, e das novidades, que Deus der nas ditas terras, não serão o dito Capitão e Governador, nem as pessoas que de sua mão as trouxerem obrigados a me pagar foro nem Direito algum, somente somente o Dizimo a Deus, á Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo. Segundo é declarado no Foral. Item, e assim lhe faço doação Mercê de juro, e herdade para sempre de meia Dizima do Pescado das ditas Ilhas que ha de vinte peixes hum que tenho ordenado que se pague alem da Dizima inteira que pertence á Ordem. Item, e mais lhe faço doação e mercê e doação de juro e herdade para sempre da dizima digo da redizima de todas as rendas, e Direitos, que a dita Ordem e a Mim de direito nas ditas Ilhas pertencer. Convem a saber, que de todo o rendimento, que a dita Ordem e a Mim couber, assim do Dizimo como de quaesquer outras rendas ou Dizimos de qualquer qualidade que sejam, hajão o dito Capitão e Governador e seus successores uma Dizima que é de dez partes hua Item, e assim me praz por respeito que o dito Capitão e Governador e seus successores hão de ter de guardar e conservar o Brazil que das ditas Ilhas houver de fazer doação e mercê de juro e herdade para sempre da vintena parte do que liquidamente vender para Mim foro de todos os Direitos do Brazil, que se das ditas Ilhas trouxer a estes Reinos, e a conta do tal rendimento se fará na Casa da Mina desta Cidade de Lisboa, onde o dito Brazil hade vir, e na dita casa tanto que o dito Brazil for vendido, e arrecada e arrecadado o dinheiro delle lhe sera logo pago, entregue em dinheiro de contado pelo Feitor e Officiaes della, aquillo que por boa conta na dita vintena montar: e isto por quanto todo o Brazil que nas ditas Ilhas, houver hade ser sempre meu, e de meus successores, sem o dito Capitão e Governador; nem outra alguma pessoa poder tratar, nelle nem vendello para fora, somente poderão o dito Capitão e Governador, e assim os moradores das ditas Ilhas aproveitarem-se do dito Brazilahi na terra, no que lhes for necessario, segundo he declarado no Foral e tratando neste, ou vendendo-o para fora incorrerão nas penas contheudas no dito Foral e tratando neste, ou vendendo-o para fora incorrerão nas penas digo—Item, e assim me praz e fazer mercê ao dito Capitão e Governador e a seus successores de juro e herdade para sempre, dos escravos que elles resgatarem, e houverem na terra do Brazil, possão mandar a estes Reinos vinte e quatro pessas em cada hum anno para fazerem delles o que lhes bém vier, os quaes escravos virão ao Porto desta Cidade de Lisboa, e não a outro algum, e mandarão com elles certidão dos officiaes digo dos meus officiaes das ditas Ilhas de como são seus, pela qual certidão lhe os ditos escravos serão cá despachados, sem delles pagarem direitos alguns, nem cinco por cento: e alem das ditas vinte e quatro pessas, que assim cada anno poderão mandar forros. Hei por bem que possão trazer por Marinheiros e Grumetes em seus Navios todos os escravos que quizerem, e lhes necessario forem; Item, e assim me praz; por fazer mercê ao dito

Capitão e Governador, e seus successores e aos vizinhos e moradores das ditas Ilhas não possão em tempo algum haver Direitos de cizas, nem imposições Suborrias, nem Tributos do Sal, nem outros alguns Direitos nem Tributos de qualquer qualidade que sejam, salvo aquelles que por bem da Doação e do Foral são ordenados que haja. Item, esta Capitania e Governança, rendas e bens della: hey por bem e me praz, que se herde e succeda de juro e herdade para todo o sempre pelos successores do dito Conde que herdarem e succederem em os bens do Morgado que fez e instituiu a dita Dona Violante de Tavora para o dito Conde seu filho, e elle ora possue e como no principio desta Doação he declarado, por quanto me praz, e hey por, bem que a dita Capitania onde sempre junta, nuida e vinculada com o dito Morgado e bens delle, e a pessoa que por bem da dita Instituição vier a successao do dito Morgado, herde, succeda e haja a dita Capitania assim, e da maneira que por bem da dita Instituição herdar e succeder os bens do dito Morgado, e com todas as obrigações clausulas, condicoes e penas contheudas, declaradas na dita Instituição, e declarações della, a qual Instituição haverá lugar na successao da dita Capitania e Governança rendas e bens della, assim e tão inteiramente como se para este caso fora feita, e como se as ditas Ilhas, Capitania e Governança rendas e bens della fora cada hua das propriedades e heranças contheudas e nomeadas na dita Instituição porque assim é minha mercê, com tal declaração que em tempo algum se não possa a dita Capitania, e cousas della de que por esta Doação, faço mercê, ao dito Conde partir, nem escambar, espedaçar, nem outro modo enlhear, nem em casamento a filho ou filhas, nem a outra pessoa dar, nem partir, tirar Pay ou Filho, ou outra alguma pessoa de captivo nem para outra alguma obra posto que seja mais piedosa porque minha tenção e vontade, he, que a dita Capitania e Governança, rendas e bens della, que assim don ao dito Conde, andem sempre juntos, e se não parta nem alienem em tempo algum, e aquelle que a partir ou alienar, ou espedaçar ou darem em casamento, ou fizer outra coisa por onde haja de ser partida ainda que seja muito piedosa por elle mesmo feito perta a dita Capitania e Governança e passe directamente aquelle a que houver de hir, segundo forma da Instituição do Morgado do dito Conde, porque a successao desta Capitania se hade regular como assim he declarado, se o tal que isto assim não cumprir, fosse morto: e assim me praz que por caso algum de qualquer qualidade que seja o dito Capitão e Governador, ou cada hum dos que pelo tempo forem, digo pelo tempo em diante forem, porque segundo Direito e Leis destes Reinos mereção perder a dita Capitania, jurisdição e rendas della a não pena seu successor, salvos se for traidor a Coroa destes Reinos e em todos os outros casos que cometer seja punido, e castigado quando o crime obrigar e porem o

seu successor não perderá por isso a dita Capitania, Governança, jurisdição e rendas della como isto he. Item, hey por bem e me praz que o Conde e todos os seus successores a que a dita Capitania e Governança vier, uzem inteiramente de toda a jurisdição, poder e alçada nesta Doação contheuda e da maneira, que nella é declarado, porque pela confiança que delles tenho, que guardarão nisso tudo, o que cumprir e serviço de Deus e Meu e bem do povo e direito das Partes e hey assim por bem. Item, e assim me praz, que nas terras da dita Capitania, não entre nem possa entrar em tempo algum corregedor, nem Alçada, nem outras algumas Justças para nas ditas Ilhas uzar de jurisdição alguma, por nenhuma via, nem modo, que seja, nem menos será o dito Capitão suspenso da dita Capitania, e jurisdição della, e porem, quando o dito Capitão cahir em algum erro ou fizer conza porque mereça e deva ser castigado. Eu e os meus Successores o mandaremos vir a Nós para ser ouvido com sua justiça e lhe ser dada aquella pena, ou castigo, que de Direito por tal caso merecer. Item, esta mercê lhe faço como Rey e Senhor destes Reinos e assim como Governador e Perpetuo Administrador que sou da Ordem e Cavallaria do Mestrado de Nosso Senhor Jesus Christo, e por esta presente carta dou poder ao dito Conde, que elle por si ou por quem lhe aprouver possa tomar e tome posse real, corporal e actual das ditas Ilhas, Capitania, Governança, jurisdição, rendas e bens della, e uze de tudo inteiramente como se contem nesta Doação, a qual hei por bem, quero, e mando que se cumpra e guarde em todo e por todo com todas as clausulas, condições e declarações contheudas e declaradas sem mingua nem desfalecimento algum e para todo o que dito lhe derrogo e hei por derogado a Lei Mental e quaesquer outras Leis, ordenações, Direitos, Glozas, e costumes que em contrario disto haja ou possa haver por qualquer via, ou modo que seja, posto que sejam taes que fosse necessario serem aqui expressas, e declaradas de verbo adverbium sem embargo da Ordenação do Segundo Livro, Titulo quarenta e nove que diz, que passando as taes Leis e Direitos derogarem se faça expressa menção dellas, e por esta prometo ao dito Conde e a todos seus successores, que nunca em tempo algum vá nem consinta hir contra esta Minha Doação em parte, nem em todo, e rogo e encommendo a todos meus successores, que lhe cumprão e guardem e mandem cumprir e guardar. E assim mando a todos os Corregedores, Dezembugadores, Ouvidores, Juizes, Justças, Officiaes e Pessoas outras de Meus Reinos e Senhorios que cumprão e guardem e fação inteiramente cumprir esta minha Carta de Doação, e todas as cousas nella Contheudas, sem duvida, embargos nem contradição alguma que lhe a elle seja posta, porque assim é minha Mercê. E por firmeza do que dito he, lhe mandei dar esta Minha Carta por Mim assignada e sellada com o meu sello pendente. Bartholomeu Fernandes a fez em

Lisboa, a dez de Novembro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e cincoenta e seis. Pedindo-me o dito Conde de Castanheira, que por quanto elle era o filho mais velho que ficara por fallecimento do Conde seu Pay a que directamente pertenceria por Successão as Ilhas contheudas nesta Carta, honvesse por bem de lhe confirmar, e visto seu requerimento, querendo-lhe fazer graça e mercê, tenho por bem e lhe confirmo e hei por confirmada com declaração que se uzará nas ditas Ilhas em todo dos Regimentos e Provizões, que se passarem aos Governadores e Ouvidores Geraes do Brazil, e com esta declaração mudo que se cumpra e guarde inteiramente assim e da maneira, que nelle se contem. Antonio Carvalho a fez em Almeirim aos quinze dias do mez de Dezembro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e setenta e cinco. E eu Duarte Dias a fez escrever. Pedindo-me o dito Conde Dom Antonio de Atalide, por mercê que lhe confirmasse esta Carta e visto seu requerimento querendo-lhe fazer graça e mercê Tenho por baze e lhe confirmo e hei por confirmada, com declaração, que quanto ao que se diz nesta Carta que possam os Capitães desta Capitania enviar cada anno vinte e quatro escravos que resgatarem e houverem na terra do Brazil, para delles fazer o que lhes bem vier, lhe não confirmo, por estar prohibida a trazição dos ditos escravos ao Reino, por huma Provisão do Senhor Rey Dom Sebastião Meo Sobrinho, que Santa Gloria heya, feita a vinte de Março do anno de quinhentas e setenta, com declaração que quanto da Alçada que por esta Doação se dá em Precios, Christãos, livres até morte natural inclusive que o caso de condemnacão de morte natural, haja applicação para Mór Alçada em toda a pessoa de qualquer qualidade que seja e que quanto a condemnacão que he, que na dita Capitania não entre Corregedor, nem Alçada, nem outras algumas Justças que eu e meus successores poderemos sem embargo da dita clausula mandar Corregedor ou Alçada a dita Capitania e Ilhas, quando me parecer necessario e cumprir meu serviço e boa governança da Terra, e com estas declarações e determinações Mando que a dita Carta se cumpra e guarde como n'elle se contem e por firmeza do que lhe mandei dar esta por Mim assignada e sellada com o meu sello pendente. Dada na Cidade de Lisboa aos oito dias do mez de Abril — Miguel da Costa a fez. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e noventa e tres. El-Rey Dias de Moraes a fez escrever Rey. Pedindo-me o dito Marquez de Cascaes que por quanto pelo Sentenço do Juizo das Justças, que tambem que sentenço mostra haver succedido no Margado a que estão vinculadas de jure, e heridade para sempre as Terras de Espirito e Tomamelliva do Estado do Brazil, lhe fizesse mercê mandar passar Carta de Doação em seu nome da dita Capitania sem embargo de se não achar confirmada

pelos Senhores Reys e Meus Predecessores nas pessoas de Dona Anna de Atahide e Castro Condeça de Castanheira sua Prima, a quem o dito Marquez succedera, nem no de seu Pay, o Conde Dom Jeronymo de Atahide, Tio do mesmo Marquez por ser irmão de sua Mãe, nem em seu Avô, o quinto Conde de Castanheira Dom Antonio de Atahide, de que havião muitos exemplos em semelhantes cazos e sendo visto seu requerimento, o que sobre elle respondeu o meo Procurador da Corôa a que se deu vista e informou o Provedor mór da Fazenda da Bahia por ordem minha. Hev por bem e me praz, de fazer mercê ao dito Dom Luiz Alvaro de Castro e Souza, Marquez de Cascaes de confirmar na dita Capitania das Ilhas de Itaparica e Tamarandiva, naquillo em que seus antecessores estiverão de posse, suprimindo-lhe o não haverem tirado os ditos seus antecessores, cartas de confirmação da mesma Capitania com declaração, porem, que o dito Marquez de Cascaes será obrigado a pagar os novos Direitos de todas as confirmações que deixarão de tirar, e com esta declaração e mais condições contidas nas Cartas nesta incorporadas, Mando ao meo Governador e Capitão General do Estado do Brazil, mais Ministros, e pessoas a que pertencera cumprião e guardem e a fação inteiramente cumprir e guardar, como nella se contem sem duvida alguma que por firmeza de tudo lhe mandei passar por Mim assignada e sellada com o sello pendente de minhas Armas, e pagará os novos Direitos que dever ao passar desta Carta pela Chancellaria na forma dos Offícios dellas. Dada na Cidade de Lisboa aos vinte e tres dias do mez de Novembro Manoel Gomes da Silva a fez. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e seis. O Secretario André Lopes de Lavre a fez escrever. El-Rey. Pedindo-me o dito Marquez de Cascaes. Dom Manoel José de Castro Noronha Atahide de Souza, que por quanto pela Sentença do Juizo das Justificações que offerece constava ser filho legítimo e primogenito do dito Marquez de Cascaes Dom Luiz Alvares de Atahide Castro Noronha de Souza e como tal lhe pertencer a Successão de sua caza, Morgado e bens da Corôa e Ordens que o dito seo Pay possuia entre as Doações que tinha era a que ajuntava e nesta Carta vai trasladada da Capitania das Ilhas de Itaparica e Tamarandiva do Estado do Brazil, lhe fizesse Mercê mandar passar carta de confirmação da dita Doação e Successão em seu nome, da forma em que a tinha o dito seo Pay, e tendo visto o seu requerimento e o que sobre elle respondeo o meo Procurador da Corôa a que se deu vista.

Hei por bem e me praz de confirmar ao dito Marquez de Cascaes, Dom Manoel José de Castro Noronha Atahide e Souza como por esta confirmo e hei por confirmada a Carta nesta incorporada por successão ao dito seu Pay o Marquez de Cascaes Dom Luiz Alvares de Atahide Castro Noronha e Souza, para que por ella tenha haja e possua de juro e herdade e todos seus successores, ascendentes e

descendentes e transversaes a dita Capitania das Ilhas de Itaparica e Tamarandiva do Estado do Brazil, com todas as jurisdições, rendas, direitos, e pertenças, condições e derogações em que o dito seo Pay a quem succedeo a tinha e na carta nesta incorporada estão expressas declaradas e com as taes limitações. Mando ao Meu Vice-Rei o Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brazil mais Governadores d'elle, Ministros e Pessoas a que pertencer cumprião e guardem e fação cumprir guardar esta minha carta de confirmação de Doação por Successão como nella se contem sem duvida alguma, a qual lhe mandei passar, por Mim assignada e sellada com o sello de xumbo de minhas Armas e no registros das cartas nesta incorporadas se lora as verbas e declarações necessarias e pagaraõ os novos Direitos que dever ao passar esta Carta pela Chancellaria na forma da Certidão dos Officiaes dellas. Dada na Cidade de Lisboa Occidental aos dezesete dias do mez de Junho. Manoel Gomes da Silva a fez. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e vinte e um. O Secretario Antonio Lopes de Lavre a fez escrever. El-Rey Por despacho do Conselho Ultramarino de nove de Maio de mil sete centos e vinte hum. Antonio Rodrigues da Costa, José de Carvalho e Abreu. Pedindo-me a dita Marqueza de Niza, Dona Maria Anna Josefa Xavier de Lima, como tutora de sua filha a Marqueza do mesmo Titulo Dona Eugenia Maria Josefa Xavier Telles de Castro da Gama Atahide Noronha da Silveira e Souza lhe fizesse mercê mandar passar carta de confirmação por Successão da Capitania das Ilhas de Itaparica e Tamarandiva na conformidade do Alvará no principio desta trasladado. E visto seu requerimento, Alvará referido. Carta nesta incorporada, resposta ao Procurador de minha Real Corôa a quem se deu vista e não teve duvida e por fazer Graça e Mercê a dita Marqueza de Niza, Dona Eugenia Maria Josefa Xavier Telles de Castro da Gama Atahide Noronha da Silveira e Souza. Hei por bem e me praz de lhe confirmar como por esta minha Carta confirmo e hei por confirmada a mercê que tem por Doação de juro e herdade da Capitania das Ilhas de Itaparica e Tamarandiva, unidas e vinculadas em Morgado e dispensadas perpetuum na Lei Mental em cumprimento da vida que nellas lhe competir, em forma, que por sentenças das justificações do Reino lhe são julgadas para que assim tenha e possua e todos os seus successores, ascendentes e descendentes e transversaes a dita Capitania das Ilhas de Itaparica e Tamarandiva no Estado do Brazil, com todas as jurisdições, rendas, direitos, pertenças e condições, denegações e limitações com que estiverão e possuiram os seus antecessores e na Carta nesta trasladada vão expressas e declaradas na conformidade da mesma Carta e do Alvará no principio desta incorporada. Pelo que mando ao meo Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brazil e mais Governadores d'elle e todos os Dezembarçadores, Corregedores d'elle e todos os Dezem-

bargadores, Corregedores, Ouvidores, Juizes, Justiça, Officiaes e Pessoas a que esta Minha Carta de Confirmação por Successão por apresentada e o conhecimento della pertencer que na referida forma a cumprão e guardem e fação inteiramente cumprir e guardar como nella se contém a dita Marquiza de Niza, Dona Eugénia Maria Josefa Xavier Telles de Castro da Gama Atahide Noronha da Silveira e Souza, sem disso lhe ser posto duvida ou embargo algum, porque assim é minha mercê e por firmeza de tudo o referido lhe mandei dar esta Carta por Mim assignada e sellada com o sello de xumbo pendente de Minhas Armas, a qual se assentará no Livro das Mercês que faço e será registrada nas de Minha Chancellaria Mor da Córte e Reino e nas partes onde necessario fôr e a margem dos registros do Alvará no principio desta trasladada se porão as verbas necessarias. E pagou de novos Direitos vinte e tres mil setecentos e secenta reis desta Confirmação e assim mais noventa e cinco e quinhentos reis das confirmações que devia que tudo foi carregado ao Thesoureiro no Livro quarto de sua receita a folhas noventa e quatro, com conston do conhecimento em forma registrado no Livro quarenta e quatro de registro geral a folhas cento e setenta e hum verso. Dada na cidade de Lisboa aos seis dias do mez de Outubro Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e oitenta e sete. A Rainha com Guarda Conde da Cunha Carta de Confirmação por Successão, porque Vossa Magestade ha por bem fazer Mercê a Marquiza de Niza, Dona Maria Anna Josefa Xavier de Lima, como Tutora de sua filha a Marquiza de Niza—digo—a Marquiza do mesmo Titulo Dona Eugénia Maria Josefa Xavier Telles de Castro da Gama Atahide Noronha da Silveira e Souza de lhe confirmar a Mercê que tem por Doação das Ilhas de Itaparica—digo—por Doação de Successão de jure hereditaria da Capitania das Ilhas de Itaparica e Tamarandiva no Estado do Brazil maldas e vinculadas em Morgado e despendadas interperpetuum da Laí Mental em cumprimento da vida que nellas lhe compattir, e na forma que por Sentença do Juizo das Justificações do Reino lhe são julgadas, para que assim a tenha, haja e possua e todos os seus successores, ascendentes, descendentes e transversaes com todas as jurisdicções, rendas, Direitos, pertenças, condições, derogações e limitações com que a tiveram os seus antecessores, a quem succede como nesta se declara Para Vossa Magestade ver. Por despacho do Conselho Ultramarino de treze de Agosto de mil setecentos e oitenta e sete. O Secretario, Joaquim Miguel Lopes de Lavre a fez escrever. Registrada a folhas duas do Livro quarenta e cinco de Officios desta Secretaria do Conselho Ultramarino e postas as verbas necessarias. Lisboa vinte e quatro de Outubro de mil setecentos e oitenta e sete. Joaquim Miguel Lopes de Lavre, José

Mercês e posta a verba necessaria, e pagou seis mil novecentos e cincoenta reis. Pedro Caetano de Moraes Sarmento. Pagou vinte e tres mil setecentos e secenta reis desta Confirmação, e pelas Confirmações que devia, noventa e cinco mil e quarenta reis, e aos Officiaes cincoenta mil duzentos e secenta reis, e ao Chanceller Mór, nada por quitar. Lisboa tres de Novembro de mil setecentos e oitenta e sete. O Secretario do Conselho Ultramarino, como Escrivão desta Confirmação, trinta e um mil quatro centos e oitenta e cinco reis. Como vedor, Antonio José de Moura Jeronymo José Correia de Moura a fez Registrada na Chancellaria Mór da Córte e Reino no Livro de Doações e Pedroens de juro, a folhas trescentos e sete verso. Lisboa seis de Novembro de mil setecentos e oitenta e sete Matheus Rodrigues Vianna Cumpra-se e registre-se, como Sua Magestade ordena. Bahia vinte e oito de Abril de mil setecentos e oitenta e oito. Dom Fernando Jose de Portugal José Pires de Carvalho e Albuquerque.—Bahia, 25 de Outubro de 1917. —O Director—Francisco Borges de Barros.

FUNDAÇÃO DA CIDADE DO SALVADOR

Bem cedo despersuadiu-se a metropole da tentativa de colonização do Brazil, ao dividil-o em capitánias hereditarias pelos fidalgos portuguezes que maiores serviços haviam prestado á Patria, premindo-lhes assim á benemerencia.

Coube a da Bahia, entre o rio São Francisco e a *Ponta do Padrão* (hoje Santo Antonio da Barra) a Francisco Pereira Coutinho, cujo fim tragico ás mãos dos selvagens de Itaparica, depois de naufragio nos baixios das *Pernúnas*, de volta de Ilhéos, onde fôra obrigado a acolher-se—ainda é um dos pontos obscuros da nossa historia.

Nem por isso desanimou a metropole, e então D. João III emprehenheu a idéa do estabelecimento de um governo geral, em a nova colonia, com o fim de povoal-a e de pôr cõbro ás incursões de contrabandistas que vinham fazer carregamento de productos da terra, com detrimento dos direitos da corõa de Portugal.

Esecolhido Thomé de Souza (*) para desempenhar a espinhosa e delicada empreza, zarpon do Tejo em uma esquadrilla a 1.^o de fevereiro de 1549, (**) chegando á Bahia a 29 de março seguinte, fundeando as náos em frente á enseada da Barra, na altura do forte de S. Diogo, perto do qual ficava a povoação do Pereira ou Villa Velha, ao sopé da ermida, hoje capella de Santo Antonio da Barra.

Compunha-se a armada das náos *Conceição, Salvador, e Ajuda*, das caravellas *Rainha e Leão* e um bergantim.

Na primeira náao embarcou Thomé de Souza; na segunda Antonio Cardoso de Barros, ex-donatario de Ceará e nomeado provedor-mór da fazenda; na terceira, Duarte de Lemos.

Vieram tambem na expedição o desembargador Pero Borges, ex-corregedor no Algarve e provido no cargo de ouvidor geral, Pero de Gões da Silveira, capitão de uma das caravellas, ex-donatario da

(*) Mordomo-mór do rei, filho de João de Souza e neto de Pedro de Souza, senhor do poder de Basto; servira, com distincção, na Asia e na Africa, e de volta do reino fora vedor da casa real e da Fazenda.

(**) O Padre Manuel da Nobrega, em carta dirigida ao dr. Navarro, em 10 de agosto do mesmo anno, escreven:

«Depois que partimos de Portugal, a que foi em 1. de fevereiro de 1549, toda a armada trouxe-a Deus a salvamento...»

capitão da Parahyba, ao qual confiou o cargo de capitão-mór da costa: Francisco da Silva, capitão da outra esquadra; Antonio da Rego, moço da camara de El-Rei, nomeado escrivão da provedoria, alcaidega e detinções; Miguel Morris, moço da camara da infantia D. Maria, como escrivão dos contos; Francisco Mendes da Costa, escrevedor e fidalgo da casa de El-Rei, como escrivão das terras do Rio de Janeiro; Lousa Dias, como mestre das obras; Diogo de Castro, como thesoureiro das rendas do Brasil; Christovam de Aguiar, como almoxarife do armazem e mantimentos, os jesuitas Manoel da Nóbrega, como superior, Leonardo Nunes, João de Aspiluega Navarro e Antonio Pires e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jacome, 400 fagradados, 280 colonos, soldados, ao todo, 1.000 homens.

«Surta a esquadra no porto, refere o padre Raphael Galanti (*Hist. do Brazil*): Diogo Alvares não se demora em comparecer, presta obediencia ao governador e assegura-lhe o espirito dos selvagens, os quaes deitavam por terra os arcos, em signal de paz e de amizade. ...»

«Ao terreno da Antigua Melio Moraes, fez o governador a entrada em Villa Velha, com toda a gente, bem armados os da guerra, com uma bem ordenada marcha, e os mais em composta, a devota procissão, diante da qual iam os padres jesuitas, levando um arvoredo uma grande e formosa cruz, acompanhada de muitas legiões, cantando os cânticos de gestos alegria de verem o que desejavam. ...»

«Thomé de Souza, successora o padre R. Galanti, se alojou na casa de Camarajó, sendo Paulo Borges e Antonio Carlos de Barros hospedeiros, por Paulo Antonio e Affonso Rodrigues, gentes de Diogo Alvares. ...»

Quanto aos jesuitas, refere o padre Nóbrega: «... e chegaram a esta cidade da grande fumaça da qual logo nos apresentamos os padres e irmãos em procissão, e par della, que não foi pequena consolação para nós, chegarmos a esta e amarmos. O primeiro domingo que chegou a esta foi a quarta domingo de quadragesima. ...»

Comprehendendo o governador que a posição da Pereira não lhe dava a segurança precisa, pois havia muito proxima da barra, mandou penetrar o interior da baía, e as aldeias da cidade se foram formando em Alapiripe, si não fora a falta de abundancia de agua, pelo que foi preferido a local, onde está hoje a freguesia da St. Anna.

17. Lousa Dias, mestre das obras, alcaide da provincia de São Paulo, Thome de Souza, moço da camara de El-Rei, de que fora parador o capitão Francisco Telles, alcaide da Bahia, e o fidalgo de El-Rei.

legua distante da povoação do Pereira, na direcção do norte, vindo a esquadra fundear em frente. (*)

Além disso, sendo já conhecida, no reino a posição em que Coutinho situara a sede da sua donataria, verificou Thomé de Souza que realmente, seria sem proveito lançar, naquella sitio, as bases da nova cidade.

Antes de dar inicio ao desbravamento do terreno, mandou Thomé de Souza evacuar as aldeias do gentio, que estavam estabelecidas no Terreiro, no Carmo e no Desterro. (Fr. Jaboatam—*Nova Orbe Serafica*).

Isto posto, começou a derribada da floresta e o nivelamento do sólo, construindo-se, em torno, uma cerca de pau a pingue, dentro na qual podiam trabalhar os operarios sem muito receio de inesperadas aggressões dos selvícolas.

Dentro desse cercado, delineou-se a planimetria da cidade, traçando-se ruas e praças designando-se local para os differentes edificios publicos e dando-se logo principio ás construcções provisórias. Com admiravel disposição toda a gente se entregou ao trabalho, des do proprio governador (**) e os padres até as mulheres e crianças. Já naquelles primeiros serviços foram os indios de um prestimo incalculavel no a adjutorio que davam aos colonos. Elles se incumbiram de trazer dos arredores e das florestas o material necessario—madeiras, palhas, cipós, pedras, etc, conduzindo tudo até o alto do outeiro; e não se mostravam mecos animados e solícitos que os portuguezes. Ao mesmo tempo se construam as habitações dentro do quadrilatero demarcado, (***) não se esquecia o Governador de mandar fazer grandes roças nas immediações, de modo que a colonia estivesse segura de ser suprida dos viveres mais indispensaveis sem necessidade de os procurar muito longe.

(*) Na area da cidade baixa, ainda hoje conhecida pelo nome de *Ribeira*, (primitiva *ribeira das águas*) estabeleceram as suas choupanas, ao longo da praia, os colonos, soldados e operarios, vindos na armada.

Um pouco mais para o norte descobriu um degradado de nome *Pereira* uma fonte, que tomou o seu nome e que abastecia os navios de agua potavel.

As marinhães, desde a alfandega velha ao principio das Grades de Ferro, no antigo largo de Santa Barbara, chamaram-se primitivamente *Ribeira do Côes*.

(**) Religiamos esta noticia quando depuramos esta passagem em chronista bahiano:

«... ouvi dizer a homens do seu tempo que ainda alcançei alguns que elle (Thomé de Souza) era o primeiro que lançava a mão do pilão para os taipaes e ajudava a levar os seus hombros os caibros, e madeira para os casais. ...» (Frei Vicente do Salvador—*Hist. do Brazil*).

(***) «... a cidade do Salvador começou como um acampamento de guerra, (*castrum*) á meiga dos Romanos, com muros e fossos ao redor: armamento estreito e breve e caber num ambito que não era grande: duas portas principaes, uma ao sul, na altura dos fundos do theatro de hoje, e outra ao norte, no começo da ladeira da Misericordia, rodeada de aguas e com boas fontes proximas, e de accordo com as circumstancias, sacrificando tudo á necessidade suprema de segurança indispensavel no meio barbaeo e revoltado que então era o da capitania do mallogrado Francisco Pereira Coutinho.» (Dr. Theodoro Sampaio—*3. Palestra no Inst. Geogr. e Hist. da Bahia*, com 25 de agosto de 1912.)

«Feitas as primeiras cassas, onde se puderam recolher provisoriamente as famílias, as autoridades e os padres, cuidou-se de substituir a cerca de madeira, que defendia a povoação, por uma alta e grossa muralha de taipa, com dois baluartes sobre o mar e quatro por parte de terra, com artilheria e os mais reparos para sua defesa.»

«Mas enquanto os soldados e colonos, com grandes numero de indios, se occupavam desse serviço, que era da maior importancia, pôde-se ir fazendo a trasladação da maior parte da gente de Villa Velha para as habitações já construidas.

«Os padres, na pequena ermida que improvisaram (no mesmo local onde depois se levantou a igreja de N. S. da Ajuda) iam celebrando todas as actas do culto; e com isso muito se alegravam tanto os portuguezes como os selvagens. . . .»

«Em cerca de seis mezes de trabalho transformara-se inteiramente aquella paragem, e a nova povoação surgiu, como por encanto, do meio daquelles esplendores da terra.»

(Rocha Pombo—*Hist. do Brazil*—vol—III.)

A povoação deu-se o nome de *Cidade do Salvador*, tendo por armas um escudo, no qual, em campo azul distende as azas uma branca penúba, trazendo na bico um ramo de oliveira, e em torno a legenda:

Si illis ad arcem reversa est.

O escudo a que se allude acima, ainda hoje se conserva no alto da porta principal do palacio municipal, antigo *senado da camara*.

Até ao presente não ficou definitivamente apurado a quem se deve a denominação de *Cidade do Salvador*; (1) pois, com a primeira invasão hollandesa, estracizaram-se muitos livros de registo de outros regias, os quaes bem podiam esclarecer a materia.

Em junho de 1912, contrariando a corrente dos que indicaram os jesuitas como os auctores do nome da cidade, sob o fundamento de haver-na exposto, no frontispicio da igreja do Collegio, a imagem do Salvador do mundo, dissemos logo que muito fragil e inconsistente era a justificação, desde que, sendo Jesus Christo o orago da Ordem, nada menos estranhavel que os padres da Companhia assim tivessem procedido, em se tratando de um templo tão vasto e imponente, como é a cathedral bahiana.

Attribuimos, então, a denominação ao governador Thomé de Souza e assim nos entrecimamos:

«Entre as embarcações da frota do 1.º governador contavam-se

[1] O Dr. *Silva* applicou mais tarde no bialla pela qual o papa João XXI nomeou o primeiro bispo, tanto, porém, este como os jesuitas em suas cartas continuaram sempre a dizer *Cidade do Salvador*. (Padre Raphael Galanti—*Hist. do Brazil*—vol—I.)

as náos *Ajuda*, *Salvador* e *Conceição*, esta do comando do proprio Thomé de Souza.

«Naturalmente, o governador, querendo render piedoso preito á Divindade, pela feliz travessia por entre mares pouco roteados chegando á bahia de Todos os Santos, a salvamento, propoz e foi accedido que á nova cidade se desse o nome de *Salvador*, em recordação perpetua de uma das náos da sua armada, assim como teve a invocação de N. S. da *Conceição* a ermida que fez construir á beira-mar e que o primeiro bairro da cidade se chamasse *Ajuda*, do nome da capella construida pelos jesuitas, sinão tambem da não commandada por Duarte de Lemos.»

E ajuntamos:

«Si não foram estas as origens da primeira nomenclatura urbana e dos primitivos bairros da Conceição e da Ajuda—forçoso é admittir uma notavel e singular coincidência.»

Submettida a nossa conjectura á respeitavel autoridade do dr. Theodoro Sampaio, este, depois de adduzir argumentos de certa valia, concluiu que a denominação da cidade se deve a D. João III, embora reconheca que *não ha documento que prove a origem officia dessa denominação* e mais adiante accrescenta que os tres navios principaes da esquadilha trazem nomes suggestivos: *Salvador*, *N. S. da Ajuda* e *N. S. da Conceição*.

Sem discordar, em absoluto, da opinião do distincto e proecto historiographo, apenas estranhámos que nos regimentos dados a Thomé de Souza e ao provedor-mór da fazenda, Antonio Cardoso de Barros, nem uma só vez se referisse D. João III ao nome que se devera dar á nova cidade.

A mesma omissão se observa nas primeiras provisões nomeando o pessoal administrativo da colonia.

Todavia, ficou demonstrado que a denominação da cidade não se deve aos jesuitas.

Como já vimos, a primitiva cidade estendia-se dos fundos do theatro S. João até ao começo da ladeira da Misericordia, donde partia um dos caminhos que colleando a encosta da montanha ia ter á *fonte de Pereira*, junto á praia.

O outro partia de detrás do Palacio do Governo (hoje rua do *Pau da Bandeira*.) indo terminar na ermida da Conceição da Praia.

Neste mesmo caminho ia entroncar ainda um outro, ladeira da Preguiça, por onde os generos de commercio eram conduzidos em carros para a cidade alta.

A estrada para Villa Velha ou povoação do *Pereira* foi tambem emprendida, pela necessidade da communicação entre os dois

pontos, e pela qual se desdobram hoje as ruas de S. Bento, S. Pedro, Mercês, João Pereira e Victoria.

Sobre a data da instalação da cidade divergem os autores, propendendo a maioria para o dia 1.º de novembro de 1549.

Um dos mais modernos, o sr. Rocha Pombo, manifesta-se nestes termos:

«O pensamento de Thomé de Souza era fazer a instalação solenne da cidade no dia, que ali já era historico, primeiro de novembro. Para isso é que se apressou a conclusão das obras, principalmente da casa da camara e da igreja matriz, situadas na praça central, onde deviam ter logar as ceremonias. Resolven-se dar toda pompa áquella festa. Acompanhado dos seus officiaes, autoridades e multidão de povo, dirigiu-se Thomé de Souza, pela manhã, á igreja da Ajuda, onde se celebrou missa do Espírito Santo. Em seguida, foi ao pago do Senado; e ali, depois de declarar installada a nova cidade, sob o nome de *Salvador*, em presença do clero, nobreza e povo, prestou juramento e assumiu o cargo de governador geral do Brazil tomando, por sua vez, o compromisso das outras autoridades e demais funcionarios, e recebendo as homenagens que lhe eram devidas. Estava assim creada oficialmente, no dia 1.º de novembro de 1540, a cidade do Salvador da Bahia, capital da America Portuguesa por mais de duzentos annos.» (*Hist. do Brazil*—Vol. III.)

Ignacio Accioli (*Mem. Hist. e Polit. da Prov. da Bahia*) consigna a data de 6 de agosto; e o editor e annotador, das mesmas *Memorias*, sr. Hypolito Cassiano de Miranda, diz que a fundação da cidade occorreu durante o mez de maio, e em sua opinião no dia 30, contestando que esse acontecimento se tivesse realizado a 1.º de novembro, indicado por frei Jaboatam, «não só porque Nobrega na carta de 9 de agosto de 1549 e na de 6 de janeiro de 1550 ao seu provincial padre-mestre Simão, nenhuma menção faz dessa cerimonia, o que é para admirar, como tambem porque nesse dia (1.º de novembro) partiu elle com o padre Leonardo Nunes e o irmão Jacome para Ilhéos, e não é creivel que no dia em que ia realizar-se uma festa tão solenne, como era da fundação da nova cidade, embarcasse elle para fora, deixando assim de assistir áquelle acto.»

Mais recentemente o dr. Theodoro Sampaio, tratando do assumpto, escreven:

«Com rapidez se construíram o palacio e a casa da camara, parecendo que nisto houve intuito deliberado, para o fim de se inaugurar a nova cidade, quando menos fosse, pelo edificio da municipalidade, ainda pela festa de *Corpus Christi* (dia do Salvador), occorrida então a 13 de junho, (*), quando se fez sahir «procissão

(*) O Sr. H. Cassiano de Miranda diz que, em 1549, a festa de *Corpus-Christi* existiu em 20 de junho e não a 13.

mui solenne, em que jogou toda a artilharia, que estava na cerca, as ruas muito enramadas e houve danças e invenções á maneira de Portugal.» (Th. Sampaio—*Cidade do Salvador*—no *Jornal de Noticias* de 10 de julho de 1912.)

Inclinamo-nos a aceitar a instalação da cidade no dia de *Corpus-Christi* (a 13 de junho de 1549, por que perfeitamente pondera o dr. Theodoro Sampaio:

«Mui provavel é que, por meiorar essa inauguração assumisse a camara, desde esse tempo, o compromisso que ainda hoje se observa de custear a procissão de *Corpus-Christi* e de se fazer nella representar solennemente.»

Lentamente, foi-se estendendo a cidade em direcção do norte, rumo do Carmo, tanto que ao tempo da invasão hollandeza, em 1624, não occupava toda a area comprehendida hoje pela freguesia da Sé. A rua Visconde do Rio Branco, por exemplo, segundo o mappa de Barloens, não chegava até á Praça dos Veteranos.

Em 1610, escrevia um jesuita para o reino:

«... estamos estabelecidos junto ás portas que dão para o lado do Carmo.»

Com a vinda de novos colonos e com o augmento da população teve a cidade que dilatar a sua area para muito alem dos seus primitivos limites, com a abertura de novas ruas e praças, quando não havia já receio das investidas e assaltos dos aborígenes.

Fazia-se, porém, inimigo mais ousado—o estrangeiro, como o holandez, na sua primeira invasão o que levou o governo do Brazil, não confiando só no poder offensivo das fortalezas, a constituir trincheiras em torno da cidade, como ainda acontecia, em 1688, algumas das quaes, em 1772, já tinham sido entulhadas e sobre ellas construidas casas.

Corriam, mais ou menos, essas linhas de defesa ao norte—dos muros da igreja da Conceição do Boqueirão, (*) até aos Quinze Mosteiros; a leste, pela rua dos Marchantes até á Cruz do Paschoal, dahi segundo pela chacara ou roça da O. 3.ª do Carmo, fundos da ladeira do Alvo, chacara do padre Sá (Cosme da Silva Lima e Sá), fundos da capella da Saude, Jogo do Carneiro até á roça do Caquende, rua atrás do Muro do Desterro, Campo dos Martyres, Tororó, Lapa, Portão da Piedade até ao Hospicio do mesmo nome, dahi tomando rumo ao oeste para a Rua da Forcea, voltando para o Mocaminlio, Chibeco, terrenos do hospicio de Jerusalém e terminando na fonte do Gabriel.

* No mesmo sitio onde está esse templo existiu um boqueirão, donde lhe veio o nome de igreja de N. S. da Conceição do Boqueirão. A rua direita de Santo Antonio chamou-se anteriormente, rua direita da Conceição do Boqueirão.

Como vimos atrás, e seguindo ao dr. Th. Sampaio, a cidade de Thomé de Sousa prolongava-se dos fundos do Theatro S. João ao princípio da actual ladeira da Misericórdia. (*) Continha uma praça e umas duas a tres ruas, afora os becos e travessas, sufficientes para abrigarem os portuguezes expedicionarios, pois nem todos ali se recolhiam, ficando outros residindo em Villa Velha.

Tambem esse espaço o nome de bairro de Ajuda, depois o de freguesia do Salvador, e finalmente o de freguesia da Sé. A praça, hoje denominada Rio Branco, era mais limitada que a actual e ao seu contorno localizava-se a administração da cidade: casas do governador, senado da camara, cadeia, alfândega, casa dos contes e outras officinas destinadas ao publico serviço.

Chamouse primitivamente praça da *Paróda*, onde se faziam orações de mortos, como afirma Gabriel Soares, e se erguia o pelourinho, mais tarde retirado para o Terreiro de Jesus (**), e depois removido para o sitio, onde ficam os aqueductos de S. Bento, sendo o ultimo da cidade o que existiu no largo do mesmo nome, hoje largo José de Alencar.

Daquelles edificios apenas hoje existem o palacio do governo, ao sul, e o edificio da camara, do lado da oriente, ambos de pequenas dimensões, ao tempo da fundação da cidade.

Como o pago do governo e da camara passou por muitas modificações, acrescentando-se-lhe uma torre, e no topo collocaram, «uma figura de ferro, que era um catavento, com terrível estatura humana, tendo corda, e um chicote nas mãos á qual deu o povo o nome de *graga da palha*.»

Na mesma torre havia um sino que soava nas occasiões de convocação do povo para deliberar sobre graves assumptos, isto é, tres dias depois da praça do porteiro da camara pelas ruas da cidade.

Tambem tocava a rebate, nos momentos de commoção publica. Da praça de Palacio partia a rua do mesmo nome, primitivamente chamada *rua direita das Portas de Santa Lucia*, ao fim da qual ficava a ermida dessa invocação, tendo junto um castello ou baluarte, terrenos hoje occupados pelo Theatro S. João.

Desaparecida a cidade e fundado o mosteiro de S. Bento, a actual rua Chile passou a denominar-se rua direita das Portas de

(*) Segundo por uma das cartas do jesuita Manoel da Nobrega levadas ao arquipelago da cidade pelo lado do mar até á actual rua 28 de Setembro, por onde devia passar a rua primitiva da praça, onde terminou no estremo a rua da Misericórdia, ou, como muito abaixo, na freguesia. Acreditando a cartographia do mesmo cartographo, bem como o carteggio de outros approximados, alguns dados da verificação historica, quando outros affirmam que a cidade se compoziem da praça da Misericórdia.

(**) Novas praça se fundou no centro da cidade — reedificando-se o templo de orações pela freguesia-maternal, em 1664, e ali ali enterradas as praças da praça, primitivamente no edificio da igreja da Sé.

S. Bento e o baluarte que ainda existia em 1750 era chamada castello das Portas de S. Bento.

Os padres da Companhia muito concorreram para a expansão da area urbana, até á sua expulsão em 1759.

Depois de edificarem muitas casas nas Portas do Carino, rua da ladeira do Taboão até á fonte dos Padres, construíram as ruas dos Droguistas e do Guindaste dos Padres (*), assim chamada, do guindaste construido, no mesmo sitio, onde está hoje o *Plano Gonçalves*, para afixar os generos destinados ao Collegio e vindos por mar.

Até á primeira invasão hollandeza, bem raros eram os predios da cidade baixa, edificados, aqui e alli, ao sopé da montanha, e pontos em que as saliencias da encosta não davam passagem a p enxuto.

Assim foram as ruas dos Droguistas e do Guindaste dos Padres as primeiras vias publicas do bairro commercial e tinham o nome primitivo de *rua Direita da Praia*, denominação que se generalizou até á igreja da Conceição.

Não pararam ali as edificações dos jesuitas, no bairro do commercio.

Em 1714, começaram a construcção dos sobrados denominados *Cobertos*, com frente para o mar e avarandados.

Na testada desses edificios levantaram caes em virtude da provisão regia de 26 de março de 1716, sendo as obras embargadas pelo senado da camara e mandadas continuar por carta regia de 6 de janeiro de 1737, dirigida ao vice-rei do Brazil, conde das Galveas. Nesse documento lê-se: «... Portanto vos ordeno que achando-se estes (os officios do senado da camara) ainda servindo no senado os deponhais de seus cargos, para os quaes não poderão mais ser nomeados e os mandei prender debaixo de chave até outra ordem minha...» porquanto disse el-rei... «nem o senado teiu jurisdicção alguma nas obras da marinha, nem ainda que a tivesse podia embaraçar esta que se fazia em execução de uma resolução minha e por ordem vossa...»

A pouco e pouco, conquistaram-se terrenos ao mar, con-

(*) Um outro guindaste existiu na Praça de Palacio, de propriedade da camara e afoado a Diogo Lopes de Souza, pelo preço de 56.800 annuos.

Resol. o instrumento publico de aforamento:

«... e outrossim pagará (Diogo Lopes) aos herdeiros de Balthazar Ferro, o preço do chão da praia, que está entre Antonio de Castro e o trapixe por onde se fez o caminho do dito guindaste, porque com as ditas obrigações e condições se lhe fez o dito aforamento, assim de dito guindaste como do sitio que com elle se com as casas de seu mienio se occupo, que tudo fica debaixo de sua telhada na forma em que o dito Diogo Lopes o recebeu por ordem da dita camara, com toda a sua ladeira até o mar...»

(Rev. do Arch. do Mus.—Anno II—n. 8)

medir-se nos cas e à proporção que as respectivas áreas eram occupadas por predios, novos cas eram levantados.

A tradição ainda conserva os nomes dos *do Saizé, do Liro, da Lenha, da Farenha, dos Aires de Santa Barbara*.

O ultimo construido foi o que se estende da Associação Commercial ao edificio da Alfândega nova, hoje denominado rua Dr. Miguel Calmon. Neste mesmo já desapareceram com o atterro das obras do porto.

Uns fontes de agua potavel serviam á cidade baixa: a de *Ferraz* que fornecia tambem aos navios e a dos *Padres*, que ficava na rua do Juizão e abastecia o Collegio dos Jesuitas.

Como não convém perder a tradição acerca da primeira nomenclatura de algumas ruas, travessas, etc. em parte ainda conservada usaremos adiante as denominações colligidas pelo sr. Antonio Joaquim Damascio, autor do *Tombamento da Casa da Santa Misericórdia* e approvadas pelo dr. Mello Moraes, no *Brazil Historico*.

Rua do Bispado—assim denominada por ter ali residido, em 1770 o residido do crime, Francisco Antonio Polquo da Silveira.

Rua dos Capães—por terem ali sua residencia os capitães commandantes do baluarte de Santa Luzia.

Rua de Costa de João de Freitas—nome do tabelião João de Freitas, que ali morava.

Travessa do Seminario—por ficar ao lado da casa, onde funcionou o primeiro seminario, no arcebispo de Fr. Francisco de S. Damasco.

Travessa da Archa—(antiga porta dos Estandos, no tempo dos jesuitas) entre a rua do Collegio e a casa do antigo Centro Telephonico.

Rua do Paço de Saldanha—do nome de D. Manoel de Saldanha da Gama, proprietario do solar, onde hoje funciona o Lyceu de Artes e Officinas.

Travessa da Virasolha—assim chamada, porque os transeuntes eram obrigados a descolarem-se passando diante do palacio do arcebispo se algum se distraia se lhe gritava logo: *Virasolha!*

Rua do Oratório—porque ali existia a casa, onde os jesuitas e catechizavam a alma dos redempcionistas em certas épocas do anno. Solamente a porta principal havia um painel de azulejo, com a figura de Santo Ignacio de Loyola e a inscripção: *Casa dos Exercícios*.

Rua do Padre Gonçalves—que se denomina *Rua do Fio de Lã Largo de Humildade*—denominação originada da capella qd ali existia por causa da devoção e hoje Praça dos Veteranos.

Largo do Arco—assim chamado do palacio do marquez de Aveiro.

Rua do Sol, onde existia o morgado de Jeronymo Perel Salas, que lá exercia o senado da camara.

Rua do Gabriel, do nome de Gabriel Soares de Sousa, proprietario dos respectivos terrenos.

Rua das Lameiras—Diz a tradição que no quintal da casa de um clérigo, de costumes luxuosos, crescia frescos laranjeira, donde, á noite, olhares curiosos observavam quanto se passava no interior do predio. O prelado, almocestados e illudido á vista haça. Certa noite o padre, ouvindo rumor entre os ramos da arvore, derrilou-a á machado, ficando o estranho hospede muito maltratado pelos espinhos. O caso divulgou-se e dahi a denominação da rua.

Rua da Mangueira—tinha a denominação dos arvores do mesmo nome que cresceram de um dos lados da referida rua.

Rua do Soares—assim chamada do coronel Antonio José Soares, commandante da policia, antes do Independencia, e qual ali morreu. Era conhecido por *maior Soares*, de quem a tradição conta interessantes aneddotas, como polimalia da cidade.

Rua de D. Carlos—por ter ali residido haugos annos o côcoand D. Carlos Balthazar da Silveira.

Rua de Moura—Por ter sido esse local designado para habitação dos mouros em cissão qde vieram degredados para a Bahia, em 1718.

Rua da Ferraria—onde existia e construiu muitas casas o negociante João Baptista Ferraro.

Rua da Agonia—assim chamada de um cemiterio, consagrado ao Senhor Bom Jesus da Agonia, na esquina de Jogo do Carneiro.

Rua dos Sete Pecados—Eram sete casas contiguas de porte e janella, na freguesia de S. Pedro, habitadas por mulheres fadistas.

Rua Cruz do Passado—onde Paschoa Marques, em 1743, dum pequeno lago, mandou levantar um pilar e sobre elle contruir um oratorio com a imagem de N. S. do Pilar encamado por uma cruz.

Rua da Virasolha—assim chamada da igreja que servia de noviciado aos jesuitas e hoje Collegio dos Orphãos de S. Joaquim.

Rua dos Marchantes—onde residiam os principaes commerciantes de gado.

Rua dos Quize Mysteros—em virtude de quinze casas contiguas que ali existiam.

Rua de Santa Barbara—tem o seu nome da capella que existiu no morgado do mesmo nome, construida pelo cardeal Francisco Pereira da Lago.

Praça da Fidalga—assim denominada porque no fim da rua da Lapa havia um que abria para a rua Direita da Piedade.

A estas denominações adicionamos as que conseguimos recolher.

Rua da Cadeia, por que no pavimento terreo do paço foram estabelecidos as cadeias da cidade, desde os tempos primitivos. Chamou-se depois ladeira da Praça e hoje rua Visconde do Rio Branco.

Porto dos Holandezes é o sitio da Gamboa, onde desembarcaram os holandezes na noite de 9 de maio de 1624.

Barro da Palma—era a denominação que tinha a ousa circumvisinha da capella do mesmo nome, porque ali cresciam muitas palmas ou palmeiras.

Agua de Meninos—Era uma lagoa formada pelas aguas que desciam do alto para beira mar, e ali banhava-se grande numero de meninos, viados alguns de muito longe, e dahi a denominação.

Em 1752, a camara mandou entulhar a lagoa e abrir a rua que hoje existe.

Campo da Polvora, assim chamada a fortaleza que ali havia e que depois serviu de deposito da Polvora, removido de S. Bento para o lado do governador Roque Barreto. A polvora esteve ainda depositada na ilha do Meio, na fazenda Bom Despacho, em Itaparica, e agora está no Matatá, freguesia de Brotas.

Chamou-se depois a praça *Campo dos Martyres*, por que ali foram fusilados em 1817, os patriotas pernambucanos padre Roma e outros.

Primitivamente, teve o nome de Campo do Desterro, depois o de Campo da Polvora e ainda o de Praça 2 de Julho, onde se pretendia erguer o monumento aos heróes da Independência.

Rua da Ladeira—era a ladeira sobre a qual se construiu o viaducto da *Linha Circular* e em cujo tópo havia um mastro, onde se faziam signaes semaphoricos dos navios que entravam a barra, estando hoje esse serviço installado na fortaleza de S. Marcelle.

Portão da Piedade—chamou-se posteriormente *Rua do Coram-Há* (Manuel Xavier Há), que residiu em uma casa que construiu no mesmo ponto, onde existiu o *portão da Piedade*. Morto o coronel Há o povo reviveu a primitiva denominação, ainda hoje em voga.

Rua do Duarte—tomou esse nome do ajudante de ordens de um dos governadores da colonia: Duarte de Almeida.

Rua do Chefe (outr'ora rua do Bispo) onde foi estabelecida longos annos a secretaria do chefe de policia.

Rua dos Carteiros (hoje da Assembléa) derivava a sua denominação dos depositos de carvão que ali havia.

Rua da Forca, assim denominada por que, na sua proximidade, foram enforcados a 8 de novembro de 1799 alguns individuos implicados numa conspiração contra o governo constituido, a qual tivera como delator a Manoel Antonio de Jesus.

Praça da Forca era o *Largo Dois de Julho* onde foram julgados os conspiradores acima indicados.

Rua do Alvaro—é a que hoje, pela corrupção popular, é conhecida por—*Ladeira do Alvo*.

e *Cruz do Azulejo* (ou rua do azulejo) chamava-se ainda em 1811, a ladeira que vai do Maciel para S. Miguel.

Rua da Faria dos Pedros—a que se denomina hoje do João.

Rua de Calceiro é a mesma que hoje se chama do Carmo.

Rua de Manoel—assim chamada do nome do proprietario da Ousua de Maciel, Manoel Maciel Araújo. Em 1652, as ruas publicas Manoel de Cima e Manoel de Baixo denominaram-se rua de Manoel Maciel, a qual tambem foi já de outro nome.

Largo dos S. de Paes—tomou esse nome em honra de uma casa abandonada que ali existe com um pouco. Um s. de Paes tambem abandonado, completa o singello edificio, e os muros tem a forma de semi-circulo.

Rua da Alegria—era a praça da denominação da Ousua do Baunim, desde a capella no mesmo nome até ao antigo Roma.

Quem se reunia ali para o baile seguiu da Japetana pela praça do Monte-Serrat e dali para a capella. Depois outros illustres os mangues entre Roma e o bairro do Baunim, contraindo se assim a rua da Alegria. Pello tempo, o movimento desse freio passou a nova rua e foi o nome de Calçada. Posteriormente que se generalizou até a Japetana.

Em 1816, já existia o caminho de Baunim Baunim através das mangues, parecendo ter sido abatto nos dias do século 18, em nos primeiros annos da seguinte.

Como se vê, foi o povo o legislador e antes legislador da nossa melhora urbana, e assim, por mais que durem o tempo o Campo dos Martyres será sempre para elle o *Campo da Piedade* e a Praça Unqueira Caxias o *Campo Grande*.

Dentro em poucos annos encontrar-se-á a cidade do Salvador remodelada em grande parte, com a compleição das obras do porto, com o alargamento de estreitas vias publicas, com as edificações de predios e renovação de outros, entre os quaes já avultam alguns, tanto publicos como particulares, de gosto moderno e de a ponto de vista architectonico.

Os melhoramentos do bairro commercial tiveram inicio em janeiro de 1912, com a demolição do velho mercado de Santa Barbara, onde se erguem hoje vastos e elegantes predios, e de vao concluir com a construção da grande avenida á beira-mar entre o arco de Ouro e a Japetana.

A medida fôra de progresso já se encontra na cidade alta.

Bahia—fevereiro—1913.—J. ALVARO BARROS. (UNIVERSO SUPLENTO).



Dr. Fiel Fontes

MUSEU DO ESTADO

DISCURSO

PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO WIEL FONTES, NA SESSÃO DE 13
DE JUNHO DE 1918

O SR. WIEL FONTES—Senhor Sr. Presidente as unidas primeiras palavras, de agradecimento, devido à illustre commissão relatora do parecer sobre o projecto em debate, que tive a honra de apresentar, ha dias, nesta Casa.

Por motivo de força maior, deixei de comparecer à sessão de sabado, quando se discutiu, em primeira turno este projecto; venho hoje dar aos meus colligas as razões que me levaram a apresentar esta idéa.

Sabe V. E. S., sabem os meus illustres pares que no Estado ha uma repartição que, pelo modo que vai sendo dirigida, é modesta, é digna de todos os elogios.

Lá, os seus empregados não procuram cumprir somente os seus deveres, vão muito além; empenham-se em rehar com carinho alguns de admiação, as riquezas historicas do nosso Estado que Deus são confiadas.

Localizada essa repartição em prédio que não se pode adaptar ao fim a que está destinada, não se encontra um falha na distribuição do serviço que exige muita dedicação dos seus serventuarios. Os documentos e papéis importantes da historia do nosso Estado ali estão concatenados e catalogados, facilitando o estudo daquelles que se interessam pelo nosso engrandecimento.

Quero me referir ao Archivo Publico do Estado.

Esse departamento está confiado á direcção de um moço, que possui as qualidades necessarias para esse cargo, o Dr. Francisco Borges de Barros, que recebendo essa repartição muito sem recursos, procurou, com os proprios elementos, organizal-a de modo que constitue uma honra para o nosso Estado. (Apoiados).

O SR. THEOTONIO MARTINS—E' um moço digno e trabalhador. (Apoiados.)

O SR. WIEL FONTES—Alia esse distincto funcionario uma modestia excessiva á uma intelligencia a toda a prova. (Muito bem.) E eu penso, assim, me referir á sua pessoa, porque, na tribuna da

Camara costume sempre ser parco aos meus elogios e parco nas minhas offensas.

Vigilando, ha bem pouco tempo, aquelle estabelecimento, tive occasiao de ver a maneira porque são guardadas as reliquias do Estado. Ali, se encontram verdadeiras preciosidades: papeis de priscas eras, que attestam o valor e o engrandecimento do nosso terrão natal.

Entendi que era dever meu apresentar á esta Camara o projecto, criando o Museu do Estado, para que lá fossem depositadas todas as reliquias da nossa historia, tão rica em elementos.

Dada a situação financeira do Estado, não pude, como desejava, crear uma repartição á parte, e então, lembrei-me de mandar annexar esse Museu ao Archivo Publico, confiando a direcção desse novo estabelecimento áquelle que fôo o reorganizador do Archivo Publico. E, para evitar que, por meios outros se pudesse augmentar o pessoal e a despesa, procurei consignar no art. 1.^o taxativamente, que esse Museu seria creado sem augmento de pessoal e de despesa.

Ha pouco, li no «Democrata» uma serie de artigos assignados pelo Sr. Engenheiro Silio Bocanera Junior, referentes ás bandeiras, que se acham depositadas nos Templos desta Capital: bandeiras, que acompanharam os batalhões de voluntarios deste Estado á guerra do Paraguay; bandeiras que assistiram aos maiores exemplos de patriotismo e de heroismo, de que são capazes os nossos patricios.

Julguei ser dever meu não deixar que essas reliquias ficassem esquecidas nos Templos; e então consignei no art. 2.^o uma autorisação, em virtude da qual o Governo do Estado entrará em accordo com o Exmo. Sr. Arcebispo desta Archidiocese, afim de transportar essas reliquias, que nos foram legadas pelos nossos antepassados, para o nosso Museu, e, assim sirvam de exemplo esses emblemas ás gerações presentes e ás futuras.

O SR. ARCHIMEDES PESSOA—Muito bem.

O SR. FIEL FONTES—Como tambem existe nesta Capital sociedades particulares, que têm nas suas collecções elementos de grande valor, referentes á historia da Bahia, consignei no § 1.^o uma autorisação pela qual o Governo do Estado deverá procurar entrar em accordo com essas sociedades no sentido de transferir para o Museu tudo que disser respeito á historia da Bahia.

São estes os motivos principaes, que me levaram a apresentar á apreciação dos meus distinctos collegas o projecto, ora, em debate.

Dahi o meu agradecimento sincero ás phrases elogiosas da illustre commissão, que, em uma excessiva bondade, deu parecer ao projecto ora em discussão, especialmente ao seu digno relator, o meu distincto collega Sr. Archimedes Pessoa, que collaborou, com grande eficiencia, para execução desta idéa. E Deus queira que o projecto seja approvado e amanhã seja uma verdade o progresso do Estado, para aquelles que aqui vierem visitar esta Capital possam admirar

e valor da Bahia, que é grande, em toda a ordem, na sciencia, e mesmo na terração em que tem sido preciso demonstrar o valor civilisatorio (tem sido inextinguível), tem sido extraordinaria.

Que fiquem nos nossos museus, como patrimônio do Estado, documentos dos nossos antepassados e que, ao mesmo tempo, estimulem para que procuremos cumprir o nosso dever, para que possamos ter um futuro de brilho, de dignidade está realçada e que as gerações futuras, nos fazendo justiça, enveredem pelo mesmo caminho, sigam a mesma rota e a Bahia possa figurar sempre como primeira entre as Estados da Federação Brasileira. (Muito bem, muito bem).

LEI N. 1253, DE 23 DE JULHO DE 1918

Fica o Governo do Estado autorizado a criar o Museu do Estado, com o pessoal e a despesa que for necessário.

O Governador do Estado da Bahia:

Faço saber que a Assembléa Geral decretou e eu sancionei a lei seguinte:

ART. 1.^o Fica creado o Museu do Estado, annexado ao Archivo Publico, sem augmento do pessoal e da despesa osseas.

ART. 2.^o O Estado é autorizado a entrar em accordo com as sociedades particulares existentes na Bahia, afim de obter a transferencia para o Museu creado pela presente lei do que possuir de maior interesse para a nossa historia.

Paraphrasis unico. Fica tambem autorizada o Estado a entrar em accordo com o Exmo. e Exmo. Prelado desta Archidiocese no sentido de serem depositadas no Museu as bandeiras que estejam recolhidas em templos desta Capital.

ART. 3.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado da Bahia, 23 de Julho de 1918
(Assignados) ANTONIO FERREIRA MONTI DE ARAOJO.—DE
Genêdo Monti Sadi de Araújo.

Em Agosto de 1918 existia no Museu do Estado o seguinte:

Bandeiras e trophéus	3 Armarios
Objectos e artefactos indigenas	1 Armario
Armas antigas	1 Armario
Vestes antigas, capacetes e chapéus historicos	1 Armario
O Sino historico da torre da Independência	1 e 1/2
A tela de Horacio Honoré-Pere e Cery	
A tela O meu Attila—de Lopes Rodrigues	

Têlas do pintor Bahiano Robespierre de Faria..... 14
Dois modelos a óleo de Archimedes Silva.....
Uma tela pequena---do Dr. Guilherme C. Foepfel.....
Um enfeite em madeira---da Capella do Forte do Príncipe
Beira---no Rio Guaporé.....

(Arquivo Publico, 19 de Agosto de 1918)

PANTHEON DE PIRAJÁ

No Pantheon de Pirajá, que guarda os despojos do general Pedro Labatut, foram arrolados os objectos seguintes: (1) busto do general; a urna funeraria de mármore; doze corôas de penas e de folhetas; uma velha bandeira do antigo batalhão Minerva; um livro de vistas e um retrato do mesmo general, o qual já se acha estragado. Balisou-se o local para o Jardim que tem de ser feito em frente ao mesmo Pantheon.

O arrolamento foi feito pelo Director do Arquivo Publico e do Museu e pelos funcionarios Plinio dos Santos Passos e Fernando Ferreira Caidas, no dia 13 de Agosto de 1918.


ACTA DA ENTREGA DO PANTHEON

Aos tres dias do mez de Agosto de mil novecentos e dezoito as treze horas, no Gabinete do Dr. Chefe de Policia e Segurança Publica, ás Mercês, nesta Capital, onde se achava o Ex^{mo} Sr. Dr. José Alvaro Cova, illustre titular da Secretaria de Policia, presentes o Dr. Francisco Borges de Barros e outras pessoas gradas que vão a deante nomeadas; S. Ex^a, declarou que convidava S. S. na qualidade de Director do Arquivo Publico, porque, em virtude da recente criação do Museu do Estado, que vai ficar annexo a essa Repartição, cujo desenvolvimento tem sido elogiado nas mensagens do Governo e na imprensa diaria, pelo zelo de sua competente direcção e respectivos funcionarios, foi lembrado pelo Deputado Cosme de Farias que passasse a pertencer ao Arquivo Publico o Pantheon de Labatut, em Pirajá visto como aquelle monumento guarda os despojos do bravo General e varios trophéos da nossa Independencia, e resolveu, attendendo á conveniencia de tão feliz idéa, fazer entrega, que ora torna effectiva, do importante monumento ao distincto Director, passando ás suas mãos a chave, que se achava sob a responsabilidade da Chefatura. O Dr. Borges de Barros agradeceu, penhorado, as palavras elogiosas do honrado Chefe de Policia, e a quem dedica tanta estima e consideração, e declarou que recebia aquella incumbencia como uma distincção honrosa para a sua Repartição, sendo grato ao seu sentimento de patriotismo a guarda dessas reliquias, tão valiosas, da nossa historia patria. Ahí presente tambem o referido Deputado Cosme de Farias, S. Ex^a, o Dr. Chefe

de Policia convidando a assistencia a esta. E para constar, eu José Soares de Souza Official do Arquivo Publico, livro e presente, um livro proprio, trazido a mesma Secretaria para este fim e subscreevo, depois de lida e assignada por todos.

José Alvaro Cova
Tenente Coronel João H. Farias
Capitão Ariston P. Daltro de Castro
Tenente Antonio Malaquias Barbosa
Domingos Vasconcellos
Francisco Borges de Barros
José de Souza Soares
João Eremita da Silva
Caetano E. do Couto Seabra
Argem Antonio de Freitas
Silio Boccanera Junior
Plinio dos Santos Passos.
Januario Cesar C. de Araujo
Dr. Julio dos Santos Sá
Custodio Reis Principe Junior
Fernando Ferreira Caidas
Dr. Edgard Sanches.
José Antonio de Freitas Guimarães
Fabio Silverio de A. Lima
Virgilio H. Alcantara
Plinio D. Bahia
João Teixeira Cardoso

RELATORIO



RELATORIO

*Exm. Sr. Dr. Secretario do Interior,
Justiça e Instrução Publica.*

De accordo com o Regulamento Geral das Repartições do Estado, passo a relatar a V. Exa. as occurrencias dadas nesta Directoria e os serviços effectuados durante o periodo de 1.º de Fevereiro de 1917 a 31 de Janeiro do corrente anno.

A repartição funcionou regularmente e com os valiosos auxilios prestados pelo Governo do Estado e pelo cuidado despendido por V. Exa., teve maior elasterio o seu acervo, foi augmentado o seu repositorio com a acquisição de mappas, livros, plantas, muitos documentos de valor, como sejam mil cento e noventa autos vindos do Ipirá, cuja commissão foi dada ao funcionario Fernando Ferreira Caldas, que, deu cabal desempenho á mesma.

Este funcionario acha-se actualmente na referida cidade, incumbido de receber os restantes documentos.

Por ordem de V. Exa. destaquei em Agosto do anno findo os funcionarios Plinio dos Santos Passos e José Soares, para, em commissão recolherem documentos no municipio de Itaparica, e correspondendo á confiança que lhes foi depositada, trouxeram da respectiva cidade varios livros e papeis de importancia, conduzindo-se ambos com competencia, zelo e dedicacão.

Os *Annaes do Archivo Publico*, mandados confeccionar pelo Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão e por V. Exa. já estão com dois numeros. o primeiro dado á publicidade em 6 de Março do anno passado e o segundo em Dezembro do mesmo anno e de accordo com a determinação do Governo, tenho feito a distribuição com os Institutos Historicos e instituições de letras da Bahia, de todo o Brazil e de Portugal, reservando de cada numero os exemplares da collecção da Directoria e um certo numero para a distribuição por V. Exa. determinada.

Constituem um repositorio de valor para os que se dedicam á Historia Patria, aos seus factos e tradições, além de irem perpetuando os documentos de subido valor que possuímos.

MOSTRUÁRIO DE MOEDAS

O mostruário de moedas já figura em armário proprio, mandado fornecer por V. Exa., augmentando dia a dia a collecção por meio de offertas e permutas de duplicatas.

MUSEU DO ARCHIVO PUBLICO

O museu do Archivo Publico, pedra angular do Museu do Estado, que será realidade muito breve, foi instituido pelo Governo deste Estado, em o dia 19 de novembro do anno passado, quando deu entrada nesta repartição por ordem de V. Ex.ª e do Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão, a lendaria bandeira do 5º Corpo de Policia que militou em Canudos. O acto da entrega do glorioso pendão foi dos mais solemnes.

Ao museu tambem foram entregues a Bandeira Nacional que cobrio os esquifes do Dr. Manuel Victorino Pereira e do Marechal Floriano Peixoto, uma Bandeira da monarchia, que foi empunhada pelo povo de Santo Amaro em 1865, uma da Bahia, um modelo da bandeira revolucionaria de 1833, uma espingarda, uma bala de canhão, e uma espada achada em Canudos e um chuço usado durante a campanha de Paraguay.

Tambem deu entrada no museu o sino historico, que, por largos annos esteve collocado na Torre da Intendencia municipal.

Faço um apello a V. Ex.ª no sentido de conseguir que sejam recolhidas ao Museu as varias bandeiras que serviram no Paraguay e que se acham na Igreja da Victoria, em Minas do Rio de Contas, em Santo Amaro e na Igreja de Sant'Anna.

Trophéus gloriosos, vivem, se bem que zelados, em logares afastados dos olhares dos interessados.

TÉLAS DO THEATRO S. JOÃO

Por ordem de V. Ex.ª recebi a tēla—*Pery e Cecy* e os retratos de Carlos Gomes, de Cunha Valle e de Agrario de Souza Menezes que se achavam no Theatro S. João, todas ellas remodeladas pelo mallogrado artista bahiano Lopes Rodrigues.

LAPIDES COMMEMORATIVAS

Foram collocadas tres lapides: uma *aos martyres de 1817*; uma segunda *aos martyres de 1799*; uma terceira *aos reorganisadores do Archivo Publico Drs. J. J. Seabra e Antonio Ferrão Moniz de Aragão*.

GALERIAS

Inaugurei tres galerias: *Visconde da Pedra Branca, J. E. da Silva Lisboa* e a de *Eulydes da Cunha*.

RETRATOS

Inaugurei o de V. Ex.ª, por proposta minha e pelos serviços prestados a esta repartição, os dos Drs. Corrêa de Menezes, Satyro Dias, Conselheiros Nabuco de Araújo, Zacharias de Góes e Vasconcellos, Drs. Frederico Lisboa e Cassiano Lopes.

ARCHIVO FORENSE—OFFERTAS

Dentre as varias offertas destacam-se 119 livros do cartorio do Tabellião Dr. Pedro Eustaquio de Oliveira Porto, alguns do seculo XVI e 25 livros e varios autos offerecidos pelo distribuidor do Fôro da Capital Snr. Jesuino Sampaio, catalogados e organizados com enuidado pelos funcionarios Aureliano Porphyrio Santiago e José Lino Coutinho da França.

---As copias foram augmentadas de 350 paginas, tendo desempenhado este serviço de maxima importancia os funcionarios Sr. José Augusto de Faria, José Luiz de Oliveira e o Dr. Octacilio Rodrigues Lima.

Solicito de V. Ex.ª a permissão necessaria para que vá a Jacobina recolher documentos um dos funcionarios desta repartição.

Ali existem papeis importantissimos principalmente sobre a historia da mineração na Bahia, os quaes, segundo me consta, vivem abandonados.

Da verba de 3:000\$000, determinada por V. Ex.ª, pode ser deduzida a despesa do funcionario que para ali seguir.

ACQUIZIÇÃO DE LIVROS

Durante o anno findo foram adquiridos varios livros importantes, mencionados na relação que vae junta e peço a V. Ex.ª a aquisição de outros, que, por catalogos que tenho em mãos, se encontram em Lisboa e todos de grande importancia para a Historia da Bahia.

HISTORIA DA BAHIA, DO PROFESSOR SANTOS VILHENA

Por ordem do Governo deu entrada nesta repartição a obra do Professor Santos Vilhena, cuja copia foi tirada do original existente na Bibliotheca Nacional e é de grande interesse para o nosso Estado.

OFFERTA DO DR. J. J. SEABRA

O Dr. José Joaquim Seabra offereceu ao Archivo Publico uma importante copia do processo instaurado pela Inquisição contra o ionatario da Capitania de Porto Seguro, Pero do Campo Tourinho.

RELAÇÃO

- 3 Quadros com modelos de embarcações Bahianas
- 1 dito em miniatura 1.^a missa no Brazil
- 1 dito retrato do Sr. Dr. Zacharias G. de Vasconcellos
- 1 dito do Conselheiro Nabuco de Araújo
- 1 dito Proclamação do Paraguay
- 1 dito da família dos Tapinambás
- 1 dito da proclamação do Governo da Republica
- 1 dito do Visconde da Pedra Branca
- 1 dito do J. E. da Silva Lisboa
- 1 dito Carta da Nomeação de P. A. Cabral
- 1 dito retrato Von Martins.

PEDRAS

- 1 Pedra em homenagem aos Martyres da Revolução de 1817.
- 1 dita aos Martyres de 1799.
- 1 dita em homenagem do Archivo Publico aos seus reorganizadores Dr. J. J. Seabra e Dr. A. F. Moniz de Aragão.

OBSERVAÇÕES

Foram adquiridos cinco armarios de portas de vidro, sendo 2 para o Museu do Archivo Publico e 2 para a guarda de documentos e collocado o busto do Conselheiro Luiz Viana.

1 dito para mostruario de moedas.

Foi adquirida uma prensa.

CERTIDÕES—Forão dadas 18 certidões.

CONSULTAS—Foram consultados 150 livros e varios documentos.

COPIAS—Forão copiados além de outros os seguintes documentos sobre Minas Geraes, Goyaz e Piahy, Espirito Santo, Sergipe d'El-Rey, referentes a questões de limites.

Eis o que me cumpre relatar a V. Exa. de referencia ao ao periodo encerrado em 31 de Dezembro de 1917.

F. Borges de Barros.